UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JANE ROBERTA DE ASSIS BARBOSA

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MODERNIZAÇÕES SELETIVAS
A Expansão do Meio Técnico-Científico-Informacional no Rio Grande do Norte, Brasil

Versão corrigida

São Paulo
2015

JANE ROBERTA DE ASSIS BARBOSA

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MODERNIZAÇÕES SELETIVAS
A Expansão do Meio Técnico-Científico-Informacional no Rio Grande do Norte, Brasil

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Geografia Humana

De acordo, _____

Profª. Dra. Maria Adélia A. de Souza
Orientadora

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B238p Barbosa, Jane Roberta de Assis Barbosa
 PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MODERNIZAÇÕES SELETIVAS
A Expansão do Meio Técnico-Científico-Informacional
no Rio Grande do Norte, Brasil / Jane Roberta de
Assis Barbosa Barbosa ; orientador Maria Adélia A.
de Souza Souza. - São Paulo, 2015.
341 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Modernização. 2. Meio técnico-científico-
informacional. 3. Planejamento territorial. 4. Rio
Grande do Norte. I. Souza, Maria Adélia A. de Souza,
orient. II. Título.

RELATÓRIO DE DEFESA

Aluno: 8136 - 7352934 - 1 / Página 1 de 1

Relatório de defesa pública de Tese do(a) Senhor(a) Jane Roberta de Assis Barbosa no Programa: Geografia (Geografia Humana), do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2014, no(a) Sala de Defesas realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Jane Roberta de Assis Barbosa, apresentada para a obtenção do título de Doutora intitulada:

"Planejamento territorial e modernizações seletivas. A expansão do meio técnico-científico-informacional no Rio Grande do Norte, Brasil"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Maria Adélia Aparecida de Souza	Presidente	FFLCH - USP	Aprovado
Adriana Maria Bernardes da Silva	Titular	UNICAMP - Externo	Aprovado
Fabio Betioli Contel	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Maria Mônica Arroyo	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Marcio Antonio Cataia	Titular	UNICAMP - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca destaca a qualidade da pesquisa realizada e a sua contribuição para o entendimento do planejamento territorial do Rio Grande do Norte. Salienta, ainda, o desempenho da candidata na defesa pública da tese.

Eu, Daiane Neres da Silva Daiane Neres da Silva, lavrei o presente relatório, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 18 dias do mês de dezembro de 2014.

Adriana Maria Bernardes da Silva
Adriana Maria Bernardes da Silva

Fabio Betioli Contel
Fabio Betioli Contel

Maria Mônica Arroyo
Maria Mônica Arroyo

Maria Adélia Aparecida de Souza
Maria Adélia Aparecida de Souza
Presidente da Comissão Julgadora

Marcio Antonio Cataia
Marcio Antonio Cataia

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 18/12/2014, e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutora em Ciências obtido no Programa Geografia (Geografia Humana) - Área de concentração: Geografia Humana.

Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva
Presidente da Comissão de Pós-Graduação
FFLCH-USP

Das vantagens de ser bobo

Por Clarice Lispector

O bobo, por não se ocupar com ambições, tem tempo para ver, ouvir e tocar o mundo. O bobo é capaz de ficar sentado quase sem se mexer por duas horas. Se perguntado por que não faz alguma coisa, responde: "Estou fazendo. Estou pensando".

Ser bobo às vezes oferece um mundo de saída porque os espertos só se lembram de sair por meio da esperteza, e o bobo tem originalidade, espontaneamente lhe vem a ideia. O bobo tem oportunidade de ver coisas que os espertos não veem. Os espertos estão sempre tão atentos às espertezas alheias que se descontraem diante dos bobos, e estes os veem como simples pessoas humanas. O bobo ganha utilidade e sabedoria para viver. O bobo nunca parece ter tido vez. No entanto, muitas vezes, o bobo é um Dostoievski.

Há desvantagem, obviamente. Uma boba, por exemplo, confiou na palavra de um desconhecido para a compra de um ar refrigerado de segunda mão: ele disse que o aparelho era novo, praticamente sem uso porque se mudara para a Gávea onde é fresco. Vai a boba e compra o aparelho sem vê-lo sequer. Resultado: não funciona. Chamado um técnico, a opinião deste era de que o aparelho estava tão estragado que o conserto seria caríssimo: mais valia comprar outro. Mas, em contrapartida, a vantagem de ser bobo é ter boa-fé, não desconfiar, e, portanto estar tranquilo. Enquanto o esperto não dorme à noite com medo de ser ludibriado. O esperto vence com úlcera no estômago. O bobo não percebe que venceu. Aviso: não confundir bobos com burros. Desvantagem: pode receber uma punhalada de quem menos espera. É uma das tristezas que o bobo não prevê. César terminou dizendo a célebre frase: "Até tu, Brutus?"

Bobo não reclama. Em compensação, como exclama! Os bobos, com todas as suas palhaçadas, devem estar todos no céu. Se Cristo tivesse sido esperto não teria morrido na cruz. O bobo é sempre tão simpático que há espertos que se fazem passar por bobos. Ser bobo é uma criatividade e, como toda criação, é difícil. Por isso é que os espertos não conseguem passar por bobos. Os espertos ganham dos outros. Em compensação os bobos ganham a vida.

Bem-aventurados os bobos porque sabem sem que ninguém desconfie. Aliás, não se importam que saibam que eles sabem. Há lugares que facilitam mais as pessoas serem bobas (não confundir bobo com burro, com tolo, com fútil). Minas Gerais, por exemplo, facilita ser bobo. Ah, quantos perdem por não nascer em Minas!

Bobo é Chagall, que põe vaca no espaço, voando por cima das casas. É quase

impossível evitar excesso de amor que o bobo provoca. É que só o bobo é capaz de excesso de amor. E só o amor faz o bobo.

*Dedico esta tese a todos os nordestinos que insistem em
pensar um Brasil melhor*

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

No fim tu hás de ver que as coisas mais leves são as únicas que o vento não conseguiu levar: um estribilho antigo, um carinho no momento preciso, o folhear de um livro de poemas, o cheiro que tinha um dia o próprio vento (Mário Quintana).

O fragmento do texto do Mário Quintana me ajuda a refletir sobre a importância do tempo. E sabemos que na Geografia, espaço e tempo são inseparáveis. Trata-se de uma amálgama, com a qual geograficamente aprendi a perceber o mundo. Por isso estabeleci, a partir dessa compreensão, meu fundamento para agradecer a todos aqueles que de maneira direta ou indireta estiveram presentes não apenas nos últimos quatro anos de trabalho, mas durante minha trajetória de vida. E é também meu fundamento para contar um pouco a história desta tese. Sim, porque todo livro, texto ou tese tem uma história, e ela não se escreve sozinha.

Das Rocas para São Paulo: o mundo para além dos meus portões

Quando criança, durante os meses de dezembro e janeiro, via do portão da minha casa o movimento das pessoas que passavam sorridentes em direção à festa de Reis¹. Vozes estridentes e graves, crianças correndo pela rua, cachorros latindo para os que ali passavam. Nesse vai-e-vem de pessoas, havia também os comerciantes ambulantes, que carregavam caixas de isopor cheias de bebidas para serem vendidas durante os festejos.

Ao olhar a rua através das grades do portão, percebi quão pequena era a minha casa. Percebi também que o muro que me separava da rua poderia ser facilmente transponível se ousasse escalá-lo. Contando com certo equilíbrio, ultrapassei os ganchos afiados que foram colocados para garantir a segurança da família.

Vencidos os primeiros obstáculos, cheguei à rua para desespero de minha mãe, pois começava ali uma série de fugas por mim realizadas durante a infância. Ah, como era bom fugir de casa e ganhar as ruas do bairro, a praia, a feira, o canto do mangue. Com as fugas veio também a possibilidade de me deparar com textos e palavras que não estavam presentes apenas nos livros da minha escola ou nos contos de fadas.

¹ Festa que ocorre no bairro de Santos Reis, vizinho ao bairro das Rocas todo dia 06 de janeiro. A festa é uma homenagem aos santos padroeiros do bairro: Gaspar, Baltazar e Belchior (os três reis magos).

A palavra – essa incontestável manifestação escrita ou verbal de uma língua, sempre exerceu grande fascínio sobre mim. Ainda cedo na escola, o envolvimento e participação em grupos de teatro, concurso de poesia, a leitura dos *outdoors* espalhados nas ruas principais de Natal/RN me proporcionou o encontro com os livros. Comecei a conhecer a cidade pela leitura das frases dos caminhões, pelos letreiros das fachadas dos prédios comerciais, e pelo encanto proporcionado através do movimento apressado dos ônibus, dando a impressão de que era o asfalto que por mim passava.

O interesse pela Geografia ocorreu apenas por ocasião de um estágio no setor de Serviço Social do Hospital Universitário Onofre Lopes em Natal/RN no ano de 1998. Chamava-me a atenção o fluxo de pessoas oriundas de outros municípios do Rio Grande do Norte em busca de atendimento médico, que faziam uso das ambulâncias das prefeituras do interior do estado sempre abarrotadas de pacientes. Era curioso observar o uso que as pessoas faziam daquele transporte, o qual deveria ser empregado para levar até Natal os doentes em busca de auxílio médico-hospitalar. Entretanto, as ambulâncias transportavam também homens e mulheres que vinham fazer compras ou visitar os seus parentes na capital do estado. Eu ainda não tinha consciência, mas naquele momento estava sendo tomada pela curiosidade típica dos geógrafos que são atraídos pelas circunstâncias da existência.

Já na graduação, no curso de bacharelado em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi possível participar como bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq do projeto de pesquisa “O Processo de Segregação Socioespacial na Cidade de Natal/RN”, sob orientação do Prof. Dr. Ademir Araújo, a quem sou grata. E, posteriormente, como pesquisadora voluntária na base de pesquisa GeoEspaço, onde sob orientação do Prof. Dr. Aldo Dantas desenvolvi o trabalho final da graduação e a dissertação de mestrado sobre questões relacionadas à organização do espaço geográfico e o processo saúde-doença.

Por ocasião da vivência na base de pesquisa GeoEspaço surgiu a possibilidade de trabalho com a Profa. Dra. Maria Adélia A. de Souza, a qual estava desenvolvendo junto à UFRN, na condição de bolsista de desenvolvimento regional da Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte – FAPERN, uma pesquisa, cujo título era “Monitoramento do Território Potiguar”. A participação em sua pesquisa, na condição de voluntária culminou numa proposta de estudo para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana na Universidade de São Paulo – USP, que originalmente objetivava compreender a atuação dos organismos internacionais no estado do Rio Grande do Norte por meio do estudo das finanças públicas. Com o aprofundamento das leituras e levantamentos de dados para

formulação do projeto de tese, observei que novos agentes se colocam no processo de modernização territorial norte-rio-grandense, por isso, o quadro de reflexão do projeto foi ampliado, determinando como tema central o Planejamento Territorial.

Não se iluda caro leitor, a vida em São Paulo não é fácil, especialmente para uma nordestina que ousou entrar na universidade mais elitista do país. Aqui quando se faz algo errado, é corrente dizer que se fez uma “baianada”. Para muitos que vivem nessa surpreendente metrópole, o Nordeste e os nordestinos ainda são sinônimos de atraso. Todavia a cidade, que a princípio parecia querer-me oprimir, revelou-se encantadora quando resolvi desvendar o centro, os teatros, os museus, as periferias.

São Paulo me trouxe não apenas a consciência da dor e da delícia de ser nordestina, mas o encontro com pessoas muito especiais, dentre as quais quero mencionar o agradável e inesquecível convívio ao lado de: Ignácio Sanchez, amor, companheiro e grande incentivador do meu trabalho.

À Dhiego Medeiros, amigo inestimável e companheiro de atividades acadêmicas.

À Ivan Rocha agradeço não apenas a companhia divertida durante os nossos cafés, mas a amizade e revisão da redação.

Ao carinho, apoio e amizade de: Jordana Costa, Sandra Priscila, Alexandre Alves, Denise Martins, Paul Clívilan, Lúcia Lirbório, Jodonai Barbosa, Mariana Felinto, Gustavo Moura, Emmanuel Figueiredo, Dorgival, Mait Bertolo, Ludmila Grimaldi, Rapper Pirata, Fábio Oliveira, Luana Sasha, Alexandra Pereira e Gleidson Gomes.

Agradeço também a preciosa colaboração de Diego Paz na elaboração dos mapas. Sua amizade e compreensão são inestimáveis.

À Denis Carloto pela possibilidade de compartilhar minhas angústias e por suas contribuições contundentes na leitura desta tese.

Sem a Superintendência de Assistência Social da Universidade de São Paulo, especialmente à assistente social “Mara”, agraciando-me com concessão da moradia estudantil, a vida em São Paulo teria sido ainda mais difícil, por isso dedico-lhe também a minha gratidão.

Sobre o apoio financeiro à pesquisa

Para fazer pesquisa em Geografia é muito importante o suporte financeiro para o custeio das despesas do trabalho de campo, aquisição de livros e participação em eventos

acadêmicos. Lamentavelmente, nem sempre dispomos desse suporte ao longo de nossa trajetória de pesquisa.

Inicialmente, pude contar apenas com o apoio de familiares, amigos e com meu próprio esforço de trabalho para realização dos objetivos propostos na pesquisa. É o famoso “jeitinho brasileiro” como bem descreveu DaMatta (1997) aplicado ao universo do financiamento da pesquisa brasileira em Ciências Humanas.

Neste sentido, quero agradecer o apoio incondicional da minha família, especialmente Edilma Bezerra, minha amada mãe; Luane Barbosa, eterna mocinha, irmã e amiga de todas as horas; e Ariel, meu cunhado preferido.

Aos amigos Juliana Ubarana, Sara Medeiros e Wagner Alves, os primeiros financiadores da minha pesquisa. Não tenho palavras para agradecer o crédito financeiro não apenas na pesquisa que culminou essa tese, mas o crédito e a confiança em nossa amizade, construída ao longo dos últimos 10 anos.

No que se refere ao apoio institucional, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo financiamento no último ano da pesquisa; e a Coordenação de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo fornecimento de uma bolsa de estudos na modalidade PDSE para realização de um estágio em Paris na Universidade Paris I, Panthéon-Sorbonne, sob a coordenação da Professora Doutora Martine Berger, vinculada ao *Laboratoire Dynamiques recompositions Sociales et des Espaces – Ladyss*.

Perder-se em Paris e encontrar o mundo como possibilidade

Lembro com muita clareza dos meus primeiros dias na França. Havia em mim um desejo enorme de conhecer a cidade luz, naquele momento, ainda tão obscura. Era a minha primeira viagem para o exterior. Na minha mala levava alguns livros, poucas peças de roupa, fotografias da família e no meu peito havia um medo enorme, que misturava-se com a vontade de desbravar aquele desconhecido país.

Andava pelas ruas como criança perdida na floresta que leva até a casa de doces da bruxa de Joãozinho e Mariazinha. Tudo me encantava. Lembro-me do colorido dos mapas do metrô parisiense. Linhas que se cruzavam formando desenhos geométricos, os quais conduzem o viajante a *Saint-Michel, Barbès, Gare du Nord, Saint-Germain-des-Prés*, etc.

Era uma paisagem nova. Nunca tinha visto tantos prédios com influência arquitetônica Haussmaniana, gótica, neogótica, bizantinas. Meu Deus! Exclamava uma voz distante dentro

da minha cabeça. Coisas que só conhecia dos livros, filmes e da internet agora eram reais, eu podia tocar.

Certo dia, ao sair do metrô, me deparei com o prédio da *Opéra Garnier*, e tive o meu primeiro choque. Havia tamanha suntuosidade naquele objeto geográfico que me levou a pensar a respeito da exploração das colônias francesas e em quais condições de trabalho e expropriação social, o prédio havia sido erguido. Senti vergonha de que na condição de cidadã brasileira, marcada por heranças coloniais, estivesse admirando tudo aquilo. Esqueci de mim, esqueci também que estava ao lado de Breno Pedrosa e Livia Fioravanti. Pensei apenas no passado e nas consequências atuais que o poder das Nações hegemônicas do norte exercem nos países do sul. Perdi-me pela primeira vez em Paris!

Percebi que ao me perder, poderia encontrar o mundo, que como diz Ortega y Gasset, é um conjunto de possibilidades. Foi então que por muitas vezes, deixei-me perder na França pelas ruas de Paris, Strasbourg, Bordeaux, Saint-Denis, Bretagne, Marseille, Aix-en-Provence. Superei os obstáculos fronteiriços e, perdendo-me na Itália pelas ruas de Roma, Pompéia e Nápoles pude me deparar com uma paisagem rica em rugosidades de uma História que para mim era real apenas nos livros. No norte da África deixei-me perder em Tânger. Na Espanha, me perdi pelas ruas de Barcelona, Sevilha e Cádiz. Já em Portugal, me perdi pelas ruas de Porto, Lisboa, Coimbra e Guimarães. Vi a História, que era contada nos meus livros do ensino fundamental, fazer sentido para mim. Ela era real. E agora eu podia ampliar a historiografia da minha vida para além da Terra Pátria.

É importante dizer que o modo com o qual observava as paisagens não era desprovido de método. Nas minhas referências teóricas de observação da paisagem havia um pouco dos filósofos José Ortega y Gasset e de Jean-Paul Sartre. Vez ou outra, Martin Heidegger, também me provocou com suas meditações sobre a técnica. No que tange à Geografia, Milton Santos, Maria Adélia de Souza, Pierre George, Michel Rochefort, Jean Tricard e Paul Vidal de la Blache, ajudaram a lançar luz ao emaranhado de pensamentos e reflexões que me acompanharam ao longo da bolsa *sandwich* e da minha trajetória acadêmica. Em se tratando das referências da História, certamente Fernand Braudel não me deixou seguir sozinha.

Na academia, me perdendo, tive meus encontros. Perdia-me no zumbido que os sons produzidos pelos falantes da língua francesa, com a qual não tinha muita familiaridade, provocavam aos meus ouvidos. Um vocabulário em francês para termos, expressões e conceitos que eu dominava em minha língua materna, e que agora pareciam estranhos. Aos poucos, com a ajuda de alguns mestres, comecei a superar essas dificuldades.

Quero registrar meus sinceros agradecimentos, a Profa. Dra. Martine Berger, cujo encontro foi de grande relevância, pois apoiou-me e forneceu todas as condições e orientações acadêmicas necessárias ao cumprimento do plano de trabalho proposto. Seu suporte foi relevante para o desenvolvimento das atividades de estudo e para o bom andamento da tese.

É importante destacar o frutuoso diálogo desenvolvido com o Prof. Dr. Bernard Bret da Universidade Jean Moulin, Lyon-FR, que ajudou e cooperou com rigor para fazer avançar o plano de redação da tese.

É evidente que a participação em seminários, eventos culturais e acadêmicos também permitiram uma ressignificação da pesquisa. Com isso foi possível melhorar o aprendizado da língua francesa, assistir exposições de arte, óperas, filmes, peças de teatro, visitar museus e participar de visitas guiadas na cidade de Paris.

Quero registrar um agradecimento especial aos professores de Geografia da Universidade Paris 8, Saint-Denis: Alphonse Yapi-Diahou, Hugo Pilkington e Bezunesh Tamru, que me permitiram acompanhar o Seminário *“Inégalités, vulnérabilités, effets de la mondialisation”*. Foram, sem dúvida alguma, momentos de grande reflexão e aprendizado.

Agradeço também aos bibliotecários das seguintes bibliotecas: *Bibliothèque Nationale de France*; *Bibliothèque de l'Université Paris-Est Créteil*; *Bibliothèque de l'Université Paris 8 Saint-Denis*; *Bibliothèque Paris I - Tolbiac (Pierre Mendès)*; *L'Institut de Géographie*; *Bibliothèque Pierre Monbeig (L'Institut des Hautes Études de L'Amérique Latine - IEHAL / CREDA)*; Bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP); Biblioteca do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Janeiro; Biblioteca Central Zila Mamede (UFRN); Biblioteca do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco; Memorial Aluízio Alves, e as estagiárias Monara Soares e Andrielly Karolina do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte .

Quero ainda registrar um agradecimento especial aos amigos queridos que fiz durante minha estada em Paris. Agradeço ao encontro com Monize Moura, uma amiga especial que além de todos os ensinamentos da língua francesa, me ajudou a perceber o meu potencial para realizar ações que até então julgava que não seria capaz. A Raíssa Moreira, por seu carinho, amizade e sensibilidade com o semelhante. João Paulo J. Carneiro, Maria Tereza Davi João, Larissa Warnavin, Karen Fukushima, Cristiane Queiroz, Marcela França, Rodrigo Souza, Carolina Cherfem, Mariana Cestari, Tiffany Garcia, Mme Thomas, pelos momentos divertidos e reflexivos, que contribuíram em avanços para a tese. O carinho, respeito e cuidado que tiveram para comigo foi muito especial!

Mais para agradecer

À Professora Maria Adélia de Souza, pelo rigor e seriedade na condução da orientação da tese. Mais que orientadora e intelectual engajada com a Ciência Geográfica, tornou-se para mim uma amiga muito especial.

Em nome do Prof. Aldo Dantas, agradeço aos professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que tiveram um papel importante na minha formação de base.

Ao Prof. José Lacerda Felipe e a Profa. Larissa Ferreira, agradeço toda presteza e cordialidade na disponibilidade das informações na SEPLAN.

Em nome da Professora Mónica Arroyo agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, e aos que compõe o quadro de pesquisadores do Laboplan.

Aos colegas Carin Carrer, Fábio Tozi, Carmem Alves, Jaqueline Teixeira, Bruno Mastrocola, Leandro Silva, James Zomiganni Jr., Leidiana Mendes, Markelly Fonseca, pela companhia e aprendizados obtidos durante os seminários de orientação acadêmica.

Aos entrevistados que aceitaram gentilmente responder meus questionamentos de pesquisa.

Aos amigos que fiz durante a graduação, em especial Janaína Silveira, Mariluce Alves, Daniela Cândido, Geovane Pachely, Rosana França, Ednardo Gonçalves, e sua família. Pessoas especiais que mesmo distantes, sempre estiveram ao meu lado.

Ao apoio e amizade de Urbano Medeiros, Nazaré Lima, Jan Varela.

Aos amigos do Instituto Qualidade no Ensino – IQE.

Aos Colegas do Laboplan aqui representados por Ana Pereira (Aninha).

Aos Professores Adriana Bernardes e Manoel Lemes por suas preciosas contribuições durante o processo de qualificação.

Aos Professores Fábio Contel e Isabel Alvarez, pela oportunidade do PAE.

A todos que estiveram ao meu lado, meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

BARBOSA, Jane Roberta de Assis. **Planejamento Territorial e Modernizações Seletivas: A Expansão do Meio Técnico-Científico-Informacional no Rio Grande do Norte, Brasil.** 341f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

O planejamento das ações do Governo do Estado do Rio Grande do Norte é uma prática desenvolvida desde os anos de 1960. A primeira instituição no território norte-rio-grandense com status de planejamento foi o Conselho Estadual de Desenvolvimento – CED, criado através da Lei n. 2.796 de 01 de maio de 1962. Desde então, essa prática vem sendo ressignificada. O estudo analisou a trajetória do planejamento praticado no Rio Grande do Norte e sua relevância para o processo de modernização territorial. Esta tese compreende o planejamento do território como um instrumento de ação política, fomentador de práticas sociais e criador de dinâmicas territoriais. Trata-se de uma possibilidade de antecipar o futuro de forma racional, mesmo que as dinâmicas territoriais produzam contradições. O objetivo de uma ação planejada é promover um uso mais justo do território. Isso implica, segundo Bret (2009) o conhecimento da sociedade e dos territórios onde habitam os diferentes sujeitos, a fim de tornar possível aos homens e mulheres uma vida mais justa. Neste sentido, Béhar (2000) afirma que o território deve ser a finalidade e o método da ação pública. Com base nessas premissas, buscou-se compreender a trajetória do planejamento norte-rio-grandense a partir da realização de uma periodização de eventos, por meio da qual se observou a existência de cinco períodos distintos, compreendidos numa extensão temporal que vai de 1904 a 2010. O primeiro período vai de 1904 a 1960 e o segundo de 1961 até 1970. No que concerne ao terceiro período, vai de 1971 a 1981. O quarto período, por sua vez vai de 1982 a 1987. E finalmente, o quinto período considerado, vai de 1988 a 2010. O exercício da periodização baseada nos estudos de Santos ([1979] 2008) e Souza (1998) permitiu observar e compreender a ação do tempo no espaço geográfico. A periodização permitiu remarcar a materialização dos eventos históricos e não apenas a sua narração, pois os eventos criam objetos e ações. Desse modo, em cada período vê-se a emergência de novas configurações territoriais. A metodologia também contou com a análise de documentos formulados pelo governo estadual. Foram coletados e analisados 20 documentos dentre os quais se têm: 3 estudos, 1 diagnóstico, 1 discurso de posse e 13 planos de governo. Dos 13 planos levantados, 9 são a base da atual política de planejamento estadual. Além disso, foram realizadas 10 entrevistas com políticos e técnicos; levantamento de dados secundários no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A hipótese contida nesta tese é de que, há no Rio Grande do Norte, um planejamento corporativo para uso seletivo do território. Este planejamento ao mesmo tempo em que cria processos de modernização, expande o meio técnico-científico-informacional e acirra as desigualdades territoriais existentes.

Palavras-Chave: Modernização Territorial Seletiva. Meio Técnico-Científico-Informacional. Planejamento Territorial. Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

BARBOSA, Jane Roberta de Assis. **Territorial Planning and Selective Modernizations: The Expansion of Scientific-Technical-Informational Environment in the State of Rio Grande do Norte, Brazil.** 341f. Thesis (PhD). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

The planning of Rio Grande do Norte state's Government has developed since 1960. The first institution in Rio Grande do Norte territory (with planning status) was the State Council Development – (Conselho Estadual de Desenvolvimento) CED, created by Law n. 2796 of May 01, 1962. Since then, this practice has been resignified. The study analyzed the trajectory planning practiced in Rio Grande do Norte and its relevance to the territorial modernization process. This thesis comprises the planning of the territory as an instrument of political action, developing of social practices and creation of territorial dynamics. This is a chance to rationally anticipate the future, even if the territorial dynamics produces contradictions. The purpose of a planned action is to promote a more fair use of the territory. This implies, according to Bret (2009), the knowledge of the company and territories inhabited by different subjects in order to make it possible for men and women to have a fairer life. In this sense, Béhar (2000) states that the territory should be the purpose of public action. Based on these assumptions, we sought to understand the trajectory of Rio Grande do Norte's planning by carrying out a timeline of events, whereby it was observed that there are five distinct periods, including a temporal extension which runs from 1904 to 2010. The first runs from 1904 to 1960 and the second from 1961 to 1970. As regards the third period, this goes from 1971 to 1981. the fourth period extends from 1982 to 1987, and finally the fifth period we considered spans 1988 to 2010. the exercise of periodization based on the work of Santos ([1979] 2008) and Souza (1998) allowed us to observe and understand the action of time in geographic space. The periodization allowed the remarking of materialization in history, and not only because its narration, for events create objects and actions. Thus, in each period is seen the emergence of new territorial configurations. The methodology also included the analysis of documents formulated by the state government. Twenty documents were collected and analyzed, among which, there are: 3 studies, 1 diagnosis, 1 inaugural address and 13 government plans. Of the 13 plans surveyed, 9 are the basis of the current state planning policy. In addition, there were 10 interviews with politicians and technicians; collection of secondary data on the site of the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. The hypothesis contained in this thesis is that in Rio Grande do Norte there is a corporate planning for selective use of the territory. This planning while creating modernization, expands the technical-scientific-informational environment and intensifies existing regional disparities.

Keywords: Selective Territorial Modernization. Scientific-Technical-Informational Environment. Territorial Planning. Rio Grande do Norte.

RESUMÉ

BARBOSA, Jane Roberta de Assis. **Planification Territoriale et Modernisations Sélectives: L'Expansion du Milieu Technique-Scientifique-Informationnel au Rio Grande do Norte, Brésil.** 341f. Thèse (Doctorat en Géographie Humaine). Faculté de Philosophie, Lettres e Sciences Humaines, L'Université de São Paulo, 2014.

La planification des actions du Gouvernement de l'État du Rio Grande do Norte est une pratique développée depuis les années 1960. La première institution sur le territoire norte-rio-grandense à la développer a été le Conselho Estadual de Desenvolvimento – CED, créé par la loi n. 2796 du 1er mai 1962. Depuis, cette pratique a été resignifiée. La présente étude a retracé l'histoire de la planification dans le Rio Grande do Norte en mettant en question sa pertinence dans le processus de modernisation territoriale. Cette thèse considère la planification du territoire comme un instrument d'action politique fomentateur de pratiques sociales et créateur donc de dynamiques territoriales. Il s'agit ainsi d'une possibilité d'anticiper l'avenir de façon rationnelle, même si les dynamiques territoriales en produisent des contradictions. Le but d'une action planifiée est alors de promouvoir un usage plus équitable du territoire. Cela implique, selon Bret (2009) la connaissance de la société et des lieux où habitent ses différents sujets, afin de rendre possible aux hommes et femmes une vie plus juste. C'est pourquoi, dans le même sens, Béhar (2000) affirme que le territoire doit être la finalité et la méthode de l'action publique. A partir de ces prémisses, cette thèse propose une analyse de l'action de planification territoriale à Rio Grande do Norte en considérant cinq périodes principales. La première va de 1904 à 1960, la deuxième de 1961 à 1970. La troisième allant de 1971 à 1981 et la quatrième période, à son tour, de 1982 à 1987. Finalement, la cinquième période considérée va de 1988 à 2010. L'exercice de périodisation dans la méthode géographique, basé sur les travaux de Santos ([1979] 2008) et Souza (1998), permet d'observer et de comprendre l'action du temps dans l'espace géographique. Puisqu'elle va au-delà de la narration des événements, la périodisation permet de remarquer le déplacement matériel des événements. En d'autres termes, chaque événement historique est créateur d'objets et d'actions. Ainsi chaque période assiste à l'émergence de nouvelles configurations territoriales. La méthodologie comprend également l'analyse de documents produits par le gouvernement. Un total de vingt documents a été recueilli et analysé, dont trois études, un bilan, un discours inaugural et treize plans d'action gouvernementaux. Sur les treize plans étudiés, neuf sont à la base de la politique de planification de l'état actuellement. En outre, dix personnes ont été interviewées dont un politicien et un technicien. Également, une récolte de données secondaires sur le site de l'Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a été faite. L'hypothèse soutenue dans cette thèse est qu'il existe à Rio Grande do Norte une planification corporative afin d'une utilisation sélective du territoire. Cette planification, tout en élargissant le milieu technique-scientifique-informationnel, modernise le territoire en même temps qu'elle intensifie ses disparités.

Mots-clés : Modernisation Territoriale. Sélective. Milieu Technique-scientifique-informationnel. Planification Territoriale. Rio Grande do Norte.

RESUMEN

BARBOSA, Jane Roberta de Assis. **Planeamiento Territorial e Modernizaciones Selectivas: La Expansión del Medio Técnico-Científico-Informacional en Río Grande del Norte, Brasil.** 341f. Tesis (Doctorado en Geografía Humana). Facultad de Filosofía, Letras e Ciencias Humanas, Universidad de Sao Paulo, 2014.

El planeamiento de las acciones del Gobierno de Rio Grande do Norte es una práctica desarrollada desde la década de 1960. La primera institución en este territorio con status de planeamiento fue el *Conselho Estadual de Desenvolvimento – CED*, creado por la Ley n. 2.796 de 01 de mayo 1962. Desde entonces, esta práctica ha sido re-significada. El estudio analizó la trayectoria del planeamiento en Rio Grande do Norte y su relevancia para el proceso de modernización territorial. Esta tesis comprende el planeamiento del territorio como un instrumento de acción política, desarrollador de las prácticas sociales y creador de las dinámicas territoriales. Ella¹ es una oportunidad para anticipar el futuro racionalmente, aunque las dinámicas territoriales producen contradicciones. El propósito de una acción de planeamiento es promover un uso más equitativo del territorio. Esto implica, según Bret (2009) el conocimiento de la sociedad y de los territorios habitados por diferentes sujetos con el fin de hacer posible a los hombres y las mujeres una vida más justa. En este sentido, Béhar (2000) plantea que el territorio debe ser el objetivo y el método de la acción pública. Partiendo de estas premisas, fue analizada la trayectoria de planeamiento norte-rio-grandense llevando a cabo una periodización de eventos, en los que se observó que hay cinco períodos distintos, en una extensión temporal que va desde 1904 a 2010. El primer período va desde 1904 hasta 1960, el segundo desde 1961 hasta 1970 y el tercer período va de 1971 a 1981. El cuarto período, a su vez, se extiende de 1982 a 1987 y por último, el quinto período considerado, va desde 1988 a 2010. El ejercicio de la periodización basada en la obra de Santos ([1979] 2008) y Souza (1998) permitió observar y entender la acción del tiempo en el espacio geográfico. La periodización permitió remarcar la materialización de los acontecimientos históricos y no sólo su narración debido a que los eventos crean objetos y acciones. Por lo tanto, en cada período se observa la aparición de nuevas configuraciones territoriales. La metodología también incluyó el análisis de textos formulados por el gobierno estatal. Se colectaron y analizaron 20 documentos, entre los que se encuentran: 3 estudios, 1 diagnóstico, 1 discurso inaugural y 13 planes de gobierno. De los 13 planes encuestados, 9 son la base de la política de planeamiento del estado actual. Además, hubo 10 entrevistas con políticos y técnicos; recopilación de datos secundarios en la página web del Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. La hipótesis contenida en esta tesis es que hay en Rio Grande do Norte, un planeamiento corporativo para el uso selectivo del territorio. Este planeamiento, al mismo tiempo que crea procesos modernización y expande el medio técnico-científico-informacional, también exacerba las disparidades regionales existentes.

Palabras-Clave: Modernización Territorial Selectiva. Medio Técnico-Científico-Informacional. Planeamiento Territorial. Río Grande del Norte.

ÍNDICE DE MAPAS, GRÁFICOS, IMAGENS, QUADROS, TABELAS E FIGURAS

Mapas

Mapa 1 – RIO GRANDE DO NORTE: localização geográfica	43
Mapa 2 – RIO GRANDE DO NORTE: locais percorridos no trabalho de campo	51
Mapa 3 – RIO GRANDE DO NORTE: origem das oligarquias potiguaras	114
Mapa 4 – RIO GRANDE DO NORTE: regiões de influência (1968)	158
Mapa 5 – RIO GRANDE DO NORTE: regiões do PPA	163
Mapa 6 – RIO GRANDE DO NORTE: distribuição dos delegados da 5ª Conferência Estadual das Cidades do poder público municipal, por regiões agregadas	189
Mapa 7 – RIO GRANDE DO NORTE: presença de secretarias municipais de planejamento, 2014	199
Mapa 8 – RIO GRANDE DO NORTE: taxa de analfabetismo por município, 2010	229
Mapa 9 – RIO GRANDE DO NORTE: população e de pessoas sem instrução ou ensino fundamental incompleto entre 15 anos e mais, por município em 2010	229
Mapa 10 – RIO GRANDE DO NORTE: saldo de admissão/demissão por município, 2010	231
Mapa 11 – RIO GRANDE DO NORTE: profissão dos prefeitos eleitos por município, 2012	237
Mapa 12 – NORDESTE: rebanho bovino, número de cabeças de gado, 2011	243
Mapa 13 – NORDESTE: produção de cana-de-açúcar em toneladas, 2011	244
Mapa 14 – RIO GRANDE DO NORTE: total de agências bancárias públicas e privadas por municípios, 2014	246
Mapa 15 – RIO GRANDE DO NORTE: quantidade de domicílios com computador e internet por município, 2010	247
Mapa 16 – RIO GRANDE DO NORTE: relação entre população total e renda domiciliar de até 1 salário mínimo por município, 2010	251
Mapa 17 – RIO GRANDE DO NORTE: regiões do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte	252

Mapa 18 – RIO GRANDE DO NORTE: distribuição dos partidos políticos dos prefeitos eleitos por município (2008 e 2012)	264
Mapa 19 – RIO GRANDE DO NORTE: total de instituições de ensino superior públicas e privadas por município, 2014	265
Mapa 20 – RIO GRANDE DO NORTE: total de famílias cadastradas e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, 2014	283
Mapa 21 – RIO GRANDE DO NORTE: regiões de influência (2007)	287

Imagens

Foto 1 – Equipamentos para produção de energia eólica no Litoral Norde Potiguar, 2014	40
Foto 2 – Casa de farinha com produção artesanal, Município de Vera Cruz/RN	97
Foto 3 – Casa de farinha com produção mecanizada, Município de Vera Cruz/RN	97
Foto 4 – Comemoração da posse do governador Aluizio Alves em 31 de janeiro de 1961.....	132
Foto 5 – Aluizio Alves acompanhado por trabalhadores rurais	136
Foto 6 – Acampamento da Campanha de Pé no Chão se Aprende a Ler	141
Foto 7 – Mesa de abertura da 5ª Conferência Estadual das Cidades	188
Foto 8 – Plenária da 5ª Conferência Estadual das Cidades	188
Foto 9 – Campo de extração de sal da empresa Norsal situada no município de Areia Branca/RN	242
Foto 10 – Máquinas em operação no campo de extração de sal da empresa Norsal situada no município de Areia Branca/RN	242
Foto 11 – Área de cultivo de banana da Fazenda Del Monte Fresh Produce	256
Foto 12 – Galpão de seleção da banana colhida na Fazenda Del Monte Fresh Produce	256

Figuras

Figura 1 – Motor-gerador á diesel da subsidiária inglesa Força e Luz do Nordeste, instalado no município de Macau/RN na década de 1920	79
Figura 2 – Representação simplificada das famílias oligarcas do Rio Grande do	

Norte: oligarquia Alberto-Maranhão	112
Figura 3 – Representação simplificada das famílias oligarcas do Rio Grande do Norte: oligarquia Alves	117
Figura 4 – Representação simplificada das famílias oligarcas do Rio Grande do Norte: oligarquia Rosado	119
Figura 5 – Representação simplificada das famílias oligarcas do Rio Grande do Norte: Maia	121

Organograma

Organograma 1 – Estrutura organizacional da SEPLAN/RN	205
---	-----

Fluxograma

Fluxograma 1 – Opções estratégicas do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte	223
Fluxograma 2 – Modelo de gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte	235

Quadros

Quadro 1 – Governantes do Rio Grande do Norte no período de 1597 – 1939	68
Quadro 2 – MOSSORÓ/RN: Prefeitos (1948-2013)	120
Quadro 3 – Empreendimentos financiados com recursos do PAC	184
Quadro 4 – Conferências Estaduais das Cidades no Rio Grande do Norte	187
Quadro 5 – 5ª Conferência Estadual das Cidades do Rio Grande do Norte – Eixos e Propostas	188
Quadro 6 – RIO GRANDE DO NORTE: proposições para as regiões de planejamento contidas no PPA 2008-2011	194
Quadro 7 – Presidente e ex-presidentes da FEMURN	200
Quadro 8 – Repasse médio mensal para a FEMURN	201
Quadro 9 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte	212
Quadro 10 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte	213

Quadro 11 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte	214
Quadro 12 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Traíri	215
Quadro 13 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste	216
Quadro 14 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste	217
Quadro 15 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal – Natal Metrópole 2020	218
Quadro 16 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Mossoroense	219
Quadro 17 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Açu	220
Quadro 18 – Produção mineral de sal marinho bruto comercializado (2009) por unidade da federação	241
Quadro 19 – RIO GRANDE DO NORTE: doações de empresas em R\$ para campanha ao Governo do Estado – Carlos Eduardo Nunes Alves (2010)	256
Quadro 20 – RIO GRANDE DO NORTE: doações de empresas em R\$ para campanha ao Governo do Estado – Iberê Paiva Ferreira de Souza (2010)	258
Quadro 21 – RIO GRANDE DO NORTE: doações de empresas em R\$ para campanha ao Governo do Estado – Rosalba Ciarlini Rosado (2010)	259
Quadro 22 – Representação Política do Rio Grande do Norte a partir da década de 1960	261
Quadro 23 – RIO GRANDE DO NORTE: emendas parlamentares (2012)	268

Grficos

Gráfico 1 – NORDESTE: Projetos Industriais Financiados pela SUDENE 1960 – 1967	95
Gráfico 2 – RIO GRANDE DO NORTE: rendimento mensal familiar per capita, 2012	250

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE

Associação de Municípios – AMLAP

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL

Coordenadoria de Articulação Municipal – CAM

Democratas – DEM

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS

Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte – FIERN

Federação de Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

Fundo das Nações Unidas para Alimentação – FAO

Fundo Internacional de Socorro à Infância – FISI

Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instituto de Obras Contra as Secas – IOCS

Instituto Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Laboratoire Dynamiques recompositions Sociales et des Espaces – Ladyss

Lei Orçamentária Anual – LOA

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

Organização Mundial de Saúde – OMS

Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD

Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT

Planejamento Plurianual – PPA

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Partido Socialista Brasileiro – PSB

Secretaria Estadual de Planejamento do Rio Grande do Norte – SEPLAN

Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Tecnologia da Informação de Natal – SEMPLA

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS	7
RESUMO	14
ABSTRACT	15
RÉSUMÉ	16
RESUMEN	17
LISTA DE MAPAS	18
LISTA DE IMAGENS	19
LISTA DE FIGURAS	19
LISTA DE ORGANOGRAMAS	20
LISTA DE QUADROS	20
LISTA DE GRÁFICOS	21
LISTA DE SIGLAS.....	21
 INTRODUÇÃO	 28
A respeito dos conceitos e categorias	28
Dos objetivos da pesquisa	41
Metodologia da pesquisa	45
Organização do texto	53
 PRIMEIRA PARTE – A FORMAÇÃO TERRITORIAL NORTE-RIO-GRANDENSE E OS ANTECEDENTES DA AÇÃO PLANEJADA.....	 56
 Capítulo 1 – A formação territorial norte-rio-grandense: uma historiografia das subordinações	 58
A formação territorial potiguar	59
Primórdios da ocupação territorial no Rio Grande do Norte	63
Subordinação jurídica e política	67
Emergência e seletividade do meio técnico no Rio Grande do Norte	70
 Capítulo 2 – Antecedentes políticos do planejamento corporativo seletivo potiguar	 75
A seca e a política de socorros públicos no Rio Grande do Norte	77
A força das instituições públicas: breve análise sobre a atuação do DNOCS e da SUDENE no território norte-rio-grandense	82
A atuação da SUDENE no Rio Grande do Norte	89
 SEGUNDA PARTE – O USO DO TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE E AÇÃO SOCIAL	 99
 Capítulo 3 – As oligarquias estaduais e o processo de modernização seletiva e incompleta do território potiguar	 101
O conceito de modernização e seus princípios teóricos	101
A modernização conservadora	108
As oligarquias estaduais e o processo de modernização territorial norte-rio-	

grandense	110
Capítulo 4 – Cem anos em quatro: a nova configuração territorial norte-rio-grandense	124
O cigano feiticeiro e sua contribuição para o planejamento norte-rio-grandense	131
A Aliança para o Progresso e a nova configuração territorial potiguar	137
Capítulo 5 – Genealogia do planejamento corporativo seletivo norte-rio-grandense	145
O conceito de corporação	147
Contextos sobre o planejamento corporativo seletivo dos anos de 1960 a 1970	150
O planejamento corporativo seletivo na década de 1960	153
O planejamento corporativo seletivo na década de 1970	159
TERCEIRA PARTE – PLANEJAMENTO E DESIGUALDADES TERRITORIAIS	167
Capítulo 6 – Tecnoesfera e psicoesfera do planejamento norte-rio-grandense	169
Reflexões acerca do planejamento no Brasil pós Constituição de 1988	171
O planejamento plurianual norte-rio-grandense	186
Tecnoesfera e psicoesfera do planejamento potiguar	197
Capítulo 7 – Os novos rumos do planejamento corporativo seletivo potiguar	207
Os planos regionais de desenvolvimento sustentável no Rio Grande do Norte	210
Metodologia para elaboração dos planos de desenvolvimento sustentável	221
Diagnóstico das regiões dos planos	227
Modelo de gestão dos planos	233
Capítulo 8 – Desigualdade territoriais norte-rio-grandense: expressões de uma globalização perversa	241
A modernização desigual do território e a expansão do meio técnico-científico-informacional no Rio Grande do Norte	248
Solidariedade político-corporativa no financiamento das campanhas para o Governo do Rio Grande do Norte nas eleições de 2010	255
CONCLUSÕES	272
Dissonâncias da ação planejada no território potiguar	276
Outro planejamento: é possível?	280
Sugestões	285
O futuro como aposta	287
REFERÊNCIAS	290
ANEXOS	311

ANEXO-A	312
ANEXO-B	313
APÊNDICES	315
APÊNDICE-A	316
APÊNDICE-B	317
APÊNDICE-C	318
APÊNDICE-D	320
APÊNDICE-E	321
APÊNDICE-F	322
APÊNDICE-G	323
APÊNDICE-H	324

Antes de fazer alguma coisa, cada homem tem que decidir, por sua conta e risco, o que ele vai fazer. Porém essa decisão torna-se impossível se o homem não possui algumas convicções sobre o que são as coisas em seu redor, ou os outros homens, ou ele mesmo. Unicamente tendo em vista tudo isso, ele pode preferir uma ação à outra, pode, em resumo, viver (José Ortega y Gasset).

INTRODUÇÃO

Esta tese, cujo título é “Planejamento territorial e modernizações seletivas: a expansão do meio técnico-científico-informacional no Rio Grande do Norte, Brasil”, parte da consideração de que a Ciência Geográfica deve se ocupar em compreender como as pessoas usam o território e nele estabelecem diferentes formas de distribuição e organização dos objetos. Considera ainda que esse uso é fomentador de práticas sociais, as quais envolvem a tomada de decisão, planejamento, ação; e por isso podem indicar uma perspectiva interessante de compreensão do território usado.

Optou-se por um estilo de redação que procura articular os elementos teóricos e a pesquisa empírica, ao invés da consagrada revisão teórica com posterior apresentação e problematização dos dados obtidos mediante realização do trabalho de campo. Procurou-se, então, acompanhar o pensamento de Sartre (2002, p. 116), para o qual “o movimento da compreensão é, simultaneamente progressivo (em direção ao resultado do objetivo) e regressivo (remoto em direção à condição original)”. A pesquisa realizada também se valeu da afirmativa de Myrdal (1960, p. 198), de que “o conhecimento empírico não pode adquirir-se sem princípios de seleção e de organização, isto é, sem a visão de uma teoria”. Os princípios teóricos formulados pelo geógrafo Milton Santos para compreender os países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento, são privilegiados. Por este motivo, a indissociabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações e as contradições evidenciadas pelo uso do território, tem centralidade nesta tese. Segundo Souza (2013, p. 23), “o objeto é produto de uma elaboração social, resultado de trabalho humano. A ação é um processo comportamental do homem dotado de uma intencionalidade, que envolve sempre gasto de energia, no qual um agente que muda algo, muda a si mesmo”.

É importante dizer que não se encontrará na tese um capítulo extensamente dedicado ao estado da arte da temática tratada, nem tão pouco do método aqui empregado. O método e o estado da arte aparecerão ao longo do texto, buscando uma articulação entre o saber científico e as informações obtidas por meio do trabalho de campo ou de fontes secundárias utilizadas para discutir o tema central da tese que ora se defende: planejamento territorial e modernizações seletivas.

A respeito dos conceitos e categorias

À pesquisa realizada interessava compreender de que maneira a relação entre a política do Estado, a política das empresas e as oligarquias estaduais convergiu para a criação do meio

técnico-científico-informacional norte-rio-grandense. Essa relação modernizou seletivamente o território ao mesmo tempo em que aprofundou as desigualdades expressas em suas paisagens.

Pode-se então questionar:

O que é o meio técnico-científico-informacional?

E por que não falar simplesmente em meio geográfico, como tradicionalmente empregado pela Ciência Geográfica?

Para responder a essas perguntas serão utilizados de maneira breve, alguns autores da Geografia francesa que se destacam nessa discussão conceitual. O interesse não é uma apresentação evolutiva do conceito, mas o apontamento de alguns autores e suas perspectivas que consideramos relevantes. Em seguida, será apresentada a referência teórica que se adotou nesta tese.

O conceito de meio geográfico foi discutido e amplamente utilizado por Maximilien Sorre, célebre geógrafo francês em um dos seus mais conhecidos livros, *“Les fondements biologiques de la Géographie Humaine. Essai d’une écologie de l’homme”*, originalmente publicado em 1943. Nele, Sorre ([1943] 1971, p. 10)² questionava-se de que maneira o ser humano desenvolve ações para garantir a sua existência em um meio (geográfico) que está em constante variação. A partir dessa consideração o autor entendia que de acordo com sua ecologia humana, o objeto a ser estudado pela Geografia deveria ser a relação do Homem com o seu meio geográfico.

Também no Tomo II “Os fundamentos técnicos” do livro “Os fundamentos da Geografia Humana”, ele deixa clara sua busca por um entendimento mais amplo do meio geográfico que fosse além dos fundamentos biológicos de sua constituição, por isso passou a tratar dos fundamentos técnicos da Geografia Humana. Sorre (1948, p. 5), propunha, compreender a técnica “em seu sentido mais amplo, e não no sentido estreito, limitada as aplicações mecânicas. [...] Ela [a técnica] engloba não apenas as formas primitivas e elementares da atividade, mas todas as formas mais evoluídas. Sua busca conduz a uma explicação geográfica do mundo”.

Para George & Verger (1970, p. 274), o *milieu géographique* ou meio geográfico, em língua portuguesa, refere-se ao “espaço natural ou organizado em torno de um grupo humano,

² “Suivre entre l’homme et le milieu naturel ce jeu passionnant d’actions et de réactions, de luttes et d’alliances, régi par les lois de la biologie, réglé par les lois des probabilités – c’est peut-être tout un, – voilà l’objet que nous assignons à l’écologie de l’homme”.

sobre o qual ele age e onde há uma influência climática, biológica, edáfica, psicológica, econômica, política, etc., considerando-se o comportamento e o estado desse grupo”³.

Em uma linha de pensamento análoga, mas considerando a importância da técnica na constituição do meio geográfico, Lacoste (2003, p. 249) entende que “a noção de meio geográfico inclui não apenas o meio natural e sua transformação através das ações humanas, mas também, os equipamentos técnicos e as construções realizadas numa porção do espaço, compreendido como uma cidade”⁴.

A utilização da categoria meio geográfico ajuda a contar a história da relação do Homem com o seu meio, por intermédio da técnica. Assim, nos termos de uma periodização⁵ feita por Santos ([1996] 2008a), vive-se desde o pós Segunda Guerra Mundial, em um meio técnico-científico-informacional, onde a técnica e a informação alinham-se aos grandes interesses hegemônicos. Segundo Santos ([1996] 2008a, p. 234-235) o meio técnico-científico-informacional é definido como o meio geográfico atual.

Onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção.

Para esse autor foi a partir da década de 1970 que o fenômeno da expansão do meio técnico-científico-informacional chegou aos países subdesenvolvidos. E, a partir do momento em que os territórios tornaram-se mais tecnicizados, com uma significativa recriação da natureza, por conseguinte, da constituição e do aumento das “próteses territoriais seletivas”, que o planejamento voltado em primeiro lugar aos interesses do mercado, passou a fazer ainda mais sentido. Os planos de desenvolvimento formulados pelo governo do estado do Rio Grande do Norte oferecem um importante referencial para compreender o planejamento praticado, pois é por meio dele que a base material do território, inclusive as próteses

³ “Espace naturel ou aménagé qui entoure un groupe humain, sur lequel il agit, et dont les contraintes climatiques, biologiques, édaphiques, psychosociologiques, économiques, politiques, etc., retentissent sur le comportement et l’état de ce groupe (GEORGE & VERGER 1970, p. 274)”.

⁴ “La notion de milieu géographique inclut non seulement le milieu naturel et ses transformations du fait des actions humaines, mais aussi les équipements techniques et les constructions réalisés sur une portion d’espace, y compris s’il s’agit d’une ville (LACOSTE 2003, p. 249)”.

⁵ Uma periodização de acordo com as proposições de Santos ([1985] 2008b) diz respeito a reconstituição do processo da formação socioespacial do território brasileiro, onde cada período histórico é delimitado por um regime e rupturas. De acordo com Santos ([1985] 2008b, p. 97-98), regime é um “pedaço do tempo com forma de produção material específica”. A ruptura, por sua vez é “quando a lógica do regime se modifica”. Outras periodizações acerca do Brasil foram propostas por Prado Júnior ([1945] 2008) e por Furtado ([1959] 2007), por exemplo.

territoriais (infraestrutura) são pensadas. Todavia, os planos oferecem também a visão de futuro dos governantes para um determinado território.

A inspiração para o que está se denominando de próteses territoriais seletivas tem seu fundamento na concepção de atos técnicos em Ortega y Gasset (1963)⁶ e na tecnoesfera em Santos (2004)⁷. Tem-se ainda, Cataia (2003, p. 404), que chamou atenção para a existência da “produção de uma ortopedia territorial apropriada às empresas [que] fica a cargo de estados e municípios”.

O que se está denominando próteses territoriais seletivas são os sustentáculos da mobilidade humana e circulação de mercadorias, a exemplo das pontes, estradas, rodovias, avião, automóvel, etc, cuja construção no território nacional é intencionalmente seletiva, pois está circunscrita a apenas alguns de seus subespaços. Sua relevância para o desenvolvimento da pesquisa que deu origem a esta tese, deve-se ao fato de que no atual período histórico, onde o imperativo da fluidez e da globalização permeia o cotidiano das sociedades, o planejamento territorial e a ordenação do território tem lhes dado centralidade na formulação dos planos de ação do governo nas três esferas de atuação (Federal, Estadual e Municipal). Essa assertiva pode ser demonstrada no Planejamento Plurianual – PPA 2008-2011 do Governo Federal brasileiro. Nele, o Programa de Aceleração ao Crescimento – PAC, formulado durante o primeiro ano do segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ganhou destaque, figurando como prioridade da ação pública.

Além de medidas voltadas a modernização da gestão pública, crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, geração de emprego e renda, o PAC, visa, sobretudo, os investimentos em infraestrutura e renovação da base material do território brasileiro (FARIA, 2010; OLIVEIRA, 2013). E ao mesmo tempo em que contribui para tornar o território mais fluido para uso das empresas, ele também tem promovido um conjunto de obras importantes para uso do território de todos: saneamento, habitação, transportes, energia e recursos hídricos. Eis, aí uma das contradições inerentes ao planejamento do território brasileiro: a promoção da seletividade na construção de algumas obras de engenharia e a oferta de serviços essenciais à

⁶ Segundo Ortega y Gasset (1963, p. 30), os atos técnicos são “aqueles em que dedicamos o esforço, primeiro para inventar e, depois para executar um plano de atividade que nos permita: 1º) assegurar a satisfação das necessidades, evidentemente elementares; 2º) conseguir essa satisfação com o mínimo de esforço; 3º) criar possibilidades completamente novas produzindo objetos que não existem na natureza do homem”.

⁷ De acordo com Santos (2004, p. 256), “a tecnoesfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como prótese”.

população. É a tensão e o embate político que se estabelece entre a promoção do território corporativo versus o espaço banal, para uso de todos.

Como as próteses a que se referiu anteriormente não estão presentes em todos os locais ou são mais densamente construídas em determinadas porções do território nacional, e apenas secundariamente atendem às demandas da população, diz-se que são seletivamente planejadas e construídas para atender aos interesses das empresas e demais agentes hegemônicos. Seguindo uma linha de raciocínio equivalente a respeito da seletividade na construção de infraestrutura, Bertollo (2013) mostrou a convergência entre a logística das empresas e a logística do Estado para dar suporte ao circuito espacial da vacina H1N1. São interesses internos e externos ao território nacional e estadual que exercem uma influência significativa no planejamento do território brasileiro. Esses interesses são conduzidos pelos seguintes agentes: Estado, oligarquias, empresas, organizações não-governamentais, sociedade civil e organismos internacionais.

Para melhor compreender o processo de modernização seletiva e incompleta e a diversidade de agentes que o permeiam, a pesquisa pautou-se na utilização de três categorias⁸. São elas: 1) planejamento territorial; 2) meio técnico-científico-informacional; 3) desigualdades territoriais. E quatro pares dialéticos, que auxiliaram na sua operacionalização das categorias. São elas: interno/externo; tecnoesfera/psicoesfera; densidade/rarefação; novo/velho. Ao longo desta introdução serão apresentadas as definições propostas para cada uma das categorias e dos pares dialéticos.

A escolha do planejamento territorial como categoria justifica-se pelo fato de ajudar a desvelar o processo de expansão do meio técnico-científico-informacional no Rio Grande do Norte, que é uma expressão das modernizações seletivas, as quais são desigualmente evidenciadas nas paisagens.

⁸ Segundo Santos ([1996] 2008a, p. 22-23), “a partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Da mesma maneira e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e o das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnoesfera e uma psicoesfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local. O estudo dinâmico das categorias internas acima numeradas supõe o reconhecimento de alguns processos básicos, originalmente externos ao espaço: a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia”.

Neste sentido, se adotou quatro possibilidades distintas de abordagem. A primeira diz respeito ao modo como o planejamento, que vem sendo denominado de territorial, é concebido nos documentos de governo na esfera da União, dos Estados federados e dos Municípios. Nessa concepção, o Ministério da Integração Nacional, por meio da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT (2006, p. 16), define o planejamento territorial como um “conjunto de diretrizes, políticas e ações programadas, com vistas a alcançar um ordenamento e dinâmica espacial desejados”. E considera o território uma plataforma para ação.

Mesmo que o sentido político dado ao termo plataforma tenha sido utilizado para fazer referência aos compromissos assumidos pelo governo, vê-se nesse modo de compreensão um grande distanciamento entre a concepção de território na Ciência Geográfica; que o considera como uma instância social, portanto, de caráter dinâmico e o território palco das políticas governamentais, uma plataforma.

Conforme Santos (2007, p. 24), “o território não é um espaço inerte, uma plataforma apenas sobre a qual os homens exercem a história. O território com o qual vamos trabalhar não é o território em si, mas o território usado”. Some-se a isto a definição de Ribeiro (2003, p.37), onde o território usado “é uma configuração espessa de mediações (materialidade e imaterialidades) que concretiza o agir político. O território usado e praticado”. As definições de território usado em Santos (2007) e Ribeiro (2003) deixam evidente o hiato existente entre a maneira como os geógrafos que adotam a perspectiva da Geografia Nova ou Renovada⁹ lidam com o território, e o modo como ele é definido nas políticas públicas. O território usado elimina a possibilidade de considerar separadamente objetos e ações, e possibilita um raciocínio geográfico interessante para compreender o mundo (SANTOS, 1999).

A segunda possibilidade de abordagem diz respeito ao modo como o planejamento territorial tem sido tratado pela academia, ou seja, o estado da arte da discussão. O capítulo 6 aborda o tema com mais acuidade, buscando entender como se constitui a tecnoesfera e a psicoesfera do planejamento praticado no Rio Grande do Norte. Nessa constituição, cabe ressaltar a participação de técnicos e influências teóricas internas e externas ao território nacional, que contribuíram para a criação de uma psicoesfera da ação pública, representada pelos planos regionais de desenvolvimento do Governo do Estado. Através dela, foi possível a

⁹ A ideia de que a Geografia é uma Ciência que precisava se renovar permeou o pensamento de Santos ([1978] 2008c). Para ele, seu objeto de estudo era o espaço geográfico, entendido como uma instância social. Também Souza (2003), compartilha dessa ideia e defende que no mundo globalizado, a Geografia através de seus conceitos e categorias basilares é fundamental para desvendamento das intencionalidades políticas de uso do território.

construção de uma tecnoesfera do planejamento, que se escolheu representar por meio das secretarias municipais e estadual de planejamento presentes no território norte-rio-grandense.

É importante ressaltar que essa psicoesfera do planejamento também tem ganhado relevância na academia, que tratou de internalizar o tema do ordenamento territorial¹⁰, planejamento territorial, ou mais recentemente, o que tem se convencido chamar de ação pública¹¹. Se pudermos refletir acerca de um diálogo entre o território usado e o que as Ciências Políticas vêm denominando de ação pública, isso poderia ser feito através do que Lascoumes & Simard (2011) tratam como instrumentos da ação pública, mais precisamente através do estudo de um de seus instrumentos mais tradicionais, o planejamento; que para os geógrafos precisa ser de natureza territorial. Esta natureza pode ser evidenciada quando se observa o estudo desenvolvido por Rochefort (1995) a respeito da *Dynamique de l'espace français et aménagement du territoire*. Nele, percebe-se a relação que se estabelece entre as ações de planejamento territorial, os processos de modernização e as desigualdades territoriais na França, permitindo refletir acerca das contradições da ação pública.

Ao discutir acerca dos insucessos e incoerências do planejamento praticado na França

¹⁰ A respeito da bibliografia que trata sobre o ordenamento territorial na academia vide ALMEIRA & SOARES (2009). Neste livro aborda-se a importância do ordenamento territorial no contexto brasileiro destacando a relação entre o tema, a ciência geográfica e os estudos sobre o meio ambiente. Outro autor que tem se debruçado sobre o tema é FERRÃO (2011) da Universidade de Lisboa, Portugal. No livro Ordenamento do Território como Política Pública, o autor reflete, a partir da sua experiência como Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades de Portugal, a respeito dos conceitos de ordenamento do território no contexto de sua evolução e atualidade. Já no que se refere a discussão institucional sobre o tema, ela poderá ser encontrada no livro: Para pensar uma Política de Ordenamento Territorial, publicado pelo MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2005). Este livro reúne textos de geógrafos de destaque nacional como Antônio Carlos Robert de Moraes, Rogério Haesbaert, Wanderley Messias da Costa e Bertha Becker, elaborados a partir dos Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, realizada em Brasília no período de 13 a 14 de novembro de 2003. E no texto Subsídios para a Definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT, publicado pelo MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2006). Também SILVA (2013), publicou através do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada – IPEA o texto Avanços e Limites na Implementação de Políticas Públicas Nacionais sob Abordagem Territorial no Brasil. No texto são abordados temas como descentralização federativa e coordenação da ação pública, experiências recentes de planejamento territorial no Brasil.

¹¹ A discussão sobre ação pública tem sido fomentada pela Ciência Política francesa, onde tem ganhado muita força, inclusive no direcionamento das ações do governo federal. O termo é usado para fazer referência à todas as ações do Estado, nas quais as políticas públicas, o orçamento, e o planejamento, por exemplo, constituem seus instrumentos para a realização de suas práticas.

Guglielmo¹² (1995, p. 93) oferece uma rica reflexão sobre as intencionalidades que permeiam essa ação política. Para ele, “o planejamento do território nunca é inocente. Ele está a serviço de uma política, onde o objetivo não é necessariamente o combate ou a resolução das desigualdades, notadamente sociais, do espaço nacional”. O autor ainda chama atenção em seu texto para uma estreita imbricação entre as orientações dos governos e os principais grupos econômicos e financeiros presentes no território francês.

A terceira abordagem parte, do que se interpreta que ele seja através da realidade observada: o território potiguar. Ao longo de sua formação territorial o Rio Grande do Norte esteve sob influências de agentes externos ao seu território que agiam segundo seus interesses políticos e econômicos a exemplo dos colonizadores (portugueses e holandeses). E agentes internos, que se destacam através do surgimento de personalidades políticas estaduais como Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, o qual é percussor das oligarquias que passaram a comandar o Estado desde o século XIX. Nos dias atuais, elas são representadas por três famílias: Alves, Maia e Rosado, que desde os anos de 1960 ocupam importantes cargos no Executivo e Legislativo estadual.

No tocante ao planejamento praticado no território norte-rio-grandense pode-se falar da influência exercida pelas pequenas empresas de consultorias, associações de municípios e a federação de municípios, as quais têm atuado por meio da prestação de consultorias às prefeituras municipais para elaboração de planos, diagnósticos e orçamentos. Admite-se que a junção de empresas, instituições, oligarquias, organizações não-governamentais e Estado compõe uma corporação de agentes, cujo interesse comum é o uso do território norte-rio-grandense, com vistas a garantir a realização de seus interesses particulares. Para isso, valem-se do planejamento das ações públicas afim de torna-lo, ao mesmo tempo, moderno e desigual.

Seria o planejamento praticado pelo Estado do Rio Grande do Norte um planejamento corporativo para uso seletivo do território?

Ao longo dos capítulos que integram esta tese, se poderá observar que o Estado e, por conseguinte, o planejamento por ele praticado no Rio Grande do Norte sempre esteve, em primeiro lugar, a serviço de interesses particulares, e apenas secundariamente à população. É o que revela sua formação territorial. Serão destacados a seguir três exemplos do Estado e do planejamento a serviço de interesses particulares.

¹² L'aménagement du territoire n'est jamais innocent. Il est au service d'une politique, dont l'objectif n'est pas toujours nécessairement de combattre et de résorber les disparités, notamment sociales, de l'espace national (citado como no original).

O primeiro diz respeito à utilização do dinheiro e alimentos provenientes dos socorros públicos no século XIX, que deveriam ser distribuídos com a população do estado durante os períodos de seca. No entanto, muitas vezes, era utilizado para troca de voto durante o período eleitoral. Ainda neste século tem-se a apropriação da Inspetoria de Obras Contra a Seca – IOCS (1909), pelas oligarquias estaduais em benefício próprio, conforme asseverou Francisco de Oliveira (1981).

Outro exemplo de como o planejamento praticado no Rio Grande do Norte tem servido em primeiro lugar aos interesses de um grupo particular ocorreu em 1968 (século XX), quando foi criada no estado a empresa Maísa, situada no município de Mossoró. Sua atuação voltava-se ao cultivo e exportação de frutas tropicais, e a primeira diretoria da empresa era composta por uma figura ilustre da política potiguar, José Agripino Maia¹³.

Em 1970, o então governador do Estado, José Cortez Pereira (1971-1975), lançou o projeto denominado Vilas Rurais nos municípios de Mossoró e Serra do Mel. A realização desse projeto abrangeu justamente o município, onde a Maísa tinha sua sede (FELIPE, 2010). A empresa foi referência estadual no beneficiamento, estocagem e embalagem de frutas, e sua marca foi reconhecida nacional e internacionalmente. Na década de 1990, decretou falência e suas terras foram adquiridas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e usadas para Reforma Agrária, onde foram assentadas mais de 1.000 famílias que continuam vivendo no local, e deram origem ao Assentamento Maísa.

O ano de 1970, quando foi lançado o Projeto Vilas Rurais, marca o surgimento de duas novas oligarquias políticas no Rio Grande do Norte, família Alves e família Maia. A primeira, tendo como líder Aluízio Alves, natural do Município de Angicos e a segunda tinha como líder Tarcísio Maia (1975-1979), pai de José Agripino Maia, atual presidente do partido político Democratas – DEM, e também governador do Estado durante o período de (1983-1987).

Nos dias atuais (século XXI), uma das evidências dessa trama de interesses é a destinação do dinheiro proveniente das emendas parlamentares, geralmente priorizando os municípios que possuem relações de “apadrinhamento” com determinados parlamentares. Voltar-se-á a esse tema no último capítulo desta tese.

¹³ José Agripino Maia nasceu em Mossoró/RN, foi Diretor-Presidente da Maisa – Mossoró Agro-Industrial S/A em 1968; Engenheiro-Chefe de Obras da EIT – Empresa Industrial Técnicas S/A (1969-1972); Gerente Regional da EIT para os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba (1972/1975); Diretor-Superintendente da CIT – Companhia Industrial Técnica (no país, pioneira no aproveitamento integral do babaçu).

Pode-se então falar de uma corporação de agentes político-econômicos (empresas, instituições, oligarquias, organizações não-governamentais e Estado) que utiliza o planejamento para respaldo dos seus interesses. Defende-se, portanto, a tese de que no Rio Grande do Norte há um planejamento corporativo para uso seletivo do território.

O planejamento corporativo seletivo foi definido para efeito da pesquisa realizada como: um processo constituído através de uma demanda de racionalização territorial, regido por ações normativas e técnicas, que serve como “instrumento” para ação política com vistas ao uso seletivo do território. É evidente que esse planejamento ganha novas feições nos distintos períodos históricos, afinal há que se considerar a dinâmica da sociedade e do espaço geográfico.

A validade dessa definição que tem na periodização um instrumento de método fundamental refere-se ao fato de que a historiografia da ação pública do Rio Grande do Norte e dos agentes a ela associados, por meio da formulação de normas e técnicas, em todos os períodos analisados contribuíram para tornar o uso do território mais seletivo e desigual. As desigualdades, conforme nos ajuda a refletir Gottdiener (1993), Harvey (2006), Smith (1988) e Souza (2003), são resultado de um longo processo de atuação do modo de produção capitalista no espaço geográfico, que se expressam por meio das paisagens.

Finalmente, a quarta abordagem está contida nas considerações finais desta tese. Diz respeito a uma possibilidade de pensar e planejar o futuro com bases territoriais. Ela se opõe a compreensão de território como uma plataforma para definição das políticas públicas e propõe o estabelecimento de um pacto territorial estrutural nos termos de Santos (1980). Trata-se de uma possibilidade de antecipação do futuro de maneira racional com vistas ao uso mais justo do território (SOUZA, 1988, 1996, 1998). Parafraseando Bret (2009), significa compreender as sociedades nos seus territórios para tornar possível aos homens e mulheres uma vida mais justa.

A tese apoiou-se também na utilização de categorias e pares dialéticos. As primeiras já foram aqui apresentadas. Os pares dialéticos a que se está referindo são abordados por Santos ([1996] 2008a) para construir os elementos analíticos que permitam aos geógrafos estudar os países do terceiro mundo. São eles: tecnoesfera e psicoesfera¹⁴, interno e externo, os quais estão relacionados à categoria planejamento territorial. Densidade e rarefação, que se juntam

¹⁴ O que se denomina nessa tese de psicoesfera e tecnoesfera do planejamento, tem sua inspiração em Santos ([1996] 2008a p. 256), o qual afirma que a primeira refere-se as ideias, crenças, paixões e a tecnoesfera, funcionaria como uma tradutora de interesses distantes, sendo representada por objetos técnicos, “[...] aderindo ao lugar como uma prótese”.

com o meio técnico-científico-informacional e com as desigualdades territoriais. Já o par novo e velho, à modernização territorial seletiva e incompleta.

O planejamento praticado no Rio Grande do Norte apresenta as seguintes características: 1) A formulação dos seus planos está pautada na influência de agentes internos e externos ao seu território. 2) Existência de uma psicoesfera, representada por interesses expressos na formulação dos planos e programas, normas (leis, decretos, portarias) e ações. 3) Existência de uma tecnoesfera formada pelas secretarias de planejamento, conselhos e associações, em sua estrutura física.

O externo/interno tem como base para o seu entendimento e aplicação a obra de Santos (2008 [1985], p. 103-104), para o qual:

Externo não é forçosamente *exterior*, exceto quando a escala de estudo ou variável é o país tomado como um todo. Quando se trata, por exemplo, de um lugar, pequeno ou grande, o externo é dado pela região, pelo Estado, pela Nação. Quanto ao *interno*, sua dimensão varia também com a escala de análise adotada. Mas sua definição pode ser dada como sendo a do conjunto de variáveis tal qual estão *presentes* na área em questão. Em qualquer circunstância, mas, sobretudo no espaço transformado, o *interno* aparece como a *internalização* do externo.

Em se tratando da operacionalização do método, considerou-se as influências internas e externas ao processo de modernização territorial e ao planejamento corporativo seletivo, que vem transformando o território potiguar em um território cooptado e dominado pela ação de uma corporação de agentes com interesses particulares. Neste sentido, a periodização, instrumento do método adotado, evidenciou que em alguns períodos o interno foi o estado do Rio Grande do Norte; e em outros um conjunto de municípios, com maior significado para o Estado e para as empresas devido à importância dos recursos naturais neles presentes.

O externo caracterizou-se, por exemplo, pela relação estabelecida entre o governo estadual e o governo norte-americano, além da prática seletiva das empresas multinacionais instaladas no território potiguar, como a Del Monte Fresh Produce. Essa empresa tem sua sede nas ilhas Cayman (Caribe) e o centro administrativo das suas operações na Flórida, Estados Unidos da América. Ela selecionou os municípios Ipanguaçu, Carnaubais e Açu, situados na região do Vale do Açu, para desenvolver sua monocultura de banana. Trata-se de uma região que é um polo de produção da fruticultura irrigada no território norte-rio-grandense.

O externo também pode ser visto como o Brasil, especificamente a região concentrada¹⁵ e os demais estados nordestinos.

A partir da presença de objetos geográficos e ações promovidas pelo Estado do Rio Grande do Norte, estimou-se quais os locais de maior densidade e rarefação no que se refere à expansão do meio técnico-científico-informacional no território potiguar, uma vez que conforme Souza (2003, p. 19), “o território é mais ou menos denso técnica e informacionalmente. Os mais densos são espaços luminosos, submetidos à volúpia do tempo presente, os rarefeitos são espaços opacos”. Os territórios são mais densos ou rarefeitos do ponto de vista da presença de ações e objetos técnicos modernos promotores de uma dinâmica territorial. Os objetos a que se faz referência são estradas, portos, aeroportos, ferrovias, ou seja, a expressão material do uso do território que é suporte para a produção e fluidez do capital.

A rarefação se expressa, precisamente, na ausência ou menor densidade dessas ações e objetos técnicos modernos. Os territórios mais densos, no que concerne à expressão do meio técnico-científico-informacional, correspondem aos municípios do Rio Grande do Norte, historicamente com economia mais dinâmica, e por isso, dotados de maior infraestrutura urbana. São eles: Natal, Mossoró, Parnamirim, Macaíba, Ceará-Mirim, Pau dos Ferros, Macau, Areia Branca, Caicó, Açu, João Câmara. Paradoxalmente, estes municípios concentram também o maior número de pobres, e as desigualdades territoriais são mais agudas.

Finalmente, o quarto par: novo e velho está mais diretamente relacionado à modernização territorial seletiva. A relação que se coloca entre ambas responde ao interesse de tratar o processo de expansão do meio técnico-científico-informal, sem opor o novo e o velho. Antes, porém, procura demonstrar que eles convivem territorialmente ao longo do tempo; e a modernização que se instala em cada período apoia-se, justamente nessa convivência.

Desta feita, concorda-se com Santos ([1985] 2008d, p. 106-107) com relação ao fato de que:

O novo é essencialmente representado pelas inovações, cuja matriz atual é dada pela ciência e pela técnica, isto é, as comunicações modernas, os mecanismos modernos de captura da acumulação e da poupança, os

¹⁵ Região de maior densidade técnica do território brasileiro e é formada pelos seguintes estados: Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sul do Espírito Santo, Sul de Minas Gerais.

transportes modernos etc. O velho é, sobretudo, o domínio das relações sociais, da provisão de serviços públicos, da maior parte da produção destinada ao consumo, dos transportes de massa, assim como as velhas formas de povoamento. Novo e velho se encontram ambos, permanentemente, em estado de mudança, que é dialética. Sendo contraditórios, funcionam, porém, em forma complementar e conjunta. As combinações do novo e do velho variam segundo lugares.

Nos dias atuais, o novo revelou-se através da chegada e expansão dos serviços de internet, telefonia móvel, além da instalação dos parques eólicos. Estes últimos, transformando a paisagem do Rio Grande do Norte com suas torres e hélices gigantes (ver foto 1) em uma paisagem quixotesca. Ou mesmo pela inserção conceito de desenvolvimento sustentável incorporado nos planos, o qual tem ganhado cada vez mais relevância nos atuais planos e programas de governo nas três esferas de poder.

Foto 1 – Equipamentos para produção de energia eólica no Litoral Norte Potiguar, 2014. Foto de Monize Moura.

As grandes instituições de financiamento à exemplo do Banco Mundial, passaram a exigir a utilização do desenvolvimento sustentável na formulação das políticas públicas, como se isso significasse uma revolução nas práticas de planejamento.

O velho apresentou-se na forma das tradicionais oligarquias da política potiguar, que da década de 1960 até a década de 1980 foram tão importantes para o processo de modernização territorial norte-rio-grandense, como são hoje as empresas e organismos internacionais. Some-se, ainda, a gênese e permanência das desigualdades presentes no

território estudado. A coexistência do novo e do velho convergiu para o surgimento de uma hibridez territorial, que se expressa nas paisagens das cidades percorridas durante o trabalho de campo.

Dos objetivos da pesquisa

O estudo do planejamento que vem sendo realizado no Brasil, e mais especificamente no Rio Grande do Norte, revela as contradições da ação pública. Se por um lado a prática do planejamento brasileiro modernizou o território, atendendo às demandas das grandes empresas, por outro contribuiu para o aprofundamento das desigualdades territoriais. Poder-se-ia então falar de uma ação pública em consonância com uma ação privada na promoção de um planejamento corporativo e seletivo do território brasileiro? Ou melhor, uma política do Estado em consonância com uma política das empresas com vista a um uso do território cada vez mais seletivo? (SANTOS 1997; DEBRIE 2010).

Através desses questionamentos, desenvolveu-se um estudo do processo de modernização territorial respaldado pelo planejamento realizado no estado do Rio Grande do Norte¹⁶ (ver mapa 1), situado na Região Nordeste do Brasil. Esse processo converge para a expansão seletiva do meio técnico-científico-informacional. Assim, importava compreender de que maneira o uso do território potiguar, promovido no processo de planejamento gera modernizações e desigualdades.

O objetivo geral da tese foi compreender, através da reconstituição da formação territorial norte-rio-grandense, como ocorre a expansão do meio técnico-científico-informacional, ao mesmo tempo em que se estabelecem os processos de modernizações e desigualdades territoriais no Rio Grande do Norte.

Especificamente, procurou-se:

- a. Identificar através da periodização do planejamento territorial, os sucessivos processos de modernização e expansão do meio técnico-científico-informacional, tendo como variável-chave o planejamento corporativo seletivo;
- b. Elaborar com auxílio da cartografia temática digital uma análise da expansão do meio técnico-científico-informacional, observando as áreas de maior densidade e escassez;

¹⁶ Sua capital é Natal e apresenta uma população, em conformidade com o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 3.168.027 habitantes. Sua área é de 52.796,8 km², correspondente a pouco mais da metade do território de Portugal, que é de 92.152 km².

- c. Analisar os planos de desenvolvimento elaborados pelo governo estadual e as ações neles contidas voltadas à expansão meio técnico-científico-informacional no estado do Rio Grande do Norte;
- d. Desvendar os mecanismos criados, a partir da utilização do planejamento corporativo seletivo, para convergência no acirramento das desigualdades territoriais norte-rio-grandense;
- e. Analisar as implicações territoriais no tocante à realização de modernizações territoriais seletivas presentes no Rio Grande do Norte;
- f. Identificar a participação dos agentes nacionais e internacionais nas ações de planejamento no Rio Grande do Norte, bem como suas estratégias e intencionalidades.

Metodologia da pesquisa

Dois grandes discursos sustentam o sistema de eventos¹⁷ mais significativos do planejamento corporativo seletivo potiguar, denominado pelo governo estadual de planejamento regional, evidenciados nos documentos de governos (planos, programas e projetos). O primeiro é aquele da modernização, que pode ser representado por dois grandes pilares: 1) construção de infraestrutura ou grandes obras de engenharia, basilares para a expansão dos processos produtivos; 2) a necessidade de acabar com a pobreza existente no Rio Grande do Norte, a partir da elaboração e execução de Planos e Programas de combate à pobreza, com o apoio do Banco Mundial. Embora esse argumento seja utilizado para a realização de acordos de cooperação internacional ou mesmo para obtenção de financiamentos, ainda recebe, por parte do Estado, um tratamento secundário.

Foram realizados pelo menos três grandes projetos em cooperação com organismos internacionais e Governo Federal, de acordo com o sítio do Governo Estadual do Rio Grande do Norte. A justificativa para a sua realização foi a melhoria da estrutura administrativa e financeira do governo, além do combate às desigualdades sociais. O primeiro projeto: Reestruturação e Modernização do Sistema de Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Norte – PREMOSAT, teve início em 2002 e foi concluído em 2008. Por meio dele se direcionou esforços para a modernização da gestão tributária. O Projeto que tinha como parceiro o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, contava com um orçamento de US\$ 11.003.172 liberado através do Governo Federal, e até 2007 já havia sido empregado US\$ 17.061.997,14 de acordo com o sítio do PNUD¹⁸.

No que se refere à modernização financeira, em conformidade com a Lei n. 7.869 de 19 de junho de 2000, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do ano de 2001 e dá outras providências; o Programa de Modernização da Administração Fiscal do Rio Grande do Norte conta com dois projetos: Projeto de Modernização das Áreas Financeiras – PROMAF e a Procuradoria Fiscal, através do PROAD. O objetivo desse Programa foi o de “modernizar os procedimentos e capacitar pessoal na área fiscal do Estado, visando aumentar a arrecadação e controlar a despesa e a dívida”. Embora a referida lei faça menção ao Programa no quadro de metas e prioridades em anexo a Lei n. 7.869 de 19 de junho de 2000, não foram encontradas

¹⁷ Com inspiração em Santos (1996) ideia de evento, segundo Souza (2005, p. 195), diz respeito a “um instante do tempo e um ponto do espaço. Os eventos criam o tempo como portadores da ação presente. [...] Os eventos, portanto, operam essa ligação entre os lugares e a história em movimento”.

¹⁸ Informações obtidas através do sítio da PNUD <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3531> <Acesso em 10 de abril de 2013>

informações no site do Governo do Estado do Rio Grande do Norte acerca dos recursos financeiros e orçamentários empregados para a sua execução.

Destaque-se também o Projeto de Combate à Pobreza Rural do Rio Grande do Norte – PCR, que tem sua origem vinculada ao Programa de Apoio ao pequeno Produtor Rural do RN- PAPP/RN criado em 18 de junho de 1997, por meio de parceria entre o Banco Mundial e o Governo do Estado, sob o aval do Governo Federal. Para sua execução foi firmado um acordo de empréstimo de nº 4120-BR, no valor de US\$ 24.000.000,00, com vistas a dar continuidade às ações desenvolvidas através do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Rio Grande do Norte, reformulado em 1993 e encerrado em dezembro de 1995. De acordo com o senhor Américo Maia, Coordenador de Planejamento, Acompanhamento e Controle da Secretaria Estadual de Planejamento do Rio Grande do Norte – SEPLAN, entrevistado para esta tese em 13 de setembro de 2013, atualmente o governo estadual desenvolve as seguintes parcerias internacionais:

- Programa RN Sustentável: objetiva-se financiar a modernização da gestão administrativa e de aspectos produtivos, através do Banco Mundial;
- Tecnologias para a produção de oleaginosas (biocombustível) em parceria com a JICA, órgão do governo japonês responsável pela organização da Assistência para o Desenvolvimento – ODA, que apoia o crescimento e a estabilidade social e econômica dos países em desenvolvimento;
- Modernização da gestão fiscal, por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
- Formação continuada do quadro técnico, através da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL.

Em se tratando das parcerias nacionais têm-se a do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que através do PROINVESTE, programa criado para aumentar a capacidade de investimento dos estados da federação brasileira, direcionou recursos para o Estado do Rio grande do Norte tendo como agente financeiro o Banco do Brasil. Segundo a entrevista concedida por Américo Maia, os recursos dessa parceria seriam destinados para melhoria da segurança pública do Estado e do transporte público. O BNDES está financiando ainda a construção do hospital de traumas, obras de mobilidade urbana para a Copa de 2014; e o Programa PROTRANSPORTE, que orienta as

ações de pavimentação e mobilidade da Região Administrativa Norte da cidade de Natal, com vistas a atender as demandas de acesso ao Aeroporto Aluizio Alves.

Nesta tese consideraram-se dois modos de compreender as modernizações territoriais, que se qualificaram como incompletas e seletivas. O primeiro foi através da lida com tempo. Visto por essa perspectiva, Santos ([1979] 2008e p. 31) diz que a modernização é “uma generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou fase imediatamente precedida”. Essa lida com tempo para entender o processo de modernização territorial não opõe o novo e o velho, antes, consegue perceber a sua coexistência dentro de um mesmo período histórico através do recurso da periodização. O segundo refere-se ao modo como ela é considerada nos documentos de planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, seja para fazer referência ao aspecto administrativo ou para falar dos novos objetos técnicos necessários a atender os interesses daqui e d’alhores.

Nesse sentido, para fins da pesquisa, definiu-se a modernização territorial incompleta e seletiva como o resultado de uma eficiência administrativa e territorial voltada a garantir a permanência de dinâmicas territoriais, através da dotação de novas ou velhas práticas de gestão administrativa e econômica; e da criação de instrumentais técnicos e normativos. Tudo isso para viabilizar novas ações e objetos que absorvam as novidades de cada período, sem que estes neguem a existência dos períodos precedentes.

Para entender de forma mais profunda o processo de modernização territorial seletiva e as desigualdades territoriais forjadas através da prática do planejamento corporativo seletivo, utilizou-se como instrumento de método, a elaboração e análise de uma matriz de periodização (ver apêndice), buscando o entendimento de que o território norte-rio-grandense é parte constituinte de um todo maior, que é o Brasil.

O exercício da periodização permitiu observar a ação do tempo no espaço geográfico e vice versa, ultrapassando a narração dos eventos uma vez que sua finalidade era a compreensão do movimento de materialização dos eventos. Esses criam objetos e ações, possibilitando em cada período histórico o surgimento de novas configurações territoriais¹⁹. A matriz permitiu ainda identificar os agentes das ações, suas sucessões e coexistências, elementos essenciais para um estudo rigoroso desta natureza.

A periodização realizada na tese, diz respeito ao conhecimento do processo de planejamento no estado do Rio Grande do Norte, cuja análise identificou cinco períodos. Eles

¹⁹ Para Santos (2008, p. 62), “a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais”.

estão compreendidos numa extensão temporal que vai de 1904 a 2010. A escolha do marco inicial deve-se ao fato de se considerar 1904 como um ano de fortes tensões políticas de disputa pelo poder político potiguar pós-instalação do regime republicano, as quais utilizavam o problema da seca²⁰ como moeda de barganha para fortalecimento das oligarquias agrárias. O ano de 2010 é o demarcador final da periodização, uma vez que neste ano já haviam sido elaborados os últimos planos regionais para o Rio Grande do Norte.

O primeiro período compõe a primeira parte da tese e vai de 1904 a 1960. Nele pode-se observar o que Silva (1978) denominou de raízes da ideologia do planejamento no Nordeste brasileiro. O segundo e terceiro períodos identificados na matriz de periodização, integram a segunda parte da tese. Vai de 1961 a 1981 e tem como característica marcante a importância do governo militar, do regime de governo ditatorial e a sua influência no planejamento regional brasileiro. O quarto período vai de 1982 a 1987 e, finalmente, o quinto de 1988 a 2010.

Os períodos identificados a partir da análise da matriz de periodização ajudaram a dar sustentação à redação das três partes da tese, onde se procurou seguir uma coerência temporal com base nos principais eventos.

A partir de sua análise juntou-se os elementos para compreender como foram criadas e fortalecidas as desigualdades territoriais norte-rio-grandense, ao mesmo tempo em que se expandiu o meio técnico-científico-informacional. Isso não foi muito fácil de ser identificado, sobretudo por tratar-se de uma análise das ações de planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Estas ações não são de todo evidente no discurso político e nem nos textos dos planos e programas por ele elaborados. Além disso, há uma diversidade de agentes envolvidos no processo (Estado, oligarquias, ONGs, organismos internacionais, empresas, população), os quais complexificam o estudo.

A análise implica ainda, na compreensão da gênese e uso de uma prática política (o planejamento territorial) que se readéqua a cada novo período, demandando, uma capacidade de análise muito criteriosa para conseguir captar quem são os agentes que dela fazem uso e quais são as suas intencionalidades. Mais ainda, implica num esforço de demonstração

²⁰ A seca é um fenômeno natural, provocada pela escassez de água, associada à longos períodos de precipitação pluvial; e ao mesmo tempo um fenômeno político, uma vez que sua ocorrência (especificamente no Nordeste brasileiro) e conhecimento de suas consequências sobre as populações, ecossistemas e atividades econômicas é bastante antigo. Entretanto, foi historicamente utilizada como alavanca para angariar votos durante os períodos de eleição. Já o polígono das secas refere-se a uma delimitação territorial, sujeita a períodos críticos de prolongada estiagem. Compreende os estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, extremo norte do estado de Minas Gerais e do Espírito Santo.

territorial desse processo. Some-se ainda o fato de que a realização do planejamento territorial deve ser publicamente monitorada por meio de documentos financeiros e administrativos do Governo, publicados no Diário Oficial. Todavia, a despeito da Lei 11.257 de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação, esses documentos não são facilmente acessíveis.

Levando em consideração os apontamentos acima realizados, a pesquisa que culminou na redação desta tese foi sustentada em uma extensa pesquisa bibliográfica e documental nas seguintes instituições: Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Bibliotecas da Universidade de São Paulo, Bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco. Bibliothèque Nationale de France, Bibliothèque de l'Université Paris-Est Créteil, Bibliothèque de l'Université Paris 8 Saint-Denis, Bibliothèque Paris I - Tolbiac (Pierre Mendès), L'Institut de Géographie, Bibliothèque Pierre Monbeing (l'Institut des hautes études de l'Amérique Latine - IEHAL / CREDA), Interuniversitaire la Bibliothèque de Santé (BIU Santé).

Ainda no que se refere à pesquisa bibliográfica e documental, realizou-se uma investigação detalhada no acervo Diário Oficial do Rio Grande do Norte, com vistas a dirimir dúvidas a respeito da publicação de alguns atos administrativos sobre a prática do planejamento corporativo seletivo. Também foram feitas consultas no arquivo do jornal local Tribuna do Norte, com o interesse de obter informações a respeito do cotidiano político do Estado nos anos de 1960, durante o governo de Aluísio Alves, que era um dos sócios do jornal. Neste sentido, considerou-se que o jornal poderia revelar algumas informações sobre esse governo no cotidiano local, por isso sua utilização, ponderando-se as informações contidas em suas publicações por se tratar de um jornal da família Alves.

No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte²¹, o interesse era localizar o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do RN (1961-1965). Foram consultados os seguintes acervos: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte; Biblioteca do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente – IDEMA (onde estão localizados documentos públicos do governo do estado); Memorial Câmara Cascudo; Instituto Histórico e Geográfico do RN; Biblioteca da SEPLAN; Memorial Aluísio Alves. Todavia, o plano não foi localizado nesses arquivos e em nenhuma instituição pública do Estado do Rio Grande do Norte.

²¹ Vale a pena registrar o tamanho descaso para com a memória política do estado do Rio Grande do Norte, haja vista o aparente abandono do prédio em que está situado o Arquivo Público estadual, e a conservação do seu acervo.

No Arquivo Público Estadual encontrou-se um material interessante, cujo título é “Mensagens de Governo”. Tratam-se de relatórios anuais submetidos pelos governadores à Assembleia Legislativa. Na ocasião consultou-se o material existente sobre o governo de Aluizio Alves (apenas dois anos estavam disponíveis), no qual observou-se referências ao plano de governo pesquisado. Sendo assim, quando no corpo do texto desta tese se fizer menção ao plano em questão, saiba-se que as análises e afirmativas são apoiadas ora nos documentos das mensagens de governo ou ofícios encaminhados à Assembleia Legislativa, ora em autores que o utilizaram em seus artigos.

O levantamento de dados secundários para elaboração de mapas temáticos com uso da cartografia digital também se constituiu numa etapa importante da pesquisa. Os mapas têm como objetivo representar territorialmente as áreas de maior densidade e escassez no que se refere a expansão do meio técnico-científico-informacional e as desigualdades presentes do território norte-rio-grandense. Para isso considerou-se os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE através da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD, concernente aos dados: 1) saldo entre o número de admissões e demissões; 2) total de famílias cadastradas e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família; 3) população total; 4) número de agências bancárias; 5) número de Instituições de Ensino Superior. A partir de dados obtidos nos sítios eletrônicos das prefeituras municipais do Rio Grande do Norte, elaborou-se um mapa temático contendo as secretarias de planejamento existentes no território potiguar. Finalmente, por meio do sítio eletrônico do Supremo Tribunal Superior Eleitoral, obtiveram-se dados que ajudaram a expressar cartograficamente o perfil profissional dos prefeitos e os financiamentos de campanha para o governo do estado.

A partir da análise dos dados secundários houve a necessidade de realizar trabalho de campo, o qual ocorreu em três etapas. A primeira foi em setembro de 2009 e contou com a coordenação da Professora Maria Adélia de Souza. Na ocasião foi feito um percurso em 29 municípios do estado do Rio Grande do Norte²² com parada em 10 deles (ver mapa 2). Tratava-se de um trabalho de campo mais exploratório para se ter uma dimensão paisagística sobre a expressão do meio técnico-científico-informacional no território norte-rio-grandense.

²² Os municípios percorridos na primeira etapa do trabalho de campo foram os seguintes: Taipú, João Câmara, Jandaíra, Galinhos, Caraúbas, Barra do Meio, Guamaré, Macau, Alto do Rodrigues, Ipanguaçu, Itajá, Açu, Mossoró, Apodi, Umarizal, Olho d’água dos Borges, Patu, Jardim de Piranhas, Caicó, Jardim do Seridó, Acari, Currais Novos, Campo Redondo, Santa Cruz, Tangará, Serra Caiada, Bom Jesus, Lagoa de Matos, Parnamirim, Natal.

Em 2010, realizou-se uma nova incursão pelo Rio Grande do Norte, dessa vez em mais 8 municípios²³, com o apoio do Prof. Aldo Dantas, que coordena as atividades do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD. Esse programa foi realizado a partir de parceria entre três universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Universidade de São Paulo – USP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Ao longo de 2011 e no segundo semestre de 2013 foram realizadas outras incursões ao Rio Grande do Norte, tendo em vista a necessidade de ter acesso aos estudos e planos de governo que subsidiaram a prática do planejamento em cada um dos períodos históricos considerados. Foram coletados e analisados 20 documentos dentre os quais têm-se três (3) estudos, um (1) diagnóstico, um (1) discurso de posse e treze (13) planos de governo. Dos treze planos levantados, nove (9) são a base da atual política de planejamento estadual, denominados de Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável. A análise crítica desses documentos poderá ser apreciada ao longo dos capítulos que constituem a tese.

Em setembro de 2013, o trabalho de campo foi feito em Natal, e teve como objetivo realizar entrevistas com técnicos da administração estadual (SEPLAN), técnicos das Associações de Municípios e técnicos da Federação de Municípios do Rio Grande do Norte. Na ocasião foram realizadas dez entrevistas, cujo interesse era obter através do contato com os técnicos entrevistados elementos empíricos para, após feita as devidas ponderações, confrontar com os Planos que orientam a prática do planejamento potiguar. Todavia, é importante relativizar muito bem as informações obtidas, pois, apesar de muitos dos entrevistados serem concursados, eles exercem cargos de chefia em comissão, por meio de indicação política.

Foram selecionadas para a realização das entrevistas representantes de quatro instituições: Secretaria Estadual de Planejamento e das Finanças do Estado do Rio Grande do Norte – SEPLAN, Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Tecnologia da Informação de Natal – SEMPLA, Federação de Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN, Associação de Municípios – AMLAP; com as quais, realizaram-se cinco entrevistas. A respeito dos critérios de escolha dessas instituições, considerou-se o seguinte:

- SEPLAN: É a responsável pela execução da política estadual de planejamento.
- FEMURN: Desenvolve parcerias com a SEPLAN para oferecer formações aos técnicos das secretarias municipais, presta auxílio para elaboração de planos

²³ Ipanguaçu, Açu, Alto do Rodrigues, Guamaré, Currais Novos, Cruzeta, Caicó, Areia Branca.

municipais e realiza mobilização da sociedade civil organizada para participação em eventos, à exemplo da Conferência Estadual das Cidades.

- SEMPLA: Secretaria Municipal de Planejamento de Natal. O principal objetivo das entrevistas aqui realizadas foi o de demonstrar como se processa a prática do planejamento na capital do estado, para que se tenha um panorama das dificuldades inerentes à política do planejamento em prefeituras menos estruturadas no estado.
- AMLAP: É uma das 7 associações de municípios criadas através do apoio da Coordenadoria de Articulação Municipal – CAM, que foi extinta na década de 1990. A AMLAP é a associação que compreende, entre outros municípios, Natal. O objetivo dessas associações é prestar assessoria técnica para as prefeituras dos municípios do estado, pois eles não têm quadro qualificado. As associações elaboram propostas e projetos para obtenção de financiamentos nos ministérios através de demanda induzida ou espontânea.

Já em 2014 foi realizada a última etapa do trabalho de campo, que teve a intenção de realizar entrevistas com políticos e ex-assessores governamentais para dirimir dúvidas relacionadas à análise dos planos. Na ocasião, foram entrevistadas as seguintes pessoas: 1) Antônio Porpino, ex-assessor do governador Aluísio Alves; 2) Marcos César Formiga, ex-secretário de Planejamento do Governo Cortez Pereira, e ex-prefeito de Natal; 3) George Câmara, Vereador de Natal e Presidente do Parlamento Comum da Região Metropolitana de Natal; 4) Marcos Guerra, ex-assessor da secretaria de educação durante o governo Aluísio Alves; 5) Geraldo Melo, ex-governador do Rio Grande do Norte e ex-presidente da CED.

Organização do texto

A tese está organizada em três partes, constituídas de oito capítulos que exibem os argumentos de sua defesa.

A primeira parte, cujo título é “A formação territorial norte-rio-grandense e os antecedentes da ação planejada” é composta por dois capítulos. O capítulo 1 tem como título “A formação territorial norte-rio-grandense: uma historiografia das subordinações”, nele, o leitor encontrará uma breve reconstituição acerca da ocupação do território potiguar. Através de um recuo temporal rumo ao Século XVI, se tem o fragmento historiográfico mais distante tratado na tese. Nele se encontrará o começo do processo de formação territorial do Rio Grande do Norte.

No capítulo 2 “Antecedentes do planejamento territorial no Rio Grande do Norte”, se perceberá que o período republicano, é importante para que se entendam os antecedentes de uma forte disputa oligárquica pelo poder político e econômico estadual. Com vistas a realizar uma análise crítica dos meandros que permeiam essa disputa, nesse capítulo são identificados os precursores da ação planejada no território potiguar, bem como suas estratégias e intencionalidades, as quais são preciosas na elucidação de como se fortalece a ideologia²⁴ do planejamento e da modernização no Rio Grande do Norte.

A segunda parte tem como título “O uso do território como categoria de análise e ação social, é composta por três capítulos. O capítulo 3, “As oligarquias estaduais e o processo de modernização do território potiguar” versa a respeito da modernização territorial norte-rio-grandense a partir dos objetos e ações produzidos pelo planejamento do poder público potiguar, em benefício das oligarquias. Também se discute o conceito de modernização e seus princípios teóricos, onde a ideia de modernização conservadora aparece como complementar à concepção de modernização seletiva adotada na tese.

No capítulo 4 “Cem anos em quatro: a nova configuração territorial norte-rio-grandense” apresenta-se o caráter inovador do governo Aluizio Alves e sua contribuição para a constituição das bases do planejamento corporativo seletivo no Rio Grande Norte. Durante o seu governo, deu-se início a formação de quadros técnicos junto à Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, para lidar com as demandas da recém-criada Superintendência. Tenta-se demonstrar que não se trata de movimento isolado, o qual estava ocorrendo apenas no Estado Rio Grande do Norte. Por isso, procurou-se destacar a relevância da academia e instituições francesas, bem como dos técnicos das instituições mencionadas na formação dos geógrafos e

²⁴ O que se entende por ideologia é um modo de interpretação das relações sociais e os processos dela decorrentes, e sua propagação a partir de determinados interesses (dominantes). Nesse sentido, carece compreender os processos sociais e sua geografia a partir de uma perspectiva historiográfica. Esse entendimento tem como referência as reflexões formuladas por Marx & Engels ([1932] 2006, p. 51), para os quais: “A produção de ideias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. São os homens os produtores de suas representações, de suas ideias, etc., mas os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a elas correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações. A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, a ideologia, a humanidade e suas relações aparecem de ponta-cabeça, como ocorre em uma câmara escura, tal fenômeno resulta de seu processo histórico de vida, da mesma maneira pela qual a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico”.

técnicos brasileiros e, sobretudo norte-rio-grandenses, que atuaram nas instituições de pesquisa e de planejamento durante as décadas de 1960 e 1970.

No capítulo 5 “Genealogia do planejamento corporativo seletivo norte-rio-grandense”, pretendeu-se demonstrar como estava organizado o planejamento norte-rio-grandense e seu suporte normativo, técnico, material e político. Para isso, valeu-se do que Milton Santos denomina em sua obra de tecnoesfera e psicoesfera. Nesse capítulo procura-se situar o leitor na temática da tese apresentando de maneira breve como o governo federal e estadual lidam com o processo de planejamento atual. O esforço é o de demonstrar que a maneira como o poder público vem conduzindo o planejamento de suas ações no Rio Grande do Norte, ancorando-se em processos que tem raízes em períodos históricos anteriores, contribuiu para tornar o uso do território norte-rio-grandense ainda mais seletivo e desigual.

A terceira parte da tese intitula-se “Planejamento e desigualdades territoriais”. Nela, se encontrará os três capítulos finais, quais sejam: capítulo 6 – “Tecnoesfera e psicoesfera do planejamento corporativo seletivo do Rio Grande do Norte”. O capítulo 7 – “Os novos rumos do planejamento corporativo seletivo potiguar”.

É importante destacar que o que se está denominando de novos rumos do Planejamento Corporativo Seletivo ocorreu após 1988 com a promulgação da Constituição. A partir de então, o Planejamento Plurianual – PPA e o Desenvolvimento Sustentável passaram a orientar a prática de planejamento no Rio Grande do Norte.

Nesses novos rumos, há que se ressaltar as emendas parlamentares, que são um recurso importante de barganha da política estadual e municipal frente aos seus aliados políticos (deputados federais e senadores), com vistas à obtenção de verbas, sobretudo para a realização de obras públicas nos Estados e municípios brasileiros. Interessa demonstrar de que maneira esses novos rumos do planejamento corporativo seletivo estão ajudando a direcionar as políticas estaduais no estado do Rio Grande do Norte.

E finalmente o capítulo 8, “Desigualdades territoriais norte-rio-grandense: expressões de uma globalização perversa²⁵”, examinou-se a relação existente entre a Política do Estado e a política das empresas, através do financiamento da campanha eleitoral para o Governo do Estado durante o pleito de 2012. Some-se ainda a relevância que as emendas parlamentares têm adquirido na composição do orçamento estadual e municipal.

²⁵ O título da terceira parte da tese faz referência ao livro “Por uma outra globalização” de Milton Santos, onde o autor apresenta uma profunda reflexão a respeito das três faces da globalização, a saber: fábula, perversidade e possibilidade.

**PRIMEIRA PARTE: A FORMAÇÃO TERRITORIAL NORTE-RIO-
GRANDENSE E OS ANTECEDENTES POLÍTICOS DA AÇÃO PLANEJADA**

*Todos cantam sua terra, também vou cantar a minha.
Nas débeis cordas da lira, hei de fazê-la rainha
(Casimiro de Abreu).*

Capítulo 1 – A formação territorial norte-rio-grandense: uma historiografia das subordinações

Esse capítulo inicia a análise empírica desta tese por meio da reconstituição da formação territorial norte-rio-grandense. Para isso, percorreu-se o processo inicial de ocupação do território que se caracteriza pela presença de agentes externos (portugueses, franceses e holandeses) do século XVI até o século XIX, quando se consolidou o meio técnico potiguar.

O texto que se segue não priorizou a sequência temporal precisa, destacando os fatos relacionados ao Estado do Rio Grande do Norte ano após ano. Enfatiza a identificação dos principais eventos, e não a sucessão de datas. Talvez para o leitor mais rigoroso quanto a sequência dos acontecimentos históricos, a leitura do capítulo deixará a desejar. Contudo, encontrará os principais eventos históricos referentes à formação territorial norte-rio-grandense, com ênfase para as rupturas e coerências presentes em cada período. Essas são fundamentais para compreender o contexto de tensões políticas, que ao cabo levaram Silva (1978) a identificar a origem dos processos políticos do planejamento no Nordeste do Brasil. O capítulo 1 também auxiliará na compreensão dos elementos explicativos acerca da origem das desigualdades territoriais que ora se observam no Rio Grande do Norte.

Considerou-se a elaboração de uma matriz de periodização, recurso metodológico operacionalizado por Souza (1998), cuja utilização visou evidenciar os principais eventos relacionados às ações de planejamento do governo que integram a historiografia potiguar. Essas ações são responsáveis pela criação de novos objetos geográficos (rodovias, estradas, portos, habitações, hospitais, aeroportos etc.), os quais representam a base material para a vida de relações do Rio Grande do Norte.

É importante ressaltar que o recurso metodológico da periodização já foi utilizado em outras pesquisas. No que concerne ao território potiguar, por exemplo, Costa (2011) elaborou uma matriz de periodização com vistas a compreender o uso corporativo do território norte-rio-grandense pelo turismo, a qual serviu de inspiração e fonte de informação para a construção da matriz aqui utilizada.

Para a definição dos períodos que compõem a matriz de periodização, considerou-se a relevância dos seguintes elementos: tempo (sucessão e coexistências de eventos), técnica (o modo pelo qual os homens se relacionam com a natureza), norma (leis, portarias e decretos), forma (objetos geográficos), economia/finanças e da política (planos programas e mensagens de governo).

Na definição do marco temporal inicial, a partir de 1904, identificou-se os antecedentes da disputa política que culminou no planejamento corporativo seletivo no Rio Grande do Norte²⁶. A partir desse ano, o Governo Federal passou a dar atenção ao problema da seca através da formação de comissões de estudo. Antes disso, as obras (barragens e açudes, por exemplo) eram sempre o ponto de partida e de chegada para lidar com as secas, mas não era suficiente para solucionar o problema, nem tampouco impedia as suas consequências.

A análise da matriz de periodização mostrou que o planejamento realizado no Rio Grande do Norte, ao longo dos anos, caracteriza-se pela formação de um meio geográfico absorvedor das características de cada um dos períodos precedentes. Do primeiro ao segundo período, tem-se no território norte-rio-grandense, um meio técnico. E a partir da década de 1970 (terceiro período), vê-se a emergência de um novo meio geográfico, que além dos atributos identificados no primeiro, passou a absorver os componentes dos períodos seguintes, tornando-se cada vez mais técnico-científico-informacional.

A formação territorial potiguar

Em meio a Região Nordeste, situa-se o estado do Rio Grande do Norte. Terra do folclorista Câmara Cascudo e do índio Felipe Camarão. Terra de seca e de fome, de fartura e de recursos minerais. Terra da resistência ao cangaço, de base aliada dos norte-americanos no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Uma Terra aberta aos interesses das oligarquias estaduais, às empresas e aos organismos internacionais, o Rio Grande do Norte é também um estado periférico na historiografia nacional. Basta que se consulte livros a respeito da História do Brasil no seu contexto geral como Fausto ([2001] 2012), ou mesmo sobre a História Econômica do país, a exemplo de Prado Júnior ([1945] 2008) ou Furtado ([1959] 2007), e verá que o Rio Grande do Norte, pouco ou nada, aparece na narrativa acerca de fatos importantes da historiografia brasileira.

A que isso se deve? E o que poderia motivar alguém na continuidade da leitura de uma tese a respeito de um estado tão periféricamente conhecido?

²⁶ Antecedentes, por que, a tese considera que o planejamento corporativo setorial no estado do Rio Grande do Norte, tem seu início de fato com o a publicação do Decreto N. 3.804 de 01 de fevereiro de 1961, por meio do qual foi criada a Comissão Estadual de Desenvolvimento – CED. Esta comissão elaborou o primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Norte 1961-1965).

Na França, apenas uma tese em geografia humana defendida por Martins (1998) tratava especificamente do Rio Grande do Norte, cujo título é *Identités et Territorialités dans le Nordeste Brésilien: le cas du Rio Grande do Norte*. Talvez isso se deva, como nos permite refletir Arrais (2004), “a relevância das especializações cada vez mais requerida na produção acadêmica, tornando-se um imperativo na elaboração de trabalhos fechados em torno de racionalidades constituídas por grupos de pesquisa e segmentos teóricos”. É a historiografia que interessa contar, à luz do que se deseja revelar.

No que se refere à produção potiguar, vê-se que ela é mais ampla, e segundo Monteiro (2004) pode ser observada a partir de em três períodos distintos. O primeiro período diz respeito à historiografia produzida nos primeiros 1970 do século XX, sendo esta anterior à criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do curso de História. Esse período caracteriza-se pela produção dos historiadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, e tinha como estandarte os livros de História do Rio Grande do Norte escritos por Lyra ([1920] 2008), Rocha Pombo (1921), Cascudo (1955).

O segundo período ocorreu na transição dos anos 1970 para os anos 1980, e marca o surgimento da produção acadêmica potiguar. Nesse período, ainda conforme Monteiro (2004) ocorreu uma maior inserção de estudiosos da Sociologia, Ciências Políticas, Economia e Geografia, que fazendo uso da História Político-Social, debruçaram-se sobre o Rio Grande do Norte. Vejam-se os trabalhos de Felipe (1981) e Andrade (1981).

O terceiro período teve início nos anos 1990 e é composto por uma extensa produção bibliográfica a respeito de alguns fragmentos ou recortes da historiografia estadual, a exemplo das pesquisas sobre a Região do Seridó, período colonial, populismo no Rio Grande do Norte. É também, o período onde se pode identificar uma preocupação com a produção de livros que viessem a dar suporte ao estudo da História do Rio Grande do Norte no ensino médio (MONTEIRO, 2004), tem-se então, Suassuna & Mariz (1997), Monteiro (2000), e Trindade (2007).

Evidentemente, não se encontrará nas páginas seguintes uma remissão por tamanha falta, haja vista não ser o objetivo desta tese. O que se pretende nesse capítulo é contextualizar a gênese do processo de modernização territorial seletiva e incompleta e sua relação com a prática do planejamento realizado em terras potiguares, o qual se relaciona com a própria formação territorial norte-rio-grandense. Compreendê-la auxilia no entendimento das racionalidades que começaram a ser forjadas desde o período colonial e fundamentam as desigualdades territorialmente percebidas no estado. Essas racionalidades são sobretudo

elitistas, seletivas e cooperam para interesses hegemônicos. Como se observa mais contemporaneamente: *bis repetita placent*²⁷.

Neste sentido, um recuo temporal, em anos anteriores a 1904, pode fornecer elementos importantes para que se entenda o uso desigual do território potiguar. Propõe-se, portanto, “*un coup d’oeil*”²⁸ no período colonial brasileiro, enveredando-se pelo período republicano, ou seja, transcorre-se o que Santos ([1996] 2008a) denominou de período “natural” ou período técnico, com vistas a alcançar o atual período técnico-científico-informacional ou globalizado. Para tanto, não se pode deixar de considerar que a formação territorial norte-rio-grandense situa-se em um contexto de relações sociais, políticas e econômicas, que ultrapassa os seus limites territoriais.

Parte-se, portanto, da compreensão de que os territórios apresentam, por meio de sua configuração, uma história de sucessivas modernizações, que são seletivas e incompletas, impostas por relações sociais de intencionalidades diversas que se constituem no mundo. Desse modo, são estabelecidos usos do território, em distintos períodos históricos, que podem ser reconstituídos através da categoria analítica formação socioespacial, desenvolvida por Santos ([1979] 2008e), com base na concepção de Formação Econômico-Social (FES) presente na obra de Karl Marx.

O principal estudioso do conceito de formação econômico-social foi Sereni (1973), que em uma publicação homóloga ao conceito citado, fez uma análise profunda acerca do seu uso na obra de Marx. Segundo ele, o termo formação econômica da sociedade²⁹ foi empregado pela primeira vez por Karl Marx em 1859 no prefácio de “Contribuição para Crítica da Economia Política”. Também aparece nos “Grundrisse” (1858) como formação da sociedade ou formação social, embora em “A Ideologia Alemã” (1846), Marx e Engels já fizessem uso do termo forma da sociedade ou forma social (SERENI, 1973).

Quando a forma rudimentar sob a qual se apresenta entre os indianos e os egípcios a divisão do trabalho faz surgir nesses povos o regime de castas próprio de seu Estado e de sua religião, o historiador acredita que o regime de castas é a força que gerou essa forma social [Grifo nosso] rudimentar (Marx & Engels [1932] 2006).

²⁷ A autoria da frase é atribuída à Honório em seu livro Arte Poética e significa as coisas duas vezes repetidas agradam.

²⁸ Expressão em francês que significa olhar brevemente.

²⁹ De acordo com Sereni (1973) Formação Econômica da Sociedade é a tradução literal do alemão, que foi traduzido para o italiano como formação econômico-social.

Para Sereni (1973), a formação econômico-social expressa um processo, uma realidade dinâmica. A partir do entendimento da formação econômico-social, Marx queria chamar atenção para a importância dos modos de produção nas distintas sociedades (SERENI, 1973). A compreensão da História como um processo dinâmico, que incorpora os modos de produção, pareceu interessante ao geógrafo Milton Santos; o qual passou a usá-la através da inserção de um novo elemento: o espaço geográfico. Daí por que Santos ([1979] 2008e) afirmava que a formação econômico-social deveria ser compreendida indissociavelmente ao espaço geográfico. Por isso falava em formação socioespacial, colocando o espaço geográfico no patamar de uma instância social.

Embora considere relevante o conceito de formação socioespacial e de modo algum o despreze, a tese apoia-se na concepção de formação territorial, definida por Souza (2012³⁰) como “a historicização do conceito da formação socioespacial para explicar o uso do território brasileiro, através do modo de produção capitalista, numa perspectiva geográfica”. Considera-se, que para compreender o território em movimento, ou melhor, os usos que dele são feitos; é necessário entender como se dão os seus processos de apropriação e delimitação. Trata-se de percebê-lo como um território dinâmico, ativo, pois seu uso é feito por diversos agentes (empresas, Estado, organismos internacionais, oligarquias estaduais, sociedade civil) e favorece o surgimento de dinâmicas territoriais. Compreender assim o território autoriza a utilização da categoria formação territorial para a realização de estudos em estados e municípios da federação brasileira.

A formação territorial revela diferentes usos do território, em cada período histórico, que por sua vez guardam especificidades inerentes aos locais de sua realização. No período atual (globalizado), o território é, segundo Santos e Silveira (2006), um meio geográfico cada vez mais técnico-científico-informacional. Nele a técnica, a ciência e informação estão a serviço do capital. Neste sentido, a análise da formação territorial e as sucessivas modernizações que ocorrem em cada período histórico, são criadoras de um meio geográfico diferente, o qual já foi na concepção dos referidos autores "pré-técnico", técnico, e a partir de 1970; é técnico-científico-informacional.

No Brasil, a criação de sucessivas modernizações territoriais incompletas responde a interesses diversos (Estado, oligarquias, grandes empresas, organismos internacionais, sociedade civil organizada, por exemplo), que podem ser desvelados através do estudo da sua formação territorial. Esta, por sua vez, tem origem em eventos oriundos da Europa, durante a

³⁰ Nota de aula (03 de setembro de 2012, FFLCH/PPGH)

expansão marítima, a qual se apresentava de grande relevância aos interesses da monarquia europeia. Conforme destaca Moraes (2000, p. 49), “o controle do espaço está no centro das motivações do expansionismo quinhentista. O monopólio dos lugares – seja para produzir, comercializar ou simplesmente trafegar – era vital para o desenvolvimento das economias nacionais europeias”. A monopolização de territórios já conhecidos nesse período, caso da América, motivou a chegada dos portugueses, espanhóis, franceses e holandeses em terras que se convencionou chamar de Brasil. Mais precisamente, a chegada dessas nações, é, como demonstrou Furtado ([1959] 2007), “uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias”, com vistas a ocupar as terras que haviam conquistado. Este fato impulsionou o processo de colonização do território brasileiro durante o século XVI, por conseguinte, do nordeste do Brasil, no qual estava situada a capitania do Rio Grande.

Embora em 1502 já existissem provas da presença portuguesa em terras potiguares, por meio da fixação do marco de Touros, apenas no final do século XVI, após fundação de Natal no ano de 1599, teve início o processo de colonização da capitania do Rio Grande, atual estado do Rio Grande do Norte.

Pode-se destacar dois grandes fatores responsáveis pelo lento processo de ocupação e povoamento da capitania, consolidado apenas no final do século XVIII. O primeiro diz respeito ao papel desempenhado pela capitania do Rio Grande na Divisão Territorial do Trabalho, notadamente a criação de gado para abastecimento dos engenhos de açúcar, uma vez que a atividade canavieira não era tão representativa no local. Este fato distingue a Capitania do Rio Grande, das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Bahia, onde a atividade canavieira era exercida com intensidade. O segundo fator refere-se à localização estratégica do atual estado do Rio Grande do Norte, cuja capital, Natal, é a cidade brasileira mais próxima da Europa e da África. Devido a esta localização privilegiada, a capitania do Rio Grande tornou-se um importante núcleo de defesa militar contra a ameaça francesa e holandesa (TRINDADE, 2007).

Vejamos, então de que maneira as características anteriormente descritas, e que agora aparecem como justificativas para o demorado processo de ocupação da capitania foram em outro contexto, relevantes para a ocupação e povoamento do Rio Grande do Norte.

Primórdios da ocupação territorial do Rio Grande do Norte

Sabe-se que a chegada dos portugueses e demais nações europeias até o Brasil, deu-se

através do litoral. O Nordeste foi a primeira região a ser ocupada e a atividade canavieira, comandada pelas Capitânicas da Bahia e Pernambuco, o grande empreendimento desse período. Essa atividade convivia com o fumo, agricultura de subsistência e a criação de gado (FAUSTO, 2012). Em se tratando da capitania do Rio Grande, como asseverou Medeiros Filho (2001), até o final do século XVI era visitada e explorada pelos franceses, os quais conseguiram estabelecer alianças com os índios potiguaras, inclusive utilizando sua mão-de-obra na exploração do pau brasil, embora a presença portuguesa em terras potiguaras tenha ocorrido de fato em 1501, por ocasião da primeira expedição realizada por Gaspar de Lemos.

É mister ressaltar que o povoamento da capitania foi demorado, tendo sido iniciado no século XVII e se consolidado apenas no século XIX. Para Andrade (1981), o povoamento do Rio Grande do Norte tem raízes nos seguintes eventos: a) afastamento da ameaça francesa e holandesa. Com instituição do Governo Geral em 1549, foi possível recuperar o controle da Colônia, possibilitando, com isso maior controle do litoral brasileiro, a expulsão dos estrangeiros (franceses, holandeses, espanhóis) e a catequização dos índios. b) concessão das sesmarias para criação de gado dando origem à pecuária; c) revolução industrial, que ocasionou o aumento na demanda de algodão utilizado na indústria têxtil inglesa. Esse evento afetou a capitania do Rio Grande, pelo fato da região do Seridó norte-rio-grandense, tornou-se séculos XVIII e XIX, uma importante produtora nacional de algodão do tipo mocó³¹.

Diferente das demais possessões portuguesas no Brasil, não houve quase nenhuma política de povoamento inicial, no entanto algumas iniciativas podem ser destacadas. Em 1601, o Capitão-Mor João Rodrigues Colaço deu início a uma política de concessão de sesmarias visando o povoamento e o desenvolvimento econômico da capitania do Rio Grande, uma vez que nela, havia apenas uma agricultura de subsistência (roças, pescas, cultura de legumes, frutas, hortaliças), coexistindo com uma incipiente atividade canavieira.

No século XVII o cultivo da cana-de-açúcar era pequeno e apenas no segundo quartel do século XIX tornou-se um item importante na economia norte-rio-grandense (TRINDADE, 2007).

A permanência de Portugal e a segurança da possessão do território brasileiro, não se deram de modo pacífico. Uma vez que o interesse por terras férteis em condições apropriadas para o cultivo da cana-de-açúcar, mão-de-obra escrava ou mesmo pela ocupação de novas

³¹ O algodão mocó é uma espécie nativa da Região do Seridó. Trata-se de uma vegetação de porte arbóreo, com fibras longas, brancas e sedosas, adaptada ao solo árido e resistente aos períodos de seca. Este tipo de algodão foi identificado pela primeira vez na Serra da Formiga, e já era cultivado pelos índios.

terras fomentou grandes disputas políticas, que tiveram consequências importantes. Uma dessas consequências diz respeito às invasões holandesas. Atraídos pela possibilidade de abastecimento de gêneros alimentícios para as suas tropas, os holandeses atiraram-se para a capitania do Rio Grande em busca do gado bovino, farinha de mandioca e peixe seco. Após dominar a capitania do Rio Grande, no período de 1633 a 1654, eles não deixaram nenhuma obra ou benefício (LYRA, [1920] 2008).

Conforme assevera Lyra ([1920] 2008, p. 64),

O açúcar era apenas fabricado em dois engenhos: o Ferreiro Torto, onde se deu a primeira matança depois da ocupação holandesa, e o Cunhaú, também célebre pelos feitos gloriosos que nele se desdobraram no decurso dessa ocupação [*holandesa*] e um dos mais importantes de todo o Norte. Nesse último estava localizado o principal núcleo de população da capitania: setenta ou oitenta colonos e suas respectivas famílias.

Entre os séculos XVI e XVII, a capitania do Rio Grande sofreu as consequências das bandeiras paulistas, expedições direcionadas aos sertões. Um dos seus objetivos era obter metais preciosos e índios para serem escravizados. Serviam, portanto, aos interesses da Metrópole portuguesa e ambicionavam também a expansão territorial. À exemplo dos holandeses, o que deixaram na capitania foi apenas um rastro de destruição e morte. Como esclarece Fausto (2012, p. 51) os bandeirantes,

Serviram também aos propósitos de repressão de populações submetidas no Norte e no Nordeste do país. Domingos Jorge Velho e outro paulista, Matias Cardoso de Almeida, participaram do combate no Rio Grande do Norte a longa rebelião indígena conhecida como Guerra dos Bárbaros (1683-1713).

Desse modo, a grande obra resultante do período colonial foi o massacre de populações (inclusive indígena), a escravidão de índios e negros, além da pilhagem dos recursos naturais das capitanias.

Mesmo assim, criação do gado com vistas ao abastecimento dos engenhos de açúcar e as roças de subsistência impulsionou a ocupação da capitania do Rio Grande, muito embora a distribuição das sesmarias já tivesse sido feita ao longo dos vales úmidos do atual estado. De acordo com Becker (1964, p. 153), “a ocupação da capitania, à base, principalmente de criação de gado e da agricultura de subsistência, se fez, portanto, através dos vales úmidos, e se manteve restrita à faixa úmida oriental”. Durante o período colonial, a pecuária correspondia a principal atividade econômica da capitania do Rio Grande, inclusive abastecendo as capitais vizinhas do atual estado do Rio Grande do Norte, através do

fornecimento de carne e couro. Este último utilizado para enrolar fumo e para fabricação de sola de sapato (TRINDADE, 2007).

A criação de gado bovino foi de grande relevância para a expansão da população em direção ao interior da capitania do Rio Grande, uma vez que havia um mercado para o consumo de carne formado pelos engenhos de cana-de-açúcar e pela população que residia em seu entorno (FELIPE, ROCHA, RÊGO, 2010). Todavia, a convivência entre o gado e a cana-de-açúcar não era boa. Para que a criação extensiva do gado pudesse se desenvolver, eram necessárias grandes faixas de terras, e o mesmo também se aplicava ao cultivo da cana. Havia, nesse sentido, uma dialética concorrência entre essas duas atividades. O gado foi sendo transferido para os sertões nordestinos, até aquele momento, ocupados basicamente pela população indígena, dando início a uma marcha de povoamento para além do litoral (SOUZA, 1999; ANDRADE, 1981).

Foi também nesse período (séculos XVI e XVII), que a bibliografia³² especializada relatou a existência de salinas nas proximidades de Macau e Areia Branca, municípios do Rio Grande do Norte, onde os portugueses instalaram as primeiras salinas em território potiguar.

No século XVII a produção do sal era feita nas ribeiras dos rios Apodi-Mossoró e Piranhas-Açu, bem como em Natal, próximo à fortaleza dos Reis Magos, onde havia grandes salinas. E apenas em 1702 teve início a expansão da atividade salineira em decorrência da organização das oficinas de charque, interrompida em 1786 por determinação da Câmara de Natal. Alegava-se naquela ocasião, que a exportação de carne acarretava prejuízos à Fazenda Real, pois os barcos que a transportava não pagavam o subsídio de sangue referente à matança do gado (TRINDADE, 2007). Com isso, a indústria salineira entrou em decadência, tendo sua exploração retornado apenas em 1802.

Com processo de povoamento e colonização da capitania do Rio Grande, no século XVII, tem-se, de acordo com Aveal (2013, p. 28), “os primeiros conflitos de jurisdição na Capitania”. Esses conflitos serão tratados brevemente a seguir, em virtude de proporcionarem reflexões acerca da origem das desigualdades territoriais norte-rio-grandense.

³² Duarte (1942); Carvalho Jr., Felipe, Escóssia (1982/1983); Costa (1993); Souza (1988); Andrade (1995) Femenick (2007), Maia (2011).

Subordinação jurídica e política

Os conflitos existentes entre os povos indígenas e os holandeses foi uma das dificuldades enfrentadas para o povoamento da capitania do Rio Grande, que também estava submetida a um contexto de opressão e conflitos políticos, os quais possuíam relação com a sua subordinação política às capitanias da Bahia e, posteriormente, à Pernambuco. Segundo Lyra (1920 [2008], p. 164),

Ao começar o século XVIII, o Rio Grande do Norte constituía uma capitania subalterna, que, pela carta régia de 11 de janeiro de 1701, deixou de ter subordinação direta ao governo da Bahia, [...] para ficar sujeita ao de Pernambuco, que estava mais próximo, e ser assim conveniente à boa administração da justiça e bem dos vassalos.

Já subalterna administrativamente à capitania de Pernambuco, o Rio Grande também mantinha uma relação subalterna com o Judiciário de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, atual cidade de João Pessoa-PB (ALVEAL, 2013).

Tem-se nesse contexto, uma referência importante para que se compreenda a origem das desigualdades territorialmente expressas nesse período (século XVII e XVIII), bem como no atual, uma vez que a nova subordinação do Rio Grande do Norte à Pernambuco (antes o Rio Grande do Norte era subordinado à Bahia) retardou o seu desenvolvimento, isolando-o.

As propostas enviadas pela capitania do Rio Grande ao rei de Portugal, para a construção de escolas, fortificações, medidas militares e disciplinadoras dos índios, eram vetadas pelo Governador-Geral de Pernambuco (CASCUDO, 1995). Havia, portanto, uma hegemonia pernambucana disposta a garantir que a capitania do Rio Grande continuasse a ela subordinada em permanente desigualdade. Conforme asseverou Cascudo (1955, p. 107) “o século XVIII constou dessa luta, diária e surda, de forte e fraco, defendendo uma autoridade que existiu num plano injustificável de atraso para a capitania”. Além disso, mesmo tendo sido criada com status de cidade, Natal era administrativamente subordinada à Vila de Olinda, inferior do ponto de vista da hierarquia urbana, mas dotada de grande relevância econômica e política (A’RBOCZ, 1986; ALVEAL, 2013).

O domínio de Pernambuco sobre a capitania do Rio Grande era exercido sem nenhum constrangimento e com o devido respaldo de Portugal. A Capitania de Pernambuco comandava os projetos de colonização do Rio Grande do Norte, sem muita pressa para sua conclusão. Tão pouco se apressava para garantir que houvesse na capitania desenvolvimento econômico, autonomia administrativa e jurídica (CASCUDO, 1980; A’RBOCZ, 1986; ALVEAL, 2013;). A Capitania do Rio Grande não era mais que um grande curral e uma

grande lavoura, voltada a atender as demandas do governo português e do governo holandês. A ênfase nos investimentos e atenções estava direcionada à Pernambuco e à Bahia, cuja ocupação territorial e o processo de colonização já estavam consolidados (CASCUDO, 1980).

Natal era mais reduto do domínio e exercício do poder de uma elite pernambucana em formação, do que uma cidade em que houvesse o interesse de creditar-lhe a possibilidade de se tornar menos dependente ao governo de Pernambuco. Enquanto Pernambuco tinha um Governador-Geral que se ocupava da sua administração, a Capitania do Rio Grande era governada por um capitão-mor, hierarquicamente inferior (ALVEAL, 2013).

Uma das características mais marcantes do poder exercido sobre a capitania do Rio Grande é demonstrada por meio da cronologia dos capitães-mores, presidentes provinciais, governadores republicanos e interventores federais do Rio Grande do Norte feita por Cascudo (1989). Onde se constatou que durante o período de 1597 a 1939, passaram 203 governantes pelo comando, seja da capitania ou do Governo do Estado³³, sendo que destes, apenas 39 eram nativos da capitania (ver quadro 1).

Quadro 1 – Governantes do Rio Grande do Norte no período de 1597 - 1939

Governante	Local de nascimento
Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão	Macaíba
Aldo Fernandes Raposo de Melo	Martins
Aluízio de Andrade Moura	Macaíba
André de Albuquerque Maranhão	Goianinha
André de Albuquerque Maranhão Filho	Arês
Antônio Basílio Ribeiro Dantas	São José de Mipibú
Antônio da Rocha Bezerra	Assu
Antônio da Rocha Bezerra Filho	Natal
Antônio Galdino da Cunha	Goianinha
Antônio José de Melo Souza	Nísia Floresta (Paparí)

³³ Os números não são exatos, uma vez que o referido autor admitiu desconhecer informações acerca da biografia de alguns governantes, como local de nascimento e morte. Dos 203 governantes, apenas 39 eram nativos do atual estado do Rio Grande do Norte. Em seguida, tem-se os nativos de Pernambuco, num total de 29 governantes, os atuais estados do Ceará e Bahia, totalizavam 9 governantes, cada um. Portugal, São Paulo e Paraíba, por sua vez, apresentavam um total de 5 governantes. Os demais tinham origem no Piauí, no Rio de Janeiro e em Sergipe. Essa informação pode ser um indicativo que ajuda a explicar a permanência da Capitania do Rio Grande na condição de subordinação às capitanias que dispunham de maior força econômica e política, haja vista que a maioria dos governantes que por ela passaram, não possuía nenhum vínculo identitário, pois, o local de sua origem era outro.

Augusto Leopoldo Raposo da Câmara	Ceará-Mirim
Augusto Tavares de Lira	Macaíba
Bartolomeu da Rocha Fagundes	Canguaretama
Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara	Natal
Felinto Elísio de Oliveira Azevedo	Jardim do Seridó
Francisco Gurgel de Oliveira	Caraúbas
Jerônimo Américo Raposo Câmara	Natal
João da Mata Paiva	Lajes
João Carlos Vanderlei	Assu
João Valentino Dantas Pinage	Acarí
Joaquim Inácio de Carvalho Filho	Martins
Joaquim José do Rego Barros	Natal
José Augusto Bezerra de Medeiros	Caicó
José Correia de Araújo Furtado	Assu
José Inácio Fernandes Barros	Vila de São Gonçalo
Juvenal Lamartine de Faria	Serra Negra
Luís Carlos Lins Vanderlei	Assú
Luís de Albuquerque Maranhão	São José de Mipibú
Luíz Gonzaga de Brito Guerra	Campo Grande / Augusto Severo
Luíz Tavares Guerreiro	São José de Mipibú
Manuel Pinto Castro	Natal
Mário Leopoldo Pereira da Câmara	Natal
Otaviano Cabral Raposo da Câmara	Assu
Pedro Velho de Albuquerque	Natal
Rafael Fernandes Gurjão	Pau dos Ferros
Salvador Rebouças de Oliveira	Freguesia do Assu
Sérgio Bezerra Marinho	Goianinha
Tomaz de Araújo Pereira	Acarí
Vicente Inácio Pereira	Natal

Fonte: Adaptado de CASCUDO (1989)

Apenas no começo do século XIX a capitania do Rio Grande tornou-se mais autônoma, uma vez que em 20 de março de 1817 já não mais dependia administrativamente da capitania de Pernambuco. E em 18 de março de 1818 possuía independência jurídica da Paraíba. A autonomia jurídica e política refletiram na configuração territorial da capitania que

em 1818 passou a contar com a instalação da comarca do Rio Grande do Norte, com sede em Natal. Tem-se ainda a instituição alfândega de Natal, estabelecida por decreto de Portugal em 1820. Ainda neste mesmo ano foi criada a Ouvidoria do Rio Grande do Norte, e houve a abertura do porto de Natal para comércio com outras nações, especialmente com a Inglaterra. As transformações na configuração territorial não cessaram de ocorrer. Em 1836, a capitania já contava com duas comarcas, 13 municípios, e entre 1836 e 1840 apresentava um contingente populacional de 100.000 habitantes (TRINDADE, 2007).

De território hostil, em virtude da resistência à presença estrangeira por parte das populações indígenas, a capitania do Rio Grande, intensificou o seu processo de expansão da população em direção ao sertão. Isso se deu através da criação de gado, da atividade açucareira, da produção do sal e do cultivo do algodão, que demandaram o surgimento e o uso de novas técnicas de produção, as quais contribuíram para a constituição de um novo meio geográfico, como será visto a seguir.

Emergência e seletividade do meio técnico no Rio Grande do Norte

Quando os portugueses, franceses e holandeses começaram a realizar as primeiras feitorias no Rio Grande do Norte, deu-se início à transformação da natureza de modo mais intenso (ANDRADE, 1981). Com isso houve a transição de um meio “pré-técnico” ou natural, nos termos de Santos ([1996] 2008a), marcado pelo tempo da natureza, correspondente ao período de instalação dos europeus e da presença de grandes grupos indígenas, para um meio técnico.

Falar da emergência do meio técnico no Rio Grande do Norte significa reconhecer no seu território a existência de um processo de modernização seletiva – pois, ela não ocorreu em todo o estado ao mesmo tempo e nem com a mesma intensidade. Na verdade, o que ocorreu no Brasil, e, por conseguinte no território potiguar, segundo Santos e Silveira (2006, p. 27) foi a formação de “diversos meios técnicos, que gradualmente buscam atenuar o império da natureza”. Este processo resultou numa paisagem cada vez mais artificial em oposição a uma paisagem “natural”.

A partir do processo inicial de ocupação territorial (século XVI) foi se configurando no Rio Grande do Norte um novo uso do território, o qual apresentava um contingente populacional mais concentrado no litoral do estado e que no final do século XVIII, começou a se instalar no interior, em decorrência da expansão da pecuária extensiva e das oficinas de carne. Todavia, foi no século XIX, sobretudo com o fortalecimento da produção açucareira e

do algodão, que o Rio Grande do Norte integrou-se mais rapidamente ao mercado internacional. Daí a crescente demanda do uso da técnica com vistas a um intenso processo de modernização territorial para atender os interesses dos agentes hegemônicos de então.

Isso pode ser evidenciado através da instalação de várias firmas nos anos de 1840 ligadas à atividade algodoeira, dentre as quais se destacam: Casa Guarapes, cujo proprietário era Fabrício Gomes Pedroza e a Ulrich J. Graff, exportadora de algodão com capital suíço e inglês. Essas empresas demandavam, para o seu bom funcionamento e transporte de suas mercadorias um conjunto de infraestruturas, que configurava a base material do território nesse período como estradas de ferro e transporte marítimo (SOUZA, 1999). E não é por acaso que vem desse período histórico a construção das primeiras estradas de ferro no Rio Grande do Norte.

Destaque-se que a única empresa de capital estadual que conseguia competir com a Ulrich J. Graff era a Casa Guarapes. Ela tinha em seu quadro de funcionários João Lyra Tavares, primo do influente político potiguar, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (MEDEIROS, 1973). Seria possível que João L. Tavares tivesse acesso a informações privilegiadas e vantagens na obtenção de incentivos governamentais? Ou a força desta empresa no território norte-rio-grandense devia-se apenas ao grande capital financeiro de que dispunha seu proprietário, possibilitando-lhe investir nas inovações técnicas do período?

Estes são apenas alguns questionamentos e inferências elaborados a partir da leitura crítica da bibliografia consultada, que permite refletir acerca do processo de modernização do território através de relações tecidas entre o Estado, empresas e oligarquias do período.

Na segunda metade do século XIX além da construção das primeiras estradas de ferro (1875 – 1883), ocorreu no atual estado do Rio Grande do Norte a oferta de infraestrutura e serviços urbanos na capital (água encanada, hospitais, instalação de trilhos urbanos, iluminação pública, telégrafos, criação do porto de Natal, por exemplo), que ajudaram a compor uma nova configuração territorial. Agora não era mais o tempo da natureza que imperava, mas o tempo da técnica, a qual se tornava uma forte e definitiva aliada na superação das distâncias geográficas. Para isso, utilizou-se novas fontes de energia e a criação de máquinas para acelerar os processos produtivos, otimizando a realização do trabalho humano.

É evidente que os eventos gestados no Brasil e no mundo ao longo do tempo histórico influenciaram na dinâmica da expansão do meio técnico norte-rio-grandense para tornar o

território mais fluido³⁴, a exemplo da atividade algodoeira no Rio Grande do Norte, que necessitava de uma infraestrutura de transporte para escoar o algodão colhido (FELIPE, 1981). Já no século XIX a região do Seridó norte-rio-grandense tinha grande importância nessa atividade, pois exportava para Inglaterra e Paris o algodão produzido. Com isso fornecia matéria-prima para a indústria europeia, impulsionada pela Revolução Industrial (1870)⁴. Era preciso a construção das bases técnicas e materiais para viabilizar o escoamento da produção.

É importante ressaltar que a construção de infraestruturas rodoviária, elétrica e de comunicação já estava ocorrendo em outros locais do território brasileiro, iniciando com a oferta de energia elétrica, telefones³⁵ e posteriormente com bases rodoviárias e ferroviárias. Nesse sentido, essas infraestruturas surgem como fatores determinantes do processo de modernização dos centros urbanos.

Segundo Andrade (2009), a falta de iluminação pública na capital do Rio Grande do Norte – Natal já havia sido notada em Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, em 1851 por João Carlos Wanderley, então vice-presidente dessa Província. Desta feita, foi originado um movimento de dotação de infraestrutura urbana que viabilizou a modernização do Rio Grande do Norte.

A tentativa de modernização e a expansão seletiva do meio técnico no Rio Grande do Norte é uma demanda das empresas e grupos políticos que estavam no poder. O Decreto n. 10 de 22 de janeiro de 1889, demonstra como isso vinha ocorrendo. Nele, o governador oferecia

³⁴ Especificamente a partir de 1852, ano de construção da primeira ferrovia instalada no Brasil para fazer a ligação entre a Baía da Guanabara e Petrópolis, ambos situados no Rio de Janeiro. Nove anos depois, em 23 de junho de 1861, foi inaugurada a primeira rodovia pavimentada do Brasil pelo Imperador Dom Pedro II. A rodovia começava em Petrópolis e tinha como ponto final Juiz de Fora, localizado em Minas Gerais.

³⁵ Em 1877, Dom Pedro II adquiriu dos Estados Unidos da América o primeiro telefone, o qual foi instalado no Palácio Imperial de São Cristóvão, e apenas em 1889 foi outorgada a primeira concessão de uma linha telefônica no Brasil. Por outro lado, garantiu-se a instalação de linhas telefônicas na central de bombeiros do Rio de Janeiro, para garantir o rápido aviso das autoridades competentes em caso de emergência. Já no que se refere à energia, foi o Rio de Janeiro, capital do Império, que recebeu os primeiros investimentos. A Estação Ferroviária Dom Pedro II (Central do Brasil) foi o primeiro local a ser beneficiado com a iluminação elétrica a dínamo. Entretanto, a primeira iluminação pública, ainda alimentada por dínamo ocorreu em 1881, num trecho muito limitado, que ia do Jardim do Campo da Aclamação à atual Praça da República. O primeiro grande investimento de energia foi a instalação da primeira central geradora, inaugurada em 1883. Era uma unidade termelétrica com capacidade de 52KW de geração, movida à lenha, que alimentava 39 lâmpadas na Cidade de Campos-RJ. Este evento demarca a inauguração da prestação do serviço público de iluminação na América do Sul (ALCÂNTARA NETO, 2014) http://www2.ee.ufpe.br/codec/Historia%20das%20comunicaes%20e%20das%20telecomunicaes_UPE.pdf <Acesso em 13 de maio de 2013>.

um prêmio de três contos de réis³⁶ para quem utilizasse os processos mais aperfeiçoados na produção de sal. Este fato está registrado na Mensagem de Governo do Estado do Rio Grande do Norte de Adolfo Affonso da Silva Gordo³⁷, onde foi corroborada a intencionalidade do poder público local em dinamizar o processo produtivo da atividade salineira, ao mesmo tempo em que, incentivava o desenvolvimento do meio técnico no território norte-rio-grandense como uma estratégia de embate aos problemas decorrentes das secas que atingiam o estado. Apesar do incentivo dado pelo governo do estado, a atividade salineira só ganhou impulso novamente com a instalação do regime republicano em 1889, uma vez que passou a ser desenvolvida sem a interferência da coroa portuguesa.

Ressalte-se que entre o século XVIII e o século XIX ocorreram três secas no Rio Grande do Norte. A primeira ocorrência foi no período 1791 a 1793. A segunda foi de 1844 a 1846 e corresponde a de maior impacto no estado, seja no que se refere à economia ou mesmo às condições de vida da população, uma vez que se caracterizou por um intenso processo migratório em direção às cidades litorâneas. Por este motivo, em 1842 houve a construção do primeiro açude em terras potiguar, denominado Recreio (antigo mangabeira), situado no município de Caicó (MOLLE, 1994). Essa obra configurou-se numa estratégia para dirimir as dificuldades oriundas de um novo período de seca, o qual veio a ocorrer em 1877, se estendendo até o ano de 1879.

Conforme consta no documento Mensagem de Governo, publicado em 08 de fevereiro de 1890, do então governador do Rio Grande do Norte, Adolfo Affonso da Silva Gordo, “na seca de 1877 dispendeu-se neste estado mais de 5.700.000\$000 [*contos de réis*] e no ano passado, de fins de março a 8 de agosto, meses esses em que o número de indigentes é limitado, dispendeu-se 800.000\$000 [*contos de réis*]”. Note-se no fragmento do texto citado a constatação a respeito da redução do gasto público nos períodos de maior ocorrência das secas e seu aumento nos anos eleitorais. Isto conduz a uma reflexão sobre o surgimento de uma nova estratégia de enfrentamento das secas que atingiam o território norte-rio-grandense, e se passou a denominar Socorros Públicos.

Essa estratégia associava a “bem intencionada” ajuda financeira para a realização de obras (açudes, barragens, estradas), e para distribuição de auxílio financeiro à população residente nos municípios e vilas mais afetados, bem como a aquisição e distribuição de

³⁶ Não foi pesquisada a equivalência dessa moeda para os dias atuais, a fim de mensurar se a quantia que se faz referência na mensagem de governo corresponde a um valor significativo.

³⁷ Adolfo Affonso da Silva Gordo assumiu o governo do estado do Rio Grande do Norte em 06 de dezembro de 1889 por Decreto Federal de 20 de novembro de 1889.

alimentos para os flagelados da seca. As oligarquias potiguares mantinham o poder político e econômico do Estado, através da criação de uma política estratégica de compra de voto. Esses e outros aspectos serão aprofundados no capítulo 2.

Capítulo 2 – Antecedentes políticos do planejamento territorial potiguar

Neste capítulo, se poderá entender melhor como a ocorrência das secas no Nordeste do Brasil, e mais precisamente no Rio Grande do Norte, passou a ganhar cada vez mais importância no discurso político e a ser apresentada como uma moeda de barganha à manutenção no poder por parte de alguns grupos políticos e economicamente privilegiados. Ao mesmo tempo, fez surgir durante a Primeira República (1889 – 1930), uma nova forma de se pensar estratégias de ação para o futuro. Pode-se então dizer que se têm aí os antecedentes da disputa pelo poder político que mais tarde culminou na ação planejada no Nordeste brasileiro e no Rio Grande do Norte.

A Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, fruto dos ideais preconizados pela Revolução Francesa e com inspiração no modelo norte-americano para elaboração da primeira Constituição republicana, promulgada em 1891, ocasionou o surgimento de uma nova forma de governo (FAUSTO, 2012). Nela, o poder não mais se concentrava na figura do Rei e seu conjunto de instituições criadas para manutenção da ordem, mas na figura do presidente, do governador, do senador, do deputado, do prefeito, e também das oligarquias estaduais. Estas últimas eram, segundo Ianni (1989, p. 41) “organizações técnicas e estilos de liderança políticos característicos de uma época em que os partidos não eram senão organizações formais”.

O conjunto de eventos ocasionados durante a Primeira República, sobretudo os atritos entre as oligarquias estaduais e o Governo Central, no tocante a solução para os problemas e dificuldades vivenciados no Nordeste brasileiro, impulsionou o uso de novas práticas e estratégias políticas. Conforme Silva (1978, p. 44), “liberdade, democracia e consciência nacional, [tornaram-se] pilares do novo sistema ideológico”.

Sendo assim, durante Primeira República, as concepções de ordem e progresso – lemas da bandeira brasileira – inspiraram a modernização do território, apoiando-se na formação e expansão do conhecimento técnico e do capital estrangeiro, que viesse ajudar a expandir as comunicações e o processo de industrialização em formação na região sudeste do país (FAUSTO, 2012; IANNI, 2004). Estavam postos os elementos constituintes para assegurar e expandir a modernização territorial seletiva nas regiões mais dinâmicas do Brasil.

Observa-se em Ianni (2004, p. 175) um breve resumo desse processo, para o qual:

Desde fins do século XIX o eixo da sociedade brasileira deslocava-se do nordeste para o centro-sul. No início, esse eixo estava simbolizado na cana e no café, como duas economias “tropicais” da maior importância. Uma

simbolizava a Colônia e o Império. A outra passava a influenciar e simbolizar a República. Depois, de forma cada vez mais acentuada ao longo da República, esse eixo passou a estar simbolizado na indústria. Uma indústria que povoava a cidade e invade o campo, provoca migrações e generaliza a luta pela terra, desenvolve as classes sociais e recria diferenças raciais, recobre povoados, vilarejos, comunidades, dando passo ao mercado, à mercadoria, ao lucro, aos ritmos do capital, aos princípios do contrato. Aos poucos, o Brasil fica paulista, isto é capitalista. E assim se recriam as diversidades e desigualdades regionais, nas quais sobressaem o nordeste e o centro-sul.

No Rio Grande do Norte, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, foi um dos nomes mais importantes do movimento republicano, e se tornou patriarca de uma forte oligarquia potiguar, a saber: oligarquia Albuquerque-Maranhão (1890 – 1918). Foi ele quem, após ter recebido a notícia de que havia sido proclamada a República na capital federal, redigiu e publicou um texto anunciando o feito em Natal³⁸.

Após a Proclamação da República, no dia 17 de novembro de 1889 transmitiu-se o ato em terras potiguares. Com isso foi instalado o Governo Provisório no Rio Grande do Norte, tendo como Presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que durante 19 dias governou o recém-criado Estado.

Todavia, com a criação do Estado, veio também à ordem do governo federal para a posse do primeiro governador, Adolfo Afonso da Silva Gordo. Ele tinha a missão de administrar um Estado política e economicamente periférico, com um histórico marcado pela subordinação, seja pelos Estados vizinhos, seja pelo capital estrangeiro, ou mesmo pela força dos estados do sudeste do Brasil. Nesses estados, o processo de industrialização contribuía para a formação e fortalecimento de uma elite urbana, que passaria a comandar o país. Como se não bastasse, Adolfo Gordo deveria encarar o desafio de lidar com as consequências desses eventos que afetava o Rio Grande do Norte, sobretudo durante a ocorrência das secas.

O enfrentamento das agruras da seca pelo Governo Central era de caráter emergencial,

³⁸ “Brasileiros! Está proclamada a República! Povo, Exército e Armada, na mais patriótica e sublime confraternização, sacodem o jugo vergonhoso do Império e firmam os seus foros de cidadãos. Purificou-se enfim, o Continente Novo! Hoje, de um a outro polo, do Atlântico ao Pacífico, há uma só crença: a soberania popular é a lei Americana. A alma nacional, inundada de júbilo, destitui o Império e firma-se na capital brasileira um governo provisório composto do grande Quintino Bocaiúva, do invicto General Deodoro e do ilustre publicista Aristides Lobo. A República é a paz, a ordem, a tranquilidade interna, a harmonia internacional, a civilização e o progresso. Os ódios e rancores partidários não cabem em corações cheios da luz redentora da Liberdade. O Brasil em pouco tempo deu ao mundo dois grandes exemplos de civismo, que lhe conquistaram na história um lugar de honra, uma glória imortal: 13 de maio e 15 de novembro! São na vida nacional os dois pontos de apoio da nossa future evolução política, social e econômica. Viva a República! Viva a Pátria Brasileira! Viva o povo norte-rio-grandense! Viva o governo provisório. Natal, 15 de novembro de 1889. Dr. Pedro Velho”. (Lyra, 2008 [1920] p. 326)

através da doação de dinheiro e farinha, constituintes dos socorros públicos. A “ajuda” do governo e sua atenção para com o problema restringia-se apenas aos longos períodos de estiagem e criava uma situação de forte dependência econômica e social, por parte da população afetada. Os grupos oligárquicos estaduais ficavam fortalecidos, uma vez que tiravam proveito dessa situação através da oferta de dinheiro, farinha ou de algum trabalho em suas propriedades fundiárias, conforme se observa na Mensagem de Governo de Adolfo Gordo em 1890.

Com o advento da Primeira República e a nova forma de governar, as estratégias para lidar com a seca mudaram, e foi pela via institucional que o problema passou a ser tratado. Um exemplo disso foi a criação, no ano de 1904, de três comissões técnicas para lidar com o problema nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, a partir das quais foi concebida, em 1909, a Inspetoria de Obras Contra a Seca – IOCS. Esse evento marca o primeiro e longo período da prática do planejamento norte-rio-grandense, que vai de 1904 a 1960, e caracteriza-se pelas dotações das bases de eletrificação em alguns de seus municípios (Macau, Taipu, Currais Novos, Acarí, por exemplo), instalação e ampliação da malha rodoviária e ferroviária. Também é desse período, o início a prestação dos serviços de iluminação pública, a qual viabilizou a chegada dos primeiros bondes elétricos em Natal.

Os principais eventos referentes ao planejamento praticado no primeiro período dizem respeito à política dos socorros públicos, criação e atuação do Instituto de Obras Contra as Secas – IOCS e Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Essas instituições foram sobremodo importantes para o desenvolvimento econômico dos estados nordestinos. A análise da sua atuação ajuda a evidenciar como se davam as ações públicas do governo para elaboração dos primeiros planos de ação e estudos sobre o território norte-rio-grandense.

A seca e a política de socorros públicos no Rio Grande do Norte

Quando Adolfo Gordo assumiu o governo do Estado, estava em funcionamento a política de socorros públicos. Essa política era na opinião do governador, expressa através do documento Mensagem de Governo publicada em 1890 (p. 12), “um meio para a realização de arranjos eleitorais”. Para o seu funcionamento, foram criadas comissões em vários locais no interior do Rio Grande do Norte com o propósito de distribuir grandes somas de dinheiro e grandes quantidades de farinha de mandioca às populações afetadas pela seca. Ocorre que essas comissões, segundo relatos na página 12 do documento mencionado, eram formadas por

“amigos particulares do governo” [refere-se ao ex-governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão], os quais faziam essa distribuição sem um critério específico. A distribuição do dinheiro e da farinha era feita através da criação de vários cargos públicos (administradores, feitores, secretários, armazenários), todos eles recebendo ótimos salários, o que conferia ao governo um grande prejuízo. Ao assumir o governo, Adolfo Gordo tratou de conter os gastos públicos por meio da destituição desses cargos e elaborou critérios para distribuições dos socorros públicos³⁹.

Existia, nesse período, uma grande expectativa por parte das elites e do povo em relação ao governo. As elites almejavam a obtenção de benefícios políticos e econômicos que viessem a se constituir em moeda de troca no momento do pleito estadual, tornando cativos seus eleitores. Enquanto o povo esperava a farinha e o dinheiro dos socorros públicos, distribuídos de acordo com o interesse das elites locais, e com isso garantia parcamente, o pão de cada dia para enfrentar os anos de seca.

Esse foi o contexto no qual Silva (1978) identificou as raízes da ideologia do planejamento no Nordeste brasileiro, após exame minucioso das publicações do Jornal A República, uma importante referência histórica utilizada pelos historiadores e demais pesquisadores que desejam compreender o período republicano no Rio Grande do Norte. Nas publicações desse Jornal, é possível observar denúncias sobre a vinculação da economia com a política, a política de socorros públicos⁴⁰ e sobre as implicações para o território norte-rio-

³⁹ “Assumindo o governo do estado, cortei todos estes abusos, demitindo todos aqueles empregados e extinguindo as gratificações. [...] Dei novas instruções, pelas quais deveriam distribuir socorros – sendo aos homens \$400 e as mulheres \$300 – àqueles que por outros meios não pudessem, absolutamente, obter a sua subsistência. Ordenei que todos os socorridos prestassem serviços, sendo empregados em obras de real utilidade pública, e tomando conhecimento das necessidades deste estado, indiquei as principais destas obras: açudes, aberturas de rios, de canais, de estradas, & (Gordo, 1890, p. 12)”.

⁴⁰ “Angicos, 9 de outubro de 1889,

A aridez e a deficiência das aguadas naquela vila (...) tornavam urgente que ali se construísse um reservatório ou açude, que proporcionasse à população um elemento tão indispensável à vida como a água. O pedido foi atendido e remeteram-se alguns contos de réis (...). Escolheu-se o local para o açude. (...) mas é certo que se fez alguma coisa. Limpou-se o terreno até certa altura, (...) enfim vê-se que o dinheiro e a farinha dos socorros até deixaram uns pequenos vestígios.

Vieram os liberais e vieram as eleições.

Adeus açude...

As próprias influências do lugar que mais interessados deviam ser em dotar a sua terra, com um melhoramento de utilidade incontestável, esqueceram o benefício público e atiraram-se em desordenada fúria a comprar votos, dando aos eleitores o socorro enviado ao mísero indigente.

Vem agora o inverno, leva sem dúvida o que existe para acabar; e, em vez de um depósito de água de serventia útil a toda a população, fica um destroço triste e uma vergonha mais triste ainda.

E, como o açude de Angicos, são as demais obras públicas que se estão fazendo em bem do povo.

- O que queres? Pergunta-se a um desgraçado andrajoso e faminto.

grandense de uma nova divisão territorial do trabalho, que para sua realização necessitava que o território fosse dotado de uma base material, necessária a um processo de modernização em curso. Além disso, também era preciso o apoio de instituições financeiras. Por isso, a criação do Banco do Rio Grande do Norte em 17 de janeiro de 1906.

Assim, o Governador Alberto Maranhão, outorgou através da Lei N. 289 de 23 de novembro de 1910, a prestação inicial do serviço de energia elétrica e demais serviços urbanos à Empresa de Melhoramentos de Natal (ANDRADE, 2009). Em 1911 ele inaugurou os serviços de bonde e luz elétrica na capital, e apenas posteriormente a oferta de energia elétrica expandiu-se para os demais municípios do Rio Grande do Norte, a exemplo de Macau (ver figura 1 a seguir), que já contava com certa dinâmica econômica em virtude da atividade salineira.

Figura 1: Motor-gerador á diesel da subsidiária inglesa Força e Luz do Nordeste, instalado no município de Macau/RN na década de 1920.

Fonte: http://www.obaudemacau.com/?page_id=3480

-
- Trabalho e um pequeno salário para matar a fome e não ver morrerem minha velha e meus filhos.
 - Não há serviço.
 - Em quem vota? Pergunta qualquer mandachuva de aldeia ao eleitor.
 - Em fulano que me deu 100.000rs [contos de réis].
 - Tem 200.000rs [contos de réis]; vote no governo.

Informam-nos que um modo indireto de fazer passar suavemente o socorro para o bolso do votante é fazê-lo eleitor.

E o povo não desespera de sofrer! Viva o Visconde de Ouro Preto!

Que esplêndido triunfo eleitoral! Está salva a pátria! Morrem de fome alguns miseráveis, mas os gemidos destes desgraçados não ouvem no meio dos hinos da vitória – Patriotas!” [Texto publicado no Jornal A República em 9 de outubro de 1889, apud Silva (1978)].

A expansão da produção capitalista e a nova divisão territorial do trabalho no Brasil demarcaram novos e distintos comportamentos socioeconômicos e políticos para o Nordeste frente à Região Sudeste. Todavia não contribuiu para a superação dos problemas, que deveriam ser resolvidos através da ideologia do progresso nacional, aniquilando, assim, as disparidades entre as regiões brasileiras. O Nordeste, “região problema” da Federação brasileira, tinha que, necessariamente, seguir os paradigmas sugeridos pelos intelectuais e técnicos do Sul e Sudeste se desejasse superar as suas dificuldades; enveredando-se por soluções técnicas, como a construção de estradas de ferro, açudes e mecanização da agricultura. Segundo Silva (1978, p. 80),

Assumir esta perspectiva veiculada por São Paulo, por exemplo, significa pressupor uma igualdade no desenvolvimento econômico dos estados – o que não ocorre necessariamente. Entretanto, supor esta ‘unidade’ isenta a Federação da responsabilidade de interferir no desenvolvimento político e econômico destes estados, ou, ainda, o planejamento econômico poderá ser encaminhado em favor de algumas áreas e em prejuízo de outras.

A inserção desses paradigmas tinha o apoio das oligarquias estaduais e do Governo, que ao observar o fracasso da aplicação de modelos econômicos vindos do Sul e do Sudeste do Brasil, passaram a se apresentar como vítimas de problemas que a eles também cabia solucionar. A partir da análise das mensagens de governo percebe-se que as soluções para o “atraso” econômico e mesmo para os problemas advindos da ocorrência das secas no território potiguar eram vistos ora como fruto da política oligárquica, ora como falta de avanços técnicos⁴¹, ora como um problema econômico⁴². Não se cogitava, no entanto, que se tratava de um problema que demandava soluções técnicas e socioeconômicas, mas, sobretudo de vontade política por parte dos governantes e das oligarquias que usufruíam o poder político estadual.

⁴¹ “No que se respeita a criação de gados, tudo nos falta; nem se ensaiam novas raças, nem se aperfeiçoam as existentes, por meio de cruzamentos. A reprodução e a engorda são as mesmas de há cem anos, com grave detrimento das forças econômicas do estado (Mensagem de Governo Alberto Maranhão, 1904)”.

⁴² Talvez um dos mais interessantes e completos resumos a respeito da economia nordestina e seus desdobramentos do século XVI ao início do século XIX, foi feita por Furtado ([1959] 2007, p. 104-106), onde ele afirma que “a expansão da economia nordestina durante esse longo período constituiu, em última instância, num processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa, e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia. Na verdade, a expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, no qual se ia acumulando uma fração crescente da população. Dessa forma, de sistema econômico de alta produtividade em meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir”.

As mudanças de percepção do problema davam-se de acordo com os interesses dos grupos políticos que estavam ocupando o poder. Esse modo fragmentado de perceber e buscar soluções para as consequências da seca e da pobreza indicam nesse primeiro período, uma forte briga pelo poder político. A solução para esse problema pautava-se na construção de argumentos sustentados em duas grandes perspectivas.

A primeira delas ancorava-se na realização de obras de açudagem e construção de estradas, além da criação do IOCS para lidar com a problemática da seca. A segunda, por sua vez, apoiava-se na realização de obras de infraestrutura urbana, como a construção e ampliação de ferrovias, rodovias, e expansão da energia elétrica. No final de 1950 foi criada a SUDENE, a qual se tornou uma forte aliada da sociedade nordestina frente ao governo federal. Ela direcionava boa parte de suas ações para a promoção do processo de industrialização e obras de irrigação, com vistas a superar o subdesenvolvimento e a pobreza na Região Nordeste do Brasil.

Para além das novas e velhas estratégias adotadas pelo governo federal e pelos governos nordestinos, interessa entender a relevância e a força que o IOCS, hoje, DNOCS e a SUDENE, exerceram nas ações de planejamento realizadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Mais ainda, os resultados práticos de suas intervenções no território potiguar e a quem beneficiava os seus investimentos. No item seguinte, será retomado o tema da força das instituições no Nordeste, aqui representadas pelo IOCS e pela SUDENE.

Estavam então criados os fundamentos para aquilo que o Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine de Faria (1928), denominou em sua mensagem de governo, de política moderna. Nos termos dessa política, a situação de pobreza que assolava o território potiguar não era resultante do meio físico, mas decorria do abandono e do débil aproveitamento das terras férteis do estado. A sugestão apontada por Juvenal Lamartine de Faria na citada mensagem era que a União deveria retomar a construção de grandes represas para irrigação das áreas de várzeas, bem como realizar obras de prolongamento das estradas de ferro. Entretanto, não era isso o que acontecia. Seja durante o seu governo ou de outros governantes, como se pode perceber durante a gestão de Augusto Bezerra de Medeiros.

Lê-se em sua mensagem de governo publicada no ano de 1924, a oferta por parte do governo estadual, de prêmios àqueles que construíssem pequenos açudes em suas propriedades. Para isso estimulava-se a iniciativa privada e o próprio povo, para buscar soluções aos problemas que o Estado enfrentava. Mesmo assim, ao que se pode avaliar a partir da leitura de documentos da época, o poder público norte-rio-grandense não cessava de solicitar ao governo central crédito agrícola, grandes obras de açudagem, melhoramentos dos

meios de transportes e suporte técnico para exploração dos vales e terras húmidas do litoral. Como no regime de governo anterior (monarquia), a esperada ajuda não vinha, pelo menos não como se esperava.

Seria a fraca expressividade política do Rio Grande do Norte no contexto nacional o motivo para tamanho esquecimento e desatenção por parte das autoridades nacionais?

A força das instituições públicas: a atuação do DNOCS e da SUDENE no território norte-rio-grandense

A Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS foi criada através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909, durante o Governo do Presidente Nilo Peçanha, no qual organizou-se o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria. Além disso, ainda em seu governo foi iniciada a criação e o desenvolvimento do ensino técnico-profissional no Brasil, bastante oportuno ao momento que se intensificava a expansão do meio técnico em alguns municípios do território nacional. Desde o ano de sua criação, o IOCS teve uma atuação destacada no Rio Grande do Norte, especialmente em 1916, conforme apontou a matriz de periodização, por meio da abertura de estradas, construção de barragens, açudes e perfuração de poços, objetivando fixar o agricultor a terra. Esse período é marcado também pela chegada ao território potiguar da primeira agência do Banco do Brasil em 14 de março de 1917, 11 anos após a criação do Banco do Rio Grande do Norte.

A trajetória de atuação e institucionalização do IOCS é longa. Em 1919, através do Decreto N. 13.687, o IOCS passou a ser denominado de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS. Sua atuação no Rio Grande do Norte, embora tenha sido marcada pela apropriação das oligarquias, contribui para tornar o território mais dinâmico. Desse modo, a década de 1920 ficou marcada no território norte-rio-grandense por uma significativa transformação de sua configuração, que pode ser demonstrada através da construção no município de Parnamirim de um campo de pouso para aviões comerciais vindo da Europa no ano de 1920. Todavia, o primeiro pouso de avião nesse campo veio a se realizar apenas 4 anos depois.

A exemplo do campo de pouso, em 1925 seguiu-se ainda a construção da estrada de ferro do Porto de Areia Branca-RN, ligando esse município à Souza, situado na Paraíba. E nesse mesmo ano, construiu-se o terminal salineiro do Rio Grande do Norte. Esses eventos demonstram a relevância que a atividade salineira estava tendo para economia potiguar desse período.

O início dos anos de 1920 marca o surgimento do planejamento nos moldes socialistas, tendo a União Soviética como precursora, uma vez que em 1925 buscava através da elaboração do Plano de Eletrificação Nacional, promover o desenvolvimento de suas regiões mais atrasadas. A partir daí, várias iniciativas foram criadas por parte do governo soviético, como a Comissão Nacional de Planejamento (1928), que tinha o objetivo de promover a ocupação da Sibéria. Foi nesse contexto que conforme Piquet & Ribeiro (2013, p. 134-135), o planejamento “passa a ser aceito e adotado pelos países capitalistas, porquanto é visto como uma *técnica de aplicação de políticas*”.

Havia, nesse período uma expectativa muito grande no que se refere às experiências de desenvolvimento regional dos Estados Unidos da América. O Estado americano, devido ao contexto da crise econômica de 1929, passou a promover a criação de políticas de redução das desigualdades regionais, dentre as quais se destaca a criação da Tennessee Valley Authority – TVA, criada em 1933.

Essa experiência foi discutida em eventos acadêmicos como no Congresso da UGI em Paris realizado em 1949. Nesse congresso foi criada a Comissão para o Estudo da Planificação Regional e Jean Gottmann apresentou uma importante discussão acerca do planejamento regional no texto « *L'aménagement de l'espace: planification régionale et géographie* », publicado em 1952 no Congresso da UGI realizado em Washington (EUA). Nesse texto, Gottmann (1952)⁴³ destaca que a mais célebre experiência de planejamento regional do século XX é a da T.V.A nos EUA, e por isso representa um modelo a ser seguido em sociedades capitalistas como o Brasil ou socialistas como a União Soviética. Para Diniz (2009) e Mindlin Lafer (1970), a experiência da T.V.A também foi uma inspiração importante para que Celso Furtado criasse a SUDENE.

Além disso, segundo Andrade (1985, p. 24),

O exemplo da TVA nos Estados Unidos levou os constituintes de 1946 a defenderem a ideia de se destinar 1% do orçamento da União a uma política de recuperação do Vale do São Francisco, tendo sido criada uma Comissão do Vale do São Francisco, logo transformada em superintendência – a SUVALE – e, finalmente em companhia – A CODEVASF – que deveria administrar esta política e, convenhamos, o vale não está sendo recuperado.

⁴³ “L’expérience la plus célèbre, la plus commentée de la planification régionale aux XXème siècle, est celle de la vallée du Tennessee aux Etats-Unis. La fameuse T.V.A est devenue un modele, un prototype. Il est curieux qu’elle ait été réalisée par l’ un des pays les plus libéraux, les plus “capitalistes” de notre époque. La T.V.A a pu servir de modele nom seulement pour des projets semblables de reconstruction régionale, au Brésil par exemple, mais tout aussi bien dans les pays d’ économie socialiste comme l’Union Soviétique (Gottmann, 1952, p. 9-10)”.

No Rio Grande do Norte, por sua vez, ao mesmo tempo em que se começava a dotar o território estadual com as bases técnicas para o seu funcionamento e modernização, através da densidade do meio técnico, o Estado passou a estabelecer uma relação ainda mais próxima com as empresas de capital internacional. Em 1928, por exemplo, ocorreu à chegada em Natal da empresa Força e Luz do Nordeste, subsidiária de capital inglês, que tinha a concessão dos serviços de bonde, telefonia e energia elétrica. Some-se ainda a inauguração da estação telegráfica no campo de pouso de Parnamirim, pela empresa Aéropostale (MEDEIROS 1973, ANDRADE, 2009).

Mesmo em 1929, ano emblemático para economia, em virtude da crise econômica que afetou o mundo, por conseguinte a atividade salineira no Rio Grande do Norte, a renovação da base material do território não cessou de ocorrer. Nesse mesmo ano foi dado início a construção de mais uma ferrovia: Mossoró-Souza. E em 1930 a extração do sal passa a ser mecanizada. Também é importante ressaltar que tendo em vista a sua localização privilegiada (já se falou sobre isso no capítulo 1), bem como da construção do campo de pouso, Natal e Parnamirim passaram a fazer parte da rota aérea das seguintes empresas: Condor (alemã), Ala Littoria (italiana), Air France (francesa) e Pan American (estadunidense).

A partir do final dos anos de 1930 aos anos de 1940, observa-se a ocorrência de um intenso sistema de eventos no território nacional relacionados ao planejamento, dentre os quais se destacam iniciativas institucionais como o Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934. E, a Comissão de Planejamento Econômico de 1944-1945, cujo grande representante era Roberto Simonsen. Essas instituições incorporavam funções de planejamento, por meio de técnicas aplicadas durante a I Guerra Mundial com vistas a formular políticas econômicas para reduzir a dependência externa (REZENDE, 2009).

Durante os anos de 1930 e 1940, o Rio Grande do Norte viveu um período de transformações. Em 1939, por exemplo, houve a instalação em Natal da *Western Telegraph*, empresa de capital inglês, que atuava no setor de telegramas. Como o estado passava por um período de dinâmica econômica e estava atraindo a instalação de empresas de capital nacional e estrangeiro, cuidou em fundar, no ano de 1940 o Banco do Comércio e Indústria, que deveria ajudar o Estado na promoção do crescimento e desenvolvimento da economia.

A historiografia potiguar sobre os anos de 1940, demonstra a estreita relação entre o governo norte-rio-grandense e o governo estadunidense por ocasião da Segunda Guerra Mundial. As principais obras de engenharia que serviram de suporte para a presença dos Estados Unidos no território potiguar ocorreram em 1941 com a instalação da Base Naval de Natal. E em 1942, através do Decreto-Lei n. 4.142, o Presidente Getúlio Vargas criou a Base

Aérea de Natal, ano também da sua instalação. Esses eventos não ocorreram sem intencionalidade, pois coincidem com anos de fortes tensões políticas e militares que dizem respeito a Segunda Guerra Mundial. Como será visto no capítulo 3 desta tese, esse sistema de eventos foi sobremodo importante para o processo de urbanização da cidade de Natal, a qual era base aliada dos Estados Unidos da América.

Se é verdade que a guerra não se faz sem acesso a informação e meios de comunicação, no ano de 1943 foi dado início em Natal ao funcionamento dos telefones internacionais pela Rádio Internacional do Brasil – Radional. Assim foram instalados os primeiros telefones automáticos no Rio Grande do Norte (MEDEIROS 1973, ANDRADE, 2009).

E foi justamente a partir das consequências da Segunda Guerra Mundial que o planejamento do território passou a ganhar relevância na França. Na ocasião do seu pronunciamento, em 12 de setembro de 1944, De Gaulle mostrava-se preocupado com a paralisação ou destruição da infraestrutura fluvial, portuária, ferroviária e rodoviária da França em virtude da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, era de fundamental importância à planificação para recuperar os territórios arrasados pela Guerra. Era preciso planejar para reconstruir, e também para construir o futuro. Assim, foram criados organismos e conselhos qualificados para tratar de questões referentes ao trabalho, produção e pesquisa (DE GAULE [1944] 2003) de modo a construir uma nova perspectiva para o futuro da França.

No Rio Grande do Norte as dinâmicas territoriais continuaram. É importante destacar a criação em 1945 do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens – DNER, por meio do qual foi possível o planejamento e execução dos planos de abertura, melhoramento e expansão de rodovias no estado. Esse ano marca ainda, mudança de denominação do IFOCS que por meio do Decreto-Lei 8.846 de 28 de dezembro de 1945, passou a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, tendo sido transformado em uma autarquia federal, pela Lei nº 4229, de 01 de junho de 1963.

Foi também nos anos de 1940 que se criou uma das mais importantes instituições ligadas ao planejamento: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL⁴⁴

⁴⁴ A CEPAL foi criada em 1947 durante uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU. Através dos estudos das regiões menos desenvolvidas, a CEPAL propunha o desenvolvimento da América Latina através da industrialização dos seus países. Ela foi de grande influência intelectual na América Latina, pois buscava uma teorização sobre o subdesenvolvimento. Seu primeiro Secretário Executivo (1948-1962) e maior representante foi Raúl Prebisch. Seu livro, O desenvolvimento

(1947), que era portadora de alternativas para solucionar os problemas de crescimento econômico e subdesenvolvimento nos países da América Latina, por meio de um receituário de recomendações, as quais deveriam contribuir para readequar as suas economias à promoção e intensificação do processo de industrialização. Suas ideias foram tão importantes que chegaram a influenciar não apenas a formulação de políticas econômicas e sociais, mas os intelectuais da época.

Ao lado das grandes obras hidráulicas, o DNOCS incentivava a pesquisa científica sobre o conhecimento do meio geográfico (DUROUSSET, 2001) apoiado pela iniciativa privada e governo do estado. Juntos, eles chegaram a construir centenas de quilômetros de estradas de rodagem e carroçáveis no território norte-rio-grandense, segundo consta na Mensagem de Governo de José Augusto Bezerra de Medeiros (1928, p. 62-63). Nela encontram-se queixas sobre a ausência de incentivos por parte do governo central no tocante a realização de grandes obras hidráulicas: “sabem todos que a verdadeira solução estaria na grande açudagem, mas como tentá-la, se de recursos não dispomos”.

Pode-se questionar se através da relação do poder público estadual e da iniciativa privada, estariam as primeiras “Parceiras Público Privadas” no estado do Rio Grande do Norte? uma vez que, conforme demonstra a referida Mensagem, o governo estadual estaria “estimulando [...] a iniciativa privada a se entregar cada vez mais a uma obra, cuja utilidade a experiência já consagrou definitivamente”.

Até esse momento, as estratégias desempenhadas pelo Estado na Região Nordeste estavam restritas, de um lado, às ações emergenciais e sobremodo assistencialistas no período de ocorrência das secas; e de outro lado à dotação de infraestruturas deficitárias, como a construção de ferrovias, adquiridas da Inglaterra; e abertura de estradas. Na verdade o IFOCS, posteriormente DNOCS e mesmo a SUDENE foram significativamente apropriados pela oligarquia algodoeiro-pecuária que cuidou de esvaziar o seu sentido de criação (IANNI, 2004), passando a utilizar estas instituições para seu benefício. Como bem demonstrou Oliveira (1981, p. 93) o IFOCS e o DNCOS acabaram “transformando-se, ao mesmo tempo, em resultado e pressuposto da hegemonia oligárquica”.

O período que sucede à Segunda Guerra Mundial é marcado por profundas transformações políticas e sociais na organização dos territórios de alguns países, sobretudo França e nos Estados Unidos da América, onde o planejamento neles praticado tornou-se uma

econômico da América Latina (1949) foi de grande relevância para a formulação da ideologia Cepalina.

estratégia fundamental de recuperação social, econômica, política e infraestrutural dos territórios afetados pelas guerras. Tornou-se também objeto de inspiração para as ações do governo brasileiro.

A criação da Comissão Mista Brasil-EUA (Abink) é uma evidência das influências desse período. Formada pelo Ministério da Fazenda e integrada por técnicos brasileiros e estadunidenses, ela foi criada em 19 de julho de 1951 e teve as suas atividades encerradas em 31 de julho de 1953. Através do acordo firmado para criar a Comissão, cabia ao governo brasileiro a continuidade da exportação de minérios para os EUA, em troca de financiamentos através do BIRD e do *Export-Import Bank* (Eximbank) que deveria ser investido em energia e transporte (CAMPOS, 1974; SIMONSEN, 1975).

A influência do governo estadunidense também se fazia presente através de sua atuação via Banco Mundial⁴⁵. Até o final da década de 1950, sua atuação concentrou-se em apoio financeiro para reconstrução da Europa pós-guerra, exercendo pouca influência sobre a América Latina. Todavia, a partir de 1953 os Estados Unidos da América passam a desempenhar uma liderança importante no grupo, inclusive determinando as condições para financiamentos, dentre as quais podemos citar: 1) clareza na definição dos projetos apresentados pelos governos ou particulares com garantias do governo para liberação do empréstimo; 2) exigência quanto a sua exclusividade como órgão financiador, não podendo haver acúmulo de benefícios; 3) taxas de juros e amortizações elevadas para os países pobres (POLLINI JR, 1999; FONSECA, 2006).

A primeira intervenção do Banco Mundial no Brasil data de 1949. Segundo Fonseca (2006, p. 85),

Quando foi firmado o primeiro empréstimo do BIRD ao país (US\$ 75 milhões para área de energia e telecomunicações). Desde então, o Banco já apoiou o governo brasileiro em mais de 380 operações de crédito que somam mais de US\$ 36 bilhões.

A inserção dos EUA apenas ratifica o interesse de dominação encoberto pelo discurso de cooperação e solidariedade desses organismos, que se legitimam cada vez mais com a globalização. De acordo com Santos (2004, p.17-18),

Creio, então, que há uma fragilidade muito grande nessa globalização, e é por isso que o Brasil tem de ser controlado de fora, por que se o Brasil

⁴⁵ O Grupo Banco Mundial é formado por cinco instituições, a saber: 1 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; 2 Associação Internacional de Desenvolvimento – AID; 3 Corporação Financeira Internacional – IFC; 4 Agência Multilateral de Garantia de Investimento – AMGI e 5 Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos – CIADI.

mudar de ideia um pouquinho, pode levar o mundo por água abaixo. Por isso o Brasil é hoje o país mais vigiado de fora, na sua política interna e externa, na sua política social, na sua política educacional.

Eram, portanto, as instituições externas ao território nacional que passavam a ditar aonde os investimentos do governo brasileiro deveriam ser direcionados. Com a criação da Comissão Abink, por meio da qual o Estado brasileiro viu-se ainda mais dependente dos interesses externos. Iniciativas como essas serviram para incentivar a industrialização do território brasileiro, ou melhor, algumas porções do território, que tornaram-se arquipélagos de modernizações seletivas e incompletas, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro.

A década de 1950 é emblemática para o Estado do Rio Grande do Norte, haja vista que no final dela descobriu-se indícios da existência de petróleo em seu território, bem como por se caracterizar pelo começo de uma forte disputa política entre a oligarquia Mariz e a oligarquia Alves, como se verá no capítulo 3.

Em 01 de setembro de 1952 o então Deputado Federal Aluizio Alves apresentou à Câmara o Plano de Energia de Paulo Afonso de sua autoria. Trata-se de um plano de expansão de energia elétrica, com ênfase para a região salineira do estado que tinha como objetivo, a partir da instalação do sistema Cariri-Mossoró, viabilizar a mecanização das salinas existentes no território norte-rio-grandense. Além disso, pretendia-se com o plano, a eletrificação da estrada de ferro que partia de Porto Franco, situada no município de Areia Branca/RN, até o município de Souza/CE, e com trecho final no município de Petrolina/PE.

Nesse plano há uma queixa incisiva sobre a inexpressiva força política do estado do Rio Grande do Norte, que dificultava a destinação de recursos e financiamentos para o atendimento de demandas básicas, como a expansão da energia elétrica para os municípios distantes da capital. Com a expansão da energia elétrica, acreditava-se viabilizar o desenvolvimento econômico do território potiguar. Ressalte-se que Aluizio Alves, nessa ocasião Deputado Federal, conseguiu levar a energia de Paulo Afonso para o Rio Grande do Norte, expandindo a oferta do serviço de energia elétrica no Rio Grande do Norte. Esse feito ajudou a sustentar as bases de sua campanha para o pleito estadual de 1960, quando conquistou o cargo de Governador do Estado.

No mesmo ano (1952) em que o então Deputado Federal Aluizio Alves apresentou à Câmara o Plano de expansão da energia elétrica de Paulo Afonso para o Rio Grande do Norte, ocorreu a criação no Brasil de dois bancos importantes: 1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE por meio da Lei n. 1.628 de 20 de junho de 1952; 2) Banco do Nordeste do Brasil pela Lei n. 1.649 de 19 de julho de 1952. Esses bancos tiveram

(e ainda tem) uma atuação de destaque no planejamento regional brasileiro por meio do financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento econômico e obras estruturantes.

A partir dos anos de 1950 emergiram novos procedimentos governamentais para lidar com a problemática das secas e o atraso da Região Nordeste, agora pautados na concepção de planejamento. Os marcos iniciais que caracterizam esses novos procedimentos foram: a criação do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, entendido por Cohn (1978) como precursor da SUDENE; a construção do sistema hidrelétrico Paulo Afonso I no vale do São Francisco em 1954; e o estudo Planejamento do Combate às Secas (1953), encomendado pela Presidência da República do Brasil (OLIVEIRA, 1981).

Mesmo assim, várias eram as críticas a respeito das ações do poder público no Nordeste, e avolumam-se os “gritos” de exigências para que se buscassem soluções mais adaptadas às condições e especificidades locais (DUROUSSET, 2001). Foi a partir das circunstâncias de críticas e exigências referentes aos problemas do Nordeste, que em 1958 o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, sob a coordenação de Celso Furtado, o qual realizou um importante diagnóstico acerca da região, cujo título é “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”.

A atuação da SUDENE no Rio Grande do Norte

A formação do GTDN convergiu para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE que tinha como dirigente e maior entusiasta, o economista Celso Furtado. Sua criação em 15 de dezembro de 1959 pela Lei n. 3.692 representou, naquele momento, uma conquista para a sociedade nordestina, no que diz respeito à situação de abandono secular em que se encontrava a Região diante das políticas nacionais de promoção do desenvolvimento brasileiro. Com isso, durante o período de 1960-1980, a Região Nordeste experimentou um significativo crescimento de sua economia, conforme registrado no documento “Desempenho Econômico da Região Nordeste do Brasil”, o que não quer dizer que tenha tido reflexos mais relevantes sobre a sua situação de desigualdade diante das regiões mais dinâmicas do território nacional.

É relevante destacar que logo da introdução do diagnóstico do GTDN⁴⁶ (1959, p. 7) o texto é apresentado como “uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no

⁴⁶ O texto estava dividido em duas partes: 1) diagnóstico da região, e plano de ação, na qual se apresenta uma análise bastante detalhada das dificuldades vivenciadas pelos nordestinos; 2) proposições que despertaram o interesse das autoridades competentes da época para a resolução dos problemas socioeconômicos da região nordeste.

quadro do desenvolvimento econômico nacional” [grifo nosso]. Ressalte-se, que passados mais de cinquenta e cinco anos de lida com o contexto de desigualdades que permeia o Nordeste brasileiro através da criação das primeiras comissões técnicas para lidar com o problema das secas, ainda cabia ao Nordeste o posto de região problema do território nacional. Mesmo assim, o documento elaborado pelo GTDN era sobremodo importante.

Nesse documento observa-se o reconhecimento de que o tratamento dado aos efeitos das secas centrava-se em medidas de cunho assistencial, a curto e a longo prazo, por meio da construção de uma rede de açudes. Como isso não contribuía para resolver os problemas decorrentes das secas, o GTDN propunha elevar a produtividade da economia da região semiárida, integrando ao mercado sua unidade produtiva mais típica, qual seja, o algodão mocó.

O algodão constituiu-se no objetivo central de toda política de desenvolvimento da região semiárida naquele período, uma vez que esse tipo de cultura é resistente aos baixos índices de pluviosidade. É importante mencionar que conforme demonstrou Oliveira (1981) e Furtado ([1959] 2007) eram as oligarquias nordestinas as detentoras do comando das atividades econômicas que a SUDENE estava incentivando para a Região do Nordeste brasileiro. Sendo assim, o controle da riqueza e da pobreza nordestina estivera sempre comandado por suas elites políticas e econômicas. Além da cultura do algodão, o diagnóstico sugere também suporte para a atividade pecuária e o estímulo à produção de xerófilas para a alimentação animal.

Em se tratando dos problemas referentes à oferta de energia elétrica, os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte aparecem no documento como os mais penalizados. Esta situação dificultava a expansão de atividades econômicas, sobretudo industriais. A expansão dos serviços de energia era vital, pois se acreditava que, com isso, seriam dirimidas as desigualdades territoriais no Rio Grande do Norte e no Ceará. A saída para esse problema seria, de acordo com o diagnóstico produzido pelo GTDN (1959, p. 90-91), utilizar técnicas modernas, através do aproveitamento de “fontes eólica e solar para a geração de energia em pequenas unidades; a utilização de filmes monomoleculares na proteção dos lençóis d’água contra o excesso de evaporação; a criação artificial de chuvas etc”. A leitura do diagnóstico indica que as soluções técnicas para resolver as desigualdades do Nordeste frente às demais regiões já estavam postas, faltava apenas esforços políticos, de planejamento a curto, médio e longo prazo, e gestão do plano de ação definido pelo Grupo.

Por isso, sugeriu-se que o GTDN oferecesse aos governos estaduais que tivessem interesse, assistência técnica para formar suas próprias comissões de planejamento,

conferindo autonomia para formulação de planos de desenvolvimento econômico estaduais. São, pois, contundentes as reflexões sobre o desenvolvimento da Região Nordeste, elaboradas por Furtado (2009 [1960], p. 166), onde “o problema do desenvolvimento do Nordeste é menos de formulação de planos tecnicamente aceitáveis do que de acertado e oportuno encaminhamento político de soluções”. Uma das características marcantes do Nordeste é a concentração de renda nas mãos dos latifundiários, principalmente nos anos de 1950 e 1960, que compreende o período abordado no diagnóstico do GTDN. O problema a ser observado não era a seca e a escassez de água, mas a estrutura de poder político e econômico nordestina que apoiada pelos governos mantinham o Nordeste na condição de atraso frente à região Sul e Sudeste do Brasil (FURTADO, [1959] 2009).

Em suas ponderações críticas a respeito do Plano de Ação elaborado pelo GTDN, o qual se tornou referência para a SUDENE, Cohn (1978) alertou para o fato de que se tratava de um alinhamento à concepção nacional-desenvolvimentista seguida pelo Governo do Presidente Juscelino Kubitschek em relação às proposições econômicas contidas no Plano de Metas. Segundo Lafer (1970, p. 40-41), o presidente apoiava-se numa “administração paralela, constituída por órgãos existentes, [...] ou por órgãos novos para os quais se drenou a competência disponível do serviço público, [...] que conseguiram controlar a execução do plano de metas”. A criação da SUDENE fundamenta-se, como nos ajuda a refletir Oliveira (1981), em uma referência externa à Região, onde a partir do estabelecimento da divisão regional do trabalho ratifica o Nordeste como suporte para as atividades industriais do Sudeste brasileiro. Tanto é assim, que as indústrias que passaram a ser ali instaladas, atendiam as demandas e interesses do centro econômico do país.

O contexto que deu origem a criação da SUDENE é bastante complexo, pois envolvia aspectos relacionados às políticas de desenvolvimento do território nacional do Presidente Juscelino Kubitschek. Havia ainda um movimento de insatisfação social frente a atuação do DNOCS, que acreditava-se estar cooptado pelas oligarquias agrárias. Em virtude do processo de industrialização em curso no Brasil e o atraso do Nordeste diante da Região Sudeste, adotou-se as concepções críticas da CEPAL acerca do subdesenvolvimento, e a intervenção do estado para desenvolvimento da Região Nordeste, mediante ações de planejamento passou a ser considerado o único caminho para o desenvolvimento. A criação da SUDENE, no entanto, não se deu sem embates e discussões, das quais participaram políticos, empresários industriais, representantes da Igreja e dos movimentos sociais.

A elaboração dos primeiros planos e estudos regionais para o estado do Rio Grande do Norte foram realizados sob forte influência dos contextos políticos e econômicos que permeavam o Brasil na década de 1950.

O primeiro estudo acerca do desenvolvimento regional do Rio Grande do Norte foi realizado em 1959, e tinha o título de Estudos de Desenvolvimento Regional (Rio Grande do Norte). Os responsáveis por sua elaboração foram quatro economistas, a saber: Américo Barbosa de Oliveira, Alexandre Fontana Beltrão, Tomás Pompeu Accioly Borges, Moacir Paixão e Silva, os quais integravam a consultoria Serviços de Planejamento, Engenheiros e Economistas Associados – SPL, contratados pela Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES para elaboração de 22 monografias regionais. O estudo apresenta um sucinto exame dos aspectos geográficos, econômicos e demográficos do estado. Além de análise da produção agrícola, industrial, mineral etc., tendo como objetivo fornecer as bases para análises e estimativas aos estudiosos do desenvolvimento regional.

O Presidente do país era Getúlio Vargas e com base em uma política econômica com tendências nacionalistas, tentava conciliar as demandas populares e o crescimento econômico. Os esforços estavam direcionados a acelerar o crescimento industrial, ao mesmo tempo em que se buscavam melhorias no sistema energético e nos transportes, sobretudo em infraestrutura rodoviária, ferroviária e aérea. Foram, então, criadas as seguintes instituições públicas: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (1952); Petrobrás (1953) e como vimos anteriormente, a SUDENE (1959).

Também é possível observar no documento produzido, a seletividade na instalação e expansão do meio técnico, bem como a convivência entre a modernização territorial e o uso de técnicas ultrapassadas: “o DNOCS continua a abrir poços na Chapada do Apodi, com perfuratrizes obsoletas, que não vão além de 300 metros de profundidade, revelam apenas lençóis de água de alto grau de dureza”. Situação análoga é encontrada na mineração da scheelita, que apresentava, segundo o estudo, um processo de exploração bastante primário, e onde os trabalhadores não possuíam sequer equipamentos mínimos de segurança e técnicas apropriadas para o melhor aproveitamento no processo de extração do minério. Por outro lado, foi identificada a preocupação por parte de diversos órgãos e instituições no tocante ao aprimoramento da fibra do algodão, considerado nesse período, o ouro branco do Nordeste, como denominou Menezes (1937). No município de Cruzeta, por exemplo, funcionava a Estação Experimental do Seridó, vinculada ao Ministério da Agricultura, que desenvolvia estudos sobre o domínio da seleção e hibridização da planta. Também a iniciativa privada, através da empresa *Machine Cottons*, tinha no município de Angicos plantações, onde

desenvolvia experimentos de hibridação, seleção, enxertia e enraizamento de estacas. Tudo isso para conferir, a partir da espécie de algodão mocó, variedades com fibras cada vez mais longas e plumas mais macias.

Outros documentos e estudos foram elaborados para o Rio Grande do Norte nesse período. O Plano Regional do Agreste e o Plano Regional do Oeste Potiguar, formulados em 1959, pelo então Deputado Federal Aluízio Alves, quando presidia a Associação Norte-Riograndense de Municípios, dizem respeito a um diagnóstico das regiões agreste e oeste do estado do Rio Grande do Norte, e não necessariamente um Plano de Ação. Seu objetivo era, segundo o documento,

Reunir as pessoas responsáveis das diversas atividades econômicas e sociais das várias regiões do Estado, para delas, recolher as informações que possam servir como subsídio à identificação dos principais problemas que afligem essas áreas, dificultando o seu desenvolvimento econômico e o bem-estar de sua população (Plano Regional do Agreste 1959, p. 8).

A partir da organização das informações que foram obtidas por ocasião do Encontro Regional do Agreste e do Encontro Regional do Oeste Potiguar, Aluízio Alves pretendia subsidiar a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o Rio Grande do Norte, que, após assumir o cargo de Governador do estado em 1961, acabou se concretizando. Ao mesmo tempo em que usava das prerrogativas de presidente da Associação de Municípios Norte-Riograndense e de Deputado Federal para a realização dos diagnósticos e estudos regionais, ele preparava as bases e reunia informações para a sua campanha rumo ao Governo do Estado.

Em se tratando do Plano Regional do Oeste Potiguar (1959), reconhece-se que há no Rio Grande do Norte ausência de ordenação e planejamento das ações do governo estadual, e uma pulverização dos recursos que se destinam à região, bem como desigualdade de tratamento desta parte do Rio Grande do Norte, inferiorizada em relação a outras regiões do estado, na distribuição das atenções e cuidados e na concentração das iniciativas do poder público local. Entende-se que a situação anteriormente exposta contribuía para o agravamento crescente das condições econômicas da região, e por isso a necessidade de melhor conhecer os seus problemas, possibilitando através de uma série de informações indispensáveis à elaboração de um programa de trabalho comum para o desenvolvimento econômico da Região Oeste Potiguar. Em linhas gerais, esses Planos recomendam o estabelecimento de uma política do Estado, vinculada as empresas, como se pode perceber na seguinte citação:

É inadiável a formulação de uma política de desenvolvimento econômico, que planeje os investimentos públicos, suscite e estimule a iniciativa privada, escape aos controles e deformações das interferências políticas indevidas, promova maior integração do fator terra no sistema produtivo, criando-se as condições de expansão industrial, que aproveitam as possibilidades potenciais e diversificadas de nossas condições naturais (Plano Regional do Oeste Potiguar 1959, p. 25) [grifo nosso].

Os Planos ora apresentados oferecem algumas conclusões acerca dos problemas existentes nos municípios da região Agreste e da região Oeste do Rio Grande do Norte no final dos anos de 1950. A primeira delas é referente à situação precária dos serviços de saúde e de educação oferecidos nos municípios da região. A segunda é o baixo número de pessoas empregadas nas regiões, as quais ficavam restritas, predominantemente, às atividades agrícolas de baixo nível tecnológico, a exemplo do cultivo da cana-de-açúcar e do algodão. Somem-se a isto os deficientes meios de comunicação, transporte e energia elétrica, além da falta de preparo dos gestores e técnicos municipais para lidar com o planejamento de suas ações, com vistas a reverter o quadro de problemas identificados.

Para tentar lidar com os problemas identificados nos diagnósticos de 1959, o Governo do Estado contou com a atuação da SUDENE, que trouxe importantes resultados nas dinâmicas territoriais do nordeste brasileiro, onde se destacam:

- Expansão e modernização da infraestrutura de transportes, energia e saneamento básico;
- Criação e fortalecimento do planejamento regional e sua execução nos estados nordestinos; capacitação do corpo técnico e acadêmico das Universidades Federais, através de diversificados programas de formação de mestres e doutores;
- Desenvolvimento através do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR de uma base industrial moderna e competitiva;
- Implantação, ampliação e modernização de empreendimentos competitivos com base na concessão de incentivos de isenção total ou parcial do imposto de renda;
- Implantação de sistema de desenvolvimento das pequenas e médias empresas para completar as cadeias produtivas regionais.

Contudo, Nóbrega (1969) chama atenção para o fato de que, embora tenha sido criada em 1959, os primeiros projetos industriais financiados pela SUDENE no estado do Rio Grande do Norte datam de 1962. Neste ano, enquanto o Rio Grande do Norte contava com 2

projetos aprovados, Pernambuco já tinha 36, seguido pela Bahia com 26, Paraíba com 18 e Ceará com 11 projetos. No documento Estudos de Desenvolvimento Regional (Rio Grande do Norte), produzido em 1959, já se chamava atenção para a desigualdade de oportunidades do Rio Grande do Norte em relação aos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará.

Vê-se, a partir da análise do gráfico 1 (a seguir), para quais estados da Região Nordeste estava direcionado o financiamento dos projetos industriais.

Gráfico 1 – NORDESTE: Projetos Industriais Financiados pela SUDENE 1960 – 1967

Fonte: Dados organizados e adaptados pela autora a partir de Nóbrega (1969).

Os Estados de Pernambuco e da Bahia eram de longe, os que mais recebiam apoio institucional da SUDENE. O primeiro com 258 projetos de industrialização aprovados para o período de 1960 a 1967, e o segundo com 154. Em seguida vinha o estado do Ceará com 106 projetos, depois a Paraíba totalizando 96, e finalmente o estado do Rio Grande do Norte com 28 projetos aprovados durante esse mesmo período⁴⁷.

Ratifica-se o eixo Pernambuco e Bahia na condição privilegiada de atenção do governo federal e suas instituições, e o Rio Grande do Norte, mais uma vez, permanecia à margem dos investimentos, seguindo a sina estabelecida desde o período colonial, seja pela ação externa dos colonizadores, ou pela ação interna da Capitania da Bahia e da Capitania de

⁴⁷ Nas pesquisas não foi possível identificar quantos projetos foram submetidos pelo RN.

Pernambuco, e mais recentemente pelo direcionamento das políticas públicas e financiamento de projetos.

O Gráfico 1 permite refletir sobre duas coisas: 1) tipologia dos projetos de governo do Rio Grande do Norte, submetidos à SUDENE; 2) desigual distribuição dos financiamentos dos projetos. Segundo Medeiros (1976, p. 164), no período de 1966-1970 essa situação mudou, pois fora criada pelo Governador Walfredo Gurgel a Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte – COFERN e com ela, obteve-se da SUDENE um número mais expressivo de financiamentos.

O que representaram os frutos da COFERN nesse processo, podem atestar as estatísticas dos projetos aprovados para o Rio Grande do Norte, na SUDENE, com os incentivos dos arts. 34/18, de 1966 a 1970. Foram 43 projetos industriais, 21 projetos agropecuários, com investimentos totais no montante de Cr\$ 310.225.000,00 quando no biênio anterior havia atingido apenas a importância de Cr\$ 20.640.000,00.

A partir da década de 1960 com a publicação do Decreto N. 49.125 de 19 de outubro de 1960, pelo Presidente Juscelino Kubitschek foram desencadeados estudos e inquéritos com o objetivo de realizar um minucioso conhecimento do território potiguar. Esse Decreto dispõe sobre o Plano Coordenado de Educação Alimentar e atividades correlacionadas, realizado no Estado do Rio Grande do Norte. Para a elaboração do Plano contou-se com a cooperação dos seguintes agentes: Organização Mundial de Saúde – OMS, Fundo Internacional de Socorro à Infância – FISI, Fundo das Nações Unidas para Alimentação – FAO, Governo do Estado do Rio Grande do Norte, e Governo Federal.

Nesse contexto Orlando Valverde, Myriam G. C. Mesquita e Léa Scheinvar realizaram um inquérito sobre o uso da terra no Rio Grande do Norte, especificamente na Região de Touros, o qual culminou na publicação do artigo Geografia Econômica do Nordeste Potiguar na Revista Brasileira de Geografia em 1962. O artigo destaca a atuação da Companhia Sackraft, na ocasião com sede em Pernambuco atuando no ramo de fabricação de papel. Essa Companhia foi adquirida (entre 1958 e 1959) por um grupo paulista com 20% de capital americano. No Rio Grande do Norte, a companhia atuava no cultivo do agave e desenvolvia modernas experiências para melhoramento do cultivo e produtividade da planta.

A companhia mantém, dentro da *plantation*, um pequeno campo experimental, dirigido por um geneticista especializado que esteve na África, por conta da empresa. Nesse campo estão sendo cultivadas variedades híbridas de alto rendimento, para reprodução. Esta pode ser feita

diretamente, porque a agave é vivípara, isto é, multiplica-se por via assexuada (VALVERDE, MESQUITA e SCHEINVAR 1962, p. 27).

O inquérito demonstra a convivência entre o processo de modernização do trabalho no cultivo de agave através da Sackaft e a existência de uma população em condições de vida extremamente precárias, a qual enfrentava problemas como a falta de água (VALVERDE, MESQUITA e SHEINVAR, 1962). Ressalte-se que mesmo nos dias atuais as condições de vida precárias são uma realidade nos municípios do território norte-rio-grandense, assim como a convivência entre técnicas obsoletas e modernas, que constituem uma hibridez territorial, podendo ser observada através da diferenciação entre as técnicas utilizadas na fabricação de farinha, num mesmo município, porém por produtores distintos (ver fotos 2 e 3 a seguir).

Foto 2 – Casa de farinha com produção artesanal, 2010. Município de Vera Cruz/RN
Foto da autora.

Foto 3 – Casa de farinha com produção mecanizada, 2010. Município de Vera Cruz/RN.
Foto da autora.

A introdução de técnicas mais sofisticadas para processamento e secagem da mandioca, utilizada na fabricação de farinha, convive com processos mais rudimentares. Na foto 2 é possível observar a utilização de tanques de cimento e de tecidos, empregados na separação dos líquidos e sólidos, gerados na produção da farinha, que ajudam a secar a goma – subproduto extraído na fabricação da farinha de mandioca; muito utilizado para fazer a tapioca – prato típico da Região Nordeste do Brasil.

Na foto 3 observa-se o emprego de máquinas modernas utilizadas para a torrefação da farinha de mandioca. Nessa fábrica o processo de embalagem do produto é automatizado, e conta com o apoio do SEBRAE para melhorar aspectos da gestão dos negócios, inclusive com orientações para a participação de feiras e exposições como estratégias de divulgação do

produto no mercado de consumo. Enquanto a primeira fábrica, que utiliza processos mais rudimentares, atende a um mercado mais restrito a sua localização; a segunda atende a um mercado regional e tinha na ocasião do trabalho de campo, planos para fazer circular o seu produto fora do Rio Grande do Norte.

Nos anos de 1960, o Estado continuou a se ocupar cada vez mais de ações e práticas políticas para garantir a construção de infraestruturas, sobretudo para fazer circular as mercadorias produzidas, tornando o território norte-rio-grandense mais moderno.

O planejamento regional surge como uma importante estratégia de organização dessas ações, que respaldam a constituição de uma psicoesfera e uma tecnoesfera do planejamento no território potiguar, tendo como expoente, o Governador Aluizio Alves.

Evidentemente, como se pôde perceber ao longo dos dois primeiros capítulos da tese, não são apenas as empresas as beneficiadas com as ações de modernização do território através da prática do planejamento corporativo seletivo, mas as próprias oligarquias potiguares, que passaram a se apropriar das instituições, planos e programas promovidos pelo governo estadual, ou pelo Governo Federal, para com isso obter favorecimentos eleitorais e fazer valer os seus interesses.

Ao longo da segunda parte desta tese intitulada “O uso do território como categoria de análise e ação social”, será dada ênfase no processo de modernização territorial que vem ocorrendo no Rio Grande do Norte de maneira seletiva e incompleta. Será observada a influência das oligarquias estaduais, especialmente, a destacada atuação de Aluizio Alves, que foi Governador do Estado no período de 1961-1965, e instituiu as bases do planejamento corporativo seletivo. O planejamento que passou a ser ali praticado contribuiu para constituir a atual psicoesfera e tecnoesfera que permeia a ação do poder público nesse Estado, que deve ser percebida a partir de influências internas e externas ao seu território.

Os capítulos que integram a segunda parte desta tese contribuirão para ajudar a demonstrar que por meio da modernização territorial iniciada nos anos de 1960 através da apropriação do planejamento pelo governo, empresas e oligarquias estaduais, ocorreu a produção do meio técnico-científico-informacional nos anos de 1970 e o aprofundamento das desigualdades territoriais.

**SEGUNDA PARTE: O USO DO TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE
ANÁLISE E AÇÃO SOCIAL**

*Quem nunca sentiu vibrar dentro de si esta dupla
potência, ou quem nunca foi obstinado pela distinção
entre o racional e o irracional, entre falsos saberes e
verdadeiras ciências, jamais foi moderno (Bruno Latour).*

Capítulo 3 – As oligarquias estaduais e o processo de modernização seletiva e incompleta do território potiguar

Neste capítulo, poder-se-á acompanhar as reflexões elaboradas por alguns “teóricos da modernidade” e suas contribuições para o estabelecimento de diálogos com as ideias postas no texto. Tem-se como ponto de partida a compreensão de que as modernizações representam um modo de analisar as implicações temporais na organização do espaço, sociedade e economia dos países subdesenvolvidos (SANTOS [1979] 2008e). Considera-se o caráter dinâmico do território e suas peculiaridades no tocante a presença de modernizações, as quais são instaladas de maneira seletiva e com intencionalidades diversas.

Em virtude das estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais, as modernizações são mais ou menos absorvidas, daí falar-se em modernizações incompletas e seletivas. O moderno convive com o não-moderno, e sua instalação nos lugares ocorre de maneira seletiva e incompleta. A incompletude e seletividade de sua ocorrência podem ser desvendadas através da prática dos agentes que comandam o processo de modernização territorial. Neste sentido, os elementos analisados neste capítulo, a fim de desenrolar o fio de Ariadne⁴⁸ a que se refere Latour (1994), são os seguintes: 1) estratégias e ações conduzidas pelas oligarquias potiguares, que ao contribuir para a propagação de um discurso modernizador acabaram interferindo na condução do planejamento corporativo seletivo; 2) utilização dos instrumentos de planejamento, a saber: planos e programas, em favorecimento de seus interesses. Assim, serão apresentados, além das reflexões teóricas, alguns exemplos práticos de como isso se deu no Rio Grande do Norte.

O conceito de modernização e seus princípios teóricos

Mais notadamente nas cinco últimas décadas do século XX ocorreram profundas transformações na formação territorial brasileira proporcionadas pelo processo da globalização. O governo brasileiro passou a dotar o território com a construção de novas próteses territoriais, políticas econômicas e sociais. Era preciso, portanto, um esforço de

⁴⁸ O fio de Ariadne compõe uma narrativa mitológica, na qual o herói ateniense Teseu, ao saber que a sua cidade deveria pagar a Creta um tributo anual de sete rapazes e sete moças, para serem entregues a um Minotauro que vivia num labirinto e se alimentava de carne humana, solicitou ser incluído entre eles. Ao encontrar-se com Ariadne, filha do rei Minos, recebeu dela um novelo que deveria desenrolar ao entrar no labirinto, para encontrar a saída. Ao entrar no labirinto Teseu matou o Minotauro e, com a ajuda do fio que desenrolou, encontrou o caminho de volta. Bruno Latour (1994) utiliza essa narrativa para fazer alusão a difícil tarefa de desenvolvimento de uma pesquisa científica.

modernização territorial qualificado pela capacidade de atrair investimentos de ordem econômica, bem como instalação de grandes empresas, as quais estivessem interessadas em usufruir de uma base normativa, técnica e informacional para viabilizar a produção e circulação de suas mercadorias. Esta situação é apenas parte de um contexto, que irá suscitar no meio acadêmico reflexões sobre o processo de modernização e suas consequências na sociedade ocidental e oriental, como Eisenstadt (1991; 2001) demonstrou em suas pesquisas.

É importante notar que a efervescência dessas discussões tem início no final da Segunda Guerra Mundial, onde também tinham destaque os estudos e reflexões a respeito do fenômeno técnico e sua capacidade de transformar o cotidiano e as paisagens das cidades. Essas transformações provocadas pela complexidade do uso da técnica tiveram sua expressão não apenas nas paisagens, mas na dinâmica da vida de relações, sobretudo, das sociedades ocidentais.

Emerso nas mudanças decorrentes dos efeitos da modernidade na Alemanha, Heidegger (2007) desenvolveu importantes reflexões e críticas sobre o sentido do uso da técnica. Para ele a sociedade moderna estava conduzindo o homem ao *Das Man*⁴⁹, objeto estranho, o qual teria como consequência o esvaziamento da vida. Vista como mediadora da relação que se estabelece entre o homem e o seu meio, não apenas a obra de Heidegger (2007), mas a de Ortega y Gasset (1963) e a de Santos ([1996] 2008a) são de grande relevância para aqueles que desejam se debruçar sobre o caráter social e político dos intencionais usos do território. Esse uso é cada vez mais fragmentado e corporativo em virtude da articulação entre a ciência e o capital.

Muitas são as interpretações da comunidade científica acerca da modernidade. Elas podem ser acompanhadas a partir da reflexão produzida por distintos autores e correntes teóricas que abordam o tema ora discutido.

Na segunda metade do século XIX, o modo de compreender a modernidade era opô-la à ideia de tradicional. O moderno, símbolo de um mundo novo, justo e, principalmente, baseado na eficiência e liberdade, era o contraponto do tradicional. Esse, por sua vez, era o símbolo do atraso e dos regimes políticos ultrapassados. Conforme críticas feitas por Eisenstadt (1991, p. 148),

⁴⁹ Dreyfus (1992) Apud Reis (2001, p. 119-120) diz que o “Das Man é a denominação para o constructo impessoal, englobando normas definidoras de papéis e tipos de ações responsáveis. Tais normas demandam indivíduos para realiza-las e instituí-las, mas podem subsistir independentemente destes mesmos indivíduos”.

Na esfera política, a sociedade tradicional era descrita como assentando em elites “tradicionais” que governavam com um “Mandato do Céu”, enquanto a sociedade moderna se baseava na vasta participação das massas, que não aceitavam a legitimação tradicional dos governantes e os responsabilizavam segundo valores seculares de justiça, liberdade e eficiência.

Mas o que dizer de uma sociedade, diferente do que descreveu Eisenstadt (1991), onde o tradicional e o moderno coexistem? - É o caso do Brasil e do Rio Grande do Norte.

A ideia de fazer de Natal, sua capital uma cidade moderna permeou o pensamento e discurso de autoridades políticas e intelectuais norte-rio-grandenses. Manuel Dantas afirmava em 1909 que para ser uma cidade moderna, Natal deveria ser uma cidade mundial, com indústrias, serviços e finanças com articulação internacional. Deveria, ainda atrair a atenção de comerciantes, trabalhadores e turistas. Luís da Câmara Cascudo, em 1949, também defendia a modernização da cidade ao afirmar que era necessário se livrar das construções antigas e investir em edificações modernas, conforme o padrão norte-americano (LIMA, 2008). É preciso lembrar que Cascudo era um folclorista, filho da elite potiguar. Esse ideal de modernização parecia pressupor, portanto, oportunidades de negócios, festas, e a incorporação no cotidiano dos natalenses de um estilo de vida estadunidense. Todavia, o Estado e sua capital, ávidos pela chegada da modernidade, conviviam com práticas políticas consideradas tradicionais como as oligarquias e o coronelismo.

Na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial quando eram base aliada dos norte-americanos, as cidades de Natal e Parnamirim conviviam com o que havia de mais moderno: aviões construídos com as inovações tecnológicas mais sofisticadas daquela década; transformações urbanísticas como a construção das Bases Aéreas Militares, Aeroporto de Parnamirim, e as vilas militares, erguidas durante o Governo Cortez Pereira. Havia ainda a distribuição na Base Aérea Norte-Americana do Jornal em Inglês *Foreign Ferry News*, difusão nas rádios locais dos programas produzidos nos Estados Unidos, transmissão das notícias da guerra pela British Broadcasting Corporation – BBC de Londres nas praças públicas da cidade; e uma Base Marítima no rio Potengi para abrigar grandes hidroaviões.

A população queria aprender inglês, comportar-se e vestir-se como os norte-americanos. Era o padrão de modernização ocidental comandado pelos Estados Unidos da América e pela Inglaterra que chegava e se impunha no Rio Grande Norte⁵⁰.

Se para Eisenstadt (1991, p. 160), a política moderna “caracteriza-se pelo enfraquecimento das elites tradicionais e da legitimação tradicional dos governantes”, no Rio

⁵⁰ Ver o documentário Natal, Encruzilhada do Mundo da Fundação Rampa, patrocinado pela Prefeitura do Natal, por meio da lei municipal n. 5.323/2001 (Lei Djalma Maranhão).

Grande do Norte, ainda convivem práticas políticas tradicionais e modernas. O entendimento de política moderna para os governantes potiguares sempre esteve relacionado à construção de infraestruturas e crescimento econômico, como demonstrou-se no capítulo 2, ao discorrer sobre as origens do processo político que culminou no planejamento corporativo seletivo norte-rio-grandense. Ao longo do desenvolvimento dos capítulos que integram a tese, se poderá acompanhar como isso se deu mais contemporaneamente.

O processo de modernização do território só é possível de compreensão se considerar o tempo em movimento, materializando-se em ações e objetos no espaço geográfico. O que se entende por moderno em uma determinada época, pode não ser mais em outra. É por isso que alguns autores, à exemplo de Berman ([1940] 2007), procuraram situar a modernidade e os processos que dela decorrem numa perspectiva temporal. O referido autor estabeleceu alguns marcos temporais para situar a modernidade, que para ele é entendida como uma experiência de tempo e espaço compartilhada por homens e mulheres de todo mundo. Segundo o seu entendimento, ela encontra-se em constante transformação, por esse motivo se refere à paisagem como elemento revelador das suas características. Em sua periodização ele definiu três fases da modernidade: a primeira data do início do século XVI e vai até o fim do século XVIII; a segunda começa com as revoluções que ocorreram em 1870, sobretudo a Revolução Francesa. A terceira fase tem início no século XX, onde ocorreu sua expansão a ponto de “abarcara virtualmente o mundo” (BERMAN, [1940] 2007).

Com base em Eisenstadt (1991, 2001), pode-se acrescentar que existem modernidades múltiplas que transformam a vida social, e dão a ela novos significados a cada momento da história. Para ele, os processos de mudança que ocasionam as modernizações se desenvolvem nas sociedades de modo dinâmico em direções distintas. Uma de suas contribuições através do estudo do contraponto entre tradição e modernidade, é a reincorporação da abordagem histórica no estudo da dinâmica dos sistemas sociais e políticos. Com esse princípio de método, o autor buscou compreender o mundo contemporâneo como a história da constituição e reconstituição contínua de uma multiplicidade cultural.

Conforme Eisenstadt (2001, p. 139), reconhece-se “que essas modernidades não são estáticas, que se encontram antes em constante mutação”. Ele também chama atenção para as forças que ocasionaram mudanças nos padrões de modernidade, a exemplo da globalização, das finanças e seus fluxos, das migrações internacionais, do desenvolvimento internacional de problemas sociais (doenças, prostituição, crime organizado, violência juvenil). Destaque-se ainda a redução de controle por parte do Estado-Nação sobre assuntos políticos e econômicos, embora desenvolva esforços para fortalecer suas políticas tecnocratas (EISENSTADT, 2001).

O fortalecimento dessas políticas pode ser notado também nos dias atuais, onde não cessam de ocorrer acordos de cooperação internacional e proposição de novos modelos de planejamento e gestão das ações do poder público.

Em meados do século XIX, segundo Ianni (2004), a modernização era vista como sinônimo de progresso nacional, mas foi apenas na década de 1930 que se fomentaram as principais interpretações do Brasil moderno, as quais estavam sendo construídas junto com todas as coisas símbolos do não-moderno: coronelismo, oligarquia, autoritarismo, constituindo-se em anacronismos ou ambiguidades do processo.

Trata-se de um Brasil desigualmente moderno, que articulado com o capital financeiro nacional e internacional, combinando interesses públicos e privados, transforma substancialmente o território nacional por meio da modernização da economia, dos instrumentos de planejamento e gestão para controle das políticas nacionais. Todavia, segundo Ianni (2004, p. 112), “a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social”.

Em se tratando do ideal de elaboração do Brasil moderno, a construção de Brasília é a forma-conteúdo mais acabada para a sua representação nos anos 1950. E foi para lá que se deslocou o centro da vida política nacional, almejando fazer a virada de um Brasil arcaico ou tradicional para um Brasil moderno. Assim, as inovações arquitetônicas trazidas pelas formas de Lúcio Costa pareciam anunciar, sob a influência de Le Corbusier, que a construção de um Brasil moderno passava também pela formulação de uma arte, sociedade e política igualmente moderna. Era preciso se aproximar dos padrões estabelecidos pelos países capitalistas **modernos**.

No que se refere ao planejamento governamental, o que sublinhou o processo de modernização e acumulação brasileiro foi a aliança firmada entre o grande capital financeiro nacional e estrangeiro com o Estado Nacional, contribuindo para a modernização da economia (IANNI, 2004). Os estados federados passaram a ser requeridos a atender os ditames de interesses das empresas, do Estado e da sociedade brasileira para acompanhar a modernização que se instalava seletivamente em algumas porções do território nacional. Com isto, foram sendo instalados novos processos de modernizações para responder ao modelo capitalista de produção, sem considerar as pessoas nos lugares (SANTOS [1979] 2008e).

Concorda-se com Santos ([1985] 2008d), para o qual através do seu efeito de especialização, a modernização é uma possibilidade de dominação, onde os territórios que melhor a incorporam tornam-se mais competitivos e atrativos diante de outros. No período atual, segundo Santos ([1985] 2008d, p.45) “todos os espaços são alcançados imediatamente

por um certo número de modernizações”. É neste sentido que se pode falar usando as palavras de Santos ([1994] 2009, p.135) de uma “seletividade planejada”.

A concepção de modernidade de Latour (1994), desenvolve-se com base na constituição de híbridos entre humanos e não-humanos, tendo em vista que para ele, parece inimaginável o retrocesso e a não convivência da humanidade com os grandes ícones da modernidade: automóvel; avião; os pequenos equipamentos elétrico e eletrônicos, que facilitam a vida doméstica (fogão, micro ondas etc.); os avanços da medicina curativa e também da estética. Modernidades nascidas em tempos outros, e recriadas ou acrescidas das novidades do tempo presente.

O elemento central das reflexões de Latour (1994) é o reatamento da articulação entre conhecimento e poder, tendo como ponto de partida o entendimento de que a sociedade atual há muito vem passando por um processo de hibridização. O autor sustenta suas ideias na concepção de rede, a partir da qual se poderia compreender como ocorre o processo de constituição dos híbridos e quais as suas consequências nas distintas sociedades, sejam elas orientais ou ocidentais. Desta feita, Latour (1994) propôs “uma antropologia do mundo moderno”, que poderia alterar o sentido da compreensão da modernidade. O moderno, não é uma simples passagem de tempo, nem tão pouco uma oposição superficial entre antigos e modernos, embora Latour (1994, p. 52), considere que “potencialmente o mundo moderno é uma invenção total e irreversível que rompe com o passado”.

O predicado mais marcante da modernidade é justamente a amplificação na produção de híbridos de humanos e não-humanos (LATOUR, 1994), e seu ponto essencial, segundo Latour (1994, p. 40), “é o de tornar invisível, impensável, irrepresentável o trabalho de mediação que constrói os híbridos”. Para Latour (1994, p. 38), “ninguém é realmente moderno se não aceitar afastar Deus tanto do jogo das leis da natureza quanto das leis da República”.

Embora Bruno Latour (1994) não esteja tratando em sua obra a respeito do Brasil, nem tão pouco do Rio Grande do Norte, suas ideias e também as de Santos ([1985] 2008d), serviram de inspiração para refletir a respeito da política potiguar. A ação das oligarquias, especialmente Aluizio Alves, combinava as novidades do período com as velhas práticas oligárquicas. Desse modo, valia-se de novas iniciativas do Estado para tornar o território nordestino menos desigual, a exemplo da criação da SUDENE e as ações por ela propostas. Ao mesmo tempo em que para se eleger Governo do Estado, escolhia para ser seu vice-governador Monsenhor Walfredo Gurgel, um homem da Igreja. Com isso mantinha a

“arcaica” união entre fé e política para governar, agradando os segmentos políticos mais conservadores do Estado.

Além das concepções de Latour (1994) e de Santos ([1979] 2008e), têm-se as ideias de Giddens (1991), para o qual, a modernidade é um fenômeno de dois gumes representado pela criação de oportunidades e de perigos. Estas oportunidades são impulsionadas por uma acirrada Divisão Territorial do Trabalho que transformou o cotidiano da sociedade e racionalizou o uso do tempo e do espaço, com vistas à organização das atividades humanas. Segundo Giddens (1991, p. 25), o dinamismo da modernidade “deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas de “zoneamento” tempo-espacial preciso da vida social”.

Para Giddens (1991, p. 29), existe uma separação entre tempo e espaço por meio do dinamismo da modernização, por isso passou a considerar o desencaixe dos sistemas sociais, buscando entender o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço”. De acordo com as suas ideias há dois tipos de mecanismos de desencaixe. O primeiro são as fichas simbólicas⁵¹, que ele exemplifica através do dinheiro. O segundo são os sistemas peritos⁵², formados por um conjunto de experts e seus conhecimentos peritos, utilizados nas mais diversas formas de relações sociotécnicas (política, engenharia, robótica etc.).

Há nessa abordagem uma apropriação distinta, de conceitos e categorias utilizados pela Ciência Geográfica, uma vez que o autor se propõe a uma análise sociológica da modernidade. Para Giddens (1991, p. 26), o lugar aparece como sinônimo de localidade, ou seja, como um “cenário físico da atividade social, situado geograficamente”. Segundo suas ideias há um “espaço vazio”, no sentido de uma representação do espaço sem a referência do local. Seu embasamento para sustentar a afirmação de que há um “esvaziamento do tempo”, e, por conseguinte, um “espaço vazio”, é o advento das comunicações, sobretudo da internet que fomentaria não apenas relações entre distantes, mas o desencaixe entre espaço e tempo.

Outros horizontes teóricos foram adotados para discutir o processo de modernização no Brasil, um deles foi a introdução do termo modernização conservadora, que serviu de alicerce para a formulação de estudos e críticas por parte dos intelectuais brasileiros dos anos

⁵¹ As fichas simbólicas são segundo Giddens (1991, p. 30), “meios de intercâmbio que podem ser “circulados” sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular”.

⁵² Conforme Giddens (1991, p. 35), os sistemas peritos são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivem hoje”.

de 1970 a 1980 acerca das transformações na estrutura agrária brasileira viabilizadas pelo consórcio Estado e Capital.

A Modernização Conservadora

Quem primeiro cunhou o termo modernização conservadora foi Barrington Moore Junior (1975) para fazer referência ao desenvolvimento capitalista introduzido nas sociedades alemãs e japonesas, através do processo de industrialização, sob o alicerce do pacto político firmado entre o Estado e os latifundiários (PIRES & RAMOS, 2009). Estes eram grandes proprietários de terras e exerciam poder e influências nas regiões a que estavam localizadas as suas propriedades.

No Brasil, o termo foi empregado pela primeira vez por Guimarães (1977) para tratar a inserção do capitalismo na agropecuária. Esse autor procurava expressar o pacto político conservador existente entre Governo federal e as oligarquias agrárias, que tinham como objetivo renovar tecnologicamente as atividades agropecuárias sem alterar a estrutura agrária brasileira. Ou seja, manutenção da grande concentração de terras; debilidade na assistência técnica e dificuldade de acesso ao crédito por parte dos pequenos produtores rurais.

As reflexões feitas por Guimarães (1977) foram discutidas no “Seminário Estrutura Agrária e Desenvolvimento Recente da Agricultura do Brasil”, organizado pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP no período de 22 a 23 de setembro de 1977, onde estiveram presentes importantes nomes das Ciências Humanas do Brasil, como do historiador Caio Prado Junior. A tônica do debate era a constatação da política de privilégios para uma minoria de grandes proprietários de terras, e críticas à estratégia agrária em curso naquele momento. Segundo Guimarães (1977), as estratégias daquele período não atendiam as necessidades de boa parte dos produtores rurais, deixando-os a margem de apoio financeiro; assistência técnica e dos subsídios para aquisição de insumos.

A histórica estratégia de concentração de terras que se traduz em poder político e territorial baseia-se na modernização conservadora, e é definida por Guimarães (1977, p. 4) como a “modernização tecnológica dos latifúndios sem alterar sua estrutura arcaica”. Continuando suas considerações ele diz que esta forma de modernização conduziu a agricultura brasileira a um paradoxo.

Enquanto, de um lado, o sistema latifundiário absorve a parte dos subsídios oferecidos pelos governos e investe esses benefícios na ampliação do seu poder territorial (que se traduz em poder político), de outro lado, a estrutura

produtiva de nossa agricultura se desloca para os estabelecimentos menores, de dimensões não-latifundiárias, aos quais só alcançam parcelas ínfimas dos benefícios distribuídos.

O processo de modernização territorial brasileiro é recente, se comparado as sociedades europeias, pois data do pós Segunda Guerra Mundial. Prevaleceu não apenas durante as décadas de cinquenta e oitenta, guardando as influências do nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, mas também nos dias atuais. De acordo com Martins (1993, p. 31), pode-se refletir a respeito da existência, no território nacional de uma “sempre ambígua estratégia de modernização: moderna nos seus discursos industrialistas, e conservadora ao nível do seu apoio político – profundamente marcado pelos interesses patrimonialistas, agrários e oligárquicos”.

Para alguns autores como Bursztyn (1985) e Tavares & Fiori (1993), a modernização conservadora promovida pelo Estado, integrada de modo orgânico às grandes empresas, bancos e oligarquias, traduz-se em solidariedades direcionadas para compatibilizar os interesses de ordem econômica e política com vistas à legitimação do poder. Esta solidariedade modernizadora, por sua vez, tem como consequência o agravamento das desigualdades socioespaciais e a legitimação de intencionalidades hegemônicas. Daí por que Bursztyn (1985) fala sobre uma “ação modernizadora programada” que amplia os processos burocráticos, inclusive na escala municipal, dando a ilusão de descentralização do poder.

O que no Brasil se denomina de modernização conservadora tem seus antecedentes no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956) com o Plano de Metas que consistia no investimento prioritário em infraestrutura rodoviária, construção de hidrelétricas e aeroportos, bem como no incentivo à indústria. Nesse plano propunha-se o pleno desenvolvimento econômico e social do Brasil. Conduzida pelo regime ditatorial militar (1964-1985), a modernização conservadora tinha seus pressupostos na política de Segurança Nacional, com a premissa de que o crescimento econômico era indispensável para alcançar a segurança nacional.

Foram os militares, portanto, os responsáveis pela expansão desse modelo de modernização, que via no desenvolvimento das regiões menos favorecidas do território nacional, a modernização econômica e tecnológica, com ênfase nos polos agrícolas e pecuários, a saída para superação das desigualdades (SILVA, 2007). Para isto foram recuperadas ideias e teorias já consolidadas, como a de desenvolvimento polarizado de François Perroux, formulada na década de 1950.

Os economistas ligados ao Governo Federal, apropriando-se das ideias de Perroux, elaboraram nos anos de 1970 os polos rurais. Disso decorre a criação do POLONORDESTE, criado em 1975, com vistas a modernizar a economia no meio rural e com isso fixar as populações no campo. Segundo Durousset (2001) foi inspirado em uma experiência em curso no território norte-rio-grandense no ano de 1973 denominada Vilas Rurais, que despertou o interesse do Banco Mundial. Como observou Bursztyn (1985, p. 112) “naquela ocasião, um empréstimo de 49 milhões de dólares foi concedido para que a experiência pudesse ter sucesso e que seu exemplo se tornasse um modelo para aplicação em outras regiões”. O Programa foi aperfeiçoado pelo governo federal, que passou a aplica-lo no território nacional através da denominação de Desenvolvimento Rural Integrado – PDRI.

O Projeto Vilas Rurais foi desenvolvido durante o governo de José Cortez Pereira de Araújo (1971-1975), indicado pelos militares para gerir o Estado do Rio grande do Norte. Provém do seu governo o incentivo à pesquisa para promoção do cultivo de camarão em cativeiro, para citar apenas um de seus projetos. Suas ações eram de um governador colaborativo e bastante alinhado aos interesses e estratégias do governo federal.

A modernização conservadora, entretanto, não conseguiu promover a justiça social, uma vez que o seu fundamento era o crescimento econômico e segundo Bret (2002)⁵³, mesmo que ela tenha provocado algumas mudanças sociais, os pobres, em sua maioria, continuavam à margem dos benefícios dessa modernização.

As oligarquias estaduais e o processo de modernização territorial norte-rio-grandense

A ideia de fazer de Natal uma cidade moderna, como se viu no início deste capítulo, permeou o pensamento e discurso de autoridades políticas e intelectuais da cidade. No começo do século XX as transformações, especialmente as sustentadas pelo discurso da modernização, desenvolvimento econômico e social, revelam a existência do sucesso desse discurso. Se por um lado serviu aos interesses das empresas e de outras Nações, favoreceu ainda mais o acirramento das desigualdades socioespaciais, que representam a bem sucedida intencionalidade capitalista.

⁵³ S’agissant du Nordeste, pour bien comprendre que les choses bougent, mais sans que les pauvres, c’est-à-dire la grande majorité, y trouvent leur part, on avancera ici le terme de modernisation de l’injustice. Tradução: Em se tratando do Nordeste, para melhor compreender que as coisas mudam, mas sem que os pobres, a grande maioria tome sua parte. Por isso, fala-se aqui sobre o termo modernização da injustiça [tradução livre].

Também as oligarquias agrárias, e depois as “coligações de elites” como costumava denominar Eisenstad (1991) ou “oligarquias de corporações”, para lembrar uma expressão de Carone (1972), projetaram seus anseios modernizadores para o Rio Grande do Norte, baseando-se na modernização dos países europeus e dos Estados Unidos.

Deste modo, ainda no final do século XIX surgiram no território norte-rio-grandense os primeiros bancos, empréstimos internacionais, construção das estradas de ferro, imprensa, telégrafo, a eletrificação. Ou seja, os primórdios do processo de modernização.

A promoção desse processo teve consequências econômicas, sociais, políticas e técnicas nos centros mais dinâmicos do estado. Segundo Menezes (1937, p. 164), no século XIX “pelo norte do país organizaram-se oligarquias políticas: a dos Lemos, no Pará, a de Benedito Leite, no Maranhão, a dos Acioli, no Ceará, a dos Pires Ferreira, no Piauí, a de Pedro Velho no Rio Grande do Norte, a de Rosa e Silva, em Pernambuco, com suas características peculiares e seus traços comuns”. Ao que se foi possível apurar por meio da historiografia potiguar, coube ao fundador do Partido Republicano, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (ver figura 2 a seguir), inaugurar o sistema oligárquico no Estado.

A base econômica dessa primeira oligarquia, foi o açúcar e a marca registrada do seu governo, a manutenção dos seus interesses pessoais em detrimento dos interesses do partido. Prova dessa tendência foi o empenho de Pedro Velho na indicação do seu irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão para disputar uma vaga na Câmara Federal. Apesar da oposição de outros líderes políticos, Augusto Severo foi eleito em 23 de abril de 1883. Pedro Velho lograva êxito na condução de mais um membro da família à Câmara Federal (CHAVES, 1919).

Figura 2 – Representação Simplificada das Famílias Oligarcas Norte-Rio-Grandense: Oligarquia Albuquerque Maranhão

A força política que a família Albuquerque-Maranhão representava no Rio Grande do Norte durante o século XIX está em consonância com a definição de oligarquia exibida por Carone (1972, p. 83). Para ele “um oligarca é igual a um coronel, mas entre eles, a diferença é de escala política. O coronel é o chefe local, o oligarca transpõe o seu poder para o estado”. Desta feita, além de ter conseguido nomear outro irmão, Alberto Maranhão, como secretário da sua administração; Pedro Velho elegeu um substituto no governo: o desembargador Joaquim Ferreira Chaves que mesmo não pertencendo à família Albuquerque Maranhão estava a ela ligado por estreitos laços de amizade (SPINELLI, 1992).

A família Albuquerque Maranhão talvez não previsse o rompimento por parte de Joaquim Ferreira Chaves em seu segundo mandato, passando a construir o seu próprio edifício de comando para seguir na política potiguar. Sua estratégia foi denunciar as ligações oligárquicas do grupo dominante, apontando a sua interferência na execução de reformas na Constituição estadual de 1898 e na de 1907, inclusive indicando os nomes e os cargos dos agentes responsáveis por tais atos, e sua atuação conivente como governante. É o que demonstra um trecho da carta que ele escreveu em resposta as acusações feitas por Tavares de Lyra de que estivesse implantando uma “ditadura oligarca” no Rio Grande do Norte. Segundo Chaves (1919, p. 5-6),

Ninguém mais do que o Sr. Dr. Tavares de Lyra sabe que foi por intermédio dos ‘órgãos regulares do partido’ que se reformou duas vezes a Constituição do Estado, uma vez em 1898, porque era preciso eleger governador o Dr. Alberto Maranhão, aos 25 anos de idade, e a nossa Carta exigia 30, e outra vez, em 1907, por que era necessário elege-lo novamente, aumentando de 4 para 6 anos o período do mandato. Ainda mais: nesta ocasião foi suprimido o cargo de vice-governador, exercido por pessoa estranha a família dominante, determinando a nova Constituição que o substituto legal do chefe do Poder Executivo fosse o presidente do Congresso. E como o presidente do Congresso era e continuou a ser até 1913 o coronel Fabrício Maranhão, tio do Dr. Tavares de Lyra e irmão do Dr. Alberto Maranhão, ficaram sendo no Estado os poderes legislativo e executivo uma e a mesma coisa, dados os laços que prendem os dois irmãos, ambos agora em companhia do Sr. Dr. Tavares de Lyra, senhores absolutos do Rio Grande do Norte – porque um era governador, e o último, o meu honrado discordante de hoje, representante federal com todas as prerrogativas do cargo e as de mentor da situação.

Joaquim Ferreira Chaves governou o Rio Grande do Norte em dois mandatos: o primeiro de 1896 a 1900, e o segundo deu-se no período de 1914 a 1920. O seu último mandato foi emblemático no que se refere ao rompimento com a oligarquia Albuquerque Maranhão, pois uma de suas primeiras medidas foi rescindir o “contrato do sal”. Esta medida teve fortes repercussões políticas no Estado, uma vez que o Loyde, empresa estatal vinculada ao Ministério da Viação, que controlava o transporte do sal, era dirigida por Tavares de Lyra. Com a rescisão do contrato sentiu-se prejudicado em seus negócios. Além disso, ele também tornou inelegíveis para o mesmo cargo, parentes consanguíneos até o terceiro grau, e criou a figura do vice-governador (CHAVES, 1919).

De acordo com Spinelli (1992, p. 21), “os remanescentes da velha oligarquia pedrovelhista foram perdendo progressivamente o controle da máquina política, embora tenham conservado até o final da Primeira República, postos eletivos, cargos e influência na política federal”. Essa relativa perda de força no poder político estadual forneceu abertura para formação e fortalecimento de outros centros de comando, à exemplo da região do litoral, predominando as oligarquias açucareiro-têxtil e no Seridó, algodoeiro-pecuária (SPINELLI, 1992). Em conformidade com Moraes & Cavignac (1995, p. 51),

São eleitos sucessivamente: em 1947, José Augusto Varela, originário do litoral; em 1950, Dix-Sept-Rosado, da região oeste; em 1955, Dinarte Mariz, da região do seridó; enfim, em 1960, Aluizio Alves, que enquanto originário do sertão, conquistou um eleitorado em grande parte urbano⁵⁴.

⁵⁴ “Sont élus sucessivement: en 1947, José Augusto Varela, originaire du litoral; en 1950, Dix-Sept-Rosado, de la région Oeste; en 1955, Dinarte Mariz, de la région du Seridó; enfin, en 1960, Aluizio Alves, qui, tout en étant originaire du sertão, a conquis un électorat en grand partie urbain”.

As análises feitas por Spinelli (1992) e por Moraes & Cavnac (1995) são confirmadas através do mapa 3, onde se pode observar a localização da origem das oligarquias potiguaras que comandam o Estado do Rio Grande do Norte desde o século XIX, revelando o deslocamento do centro da política estadual.

Mapa 3 – RIO GRANDE DO NORTE: Origem das Oligarquias Potiguaras

Fonte: Adaptação das informações contidas em Spinelli (1992); Moraes & Cavnac (1995).

Outra importante oligarquia potiguar dos anos 1920 teve como base de suas atividades a exportação de algodão e pecuária e a influência de grandes proprietários de terra e comerciantes da região do Seridó e do Oeste Potiguar. Ela era representada pelo seridoense José Augusto Bezerra de Medeiros, que começou sua trajetória política exercendo mandato de deputado estadual durante o período de 1913-1915. Também ocupou o cargo de governador de 1924 até 1927, e senador da república no período de 1928-1930. José Augusto Bezerra de Medeiros ainda conseguiu fazer seu sucessor no governo estadual em 1928, Juvenal Lamartine, seu primo. Todavia, seu governo foi interrompido com a eclosão da revolução de

3 de outubro de 1930, que modificou o panorama político brasileiro (SOUZA, 1999; SPINELLI, 1992).

Tem-se ainda, Dinarte Mariz um representante dos desmandos e imposições das oligarquias no Estado do Rio Grande do Norte. Estivera à frente da União Democrática Nacional, juntamente com José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine. Além disso, ele e Aluízio Alves, de quem se voltará a falar brevemente neste capítulo e mais amiudadamente no capítulo 4, foram grandes aliados políticos. Até que em 1960 romperam a frutuosa amizade devido à disputa pelo governo do estado. Naquela ocasião, Dinarte Mariz, desejoso do apoio de Aluízio Alves para o candidato que haveria de lançar, sentiu-se afrontado diante do posicionamento de Aluízio em lançar-se candidato ao governo, onde teve êxito em sua empreitada.

Enquanto ocupou o cargo de governador do Rio Grande do Norte (1956-1960), Dinarte Mariz conduziu uma gestão que segundo Germano (1981, p. 46) “consistia, essencialmente, em contemplar amigos e correligionários com empregos e aposentadorias em bons cargos públicos”. O ilustre personagem da política potiguar, a quem se está referindo, outorgou 306 leis para a criação de cargos públicos, totalizando 835 cargos. Também criou 135 novas funções gratificadas, 15 novos postos militares e 120 aposentadorias ilícitas (GERMANO 1981; MORAIS & CAVIGNAC, 1995). Sobre as aposentadorias, Alves (1961) *apud* Germano (1981, p. 50) apresenta um relato interessante, envolvendo, inclusive um importante nome da historiografia potiguar conhecido internacionalmente.

A 3ª Consultoria Geral do Estado, criada pela lei n. 2.387, de 18-03-59, destinou-se ao folclorista Luís da Câmara Cascudo, que jamais se dedicou a estudos jurídicos. Por isso mesmo, e como não lhe fossem solicitados pareceres sobre *folk-lore*, em que é mestre insigne, não produziu um só parecer jurídico. Quando o Sr. Dinarte de Medeiros Mariz está ultimando a partilha do espólio em que se transformara o Estado, o chefe de sua Casa Civil (...) obteve do Dr. Câmara Cascudo um requerimento de aposentadoria; para que lhe abrisse a vaga, tão certo estava que a vaga era sua e o cargo era seu, que o emprestou – a palavra é sua – que o emprestou por três dias ao seu companheiro de governo, o secretário de Interior e Justiça, (...) que o devolveu no prazo, aposentando-se em seguida. Um segundo empréstimo lhe foi solicitado por dois dias, pelo advogado pessoal e seu delegado junto à justiça eleitoral (...). No prazo de dois dias, aposentado também este, o cargo é restituído ao seu dono, que é a seguir nomeado.

Observa-se a partir da citação anterior que o Estado do Rio Grande do Norte estava durante o governo de Dinarte Mariz a mercê de uma política de pequenos interesses e favorecimentos pessoais, que ao cabo o conduziu ao descrédito popular e fortaleceu Aluízio

Alves, seu antigo amigo e aliado; o qual se tornou seu principal opositor nos anos que se seguiram.

Tendo sua origem em Angicos-RN, ele conseguiu forjar sua campanha para governo do Estado com os argumentos da novidade, pois se apresentava como porta voz da esperança para o Rio Grande do Norte. Sendo aquele que romperia com os interesses oligárquicos do Seridó (representado por Dinarte Mariz) e conseguiria proporcionar desenvolvimento econômico e social para tirar o Estado do atraso transformando-o em um território moderno. Com esse discurso, Aluízio Alves deu origem a uma nova oligarquia, a qual continua atuante e fortemente articulada não apenas aos interesses dos poderosos estaduais, mas também aos dos demais estados da federação brasileira.

A oligarquia Alves (ver figura 3 a seguir) construiu no Rio Grande do Norte um império na comunicação. Detém o controle das seguintes empresas: TV Cabugi; Rádio Cabugi (AM e FM); Rádio difusora de Mossoró; Rádio Cabugi Seridó; Rádio Cabugi de Jardim do Seridó; FM Líder (atual 104 de Paranamirim). Todavia não é um privilégio dessa família, pois outras famílias oligarcas potiguaras também construíram seus impérios empresariais, é o caso dos Maia, cuja origem está em Tarcísio Maia, e se destaca não apenas no setor de comunicações, mas no de combustível. Some-se ainda a família Rosado, que embora tenha sua gênese empresarial no comércio (farmácia), também investe na mineração.

A representação simplificada da família oligarca Alves é emblemática no que diz respeito a construção de uma teia política que não é fruto do acaso. A irmã do patriarca da oligarquia, Diúda Alves, por exemplo, é casada com o Deputado Estadual José Dias (PSD). A esposa do atual Prefeito de Natal, Carlos Eduardo – sobrinho de Aluízio Alves – é neta do ex-governador Cortez Pereira. O Deputado Federal, Henrique Alves, atualmente está casado com Laurita Arruda, filha do Jornalista Cassiano Arruda Câmara, que foi marqueteiro da campanha para o Governo do Estado de Rosalba Ciarlini Rosado.

A família Arruda Câmara tem presença destacada não apenas no jornalismo que se faz em terras potiguaras, como também na vida política do Estado. Inclusive, após a eleição de Rosalba Rosado em 2010, foi nomeado como Secretário de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte o Sr. Dr. Domício de Arruda Câmara (exonerado no ano seguinte), irmão de Cassiano de Arruda Câmara e tio de Laurita Arruda, esposa de Henrique Eduardo Alves. Para saber mais detalhes acerca das nomeações para cargos públicos, basta que se consulte o Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, onde são publicados os atos administrativos do governo do estado.

Figura 3 – Representação Simplificada das Famílias Oligarcas Norte-Rio-Grandense: Oligarquia Alves

É curiosa, para dizer o mínimo, a força das tradicionais oligarquias norte-rio-grandense que se deixa revelar não somente no âmbito da política, mas como ressaltou Costa (2011a), através de sua expressão monumentalizada em Natal e em outras cidades potiguares. São bustos, praças, nomes de ruas, teatros, aeroportos, escolas que receberam a denominação de alguns membros das famílias, as quais compõem o quadro oligárquico do Rio Grande do Norte. Especialmente no que diz respeito à oligarquia Albuquerque-Maranhão, a “Família do Tesouro”, nas palavras de Costa (2011a). Para mostrar a força representativa dessa oligarquia e também da oligarquia Alves no cotidiano das cidades, serão listados a seguir alguns objetos geográficos (monumentos, prédios) utilizados para representar a sua força na memória popular, são eles:

- Aeroporto Aluizio Alves (São Gonçalo do Amarante. Inaugurado em 2014);
- Aeroporto Augusto Severo (Parnamirim);
- Square Pedro Velho, posteriormente Praça das Mães (Natal);
- Praça da República, em 2013 passou a se chamar Praça Augusto Severo (Natal);
- Grupo Escolar Augusto Severo (Natal);
- Teatro Alberto Maranhão, antigo Teatro Carlos Gomes (Natal)

Com a descentralização do poder político, preconizado na Constituição Federal de 1988 ocorreu a transferência orçamentária do Governo Federal para execução de alguns programas e atividades dos Estados e Municípios da federação brasileira. Segundo Clementino (2008, p. 237),

Em sua implementação, a descentralização enfrentou uma série de dificuldades e parece inegável o descompasso entre recursos e encargos dos municípios no atendimento satisfatório das demandas sociais, o que tem resultado no agravamento das tensões entre sociedade e governos e nas próprias relações entre níveis e governos.

O resultado foi uma maior fragmentação do poder, por conseguinte, o enfraquecimento ou a ressignificação do poder político, que já se organizava em forma de partidos. Começava a partir desse momento uma maior necessidade de estabelecimento das alianças para obtenção de representação política e garantia de interesses particulares (CASTRO, 1997). Sintoma marcante da modernização da política potiguar, que passou a combinar a disputa pelo poder político no Rio Grande do Norte utilizando meios “tradicionais”, como a concorrência entre famílias (oligarquias), que desde os anos de 1970 se fazia representar pela disputa entre as famílias Alves e Maia; ou com o estabelecimento de alianças entre essas mesmas famílias. E de modo um tanto secundário, mas galgando maior expressividade para além dos limites da Região Oeste, a família Rosado.

Os Rosado (ver figura 4 a seguir) tem a sua origem em Mossoró, e possui uma característica muito peculiar que a difere das demais oligarquias potiguares. Sua potência para o exercício do poder político não tem sua gênese na grande propriedade fundiária, mas no comércio, na indústria, sobretudo no ramo de mineração, notadamente gipsita e sal.

A atividade comercial da família tem seu início em 1890, quando Jerônimo Rosado, criou em Mossoró a Farmácia e Drograria Rosado. Em 1908, elegeu-se para o cargo de

Intendente⁵⁵ e no governo de Alberto Maranhão, tornou-se segundo juiz distrital (1911-1913). Em sua trajetória política, Jerônimo Rosado, exerceu ainda o cargo de Presidente da Intendência (Prefeito da época), no período de 1917-1918 (FELIPE, 2010).

Figura 4 – Representação Simplificada das Famílias Oligarcas Norte-Rio-Grandense: Oligarquia Rosado

O prestígio econômico e político que a família Rosado conseguiu construir através de seu patriarca, proporcionou o desenvolvimento de relações com outras oligarquias e também políticos de destaque no território potiguar, a exemplo da oligarquia Albuquerque Maranhão e da família Fernandes, cujo maior representante é Rafael Fernandes, governador do Estado no

⁵⁵ Equivalente ao atual cargo de prefeito municipal.

período de 1935-1937 (NASCIMENTO, 2009). Esse prestígio político fortaleceu-se no momento em que o centro da vida política e econômica potiguar, entre as décadas de 1920 e 1930, deslocou-se em direção ao interior do território norte-rio-grandense, mais precisamente para as regiões do Seridó e Oeste.

Sua representatividade na política mossoroense teve seu ápice quando na década de 1950, Jerônimo Dix-Huit Rosado, filho de Jerônimo Rosado, foi eleito governador do Rio Grande do Norte, vindo a falecer em 1951 em um acidente aéreo. Outro indicativo da importância e autopromoção dessa família é apresentado por Nascimento (2009, p. 63), segundo o qual “os Rosado usaram universidades, coleções literárias (Coleção Mossoroense), festas cívicas e até mesmo o espaço urbano como estratégia de consolidação da sua força política”. A família Rosado passou a se apresentar como agente fundamental para o desenvolvimento econômico, social e político de Mossoró e com isso seus membros alternaram-se no comando administrativo do município, como pode ser visto no quadro 2.

Quadro 2 - MOSSORÓ/RN: Prefeitos (1948 – 2013)

Ano	Candidatos eleitos / Partidos políticos
1948	Jerônimo Dix-Spet Rosado Maia (UDN)
1952	Jerônimo Vingt Rosado Maia (PR, PSD, PTB)
1958	Antônio Rodrigues de Carvalho (PTB)
1962	Raimundo Soares de Souza
1968	Antonio Rodrigues de Carvalho (MDB)
1972	Jerônimo Dix-huit Rosado Maia (ARENA)
1976	João Newton da Escóssia (ARENA)
1982	Jerônimo Dix-huit Rosado Maia (PDS)
1988	Rosalba Ciarlini Rosado (PDT, PDS, PFL)
1992	Jerônimo Dix-huit Rosado Maia (PDT, PMDB)
1996	Rosalba Ciarlini Rosado (PFL, PSDB)
2000	Rosalba Ciarlini Rosado (PFL)
2004	Maria de Fátima Rosado Nogueira (Fafá Rosado) (PFL)
2008	Maria de Fátima Rosado Nogueira (Fafá Rosado) (PFL, PMDB)
2012	Cláudia Regina Freire de Azevedo (prefeita caçada) (DEM)
2013	Francisco José Lima S. Júnior (PSD)

Fonte: Felipe, 2001. Atualização da autora a partir de informações obtidas no sítio da Prefeitura de Mossoró.

Em se tratando da família Maia (ver figura 5 a seguir), a origem de seu patriarca, Tarcísio Maia, é a de um grande proprietário de terras do município de Mossoró. Ele foi secretário de educação do governo Dinarte Mariz, e ocupou o cargo de deputado federal. Tarcísio Maia é pai de José Agripino Maia, que atualmente ocupa o cargo de Senador do Rio Grande do Norte. Sua representatividade política no território norte-rio-grandense ajudou a inserir na política estadual o seu filho, Felipe Maia (Deputado Federal).

Figura 5 – Representação Simplificada das Famílias Oligarcas Norte-Rio-Grandense: Oligarquia Maia

Ressalte-se que Tarcísio Maia, patriarca dessa família oligarca, atuou em instituições importantes do governo brasileiro, a saber: Ministério da Educação – MEC; SUDENE e no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado – IPASE. Ele foi ainda indicado para governar o Estado do Rio Grande do Norte no período de 1975-1979, e

conseguiu fazer sucessor, seu primo, Lavoisier Maia – médico, que comandou o Estado no período de 1979-1983, o qual naquela ocasião estava casado com Wilma Maia (hoje Wilma de Faria).

Durante sua gestão no governo do Rio Grande do Norte, Tarcísio Maia indicou Vauban Bezerra de Faria para assumir o cargo de prefeito de Natal, passando então a comandar não apenas o poder estadual, mas também a capital. Uma característica importante de sua administração foi a realização de uma grande reforma urbanística na cidade, que se apoiava na elaboração do Plano Diretor Urbanístico de Natal de 1974, o qual fora formulado durante a gestão do prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues (1972-1975).

É preciso destacar que a cidade de Natal já havia sido objeto de intervenção de outros Planos, como por exemplo, o Plano Urbanístico de Desenvolvimento de Natal de 1968, cuja formulação foi do arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, da consultoria Wilhelm Arquitetos Associados/Escritório Serete S.A. (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, 2007). Esse Plano foi considerado por Lima (2001), o primeiro Plano Diretor de Natal.

A realização de grandes obras de engenharia durante o governo de Vauban Bezerra, como: viaduto Juvenal Lamartine (viaduto do Baldo); ampliação da Avenida Prudente de Moraes; construção da Avenida Beira Canal e da Avenida do Contorno (bairro da Ribeira). Embora não se tenha obtido informação de qual empresa de engenharia executou as obras mencionadas, é importante lembrar que José Agripino Maia (filho de Tarcísio Maia) atuou como engenheiro civil na Empresa Industrial Técnica – EIT no período de 1969 a 1975, conforme consta em seu currículo disponibilizado no sítio eletrônico do Partido Democratas, do qual é presidente. Mesmo após a sua saída do quadro de funcionários da empresa para assumir a Prefeitura de Natal, Agripino, tornou-se sócio da EIT mantendo esta condição até 2008. Ressalte-se ainda que duas grandes obras de sua administração: construção da via costeira e da rota do sol, voltadas a dinamizar a atividade turística em Natal, tiveram a EIT como ganhadora do certame e, por conseguinte, executora dessas obras.

Pode-se então refletir acerca da existência de uma solidariedade político-organizacional para a modernização do território norte-rio-grandense através de uma ação burocrática que privilegia as oligarquias potiguaras e as empresas a elas solidárias.

Admite-se junto à Faoro (1958, p. 43) que se está diante de uma “nobreza burocrática” formada pelas famílias tratadas neste capítulo. Essa “nobreza burocrática” é “detentora do monopólio dos poderes de direção e mando do Estado”, mas elas não atuam sozinhas, são apoiadas (e apoiam) por empresas (nacionais e estrangeiras), bem como por algumas

organizações não-governamentais, e por solidariedades políticas na escala da região e do território nacional.

No capítulo 4 será discutida a participação ativa de um componente importante da “nobreza burocrática” potiguar, Aluizio Alves, por meio do qual teve início a formulação e implantação das bases do planejamento corporativo seletivo norte-rio-grandense durante os anos de 1960.

Capítulo 4 – Cem anos em quatro: a nova configuração territorial norte-rio-grandense

Neste capítulo encontrar-se-á uma discussão acerca do governo Aluízio Alves e sua contribuição para a constituição das bases do planejamento corporativo seletivo no Rio Grande Norte. Também se encontrará evidências de que os processos políticos, então existentes, não eram fruto de um movimento isolado. Por este motivo, ao analisar a atuação desse governo, procurou-se relacioná-lo às dinâmicas sociais, econômicas e territoriais brasileira, bem como de outros países.

Devido a sua busca pela inovação no exercício da política estadual e seu desejo em modernizar o território potiguar, Aluízio Alves aliou-se ao governo de John Kennedy e solidário aos interesses estadunidenses conseguiu obter financiamento da Aliança para o Progresso, que veio a ser primordial para execução das ações contidas no seu plano de governo.

Ele via na formação de um corpo técnico qualificado e atualizado frente às principais novidades da economia e da administração pública um trunfo governar. Assim, cuidou de enviar profissionais recém-formados para fazer cursos em Recife e no Chile, para formar os quadros técnicos da sua administração. Seu objetivo era ter pessoal capacitado para atender as demandas do Estado e lidar com a burocracia estabelecida pela SUDENE. Esses cursos de formação, segundo informação verbal de Geraldo Melo⁵⁶, tiveram o seguinte resultado:

De lá saiu Governador: eu [Geraldo Melo]. Depois fui também Senador. Saiu um Prefeito da capital: Marcos César Formiga Ramos. Saiu um Reitor da Universidade [UFRN]: Domingos Gomes de Lima, que fez curso comigo lá. Saiu um Senador e Ministro: Fernando Bezerra. E saíram pessoas como José Daniel Diniz, que depois se tornou um luminar na área de direito tributário e um dos homens mais íntegros que eu conheço. Roosevelt Garcia etc. [...] É só para dizer que esse povo nasceu dessa iniciativa.

Como se verá, ao longo deste capítulo, trata-se de um personagem ímpar da política potiguar, o qual deu início a sua carreira ainda criança, aos 11 anos de idade quando em fevereiro de 1933 participou da criação do Partido Popular⁵⁷. Sua vocação nascera na

⁵⁶ Ex-Secretário Executivo do CED e Ex-Governador do Estado do Rio Grande do Norte. Entrevista concedida em 18 de julho de 2014.

⁵⁷ Criado em 12 de fevereiro de 1933, o Partido Popular do Rio Grande do Norte (PP) resultou da fusão entre dois partidos existentes no Estado: Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte e a União Democrática Norte-Rio-Grandense, que segundo Lindoso (1989), eram comandados respectivamente por José Augusto e Monsenhor João da Matha Paiva. Para Lindoso (1989, p. 187), “o programa do Partido Popular fez algumas concessões vagas e genéricas às novas ideias que ocupavam a cena ideológica com o advento do Movimento de 30, sem se comprometer, porém, com o

convivência com uma constante atmosfera política, tendo em vista que seu pai, Manoel Alves Filho, ocupou o cargo de Prefeito no município de Angicos-RN, após a saída de João Cavalcanti em 1932 (ALVES, 2001). O nascedouro de sua aspiração à política deu-se, também, a partir da influência de Dom Manoel Tavares que o impulsionara para os trabalhos de assistência social na igreja católica de Angicos. Mais tarde, na fase adulta e já atuante na política nacional, fora Magalhães Pinto (Governador de Minas) e Carlos Lacerda (Governador do Rio de Janeiro) suas grandes influências, de acordo com relatos obtidos de Marcos Guerra e Antônio Porpino, entrevistados no dia 01 de julho de 2014 para esta tese.

Deputado federal nos anos de 1945, 1950, 1954, 1958 e um insistente defensor do projeto de sua autoria para transmitir a energia elétrica de Paulo Afonso no Rio Grande do Norte, Aluízio Alves preparou as bases para em 1960 lançar-se candidato ao Governo do Estado, tendo assumido o cargo em 1961. Sua habilidade política e carisma pessoal contribuíram para fazer da campanha eleitoral de 1960, uma das mais lembradas e discutidas no território norte-rio-grandense. Tinha como apelo político, conforme Felipe (1997, p. 22), “fazer da sua causa a causa de todos os cidadãos norte-rio-grandenses”. Com esse argumento, a Cruzada da Esperança, como denominou sua campanha, conseguiu reunir os mais diversos e contraditórios segmentos da política potiguar. Segundo Alves (2001, p. 105).

Os aliados eram: o PSD contra o qual lutava, em todos os municípios, e de cujo presidente fora inimigo pessoal nove anos [Teodorico Bezerra]. O PTB, partido de Getúlio Vargas, contra o qual lutava no Governo, como vice-líder da bancada de oposição e redator chefe, desde o primeiro dia, da Tribuna da Imprensa. Os comunistas e os integralistas, em conflito permanente, em suas siglas PCB e PRP, na esfera nacional e nas ideias internacionais. O PST, liderado por José Varela, vice-governador rompido com o Governo Dinarte Mariz, que também ajudara a eleger, correligionário desde 1945, e do qual divergira a partir de 1958. No plano sindical, o apoio de todos os sindicatos de trabalhadores e da organização patronal, até então única existente, a Associação Comercial, presidida por Epifânio Fernandes. No PSD, havia apenas a dissidência comandada por Mota Neto. Temia que depois de nove anos de adversidade, os correligionários – do PSD, do PTB, do PRP e do PCB – não obedecessem, no voto secreto, à decisão de suas lideranças.

reformismo social ou o intervencionismo estatal, mantendo basicamente fidelidade aos postulados do ideário liberal”. O programa desse partido aliava-se também a princípios apregoados pela Igreja Católica, como a defesa da família, o casamento indissolúvel, e o ensino religioso, embora facultativo. O Partido Popular tinha como oponente o Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte (PSN), que fora criado em 4 de abril de 1933. Esse partido era aliado do Governo Getúlio Vargas, divergindo, portanto das proposições contidas no programa de governo do PP. Mesmo assim, também comungava com a defesa do ensino religioso nas escolas e indissolubilidade do casamento, revelando o seu alinhamento com os interesses da Igreja (LINDOSO, 1989).

Para vice-governador escolheu Monsenhor Walfredo Gurgel, o qual houvera sido deputado federal e desde 1950 estava afastado da vida política. Simpatizante dos princípios católicos, Aluizio Alves considerava-o um homem de ideias interessantes (ALVES, 2001). Além disso, Walfredo Gurgel o havia apoiado nos debates para trazer ao Rio Grande do Norte a energia de Paulo Afonso, opondo-se a Georgino Avelino que presidia o seu partido (Partido Social Democrático – PSD). Naquela ocasião, é importante que se diga, o PSD era o partido de maior representatividade no território potiguar, e estava presente em praticamente todos os municípios. Esse fato também teve um peso favorável na escolha do vice-candidato. Aluizio Alves representava em sua campanha ao governo estadual a esperança e Monsenhor Walfredo Gurgel, a fé (TRINDADE, 2004). Eram esses, portanto, os dois elementos constitutivos de sua híbrida promessa de modernização para o Rio Grande do Norte.

Seria preciso realizar uma campanha eleitoral que fosse de fato inovadora, mas não desagradasse os seus apoiadores e, ao mesmo tempo, pudesse até mesmo convencer alguns adversários de sua competência para governar o Estado. Por este motivo, logo no início de sua campanha, ao realizar os comícios nos municípios do Rio Grande do Norte, ele procurava não permanecer por muito tempo nos municípios visitados para não correr o risco de convidado a ir à casa de um aliado, desagradar alguns de seus apoiadores, tamanha era a diversidade política daqueles que estavam ao seu lado na campanha (ALVES, 2001).

Aluizio Alves ganhou a simpatia do povo e a antipatia do seu adversário, Dinarte Mariz, que havia lançado Djalma Marinho como candidato do governo. Mesmo assim, a sua campanha cresceu e passou a atrair multidões que o acompanhavam em seus comícios. A princípio com lenços verdes e depois com folhas de bananeiras e pedaços de galhos verdes de árvores, para com esse gesto representar a cor de sua campanha e seu apoio à Cruzada da Esperança (FELIPE, 1997).

Para Antônio Porpino⁵⁸ (informação verbal),

Aluizio teve muita sorte por que na época que ele atuava no jornalismo no Rio [Rio de Janeiro] caiu nas graças da família de Adolfo Bloch da Manchete. O nome dela era Luci Bloch. Essa mulher começou a injetar em Aluizio condições para ser candidato em 1960. Pela primeira vez os pôsteres foram todos coloridos. Ele [Aluizio] foi quem trouxe para cá o costume da pesquisa e do marketing.

Note-se que não se tratava apenas do apoio de algumas lideranças estaduais, mas empresários nacionais da comunicação, a exemplo da família Bloch também contribuíram

⁵⁸ Ex-assessor de Aluizio Alves, entrevistado para esta tese em 01 de julho de 2014.

para que Aluísio Alves fosse eleito governador do Estado. Ele contou ainda com o aval do Presidente da República, naquele momento, Juscelino Kubitschek.

Sua eleição, juntamente com a criação da SUDENE marca o final do primeiro período estabelecido nesta tese (1904-1960). Com Aluísio teve início no território norte-rio-grandense um novo estilo de governar e de fazer política. Suas ações eram um híbrido, no sentido que nos permite refletir Latour (1994) entre o discurso de promoção do moderno, do novo, e do carisma que atraía multidões. Ao lado disso, sua origem no berço da oligarquia potiguar fez com que nunca deixasse de observar os interesses das elites. Para Felipe (1997, p. 9) “a modernidade das palavras [de Aluísio] só se transforma em prática quando os beneficiados são as forças conservadoras, geralmente de caráter oligárquico e patrimonialista”. E se Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil no período de 1956 – 1961, prometeu fazer o Brasil desenvolver 50 anos em 5 no seu slogan de campanha, Aluísio Alves prometia fazer o Rio Grande do Norte avançar 100 anos em 4, caso fosse eleito governador, como se pode observar em uma das letras das músicas de sua campanha (ver música Esperança Realizada). Segundo a letra da música Esperança Realizada, Aluísio Alves era o sertanejo abençoado e enviado por Deus para com o apoio do povo fazer o Rio Grande do Norte avançar.

Esperança Realizada

O Rio Grande do Norte cem anos avançou
depois que Aluísio Alves se elegeu
governador (bis).

Sertanejo abençoado da Zona do Cabugi
foi Deus quem lhe mandou para o seu povo
servir. Dando escolas e estradas, indústrias
e hospitais. Lavouras mecanizadas,
produzindo muito mais.

O Rio Grande do Norte cem anos avançou
depois que Aluísio Alves se elegeu
governador (bis).

Jiqui, cidade campestre, um sonho
realizado. Paulo Afonso outro sonho,
iluminando todo o estado.

Pioneiro no Brasil na alfabetização,
Aluísio mostra ao povo sua administração.
Governo que conta com o povo presta
conta ao povo de um plano em ação (bis).

O Rio Grande do Norte cem anos avançou
depois que Aluísio Alves se elegeu
governador (bis).

Uma das propostas de campanha apresentada na Cruzada da Esperança era a construção de um grande hotel para dinamizar o turismo na capital, Hotel Internacional Reis Magos. Dinarte Mariz, então governador do Estado, dizia em apoio ao seu candidato, Djalma

Marinho, que mandaria fechar o hotel, caso fosse construído. Em virtude de afirmações como essas, Dinarte Mariz ganhou do povo o apelido de “fechador”, e Aluízio, devido aos seus comícios e passeatas que duravam, na maioria das vezes a noite toda, e também por sua aparência desprovida de beleza, ganhou o apelido de “bacurau”.

Segundo Medeiros (1976, p. 155), biógrafo de Monsenhor Walfredo Gurgel, naquela época circulava no Rio Grande do Norte um texto de literatura de cordel, sem autoria divulgada, cujo título era “A Bravura dos Bacuraus na luta de 4x0”, o qual retrata bem a disputa eleitoral.

A turma da fechação
Dizia que em Natal
Dinarte Mariz ganhava
E em toda parte afinal
Porém perdeu a saliva
Hoje está gritando viva
À turma do Bacurau

E finalizando:

O que o senhor Aluízio quer
O seu pessoal combina
Por isso os quatro ganharam
É Deus que assim destina
Aqui faço encerração
5 anos de fechação
Vai tomar chá de batina.

O resultado da eleição de 1960 representou uma vitória de grande expressividade. Vinte oito mil duzentos e cinquenta e quatro (28.254) votos conduziram o novo governador e seu vice ao comando do Rio Grande do Norte (MEDEIROS, 1976). Aluízio Alves tinha sido exitoso em seu propósito político, uma vez ter conseguido fazer governador do Estado no pleito seguinte Monsenhor Walfredo Gurgel, seu vice-governador. Além disso, ele deu origem, como se viu no capítulo 3, a uma nova oligarquia potiguar, qual seja: a oligarquia Alves. Para melhor compreender a sua força e expressividade no Rio Grande do Norte, vê-se nas ideias de Weber (1999) sobre dominação carismática uma perspectiva interessante, embora não seja o Brasil, nem o território norte-rio-grandense objetos da sua teoria.

Aluízio era portador daquilo que Weber (1999) denominava de poder carismático, o qual se constituía em uma autoridade pessoal e uma “liderança natural”. O poder carismático aparece na obra de Weber (1999, p. 328), como sendo desfrutado “em virtude de uma missão supostamente encarnada em sua pessoa, missão que ainda que nem sempre e necessariamente,

tem sido, em suas manifestações supremas, de caráter revolucionário”. Sua influência sobre o povo que o seguia em seus comícios e passeatas (ver letra das músicas Cigano Feiticeiro do long-play da Gentinha, a seguir), sua articulação política no território potiguar e também para além de suas fronteiras, era muito forte.

Cigano Feiticeiro

Eita que bom é ser gentinha apoiando o cigano feiticeiro, Aluízio é nossa bandeira é nossa esperança de janeiro a janeiro. (bis).

Antigamente nada existia, mas o cigano tudo construiu, Cassol, poços tubulares, Paulo Afonso e hospital infantil, bolsas de

estudos, açudes, estradas, máquinas financiadas, Previdência, casas populares, ginásios e grupos escolares, em Mossoró, sem compromisso eleitoral, deu de graça as terras aos poceiros. Nossa gentinha e o povo em geral, ei, tá tudo *okay* com o cigano feiticeiro. (bis)

Cigano Feiticeiro

Cigano feiticeiro teu feitiço me pegou. Aqui neste lugar a todos você já conquistou. Pela primeira vez que você veio ao sertão, apresentou uma lei e conseguiu execução. (bis)

Cigano feiticeiro, feiticeiro, ai meu Deus. Eu faço tudo, tudo pelo governo seu. E o eleitor o que deve fazer? – É virar cigano e votar com você. (bis)

Se o adversário a que lhe caluniou e lhe chamou cigano, seu prestígio aumentou. Pelo voto secreto lhe daremos posição e a essa oligarquia que responde a eleição. (bis)

Cigano feiticeiro, feiticeiro, ai meu Deus...

As letras das canções da campanha de Aluizio Alves e Walfredo Gurgel, falam a respeito de um homem provedor das necessidades de um povo sofrido, desprovido dos serviços públicos básicos. Aluizio, de graça, tudo concedia, por isso o povo o seguiria e apanhado pelo seu “feitiço”, nele votaria e tudo faria pelo sucesso do seu governo. Por esta razão prometia que o Rio Grande do Norte seria um Estado desenvolvido. É importante esclarecer que segundo Trindade (2004, p. 130),

O projeto desenvolvimentista de Aluizio buscou também articular, preservar e ampliar os grandes interesses rurais. A industrialização preconizada por ele não estava com as costas voltadas para os interesses rurais. Tal fato ocorria por que a oligarquia rural, ainda que não fosse a força hegemônica dos tempos da República Velha, permanecia uma força política expressiva.

Aluizio Alves teve seus direitos políticos e de seus dois irmãos, Agnelo Alves e Garibaldi Alves, caçados durante o governo militar do Presidente Marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967)⁵⁹. Por meio do AI-2 implementou-se o bipartidarismo através da criação do ARENA – Aliança Renovadora Nacional, e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro. Dinarte optou pelo ARENA, partido político do governo e Aluizio pelo MDB, partido opositor. Com o AI-5, que baniou a livre expressão da imprensa e a liberdade de expressão, Aluizio Alves foi considerado uma ameaça, e em 07 de fevereiro de 1969, teve os seus direitos políticos caçados durante 10 anos, mesmo tendo apoiado os militares em 1964.

Seu poder carismático estendeu-se aos seus irmãos (Agnelo Alves, Garibaldi Alves), filho (Henrique Eduardo Alves) e sobrinho (Garibaldi Alves Filhos), que se tornaram herdeiros de seu legado político. De acordo com Moraes & Cavignac⁶⁰ (1995, p. 58),

A partir de 1969, Aluizio e seu grupo passaram a se apresentar como vítimas e mesmo como os representantes da luta contra a ditadura. Com o seu afastamento oficial da vida pública, ele transferiu ao seu filho, Henrique Eduardo Alves a sua herança política [tradução livre da autora].

⁵⁹ Em outubro de 1965 assinou o Ato Institucional n. 2, AI-2, ampliando o poder do Executivo Federal e extinguiu os partidos políticos, Aluizio Alves, continuava a ter o prestígio de alguns homens da política e da economia brasileira.

⁶⁰ À partir de 1969, Aluizio Alves et son groupe passent à se présenter comme des victimes et même comme les représentants de la lutte contre la dictature. Avec son effacement officiel de la vie publique, il “passe la main” à son fils, Henrique Eduardo Alves qu’il presente comme son héritier en droit ligne.

Durante sua vida Aluízio Alves atribuiu a cassação política que houvera sofrido a Dinarte Mariz. Segundo ele, por razões políticas, Dinarte Mariz se articulou ao General Jaime Portela, Chefe da Casa Civil e Secretário de Segurança Nacional no governo do presidente Castelo Branco para destruir sua trajetória política em constante ascensão (ALVES, 2001). Mesmo assim, durante os anos que se dedicou ao exercício da política potiguar, ele conseguiu atrair a admiração de seus correligionários e o respeito dos adversários políticos.

Sob a influência de clérigos da Igreja Católica, que marcaram a sua formação, bem como pela aliança com políticos do Rio de Janeiro e Minas Gerais, como se destacou anteriormente, Aluízio Alves buscou inspiração para o seu projeto e prática política no Rio grande do Norte e nos demais cargos de ministro e deputado federal, que ocupou no decorrer de sua vida. Mais que isso, ele conseguiu através da historiografia potiguar imortalizar o cigano feiticeiro.

O cigano feiticeiro e sua contribuição para o planejamento norte-rio-grandense

O cigano feiticeiro, como ficou conhecido Aluízio Alves, foi eleito em 03 de outubro de 1960. O apelido lhe foi atribuído em um episódio curioso. Em certa ocasião Djalma Marinho, candidato do governo Dinarte Mariz, realizou um comício na cidade de Pau dos Ferros-RN. Naquela ocasião, discursava a seu favor, afirmando que era um homem bem estabelecido do ponto de vista político e financeiro. Em referência a Aluízio, afirmava que não andava pelas ruas em comícios que durava à noite inteira e nem tão pouco dormia nas estradas (ALVES, 2001; TRINDADE, 2004).

Ao tomar conhecimento do fato, sabia que discursaria na mesma cidade que o seu oponente no dia seguinte. Quando chegou a Pau dos Ferros subiu no palanque que faria o seu discurso e anunciou à multidão: – o cigano chegou. Com esse gesto levou a todos que o aguardava a aplaudi-lo demoradamente e com grande euforia (ALVES, 2001). Conforme relatos de Alves (2001, p. 107-108),

E, assim, fui improvisando fatos da campanha, sem show, com poucos discursos de outros oradores, e sempre o discurso final meu, uns para o povo rir com os erros dos adversários, outros para o povo chorar, quando lia as mãos das pessoas sofridas, carentes, a ‘minha querida gentinha’.

A posse de Aluízio e Monsenhor Walfredo Gurgel ocorreu no dia 31 de janeiro de 1961 na Assembleia Legislativa, naquela ocasião instalada na Avenida Getúlio

Vargas na cidade de Natal. O novo governo, cujo líder maior era dotado de grande poder carismático, numa concepção weberiana, foi muito festejado. As comemorações se deram do dia 31 de janeiro até o dia 01 de fevereiro de 1961 e teve grande participação da população, não apenas da capital, mas de diversos municípios do Rio Grande do Norte (ver foto 4).

Foto 4 – Comemoração da posse do Governador Aluísio Alves em 31 de janeiro de 1961

Fonte:

http://www.tribunadonorte.com.br/print.php?not_id=171474
(Acesso em 10 de agosto de 2014)

Aluísio tinha a partir daquele momento, o desafio de colocar em prática as propostas difundidas durante a campanha eleitoral. Não seria fácil promover a modernização territorial de um estado desprovido, em sua maioria, de infraestrutura básica: energia elétrica, água encanada e telefones. Todavia, tornar o Rio Grande do Norte, um território moderno fazia parte de seu projeto político. Mesmo por que, segundo Trindade (2004, p. 21), “incorporar elementos da modernidade é um meio de sobrevivência para elas [elites potiguaras]”. De acordo com os relatos de Geraldo Melo⁶¹, a disponibilidade de infraestrutura do Estado, antes de Aluísio tomar posse em 1961, era a seguinte:

Energia:

Nós tínhamos energia de um gerador diesel, que quem gerenciava o fornecimento de energia era a empresa inglesa, criada no Brasil com o

⁶¹ Entrevista concedida em 18 de julho de 2014.

nome de Companhia Força e Luz do Nordeste do Brasil. No interior se tinha energia a partir das 6 horas até as 10. E, às 10 horas se desligava o motor com um aviso prévio de 15 minutos para as pessoas ligarem os seus candeeiros.

Telefone:

Natal tinha 500 telefones. Se você precisasse, por exemplo, fazer uma ligação de emergência para uma cidade do interior, você ia lá na sede da estrada de ferro na Ribeira, explicava o seu problema. Se fosse numa cidade que passasse o trem, na estação dessa cidade tinha um telefone que se comunicava com eles. Então, eles pegavam o telefone de manivela, atendiam nessa cidade e diziam: - chame fulano de tal, diga a ele que fulano aqui no meu escritório quer falar com ele. Quando ele chegar você avise!

Água e esgoto:

Água e esgoto. Nós tínhamos aqui uma empresa que se chamava Escritório Saturnino de Brito, que tinha uma concessão por 90 anos. E todo o abastecimento de água de Natal era feito por eles.

Estrada asfaltada:

Aqui nós tínhamos uma, ligando Natal a Parnamirim que se chamava “A Pista”. Foi construída pelos americanos que fizeram a base aérea. Alguns dos edifícios que ainda estão lá foram construídos por eles. E tinha essa importante “rodovia”, ligando a Praça Pedro Velho. Ela começava por ali dava a volta no final da Rua Potengi, num lugar que se chamava curva da pista.

Em virtude da relação que tinha com Celso Furtado por ocasião das inúmeras reuniões que culminaram na criação da SUDENE, Aluísio Alves tratou de procura-lo para solicitar sua ajuda. Queria fazer um governo articulado às principais novidades daquele período histórico, de modo a tirar maior proveito das instituições públicas e órgãos de financiamento para promover a modernização territorial norte-rio-grandense. Trindade (2004, p. 123) ainda acrescenta que “Aluísio Alves desempenhou o papel de agente da modernização conservadora [...], ciente de que ela era uma necessidade para a sua sobrevivência política”. Talvez, por isso tenha se empenhado tanto para que o seu governo incorporasse os princípios básicos do planejamento, que era a palavra da moda na ocasião.

Segundo informação verbal de Geraldo Melo, o contato de Aluísio e Celso Furtado transcorreu da seguinte maneira:

Quando Aluizio ganhou a eleição disse a Celso [Furtado]: - Eu preciso de um “cabra” lá para me ajudar. Por que lá não tem ninguém que entenda nada de planejamento, nem de desenvolvimento. Num sabem nem o que é isso! Aí Dr. Celso me chamou [Geraldo Melo] e disse que tinha se comprometido com Aluizio para dar um treinamento a uns rapazes que ele tinha levado de Natal e eu estava escolhido naquela hora para treinar aqueles rapazes. Era umas 4 pessoas: Denivaldo Azevedo, José Daniel Diniz, Roosevelt Garcia, me lembro bem desses, por que eram, digamos assim, os rapazes inteligentes aqui da província.

Além da formação e valorização de quadro de técnicos, criou-se o Conselho Estadual de Desenvolvimento – CED⁶², por meio da Lei n. 2.796 de 01 de maio de 1962, tendo sido Geraldo Melo seu primeiro Secretário Executivo. Também compunham o Conselho as seguintes autoridades: Otto Guerra, Diretor da Faculdade de Direito; Ulisses de Góis, autoridade em economia no Rio Grande do Norte, e Dom Eugenio Sales, Bispo auxiliar em Natal.

O CED não teve uma duração longa⁶³, mas enquanto existiu realizou feitos importantes para o Estado, de acordo com informação verbal de Geraldo Melo, ex-secretário executivo do Conselho.

Muito bem. Como introduzir o planejamento no dia a dia aqui? Primeiro a gente tinha que ser flexível com a proposta. Ela não podia ser uma proposta que eu, Celsinho, chegasse, com os *Geraldos Boys*, como eles diziam, [...] para desafiar as verdades estabelecidas e as grandes autoridades. Fui embora. Fui pra Recife. No dia 13.02.1964, um mês depois, o regime militar estava começando a se instalar. Desde o dia em que eu saí daqui até o ultimo dia do governo de Garibaldi Filho, Garibaldi [pai] ou de Vilma [Faria], o Rio Grande do Norte não passou 24 horas, nenhum dia, sem que pelo menos um desses caras, que trabalhou comigo fosse pelo menos Secretário de Estado. Foi mais ou menos 40 anos desse jeito, com essa equipe.

É importante refletir sobre a eficácia das ações de planejamento formuladas pelos técnicos que passaram pelo processo de formação de influência da CEPAL e da SUDENE. Como relatou o entrevistado, a equipe formada nos anos de 1960 compôs

⁶² De acordo com a Mensagem de Governo 13/GE de 27 de janeiro de 1964, o CED funcionava no Estado desde janeiro de 1962, instituído por decreto governamental.

⁶³ Conforme informação verbal de Geraldo Melo, ele havia se desentendido com Aluizio Alves, e em virtude disso pediu exoneração do cargo, o qual foi ocupado por Agnelo Alves, irmão do governador em exercício. Destaque-se que algum tempo depois Aluizio e Geraldo fizeram as pazes. E na eleição de 1986, uniram-se para que Geraldo Melo fosse eleito governador do Estado, exercendo o seu mandato no período de 1987-1991.

cargos públicos de grande importância no Estado, e mesmo com elevado grau de formação e experiência não lograram êxito em dirimir as desigualdades territoriais. Por outro lado, o planejamento ora iniciado foi extremamente eficiente na expansão seletiva e desigual da modernização, pois nos anos de 1960 havia toda uma ideologia que através do planejamento regional e do incentivo à industrialização, o Nordeste sairia da condição de pobreza e desigualdade frente às regiões brasileiras mais desenvolvidas.

Desse modo, por influência da SUDENE ocorreu a implantação de projetos industriais em Natal, Mossoró, Parnamirim, Macau e São Gonçalo do Amarante. E, por sua influência o Governo Federal implementou uma política de açudagem no Nordeste brasileiro, com o objetivo de mitigar os efeitos da seca. Também foi nesse período que a atividade salineira passou a ser controlada pelos seguintes grupos multinacionais: grupo italiano Nora Lage, grupo holandês Akzo, grupo estadunidense *Morton Norwich Products*, que controlava a empresa SOSAL.

Durante o período de sua duração, o CED, ajudou a promover o planejamento e a realização de obras e projetos estruturantes no território potiguar como a expansão do número de telefones, energia elétrica, abertura de novas estradas, escolas, bem como assentamento rural.

No que se refere ao assentamento rural, tem-se um fato curioso a respeito da formação de um deles. Devido à desapropriação de terras que pertenciam ao empresário João Câmara, uma das maiores fortunas do Rio Grande do Norte e irmão do sogro de Geraldo Melo⁶⁴ (informação verbal), que forneceu detalhes desse processo. As terras foram desapropriadas para pagamento de dívida junto ao Banco do Brasil, após a morte desse empresário.

O Banco tomou 20 mil hectares de terra de João Câmara, de Baixa Verde pra frente. Na direção de São Bento do Norte para aqueles lados. [...] Aluizio ficou calado. Quando o Banco terminou de adjudicar e incorporou ao seu patrimônio, Aluizio desapropriou os 20 mil hectares. Usou de todas as faculdades que o Estado tinha, juntou uma comissão, os caras avaliaram por 20 mil reis. [...] O banco disse: – mas não é assim. Aí ele disse: – eu procurei vocês. Vocês não quiseram me ouvir, agora o juiz ouviu. Então nessas propriedades nós fizemos o primeiro projeto de assentamento rural desse estado. Fizemos um projeto ambicioso, lindo. [...] Peguei um desses meus rapazes que se chama Iveraldo Bezerra que depois foi secretário aí de 300 governos, e mora hoje aqui [Natal]. Iveraldo foi para Israel para estudar as cooperativas de Israel, os Kibutz, por que eu estava com

⁶⁴ Entrevista concedida em 18 de julho de 2014.

aquilo na minha cabeça pra influir no conceito que a gente ia adotar nesse projeto.

Esse relato pode ser confirmado mediante a leitura da Mensagem de Governo Anual de 01 de junho de 1962, do Governador Aluísio Alves. Nela, há relatos de que através do Decreto n. 3.952 de 22 de maio de 1962, as terras do empresário João Câmara foram consideradas de utilidade pública e interesse social pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

A ocupação das terras desse assentamento rural foi amplamente utilizada por Aluísio Alves para promover o seu governo. Na ocasião, ele acompanhou os trabalhadores rurais que empunharam seus instrumentos de trabalho durante o processo de integração de posse. A fotografia utilizada (ver foto 5) para representar esse ato passou a estampar o jornal da família Alves, qual seja Tribuna do Norte, e atualmente também pode ser observada no Memorial Aluísio Alves, construído em sua homenagem.

Foto 5 – Aluísio Alves acompanhado por trabalhadores rurais

Fonte: Documentário Aluísio Alves promovido pelo Jornal Tribuna do Norte

No que se refere ao planejamento em educação e sua relação com os princípios estabelecidos pela CED, Marcos Guerra⁶⁵ (informação verbal), apresenta um relato interessante a respeito da atuação do Governo Alves.

Então a minha geração que estava na universidade naquele período foi convidada para criar o CED, o órgão de planejamento por excelência, e em consequência priorizou a educação. Por isso foram criados os SECERNs – Serviços de Cooperativa de Educação do Rio Grande do Norte que tinha três objetivos. Nunca se podem separar os três. O

⁶⁵ Entrevista realizada no dia 01 de julho de 2014.

primeiro era formação de professores, por que os professores primários, na maioria ou quase totalidade eram leigos. O segundo era construção de escolas para dotar o estado de uma rede, de uma malha de escolas que viesse facilitar o acesso a educação. E o terceiro que foi aquele que me coube ajudar a planejar, definir e começar a executar foi: a alfabetização de adultos. Para o que a gente contou com a consultoria de Paulo Freire, uma parceria conveniada com a Universidade Federal de Pernambuco, e o financiamento da Aliança para o Progresso.

A exemplo da expansão no número de escolas, estradas e energia elétrica e o convênio direto com a Aliança para o Progresso ajudou o governo a iniciar as bases para o seu projeto de modernização territorial, uma vez que o Estado tinha dificuldades em obter os recursos da SUDENE devido ao fato de não ter, muitas vezes, os projetos prontos em tempo hábil para submeter a Superintendência (ALVES, 2001).

Por qual motivo a Aliança para o Progresso repassou, naquela ocasião, recursos diretos ao governo de Aluízio Alves sem a interveniência da SUDENE ou mesmo do Governo Federal? É o que se verá no próximo item, quando serão discutidos os elementos constitutivos da nova configuração territorial norte-rio-grandense e os meandros políticos para a sua instituição.

A Aliança para o Progresso e a nova configuração territorial potiguar

Nos anos de 1960, o Brasil estava emerso em movimentos que demonstravam a insatisfação popular frente à opressão exercida pelas oligarquias agropecuárias, sobretudo na Região Nordeste, de onde surgiram as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião Arruda de Paula. O movimento teve início nos anos 1940, e em 1954 ressurgiu em Recife-PE com maior força, onde cresceu e ganhou projeção internacional. Esse movimento chamou a atenção do governo dos Estados Unidos da América que, naquela ocasião, temia o surgimento de um novo rompante comunista no continente americano, a exemplo do que havia ocorrido em Cuba (TRINDADE, 2004; GERMANO, 1981).

Eisenhower (1962, p. 28-29), mostra como os ecos do movimento revolucionário em Cuba estavam repercutindo nas ações políticas dos Estados Unidos da América *vis-à-vis* na América Latina. E também qual era o seu ponto de vista acerca desse movimento.

A ação atual para implantar uma vida melhor, em liberdade, neste hemisfério, constitui passo progressista natural e inevitável em um longo processo evolutivo, que teria alcançado esse ponto de decisão mesmo se um egoísta líder cubano não tivesse traído o seu povo e entregue a nação ao controle férreo da conspiração comunista internacional. [...] Não há como não admitir que as ameaças do comunismo castrista apressaram decisões e providências. Mas não as causaram ou criaram.

Fazendo coro as afirmações do governo estadunidense, o Jornal A Folha de São Paulo no dia 08 de janeiro de 1961 (ver matéria do jornal em Anexo-A) noticiou que: em Recife, por ocasião da conferência proferida pelo Sr. Luís Carlos Prestes no Teatro Santa Isabel, o Deputado Francisco Julião, dirigente das Ligas Camponesas comunicou estar aberto um voluntariado para formação de milícia que deverá lutar por Cuba.

No Rio Grande do Norte, a exploração dos trabalhadores rurais pelas oligarquias estaduais levou as primeiras tentativas de organização das Ligas Camponesas em 1963 com vistas ao enfrentamento da situação, as quais tiveram seu ápice de atuação em 1964. Nos anos de 1960 havia relatos de mortes e perseguições aos trabalhadores rurais, que passaram a solicitar do governo Aluísio Alves garantias para a sua segurança e o direito de reivindicar sem sofrer ameaças. Conforme afirmou Germano (1981, p. 26).

Em 1962, no Rio Grande do Norte, os sindicatos dos trabalhadores rurais endereçaram memorial ao governo do Estado solicitando garantias não somente para o exercício de suas atividades, mas também dos seus afiliados, muitos deles ameaçados de morte por latifundiários, simplesmente por pertencerem a um sindicato, tal era o clima de conflito existente na região.

A Aliança para o Progresso surgiu exatamente nesse período, como resultado de uma conferência realizada no ano de 1961 em Punta del Este, Uruguai (DREIER, 1962). Ao discutir sobre os aspectos econômicos da Aliança para o Progresso, Prebisch (1962, p. 94), defendia que,

O planejamento, cercado do conveniente sistema de incentivos, é a única maneira de utilizar ao máximo as enormes potencialidades da iniciativa privada e dar-lhe o valor realmente dinâmico que não se encontra usualmente na América Latina.

Em vez de um conflito armado, o governo estadunidense esperava conter a “ameaça comunista” através do financiamento de projetos estruturantes, atraindo assim,

o apoio do Governo Federal e Estadual para os seus interesses. Antônio Porpino⁶⁶ (informação verbal) relatou as intencionalidades do governo dos EUA.

Quem contrabalançou para o progresso daqui foi os EUA com Aliança para o Progresso. O Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado que eles resolveram investir. O planejamento não existia. Era muito fraco, mas Aluizio tinha planejamento para educação etc. Eles [EUA através da Aliança para o Progresso] investiram aqui para neutralizar a esquerda. Nós tínhamos 90% da produção da scheelita. Os EUA compravam a scheelita aqui para vender para o leste europeu para trocar por navio. Acabamos a scheelita daqui e o americano ficou com estoque de 7 anos pra negociar. Tudo foi de ordem econômica e financeira.

Aluizio Alves parecia ser um dos governadores nordestinos que mais se alinhava ao perfil que agradava aos EUA, pois era considerado o oposto do pernambucano Miguel Arraes, tido como um governador de esquerda, eleito em 1963 e afastado no ano de 1964 pelos militares (TRINDADE, 2004; GERMANO, 1981). Some-se a isto o fato de que Natal, já havia sido base aliada dos EUA no decorrer da Segunda Guerra Mundial, facilitando com isso, a relação entre os dois governos.

Como resultado do financiamento obtido pela Aliança para o Progresso, o governo Alves pretendia realizar no Rio Grande do Norte a construção de 1.000 salas de aula, criação do Instituto Presidente Kennedy em Natal, construção de casas populares, alfabetização de 300 mil adultos (ALVES, 2001). Nem tudo foi realizado, pois com o golpe dos militares em abril de 1964 todos os projetos considerados por demais revolucionário foram interrompidos, como relatou Marcos Guerra⁶⁷ (informação verbal).

Então o financiamento da Aliança para o Progresso, foi para essas atividades do SECERN [...], como foi também para algumas questões habitacionais e algumas questões de modernização em termos de estrada e telecomunicações e aporte de energia. Qual era a ideologia do planejamento na época? – era a ideologia preconizada pela CEPAL, principalmente de Celso Furtado. Era um momento em que a sociedade estava querendo planejamento. E o governo federal soube dar prioridade ao planejamento. Havia uma influência forte [no Rio Grande do Norte] da CEPAL, de Celso e de um argentino chamado Ikonikoff. A ditadura [...] se inscreveu numa lógica da guerra fria e considerou essas atividades (as de educação, mas não só) como ameaça a democracia. De fato essa era a palavra para uso externo, o fato concreto é que era uma ameaça aos privilégios. Ok? Então o trabalho de educação, o trabalho de lutas políticas que pode se

⁶⁶ Ex-assessor de Aluizio Alves. Entrevista realizada no dia 01 de julho de 2014.

⁶⁷ Entrevista concedida no dia 01 de julho de 2014.

desenvolver no governo de João Goulart, o trabalho de modernização da economia do Estado do Rio Grande do Norte foram percebidos pelos militares e por aliados civis, o Aluizio também. Mas o Aluizio da primeira hora não era assim, ele era pela modernização do estado e por algumas coisas que reduzissem as desigualdades. Até 64 ele não apoiou os militares, ele apoiou na última hora por que realmente era o berço dele. [...] Nesse sentido ele se encontrou com a Aliança para o Progresso e o discurso de Kennedy e do partido democrático dos EUA. [...] Eu defendo a tese de que isso foi caso pensado e que incomodou profundamente os detentores de privilégios. Incomodou [a realização de]: programas de educação, programas de alfabetização política, porque era uma ameaça aos privilégios, como continua a ser.

Ressalte-se que não era apenas o governo dos EUA que temia a “ameaça comunista” promovida pelas Ligas Camponesas. No território norte-rio-grandense, a Igreja Católica, que tinha alguns de seus clérigos fortemente articulados às oligarquias agropecuárias e políticas, também exerceu pressão para sufocar o movimento. De acordo com relatos de Mery Medeiros, comunista atuante, e Floriano Bezerra de Araújo⁶⁸, na época Deputado Estadual, os quais fundaram o movimento das Ligas Camponesas no Rio Grande do Norte, a Igreja Católica teve uma atuação importante para bloquear o crescimento do movimento, bem como as oligarquias rurais que fizeram constantes ameaças de morte aos integrantes. Até mais que Aluizio Alves, que conforme depoimento de Mery Medeiros e Floriano Bezerra de Araújo em documentário referido na nota de rodapé número 66 evitava o enfrentamento direto.

As Ligas Camponesas duraram poucos meses no Rio Grande do Norte, mas chegaram a contar com a adesão de mais ou menos 10 mil trabalhadores, segundo Floriano Bezerra. A constatação da força de um movimento que em poucos meses conseguiu a adesão de tão significativo número de pessoas, de fato deve ter assustado os grupos reacionários que ocupavam o poder político, religioso e econômico em terras potiguares.

Tamanho era o clima de ameaça aos movimentos sociais e a qualquer proposta política considerada revolucionária, que mesmo membros do governo Alves, também foram vítimas de ameaças. Marcos Guerra⁶⁹ (informação verbal), por exemplo, que naquela ocasião coordenava o Programa de Alfabetização de Adultos em 40 horas, cuja consultoria e método eram de Paulo Freire. Ele relatou uma experiência de ameaça

⁶⁸ As entrevistas de Mery Medeiros e do Deputado Estadual Floriano Bezerra foram realizadas por Roberto Monte e Luiz Gonzaga Cortez e podem ser acompanhadas em vídeo no sítio do dhnet.org.br <acesso em 11 de agosto de 2014>.

⁶⁹ Entrevista concedida no dia 01 de julho de 2014.

sofrida durante a execução do Programa, que havia sido iniciado em Angicos, terra natal de Aluizio Alves.

Olha, quando a gente terminou Angicos e foi para Mossoró o chefe político do partido de Aluizio Alves, Dr. Duarte Filho, me recebeu. Pôs um revolver em cima da mesa e disse: – Aqui vocês não entram, eu disse a Aluizio. Por quê? É muito simples. Em Angicos, 300 novos eleitores de repente se apresentaram num colégio que tinha 800. Então desequilibrava os cálculos deles, que tinham um curral já conhecido.

Com o povo alfabetizado aumentava o número de eleitores e, por conseguinte, aumentava também a instabilidade política dos detentores do poder estadual e municipal norte-rio-grandense. Por este motivo reprimia-se qualquer proposta libertária, como demonstrou Germano (1981) em seu estudo sobre a Campanha de Pé no Chão se Aprende a Ler (ver foto 6), realizada durante a gestão de Djalma Maranhão na Prefeitura de Natal nos anos de 1960.

Foto 6 – Acampamento da Campanha de Pé no Chão se Aprende a Ler, aonde eram realizadas as aulas para alfabetização de adultos. Bairro das Rocas em Natal, nos anos de 1960.

Fonte: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/imagens.htm>

Contraditório quanto à promessa de campanha de tornar o Rio Grande do Norte social e economicamente mais justo, todavia coerente quanto ao compromisso de promover a modernização territorial, o governo Alves dotou o Estado de infraestrutura, instituições e normas jurídicas para que a modernização ora iniciada continuasse a sua expansão incompleta e seletiva. Ao final do seu governo, já estavam criadas a Companhia de Serviços de Energia Elétrica – COSERN (1961) e inaugurado o Hotel Internacional Reis Magos em Natal (1965), com vistas a fomentar as bases da atividade turística.

Acompanhando os eventos de modernização do território brasileiro, que em 1962 integrava-se ao sistema Intelsat e criava a Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL, o governo estadual daquele período, também criou a Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte – TELERN no ano de 1963. Com isso, em 1965 ao mesmo tempo em que o governo federal expandiu a rede de micro-ondas e completou a ligação de todos os estados brasileiros com o exterior, no Rio Grande do Norte as seguintes cidades passaram a integrar o sistema de telefonia através de micro-ondas: Natal, Angicos, Currais Novos, Santana do Matos, Mossoró, Areia Branca, Caicó, Jardim do Seridó, Assú e Santa Cruz.

Em consulta a Segunda Mensagem Anual do Governo Aluísio Alves publicada e, 01 de junho de 1962 é possível observar as proposições contidas no I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Norte, através da apreciação dos seus objetivos (página 14).

- Organização do Plano de Eletrificação do Rio Grande do Norte;
- Organização do Plano Rodoviário para integrar todas as regiões e estados vizinhos;
- Criação e organização da Companhia e Distribuidora de Serviços Elétricos – COSERN;
- Criação e organização da Companhia de Telefones de Natal;
- Criação e organização da Companhia de Armazéns Gerais;
- Criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social com a finalidade de atender ao fomento das atividades diretamente relacionadas com o desenvolvimento econômico e social do Estado;

- Elaboração do Plano de Abastecimento de Água e Esgoto de Natal com recursos obtidos do BID no valor de dois milhões e duzentos mil dólares, com prazo de pagamento em 30 anos.

A Mensagem de Governo fala ainda do reaparelhamento do Porto de Natal; mecanização das salinas de Mossoró-Areia Branca e Grossos; habitação popular através da construção de mil (1.000) casas em Natal e mil e novecentas (1.900) em sete cidades do interior, construção e reforma de escolas, renovação de métodos, alfabetização de adultos, contratação e formação de professores.

Na Mensagem de Governo publicada em 01 de junho de 1963, o relato é de que através de convênios firmados entre SUDENE-SESP-USAID: o Rio Grande do Norte já contava com energia elétrica em 26 cidades e havia um número significativo de obras em execução ou concluídas em todo Estado, dentre as quais destacam-se:

- Construção da Adutora do Jiqui (importante fonte de abastecimento de água para Natal e municípios vizinhos);
- 54km de rede de esgoto;
- Abastecimento de água para os municípios de Ceará-Mirim, Santa Cruz, Canguaretama, Santana do Matos, Touros, Barra de Maxaranguape;
- Reorganização do Departamento de Estradas e Rodagens DER-RN;
- Melhoramento e construção de estradas e rodovias (Baía Formosa, Santa Cruz-Coronel Ezequiel, Marias-São Tomé, Arês, João Câmara-Macau;
- Projetos de colonização (assentamentos rurais);
- Formação de mil professores;
- Restauração do açude Pataxó e construção de vários outros açudes pelo Estado;
- Construção de Poços tubulares.

Conseguira Aluizio fazer o Rio Grande do Norte avançar 100 anos em 4 durante o seu governo? – Essa não é a pergunta mais importante. É necessário se questionar, a custos de quanto esforço de negociação política, mas também de quanta opressão e desigualdade, o projeto político das oligarquias potiguares vem sendo realizado no território norte-rio-grandense.

Não se pode negar, entretanto, que através de sua atuação, foi possível realizar um feito até então impensado no Estado, a chegada da energia elétrica em municípios

distantes da capital. Além disso, a construção do conjunto habitacional Cidade da Esperança, que proporcionou habitação popular a baixo custo para mais de 500 famílias. Some-se ainda o início da criação de uma tecnoesfera e psicoesfera do planejamento corporativo seletivo, as quais ajudaram a promover a passagem do meio técnico para o meio técnico-científico-informacional.

Capítulo 5 – Genealogia do planejamento corporativo seletivo norte-rio-grandense

Desde os anos de 1930 o Estado brasileiro vem desenvolvendo experiências de planejamento em seu território. A princípio o planejamento praticado foi notadamente utilizado para orientar o crescimento econômico do país. A partir dos anos de 1930 foram criados conselhos, comissões, instituições e planos para respaldar o planejamento então praticado. Destaca-se a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), e nos anos de 1940 a Comissão de Planejamento Econômico (1944-1945).

Essas instituições incorporavam funções de planejamento por meio da adoção de técnicas aplicadas durante a I Guerra Mundial, com vistas a formular políticas econômicas para reduzir a dependência externa. Já no que se refere aos planos elaborados nesse período, o Plano Salte (1947), concebido no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, merece destaque. Some-se ainda, nos anos de 1950, a formulação do Plano de Metas (1956) elaborado no Governo do Presidente Juscelino Kubistchek (REZENDE, 2009).

Na França, um dos primeiros geógrafos a dar relevância ao planejamento regional foi Jean Labasse (1955), ao desenvolver pesquisas sobre a rede bancária de Lyon, que serviram de base de inspiração para estudiosos como Lebreton (1958), para o qual a obra desse autor abria uma nova via para compreender as estruturas regionais e sua evolução. Labasse (1987, p. 25) afirmava que, “mesmo que o planejamento espacial seja eminentemente geográfico, numerosos processos participam da sua realização”. O planejamento exige uma grande quantidade de aporte científico: história, direito, economia etc.

A racionalidade defendida nos anos de 1950 e 1960 pelo Padre Lebreton, teórico e ativista da Economia Humanista, era que o “*aménagement du territoire*” poderia ser utilizado para transformar as condições de vida regional ou nacional, assegurando assim uma melhor distribuição da população em função dos recursos naturais efetivamente exploráveis. Suas ideias já estão superadas, pois o planejamento dos territórios não pode se basear apenas na simples relação “quadro regional – recursos – distribuição da população”. Todavia, um aspecto interessante de suas ideias é o fato de que, para ele, o “*aménagement*” é inseparável do plano de desenvolvimento integral e não visa apenas o conhecimento do território ou expansão de serviços, mas a organização dos níveis de vida da população, especialmente dos mais pobres.

O governo e a sociedade brasileira dos anos de 1950 e 1960 comungavam da ideia de que o planejamento seria o caminho pelo qual o subdesenvolvimento seria superado. Nesse período, segundo Piquet & Ribeiro (2013) o planejamento urbano e regional que estava em voga poderia levar o Brasil a um novo patamar na economia mundial, daí por que elas dizem tratar-se de um “planejamento para a mudança”. Esses anos são bastante representativos do que Diniz & Crocco (2006) denominam de primeira geração de políticas regionais, que eram influenciadas por uma concepção keynesiana de Estado. Para que ocorresse o desenvolvimento das regiões brasileiras seria necessário que houvesse a intervenção do Estado.

Havia, portanto, a crença num conjunto de orientações básicas nesse período, dentre as quais se destacam: prioridade de investimentos para dar suporte à atuação das indústrias, onde no local em que elas se instalassem criar-se-ia um polo de crescimento; criação de formas de compensação para as regiões mais desiguais; investimentos por parte do poder público em infraestrutura básica (transporte, energia, comunicações) para integrar o território nacional e também atender as demandas das empresas (DINIZ & CROCCO, 2006).

A partir de 1959 até os anos de 1970, também foram criadas instituições financeiras, comissões e superintendências para através do planejamento, resolver o problema das desigualdades regionais no Brasil e colocar as regiões mais desiguais em um novo patamar de desenvolvimento e crescimento econômico. Tem-se como exemplo a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1959), a qual estimulou a prática do planejamento nos estados nordestinos, como o Rio Grande do Norte. Além disso, na esfera do governo federal foram elaborados os seguintes planos: Plano de Ação Econômica (PAEG 1964-1967); Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED 1967-1969); I Plano Nacional de Desenvolvimento (1969- 1974); II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979) e o III Plano Nacional de Desenvolvimento (1979-1984).

No Estado do Rio Grande do Norte, conforme foi tratado no capítulo anterior, o planejamento que vem sendo praticado teve início através de dois eventos: a criação da SUDENE em 1959 e a chegada de Aluízio Alves ao Governo do Estado em 1960. Vem daí a criação das bases sobre as quais o planejamento corporativo seletivo norte-rio-grandense se erigiu.

O presente capítulo discutirá os principais planos e programas de governo elaborados durante o segundo e terceiro períodos (1961-1970, 1971-1981) de que trata a

tese, considerando o seu significado para o Rio Grande do Norte. Nele também se encontrará reflexões acerca da relação que se estabelece entre a ciência geográfica e o planejamento do território, destacando alguns geógrafos que tiveram uma atuação relevante no Brasil, sobretudo nos anos de 1960 e 1970, auge de uma geografia pró-planejamento.

O conceito de corporação

O conceito de corporação tem sua origem relacionada à associação de grupos com interesses profissionais comuns. No final da Idade Média havia as corporações de ofícios, formadas por artesãos de um mesmo segmento profissional, que se caracterizava pela defesa de interesses particulares, colocando em segundo plano a defesa de interesses gerais (TEULON, 1997).

Ao longo da história, têm sido desenvolvidas distintas concepções teóricas acerca da corporação. Neste item serão apresentadas algumas delas, a partir das quais se buscou um fio condutor que permitisse compreender o planejamento praticado no Rio Grande do Norte ao longo dos seus mais de 50 anos de existência.

No dicionário da língua portuguesa Houaiss (2008), uma das definições para a palavra corporação é: “conjunto de pessoas com alguma afinidade de profissão, ideias etc., organizadas em associação e sujeitas a estatuto ou regulamento”. Outrossim, ela também é utilizada para fazer referência a um grupo de empresas de grande porte.

Uma importante referencia teórica para discutir corporação é Hegel (1997), que na obra “Princípios da Filosofia do Direito” a considera uma instância sociopolítica. Em sua definição, o autor apresenta um argumento interessante para esta tese, o da relação que se estabelece entre o Estado e a corporação. De acordo com Hegel (1997, p. 267), “o espírito corporativo, que nasce da legitimidade dos domínios particulares, no interior de si mesmo se transforma em espírito do Estado, pois no Estado encontra o meio de alcançar os seus fins particulares”.

Após realizar um exame dessa obra Ximenes (2010) diz que para Hegel, família e corporação são as raízes éticas do Estado. Ela é um elemento que permite o autor tratar o universal e o particular. Para Ximenes (2010, p. 9-10),

As corporações, na Filosofia do Direito, são apresentadas como elemento essencial que permitirá ao indivíduo ser membro do Estado

e, ao mesmo tempo, constituir o próprio Estado. A corporação será considerada como cumprimento institucional e jurídico do social.

Marx foi o principal crítico da referida obra produzida por Hegel. No livro “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, Karl Marx (2005), desenvolve uma análise profunda da sua obra, empenhando-se no desenvolvimento de críticas acerca da sua filosofia de Hegel. Uma de suas considerações diz respeito ao poder governamental, onde elabora reflexões sobre a “autoadministração” da sociedade civil. E associa as corporações à burocracia. Para Marx (2005, p. 64-65),

As corporações são o materialismo da burocracia e a burocracia é o espiritualismo das corporações. A corporação é a burocracia da sociedade civil; a burocracia é a corporação do Estado. [...] A corporação é a tentativa da sociedade civil se tornar Estado; mas a burocracia é o Estado que se faz realmente sociedade civil.

Outra perspectiva a respeito da corporação é apresentada por Drucker (1964), para o qual é entendida como uma instituição social, que deriva da economia do *laissez-faire*. Para desenvolver seus argumentos, ele estudou a General Motors, destacando-a como importante exemplo de corporação empresarial do século XX. Todavia, também fez referência a outras formas de corporação a exemplo das forças armadas, grandes hospitais e grandes universidades. Ainda segundo Drucker (1964), dentre os seus princípios está a capacidade de executar seus propósitos para obter bens com o máximo de retorno econômico. Por este motivo, a corporação é por ele considerada como a mais representativa instituição social da sociedade industrial.

Tem-se ainda, por meio da obra do geógrafo Milton Santos uma importante referência para tratar o tema das corporações. No livro “Metrópole corporativa fragmentada”, ele estudou a metrópole de São Paulo, com ênfase na atuação do Estado, que por meio da ideologia do desenvolvimento e do crescimento econômico desempenhou importantes ações, as quais convergiram para a formação de uma metrópole corporativa. Conforme Santos ([1990] 2009, p. 104), a metrópole corporativa está “muito mais preocupada com a eliminação das [...] deseconomias urbanas do que com a produção de serviços sociais e com o bem-estar coletivo”. Nesse livro, o autor destaca a atuação do poder público no direcionamento de suas ações, sobretudo no que se refere as obras públicas, voltado prioritariamente aos interesses das empresas

hegemônicas. Para Santos ([1990] 2009, p. 105), esse tipo de ação do Estado ocasiona a “criação pública, oficial da desigualdade”.

No livro “O Brasil: território e sociedade no século XXI”, Santos & Silveira (2006, p. 291-292) afirmam que a ação das grandes empresas comandando a “vida econômica e social e a dinâmica territorial”, autoriza a falar em: “território corporativo”, “cidades corporativas” e “espaço corporativo”. Segundo eles, “a noção de espaço corporativo inclui uma utilização privilegiada dos bens públicos e uma utilização hierárquica dos bens privados”.

Ora, o aspecto corporativo, presente nas empresas, como chamou atenção Drucker (1964), instituições sociais para fazer referência a Hegel (1997), e também no território brasileiro, estudado por Santos ([1990] 2009), Santos & Silveira (2006,) possui um elemento comum: o reconhecimento de que a ideia de corporação envolve sempre o interesse particular de um grupo, em detrimento do interesse geral.

Esse aspecto é o fio condutor da compreensão daquilo que se escolheu denominar de planejamento corporativo seletivo do Rio Grande do Norte. A corporação nesse caso, não se refere apenas a atuação das empresas hegemônicas, mas diz respeito a um grupo formado pelas oligarquias, Estado, instituições, que tem atuado em cada período histórico com interesses comuns. Todavia, é importante levar em consideração a desigual relação de poder que se estabelece entre esses agentes em se tratando da sua capacidade de ação no território. Nesse sentido, o raciocínio desenvolvido por Perroux (1964, p. 8) acerca das características da vida econômica do século XX, ainda parece válido. Para ele, “as grandes unidades econômicas, as empresas, os grupos de empresas e as nações desempenham os papéis principais. Trata-se de actores manifestadamente desiguais em dimensões de poder”.

Mesmo que se tenha o entendimento de que o planejamento é sempre um campo de disputas, interesses, e que a concepção de corporação seja frequentemente usada para fazer referência às empresas, ela, é importante para os argumentos que sustentam esta tese. Sendo assim, a concepção de corporação que se adotou não se restringe apenas as ações das empresas, mas de um conjunto de agentes, que estamos denominando de corporativos.

Contextos sobre o planejamento corporativo seletivo dos anos de 1960 a 1970

Conforme se discutiu no início deste capítulo, durante anos de 1960 e 1970 foram criadas instituições financeiras, comissões e superintendências para através do planejamento, resolver o problema das desigualdades regionais no Brasil. As instituições desse período passaram a elaborar planos com o objetivo de colocar as regiões mais desiguais em um novo patamar de desenvolvimento.

É preciso lembrar que nesse período o Brasil vivia sob um regime autoritário (1964-1985), o qual foi um dos grandes impulsionadores do planejamento brasileiro por meio da criação de leis, normas e incentivo a formação de técnicos. Tudo isso visando a institucionalização do planejamento e o controle do território Nacional através de um exercício autoritário do poder. Nesse período foi formulado o Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, onde se estabeleceu o planejamento como princípio fundamental da administração pública; e a Lei n. 6.036 de 01 de maio de 1974, que criou a Secretaria Nacional de Planejamento.

Também se pode notar a relevância que o planejamento do território nacional adquiriu no regime autoritário, por meio da criação de 3 cursos de nível superior em planejamento no Brasil, durante o período de 1970 a 1975. São eles: Planejamento Urbano e Regional (1970), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em Porto Alegre-RS; Planejamento Urbano e Regional (1972), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, no Rio de Janeiro-RJ; Desenvolvimento Urbano (1975), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em Recife-PE (PIQUET & RIBEIRO, 2013).

Uma das personalidades mais marcantes desse período é o General Golbery do Couto e Silva ([1955] 1979) que tratou das esferas do planejamento no campo da segurança nacional. Sua importância no governo federal era tamanha que chegou a indicar José Cortez Pereira como governador do Rio Grande do Norte, do qual era amigo, segundo relatos de Marcos Formiga⁷⁰. Ele afirmava que a aplicação efetiva do Poder Nacional estaria reservada ao planejamento, devendo pautar-se nos seguintes aspectos: aplicação, ação, saber ou conhecimento (de si mesmo, dos outros, das condições ambientais) e na informação. Embora afirme em suas reflexões acerca do planejamento estratégico que o controle social é uma importante etapa do planejamento

⁷⁰ Entrevista realizada no dia 30 de junho de 2014.

democrático, sua compreensão a respeito do ato de planejar é estritamente técnica e fundamentada na obediência.

Planejar é, no fundo, atribuir prioridades às diversas ações a empreender, com vistas a um fim superior único, claramente definido. Atuar em larga frente, concentrar esforços nas ações reputadas decisivas, economizar judiciosamente os recursos a empenhar nas ações secundárias, persistência, flexibilidade, simpleza – aí estão as regras fundamentais a obedecer [grifo nosso] (SILVA [1955] 1979, p. 454).

Preocupados em definir a organização do espaço como princípio importante para o fortalecimento do poder e da soberania nacional, os geógrafos brasileiros dos anos de 1960 e 1970⁷¹, viram no planejamento regional a possibilidade de viabilizar o desenvolvimento econômico e social pleno. Para isto estimularam a busca pelo equilíbrio entre as regiões mais “atrasadas” com base na teoria dos polos de crescimento, e nas políticas de industrialização, estimulando a criação de “eixos de

⁷¹ Nos anos de 1960 e 1970 o IBGE realizou vários estudos através de Geógrafos brasileiros, os quais denotam a influência de conceitos e metodologias de Geógrafos franceses que estavam sendo utilizados no Brasil nesse período. É o caso documento Panorama Regional do Brasil (1967), onde é possível observar o conceito de vida de relações de Pierre George e já era utilizado por Michel Rochefort com vistas ao estudo das cidades. O documento era constituído por textos que foram furto de conferências realizadas em 1966 pelos Geógrafos da Divisão de Geografia do CNG, que naquela ocasião integravam o IBGE. O primeiro capítulo sobre “A Amazônia” tinha como autores Catarina Vergolino Dias, Orlando Valverde, Irene Garrido Filha. O segundo capítulo intitulava-se “O Nordeste”, cujos autores foram Nilo Bernardes, Roberto Lobato Corrêa, Maria Francisca T. Cardoso. Já no que refere ao terceiro capítulo, o título era “O Sudeste”, e os autores Pedro Pinchas Geiger, Fanny Rachel Davidovich, Hilda Silva. “O Centro-Oeste” era o título do quarto capítulo e seus autores Speridião Faissol, Marília Velloso Galvão, Carlos de Castro Botelho. É importante lembrar o documento “Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas (1968)” publicado pelo IBGE em 1970, cuja orientação metodológica dos trabalhos foi inicialmente realizada por Michel Rochefort. Ele ministrou uma série de seminários realizados em 1966, que influenciou os geógrafos brasileiros que atuaram nesse e em outros estudos realizados pelo IBGE nesse período. Pode-se citar como exemplo “Subsídios à Regionalização publicado em 1968 pela Fundação IBGE, que também teve a colaboração do Geógrafo francês Michel Rochefort. Também é digno de nota “Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (1972), que é segundo Lima (1972, p. 6), “resultante de cuidadosa reelaboração técnica e revisão atualizada do estudo já apresentado em 1967: Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Regiões Polarizadas, e tem a finalidade de oferecer novos subsídios, na área geográfica, necessários à compreensão da organização e da regionalização do espaço brasileiro”. Dentre os geógrafos que realizaram o estudo de 1972 estavam Aluizio Capdeville Duarte, um dos responsáveis pela revisão e complementação dos mapeamentos preliminares; e Fany Rachel Davidovich autora do estudo sobre relações das cidades na área de influência de Fortaleza. Ressalte-se que a metodologia baseou-se em Haggett e Chorley (1967); Brian Berry e W. Garrison (1968), com vistas a propor uma divisão regional par ao Brasil a partir das regiões de influência. Para maior aprofundamento acerca das divisões regionais do IBGE no século XX e os paradigmas que influenciaram a sua elaboração, vide Contel (2014). Além disso, pode-se consultar os documentos anteriormente mencionados.

desenvolvimento” ao longo de importantes vias de transporte (L. M. C. BERNARDES 1966, N. BERNARDES 1967).

Para os geógrafos que atuavam nas instituições públicas nesse período, a contribuição da Ciência Geográfica ao planejamento deveria se dar a partir de estudos que consideravam a região e as condições de regionalização, pois segundo Kayser (1966, p. 287) “[...] ela é o quadro territorial no qual se aplicam as decisões, para o qual são estudados os programas de ação”. O planejamento nos anos de 1960 e 1970 era, então, incontestado, uma vez que decisão de planejar é de acordo com Lafer (1970, p. 30),

Essencialmente uma decisão política, pois é uma tentativa de alocar explicitamente recursos e, implicitamente, valores, através do processo de planejamento e não através dos demais e tradicionais mecanismos de sistema político.

Nas décadas de 1960 e 1970 a região era considerada a principal referência para os estudos de planejamento na geografia, e Bernard Kayser (1966), Pierre George (1966) e Michel Rochefort exerceram grandes influências nas concepções a respeito do planejamento na geografia brasileira. Sob a influência desses geógrafos, Souza (1979) afirma que uma política de desenvolvimento regional deveria promover o desenvolvimento no interior de uma dada região, além do desenvolvimento para o conjunto das regiões de um país. Sendo assim, para alcançar esse objetivo teria que considerar o contexto global e as diversas situações regionais.

A influência de Rochefort na geografia brasileira pode ser notada também nos estudos sobre a rede urbana, regiões metropolitanas, planejamento e por sua atuação no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para ele, o planejamento territorial deve levar em consideração solidariedades e interesses que ultrapassam a esfera estritamente municipal. Em entrevista à Elias *et al*, Rochefort (2002 p. 5) reforça o importante papel do geógrafo no planejamento do território.

Depois de conhecer os mecanismos dessas relações entre a sociedade e o território, não consigo desligar a geografia de uma vontade de agir, de buscar compreender os descompassos na relação sociedade/território e procurar o planejamento para melhorar tais situações. E o geógrafo precisa se sentir convencido sobre o seu papel neste planejamento [*grifo nosso*].

No Rio Grande do Norte este também foi um período emblemático. De acordo com Marcos César Formiga Ramos⁷² (informação verbal), o território norte-riograndense tinha como base de sustentação as seguintes economias tradicionais: extração de sal, mineração da scheelita e cultivo de algodão arbóreo de fibra longa, este último beneficiado em São Paulo. A SUDENE surgia como uma perspectiva de desenvolvimento regional alvissareira e com a CHESF, através da expansão de energia elétrica para o estado, pensava-se que viria o incentivo para a chegada de novos equipamentos industriais.

No documento *Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste* elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN em 1959, havia a crença de que o esforço para estabelecer uma estratégia de planejamento para o Nordeste com base no desenvolvimento econômico e social, só seria factível mediante a diversificação da produção; ou seja, através da industrialização, deslocamento da fronteira agrícola e irrigação das zonas áridas, estas últimas como pré-requisito à industrialização. Não foi isso o que aconteceu, ao menos na opinião de Marcos Formiga, para quem a SUDENE não respeitava as particularidades dos estados nordestinos. No Rio Grande do Norte, o turismo, a agroindústria e a cana-de-açúcar não foram devidamente incentivados, mesmo o governo estadual considerando-os como potencialidades de investimento econômico importante.

O planejamento corporativo seletivo na década de 1960

O planejamento praticado no território brasileiro no decorrer dos anos de 1960 apoiava-se na premissa de que o desenvolvimento das regiões estaria condicionado a sua posição na hierarquia regional. Disso decorre a importância dada à utilização das teorias que se baseavam na relação centro-periferia e nas abordagens de polo de crescimento fornecidas pelos economistas franceses Perroux e Boudeville (DINIZ & CROCCO, 2006). Nesse sentido, é possível observar no Brasil uma tendência a buscar inspiração em paradigmas externos ao território nacional com vistas a formulação do planejamento das ações públicas.

As teorias formuladas por Perroux (1964) e Boudeville (1973) exerceram influência também nos estudos e proposições de políticas para o desenvolvimento

⁷² Ex-Secretário de Planejamento 1971-1975) no dia 30 de junho de 2014, até o final da década de 1960.

industrial no Nordeste. Num desses estudos Ramos (1970, p. 42), indicava “a formação de polos e complexos industriais distribuídos em função de sub-regiões”, como alternativa para a localização mais homogênea da atividade industrial, uma vez que se observava uma tendência a concentração espacial das indústrias nos municípios de Recife e Salvador.

Também não é recente a inserção da Geografia nesse processo, como bem destacou Maurício de Abreu (1994, p. 40), que atribui isso

A difusão das atividades de planejamento territorial na Europa no período do pós-guerra, e sua expansão no Brasil no final da década de 50, [as quais] constituíram-se em força centrípeta de grande intensidade, completando o processo de atração dos geógrafos para a chamada área urbano-regional.

A Geografia brasileira passou então a dar maior atenção em suas reuniões científicas à temática do Planejamento Regional, sobretudo, por que em 25 de janeiro de 1962 o governo brasileiro promulgou a Lei N. 01 criando o Ministério Extraordinário do Planejamento. A promulgação dessa Lei não passou despercebida pelos geógrafos, haja vista a realização da Reunião Anual da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, ocorrida em Penedo, no estado de Alagoas em 1962, cujo tema foi: Geografia e Planejamento Regional.

Nessa década, estavam ocorrendo frutuosos diálogos entre geografia francesa e a geografia brasileira, que culminou na realização de alguns eventos acadêmicos, dentre os quais se destaca o seminário internacional promovido pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* – C.N.R.S, *La Régionalisation de l'espace au Brésil*, realizado no *Centre de d'Etudes de Géographie Tropicale de Bordeaux* em 1968. Na ocasião, estiveram presentes Pierre Monbeig (organizador), Bernard Kayser, Pierre George, Michel Rochefort, Manuel C. de Andrade, Lysia Bernardes e Milton Santos. O evento, além de servir para divulgação das pesquisas produzidas sobre o Brasil, serviu para solidificar a relação entre a geografia francesa e a geografia brasileira tendo o objetivo de desenvolver reflexões a respeito do planejamento regional brasileiro, e exerceu significativa influência também no planejamento praticado no Rio Grande do Norte.

O Brasil do final dos anos de 1960 estava despertando a atenção dos geógrafos franceses, para os quais

O Brasil ofereceria um terreno privilegiado para o estudo dos problemas de organização do espaço: imensidão do país⁷³, diversidade das condições do meio físico, importância dos efeitos regionalizadores, da história e dos sucessivos ciclos econômicos. Além do vigor atual do desenvolvimento urbano, que coloca em questão no Brasil moderno, os traçados regionais criados para as cidades coloniais. Enfim, diversas pesquisas muito avançadas realizadas por geógrafos e instituições brasileiras ligadas ao planejamento das Regiões Programa [Tradução livre da autora]⁷⁴.

A partir desse evento acentuou-se o interesse da academia francesa, sobretudo da Geografia, em estudar o Brasil. Em consulta ao catálogo de teses disponibilizado pela *École des Hautes Études en Science Sociale* (EHESS), foi possível identificar no período de 1823 a 2012, 334 teses defendidas nas Ciências Humanas a respeito do Brasil. Todavia foi apenas em 1969 que as teses sobre o Brasil passaram a incorporar o planejamento como tema central. A primeira tese defendida na França sobre planejamento brasileiro foi: *Urbanisation et Sousdéveloppement: principes fondamentaux pour la planification d'une ville brésilienne*, L'Université Paris VIII, 1969, cujo autor é Jorge de Rezende Dantas, tendo como orientador Yves Lacoste.

No que concerne ao território norte-rio-grandense, após a criação da SUDENE o Governo do Estado do Rio Grande do Norte teve que se adequar aos propósitos da referida Superintendência, objetivando promover a modernização do território através da expansão da energia elétrica e da industrialização. Para isso foram firmadas parcerias com a CEPAL e o Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social – ILPES, para formar pessoal qualificado que deveria lidar com as ações de planejamento regional.

Desde então, o governo estadual passou a realizar estudos e diagnósticos mais aprofundados sobre o território norte-rio-grandense. Era preciso conhecer suas potencialidades e problemas de modo a promover o desenvolvimento econômico e assim sair da situação de escassez e subdesenvolvimento. Regiões Polarizadas do Rio Grande do Norte (1968) foi um desses estudos, por meio do qual se buscou identificar os centros polarizadores de segunda e terceira categorias existentes no Estado. O estudo

⁷³ A concepção de *pays* na geografia francesa pode ter vários sentidos, a saber: escala nacional, espaço político, escala local.

⁷⁴ Le Brésil offrait un terrain privilégié pour l'étude des problèmes d'organisation de l'espace: immensité du pays, diversité des conditions du milieu physique, importance des effets "régionalisateurs" de l'histoire et des cycles économiques successifs, vigueur actuelle du développement urbain remettant en question, dans le Brésil moderne, le canevas des régions créées par les villes coloniales, enfin recherches très poussées menées par les géographes et les organismes brésiliens de Planification sur les régions de programme (C.N.R.S 1968, p.8).

foi coordenado pela Assessoria de Planejamento Coordenação e Controle e o Departamento de Serviço Social do Estado, sendo desenvolvido sob a responsabilidade do economista José Arnaud Júnior e do geógrafo húngaro István Imre László Árbocz.

Nele, encontra-se referência a ideia de áreas e regiões polarizadas, onde, ambas são consideradas delimitações de porções do estado do Rio Grande do Norte. A região, com base no estudo é uma porção do território delimitada e de maior tamanho, que exerce influência sobre uma porção menor, denominada de área (ou área de influência). Com base na metodologia do geógrafo francês Michel Rochefort⁷⁵ identificou-se a existência de três regiões, as quais eram polarizadas por grandes centros urbanos: Campina Grande na Paraíba, Natal e Mossoró no Rio Grande do Norte.

A origem do conceito de regiões polarizadas deriva de François Perroux (1964, p. 164), para quem “o crescimento econômico não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento”. Inspirado nas ideias desse autor, Jacques-R Boudeville (1973, p. 14) diz que a região polarizada,

Define-se [...] como um espaço heterogêneo cujas diversas partes são complementares e mantêm entre si e, particularmente com o pólo dominante, um intercâmbio maior do que com a região vizinha. [...] A região polarizada é integrada, sem ser autarcia.

Em conformidade com a obra de Perroux (1964), o desenvolvimento da economia dos países subdesenvolvidos poderia ser mais articulada e dinâmica se observasse “[...] a criação de vários pólos de crescimento que, ligados pelas vias e meios de transporte, pouco a pouco constituem a infra-estrutura da economia de mercado”. Isso seria obtido mediante a realização de uma política que levasse a instalação de polos industriais, por meio dos quais o desenvolvimento seria propagado para as demais regiões. Segundo Perroux (1964, p. 194), o crescimento e o desenvolvimento só se

⁷⁵ A metodologia desenvolvida por Michel Rochefort foi empregada para atender a uma demanda do Centro de Estudos Econômicos e Sociais do Ministério da Construção (Governo Francês), e tinha como objetivo identificar o nível das metrópoles regionais. Segundo Rochefort (1967, p. 11), “partindo de uma lista, a propósito, muito ampla de todas as cidades que poderiam exercer, eventualmente, um papel de metrópole regional, procurou-se de início, classifica-la tendo em vista cada tipo de equipamento terciário, distinguindo-se como cidades de nível superior as que possuíam equipamentos raros, ausentes em outras. A fase seguinte de análise dedicou-se a influência exterior das várias cidades da lista prévia e chegou a uma segunda classificação. A síntese de todos esses critérios permitiu, finalmente, isolar as cidades do nível superior do arcabouço urbano francês e precisar as funções específicas deste nível”.

dariam por meio da “organização consciente do meio de propagação dos efeitos do polo de desenvolvimento”.

Santos ([1979] 2007) apresenta uma crítica as ideias de Perroux (1964) e Boudeville (1973), pois para ele, os países do subdesenvolvido apresentam especificidades, as quais se mostram como limites a aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento. De acordo com Santos ([1979] 2007, p. 171-172), o espaço geográfico do Terceiro Mundo é “organizado e reorganizado [...] em função de interesses distantes. Entretanto, ele não é afetado de maneira uniforme por essas forças de mudança” Trata-se de um “espaço multipolarizado” caracterizado por grandes desigualdades. Sua economia não é uniforme. Ele se refere a existência de dois “subsistemas” brasileiros que estão presentes nas cidades: o circuito superior e o circuito inferior da economia.

O primeiro é “resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios”. Já o circuito inferior “é composto por atividades em pequena escala e envolvendo primordialmente a população pobre, está em contraste, bem estabelecido na cidade e mantém relações privilegiadas com sua região”. O problema da teoria dos polos de crescimento, segundo Santos ([1979] 2007, p. 173) é que se “leva em conta apenas o circuito superior, por que se acredita que somente a modernização, pelo estabelecimento de indústrias de ponta, é capaz de estimular o crescimento”.

Com base no estudo Regiões Polarizadas do Rio Grande do Norte (1968), a Região de Natal era composta por cinco áreas de influência: 1) área de influência direta de Natal; 2) área de influência de João Câmara; 3) área de influência de Macau; 4) área de influência de Santa Cruz; 5) área de influência de Nova Cruz. A Região de Campina Grande por duas áreas de influência: 1) área de influência de Currais Novos; 2) área de influência de Caicó. A Região de Mossoró, por sua vez, é composta por cinco áreas de influência, quais sejam: 1) área de influência direta de Mossoró; 2) área de influência de Patu e Umarizal; 3) área de influência de Pau dos Ferros; 4) área de influência de Alexandria; 5) área de influência de Angicos (ver mapa 4 a seguir).

Mapa 4 – RIO GRANDE DO NORTE: regiões de influências (1968)

Fonte: Regiões Polarizadas do Rio Grande do Norte, 1968.

Nesse estudo foram definidos quatro distintos níveis de hierarquia regional, identificados a partir do exame das atividades industriais e urbanas e sua relação com o terciário. São eles: Natal, Mossoró (1º nível); Caicó, Currais Novos (2º nível); Nova Cruz, Santa Cruz, Açu, Pau dos Ferros, Patu (3º nível); Umarizal, Angicos, João Câmara e Alexandria (4º nível). É interessante perceber que naquele período a cidade de Macau, já se apresentava como uma importante região produtora de sal em território potiguar, mas não foi inserida em nenhuma dessas classificações, uma vez que segundo

consta no texto ora apreciado, não se enquadrava na tipologia estabelecida para o estudo.

Estudos dessa natureza serviram de embasamento para produzir no território norte-rio-grandense aquilo que Santos ([1994] 2009, p.135) denominou de uma “seletividade planejada”, uma vez que nas cidades polo de cada região identificadas deveriam concentrar os principais investimentos e serviços. Esperava-se, com isso, que os benefícios se estendessem para as cidades vizinhas, o que necessariamente não ocorreu. Ao contrário, as cidades polos consolidaram-se como os principais centros regionais (serviço, economia, administração).

O planejamento corporativo seletivo na década de 1970

Nos anos de 1970 os estudos e teorias produzidos pela academia francesa continuaram se difundindo no Brasil. Esses estudos influenciaram também alguns geógrafos nordestinos, a exemplo de Mário Lacerda de Melo (1963, p. 332), para quem as políticas de ação atinentes ao Nordeste deveriam ser cuidadosamente estudadas pela Geografia, “dado o senso de síntese e de inter-relacionista que lhe são peculiares [...] e dado também o caráter dinâmico dos fenômenos que compõe os complexos geográficos regionais”. Some-se ainda, Manuel Correia de Andrade (1970, 1971), que ao aproximar-se da política francesa de “*aménagement du territoire*”⁷⁶ contribuiu para sua divulgação no Brasil na tentativa de aplicá-la juntamente com a teoria dos polos de desenvolvimento no Nordeste brasileiro.

Conforme Bomfim (2007, p. 104), a relevância da articulação entre a Geografia e o *aménagement du territoire* tiveram para a Geografia brasileira nos anos de 1970.

A geografia do *aménagement du territoire* não apenas participou do planejamento do Brasil nos planos militares, como seu próprio escopo era o de reivindicar, no que se refere à presença do Estado nas políticas públicas, um envolvimento da geografia, mesmo como ciência auxiliar.

⁷⁶ Essa política é desenvolvida na França ao final da Primeira Guerra Mundial (1939-45) num esforço de reconstrução do país. Segundo Andrade (1971 p. 34) “O ‘*aménagement du territoire*’ é aquele tipo de estudo, aquela disciplina que é utilizada na formulação do diagnóstico de um país, para estabelecer as diferenças existentes entre o desenvolvimento das diversas áreas, pesquisar as causas da diferença e desse desenvolvimento e procurar indicar aos administradores e programadores os caminhos que devem ser seguidos para fazer com que as regiões mais atrasadas alcancem os níveis de desenvolvimento das regiões mais adiantadas; é, assim, uma arma extraordinária da planificação regional e da prospectiva”.

O modelo da política “*d’aménagement du territoire*” inspirou grandemente os geógrafos que na década de 1960 e 1970 atuaram junto ao Governo Brasileiro na formulação de políticas públicas⁷⁷, tendo marcado a formação de geógrafos como Maria Adélia A. de Souza, a qual aplicou metodologias referente a regionalização na I Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, que consta no II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado pelo Governo do General Ernesto Geisel.

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano foi elaborada por Francisconi e Souza, e publicada em 1976. O texto teve como ponto de partida a reflexão acerca do conhecimento produzido sobre a problemática urbana brasileira com vistas a definir não apenas uma política, mas uma estratégia nacional de desenvolvimento urbano. Segundo Francisconi e Souza (1976, p. 7), era necessário a realização no território nacional a realização de um planejamento estrutural e o entendimento de que,

Uma política de desenvolvimento urbano deve compatibilizar os aspectos físicos, econômicos, políticos e sociais do desenvolvimento urbano, não só através de uma abordagem meramente setorial (de transporte, de habitação, etc.), mas integrando-os de forma a responder às exigências e aos objetivos definidos pela política global de desenvolvimento.

Sendo assim, Francisconi e Souza (1976) foram pioneiros na discussão sobre a importância de se definir uma Política de Organização Territorial, conforme pode ser apreciado no capítulo 1 da I PNDU. Todavia, a ideia de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial vem sendo apresentada pelo Governo Federal, como uma novidade pós-constituição de 1988.

Outros geógrafos também se destacaram nesse período, a exemplo de Lysia Bernardes, Nilo Bernardes, Pedro Geiger que tiveram uma atuação importante no IBGE. Para os geógrafos desse período o planejamento regional e urbano consistia numa possibilidade de intervenção por parte da geografia brasileira nos rumos do desenvolvimento nacional. Segundo Francisconi e Souza (1976, p. 104),

O planejamento regional, por outro lado, oferece a ocasião de se mobilizar os recursos humanos de uma área, a fim de favorecer o programa econômico e social no nível local, respeitando os objetivos

⁷⁷ Destacam-se Maria Adélia A. de Souza, Manoel C. de Andrade, Lysia Bernardes, Nilo Bernardes e Maria Lacerda de Melo, sob a liderança de Michel Rochefort.

do desenvolvimento nacional. Desta forma, a região se configura como uma peça essencial do processo de desenvolvimento, pois ela se constitui em nível de coordenação e decisão.

É preciso esclarecer que o exercício do planejamento não é atributo exclusivo do geógrafo, tanto é assim que os estudos sobre o planejamento e sua prática tem sido objeto de atenção de diversos estudiosos como economistas, arquitetos e urbanistas.

Apropriado pelos economistas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, o planejamento consistia, de acordo com Mindlin Lafer (1970 p. 17), “em assegurar o equilíbrio entre os níveis de produção e a demanda de bens, dada a oferta de fatores de produção de forma a atingir certos objetivos básicos”. Por meio da adoção dessa perspectiva, desenvolveu-se o planejamento norte-rio-grandense, onde através de uma política de incentivos fiscais, criou-se o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial – PROADI em 1984⁷⁸. Havia, por conseguinte, uma priorização dos investimentos econômicos em detrimento do social.

Enquanto a geografia brasileira, sob a influência dos geógrafos franceses, lidava com o planejamento com base na ideia de rede, hierarquia urbana e regionalização, os arquitetos e urbanistas, a exemplo de Birkholz (1967) e Ronca (1975), viam no planejamento físico ou territorial seu campo de atuação. De acordo com Ronca (1975 p. 2-3),

O Planejamento Físico ou Territorial pode ser entendido como o processo pelo qual obras materiais, que devem ser construídas num território, são ordenadas e previstas, em função de um planejamento econômico e social, sempre dentro de uma visão global e integrada.

Para os arquitetos e urbanistas dessa época, o planejamento territorial dizia respeito à formulação de planos de infraestrutura básica para modernizar o território nacional, tendo como objetivo o desenvolvimento da economia e da sociedade. Tratava-se, então, de um território físico, palco das ações.

⁷⁸ O PROADI é um programa de incentivo econômico às indústrias, concedido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte com financiamento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços). Na grande Natal, os descontos podem chegar até 60%; nos demais municípios do Estado até 75% do ICMS devido. Após realizar algumas alterações no Programa, o Governo do Estado criou a Lei nº 7.075/97 para regulamentar o Programa (RAPOSO, 1998).

Ao analisar os planos que respaldam a prática do planejamento no Rio Grande do Norte nos anos 1960 e 1970, é notória a influência de profissionais de origem francesa, dentre os quais se destacam: Henri Méot, Jean Paul Barriou. Marcos Formiga⁷⁹ (informação verbal) lembra que Jean-Paul Barriou era um consultor da CEPAL e passava grande parte do seu tempo percorrendo os municípios norte-rio-grandenses, com vistas a obter um conhecimento mais detalhado do território, e estava em constante diálogo com o Governo do Estado durante os anos de 1970.

Sabe-se que o governo brasileiro dos anos de 1970, marcado pelo autoritarismo militar, tinha no conhecimento e controle do território sua estratégia de ação. Sendo assim, as viagens dos técnicos, porta-vozes da CEPAL e do governo brasileiro, não ocultaria outros interesses para além de uma simples visita técnica?

Até os anos de 1970 a CEPAL, o ILPES e a SUDENE tiveram grande relevância na formação de técnicos para atuar nas instituições de planejamento no Rio Grande do Norte, tendo com isso influenciado Geraldo Melo, que foi Secretário Executivo da CED no período de 1961 a 1966, e tornou-se Governador do Estado (1987-1991); bem como Marcos César Formiga, ex-secretário de planejamento do governo de José Cortez Pereira (1971-1975) e depois foi Prefeito de Natal (1983-1986).

Henri Méot, também foi consultor da CEPAL e atuou na elaboração do Diagnóstico Estrutural do Rio Grande do Norte (1974), tendo ainda se sobressaído na formação de técnicos para atuar no planejamento regional. Como resultado, o diagnóstico realizado por Méot propôs a divisão do Rio Grande do Norte em 8 zonas homogêneas continentais (litoral oriental, Mossoroense, Alto do Apodi, Agreste, Caicó, Currais Novos, Litoral Norte e Serras Centrais) e 3 zonas homogêneas marítimas (plataforma continental, talude continental, abissal desconhecida).

Essas 8 zonas homogêneas continentais, permanecem como sendo a base para a regionalização das ações do planejamento atual, seja para as ações de médio prazo como o PPA (ver mapa 5 a seguir) ou de longo prazo, a exemplo dos Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável.

⁷⁹ Entrevista concedida no dia 30 de junho de 2014.

Mapa 5 – RIO GRANDE DO NORTE: Regiões do PPA

Fonte: PPA, 2008-2011.

Foi apenas no início dos anos de 1970, segundo Marcos Formiga (informação verbal), que os militares passaram a exigir dos Estados o adequado planejamento de suas ações. O então Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Veloso formou um colegiado integrado pelos secretários estaduais de planejamento, dentre os quais estava Marcos Formiga, com vistas a criar um Sistema Nacional de Planejamento.

Ao mesmo tempo, investiu-se na formação de técnicos para colocar em prática uma racionalidade desenvolvimentista no Brasil. Conforme Rezende (2009, p. 6), “a criação do Sistema Federal de Planejamento em 1972 (Decreto 71.353) dá um caráter formal a um processo de planejamento que alcança todas as suas fases”. Por meio desse Sistema foi possível não apenas modernizar os instrumentos de administração e ação pública, mas coordenar e acompanhar a execução de planos e programas, conferindo maior controle das práticas políticas estaduais e municipais. Em 1972 também foi criada a Secretaria de Assistência a Estados e Municípios – SAREM, a quem competia a articulação entre Estados e Municípios num esforço de criação e fortalecimento do Planejamento nacional (REZENDE, 2006).

Ratifica-se, portanto, no território potiguar um processo de racionalização territorial ao mesmo tempo em que se instituía a burocratização da ação política. Estudada amplamente por Max Weber, a burocracia configura um dos tipos de dominação por ele descrito, qual seja: dominação legal. Conforme Saint-Pierre (2004), ela é o meio mais racional de exercício do poder, sustentado pelo saber profissional especializado. Ela também pressupõe uma solidariedade entre ciência e ação com vistas a vislumbrar estimativas, ou seja, por em prática o exercício da prospecção. Ao que tudo parece indicar os militares conheciam bem a importância do significado da burocracia para exercer não apenas o controle das instituições públicas, mas o controle do cotidiano do povo brasileiro. Neste sentido, a formação de quadros técnicos para lidar com o planejamento foi muito valorizada, haja vista que para Weber (1999, p. 225),

Toda burocracia procura aumentar mais ainda esta superioridade do profissional instruído, ao guardar segredo sobre seus conhecimentos e intenções. [...] A burocracia oculta, na medida do possível, o seu saber e o seu fazer da crítica.

Ressalte-se que a preocupação com a formação de conhecimento técnico para atuar nos quadros do governo, não se deu apenas nos anos de 1970. O documento Ação dos Órgãos Governamentais e das Entidades Particulares que se Voltam para o Nordeste (1959), já constatava que a escassez de pessoal qualificado, a pressão político-eleitoral e partidária influenciam nas decisões político-administrativas; e que apenas através da participação da população poderia de fato encontrar soluções para os problemas da Região Nordeste.

Além do conhecimento técnico especializado e acrítico, o regime militar, que no entendimento desta tese, muito se aproxima dos princípios da dominação legal, baseada na burocracia weberiana, cuidou de dotar o território brasileiro de bases técnicas para facilitar a sua ação racional. De acordo com Weber (1999, p. 211), “o grau de desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte constitui, para a possibilidade de uma administração burocrática, uma condição de importância decisiva, ainda que não seja a única”. Desta feita, o Governo Federal, Estadual e Municipal passou a promover, cada vez mais, grandes obras de engenharia (infraestrutura) com a finalidade de se fazer presente, por meio da criação de próteses territoriais, que poderia personificar a sua ação política. Some-se ainda, a possibilidade de atrair investimentos de grandes

empresas (nacionais e estrangeiras), as quais demandavam das infraestruturas de comunicação e transporte.

Ainda nos anos de 1970 o território norte-rio-grandense passou a receber novos investimentos e incentivos por parte do governo federal e estadual, a exemplo da política de construção de açudes e barragens, que através do DNOCS deu continuidade a um velho anseio político e social do período republicano. Em se tratando do governo estadual, tem-se a instituição de uma política de incentivo à indústria e ao comércio mediante a criação do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Nesse contexto, no ano de 1973, ao mesmo tempo em foi criada a Lei n. 5.917 de 10 de setembro, a qual instituiu o Plano Nacional de Viação, o território potiguar passou a contar com 8 rodovias federais: BR-101, BR-104, BR-110, BR-226, BR-304, BR-405, BR-406 e BR-427. Esse conjunto de rodovias ajudou a integrar ainda mais os municípios norte-rio-grandenses, além disso, juntamente com a construção do Porto-Ilha, situado no município de Areia Branca e do terminal salineiro (TERMISA), a atividade salineira passou a contar com uma infraestrutura importante para o seu fortalecimento (SOUZA, 1999; TINOCO, 2005).

A capital do estado, Natal, em 1974 também teve elaborado o seu Plano Rodoviário Municipal, seguindo as diretrizes do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens. A modernização territorial em curso aliada aos atrativos e belezas naturais, convergiu para o impulso da atividade turística no estado, que para seu suporte contou com a criação da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo através da Lei Complementar n. 10 de 30 de março de 1975 (SOUZA, 1999; TINOCO, 2005). E no final dessa década ocorreu também a realização de projetos industriais para Natal, Mossoró e Parnamirim, as três cidades mais importantes do Estado do Rio Grande do Norte, onde a realização de próteses territoriais, objetos técnicos e ações se tornaram mais densos.

Foi assim que nos anos de 1970 ocorreu a emergência de um novo meio geográfico, seletivamente modernizado, que Milton Santos denominou de meio técnico-científico-informacional, no qual ciência e informação estão cada vez mais a serviço do capital (SANTOS, 2009). Atualmente, esse novo meio geográfico continua se expandindo, graças à contínua necessidade de renovação da base material do território.

A terceira parte desta tese, cujo título é “Planejamento e Desigualdades Territoriais” ajudará a compreender mais claramente o planejamento praticado no Rio Grande do Norte, por meio dos novos rumos de sua condução. Ela também auxiliará na

compreensão de que como ao se apropriar do discurso formulado pelos grandes organismos internacionais, o Estado vem utilizando o conceito de sustentabilidade nos seus planos para justificar sua atuação. Essas ações ainda são fortemente pautadas no desenvolvimento econômico, embora ao menos no texto, remeta-se a preocupações concernentes ao meio ambiente e as desigualdades regionais.

**TERCEIRA PARTE: PLANEJAMENTO E DESIGUALDADES
TERRITORIAIS**

Tudo o que somos positivamente o somos graças a alguma limitação. [...] O que nos falta e nos oprime é o que nos constitui e nos sustém (José Ortega y Gasset).

Capítulo 6 – Tecnoesfera e psicoesfera do planejamento corporativo seletivo do Rio Grande do Norte

Como observado no capítulo anterior foi por meio da construção e expansão da infraestrutura de transporte, comunicação e energia, proporcionada pela ação planejada que se viabilizou o discurso e a prática da modernização territorial pelos governos militares, a qual conforme demonstra o documento da SUDENE “Uma Política Espacial para o Desenvolvimento do Nordeste” (1988), teve sérias consequências para a sociedade brasileira.

Tudo indica que é, sobretudo, o estilo, a forma como tem se dado a modernização, a industrialização e a urbanização, associado às transformações decorrentes do modo de penetração do capitalismo no campo, que vêm gerando a marginalidade, o subemprego e a pobreza nas áreas urbanas (SUDENE 1983 p. 85).

No final da década de 1980 o planejamento praticado no estado do Rio Grande do Norte passou por um processo de ressignificação para adequar-se aos novos contextos mundiais, que sob a égide das grandes instituições, governos e sociedades capitalistas, colocavam em questionamento o planejamento centralizador.

O planejamento passou então, a ser criticado por vários estudiosos, com destaque para Costa (1977), Cohn (1978) e Oliveira (1981), que fizeram críticas a respeito da prática do planejamento brasileiro e especificamente da ação da SUDENE nos Estados nordestinos. Segundo Oliveira (1981 p. 29-30), “o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo [...] de uma integração nacional”. Nessa mesma linha de raciocínio crítico Rochefort (1998) considera que o planejamento dos territórios em sua concepção foi exercido a favor dos interesses do capitalismo e estará sempre a serviço do neoliberalismo. Já Furtado (1989, 2000, 2002) defendia que eram as grandes empresas e não apenas o Estado, que deveriam ser o alvo de críticas mais severas, tendo em vista que a sua atuação sobrepunha-se aos interesses nacionais.

O sentido dado ao planejamento durante os governos autoritários acabava por despertar nos intelectuais dos anos de 1980 uma recusa a seus pressupostos. Pode-se refletir junto a Piquet & Ribeiro (2013, p. 145), que existia também um movimento impulsionador que intencionalmente estimulava a descrença no planejamento.

Enquanto na década de 1970, intelectuais de esquerda viam o planejamento como sinônimo de intervenção estatal a serviço dos interesses do capital, nos anos 1980, a rejeição ao planejamento advém dos setores de orientação liberal e se dá por outros motivos: o planejamento estaria servindo mal a esses interesses, uma vez que o Estado deveria apoiar, de forma mais direta possível, a acumulação de capital, eliminando normas, reduzindo exigências legais, oferecendo incentivos fiscais, garantindo segurança aos investimentos e aumentando a fluidez do território.

Como destacou Santos ([1979] 2007), o planejamento brasileiro e, por conseguinte, o norte-rio-grandense, seguiu o direcionamento de paradigmas externos que em nada se assemelhavam a realidade do território nacional. Suas críticas estavam direcionadas, sobretudo à maneira como o planejamento foi sendo concebido e aplicado, mediante a influência determinante de agentes hegemônicos, em detrimento dos interesses da Nação.

A intervenção desses agentes ajudou a criar uma psicoesfera de modernização e desenvolvimento econômico, que se apoiando numa tecnoesfera institucional, aprimorou o planejamento praticado em terras potiguaras, o qual assume as seguintes: 1) privilegia os interesses das oligarquias e das empresas, em detrimento dos interesses da população; 2) utiliza financiamentos e parcerias internacionais no Rio Grande do Norte, bem como do governo central, para promover e expandir o processo de modernização do seu território. Dos agentes financiadores internacionais têm-se: Banco Mundial, através do Banco Internacional para a Reconstrução do Desenvolvimento – BIRD; JICA; e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; 3) apropria-se de modelos externos ao território nacional e regional para formulação de suas políticas; 4) pouco estímulo à formação e atualização do seu quadro técnico; 5) busca inspiração nos paradigmas e pressupostos do planejamento estratégico, cuja influência é a administração de negócios.

Neste capítulo será demonstrado como está organizado planejamento corporativo seletivo norte-rio-grandense considerando o seu suporte normativo, técnico, material e político. A partir da descrição dos instrumentos utilizados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que visa garantir o planejamento e a gestão do território. Objetiva-se, portanto, demonstrar a utilização de um de seus instrumentos de ação, o Planejamento Plurianual – PPA. Foram analisados três (3) PPAs: 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015. A análise considerou a sua sintonia com os PPAs formulados pelo Governo Federal e demais documentos que orientam o planejamento na esfera

nacional e estadual, bem como nos princípios da participação sociedade civil na tomada de decisões e da racionalidade empresarial, incorporada pelo planejamento estratégico. A base para essas análises está naquilo que Milton Santos denominou em sua obra de tecnosfera e psicoesfera, cujas definições foram apresentadas na introdução desta tese.

Reflexões acerca do planejamento no Brasil pós Constituição de 1988

O Brasil da década de 1980 foi marcado por uma forte crise econômica e inflação elevada. Nesse contexto, o planejamento em longo prazo foi relegado a segundo plano e as ações emergenciais, de curto e médio prazo passaram a ser mais valorizadas. Com a democratização do país o planejamento sofreu algumas modificações. De acordo com Diniz & Crocco (2006, p. 14), pode-se destacar as seguintes modificações:

A incorporação de aspectos institucionais (formais e informais, tais como conhecimento, rotinas, capital social e cultura, entre outros) no entendimento da dinâmica regional e a valorização da capacitação local para combate as desigualdades regionais. Politicamente, a grande alteração é a ênfase na competitividade, mensurada na inserção internacional, como elemento central do desenvolvimento.

Uma das principais mudanças na condução do planejamento se deu por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, onde se instituiu o Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento de médio prazo. O PPA passou a ser formulado de maneira integrada com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA), articulando instrumentos de curto e médio prazo, submetidos à apreciação do poder legislativo.

A partir da década de 1990 começou-se a considerar o território como unidade de planejamento, tomando como referência os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Governo FHC), o Programa Brasil em Ação (Governo FHC), a Política Nacional de Ordenamento do Território (Governo Lula), Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Governo Lula) e mais recentemente o Programa de Aceleração ao Crescimento (Governo Lula / Governo Dilma).

Atualmente muito se tem falado sobre planejamento e parece haver um consenso de que se trata de algo importante. No sentido vulgar da palavra, fala-se sobre a relevância de planejar bem o orçamento familiar, as férias, as aulas que serão

ministradas durante o semestre. Na esfera Política, o planejamento do território brasileiro retornou ao âmago das discussões sobre o futuro da sociedade brasileira e do desenvolvimento econômico.

De acordo com a Constituição de 1988 estão definidas as competências dos entes federados quanto ao que a Carta Magna denomina de ordenamento do território no Título III – Da organização do Estado, capítulos de I ao IV. De acordo com o Artigo 21 inciso IX, por exemplo, “compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”. Em se tratando dos Estados Federados, segundo o terceiro parágrafo do Artigo 25,

Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Já no que se refere aos municípios, o inciso VIII do Artigo 29-A diz que “compete aos municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”. Diante do exposto fica evidente o papel central da União, no que tange ao direcionamento geral das políticas para os Estados Federados e Municípios, referente à elaboração de planos de ordenação territorial com vistas ao desenvolvimento econômico e social, desde que obedecidos os seus limites de atuação territorial.

De acordo com Diniz & Crocco (2006, p. 16),

Depois dos anos de 1980, com enfraquecimento ou fechamento da maioria das instituições e das políticas regionais, assistimos a uma profunda retomada das políticas regionais como instrumentos de promoção do desenvolvimento e da redução das desigualdades de renda e do desemprego.

Na busca por mais eficiência na administração pública, a partir dos anos de 1990, o Estado brasileiro buscou inspiração no paradigma da administração empresarial, baseado em princípios de competitividade e eficácia nos resultados. O planejamento estratégico tem a sua origem associada aos militares e posterior utilização pelas empresas, que nos anos de 1960 o reconheceram como importante instrumento para a sua inserção em novos mercados. Ao longo dos anos esse planejamento vem sendo aperfeiçoado, mas sempre guardando a referência da *Havard Business*. Nos anos de

1920, essa instituição estadunidense criou um modelo, que segundo Lopes (1998, p. 80) “incluía ações estratégicas no seu curso de política de negócios”. Esse modelo de planejamento já vinha sendo aplicado desde os anos de 1980 nos Estados Unidos da América e na Catalunha. No Brasil, ele ganhou força nas ações do Governo Federal, sobretudo nos anos 2000 (GONÇALVES; PAIVA; BARBOSA, 2009).

A utilização do PPA pelo Governo brasileiro tem ajudado a cumprir o preceito constitucional da descentralização administrativa e orçamentária desde 1991. A elaboração do primeiro documento (1991-1995) teve por base a Lei n. 8.173 de 30 de janeiro de 1991, durante o Governo do então Presidente Fernando Collor de Mello. De acordo com a referida Lei, ele deveria conter diretrizes, objetivos, metas e despesas com vistas a garantir a realização dos projetos prioritários do Governo.

No primeiro PPA (1991-1995) do governo federal já se observa uma aproximação com os princípios do planejamento e gestão empresarial, conforme se observa no Artigo 5 da Lei n. 8.173 de 30 de janeiro de 1991. Nela, determina-se um aumento do investimento público na infraestrutura social e econômica, bem como na realização de políticas públicas que viessem a privilegiar mais as iniciativas e capacidade gerencial do setor privado e do público, consolidando uma economia de mercado mais competitiva e moderna. O Estado brasileiro iniciava, a partir de então um conjunto de medidas estreitamente ligadas aos preceitos da *business administration* que passou a adotar com mais veemência nos anos 2000. Para Bernardes & Mazoni Neto (2008, p. 70), “tende-se a adotar, hoje, para o planejamento das cidades e regiões, as bases teóricas da *Business Administration*, aplicando ao planejamento do território tudo aquilo que é aplicado ao planejamento de uma empresa”.

O planejamento praticado no Brasil no período pós Constituição de 1988 é permeado por dois subperíodos onde sua prática mostra-se distinta: o primeiro refere-se ao governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2003). O segundo, ao governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva que vai de 2003 e se estendem aos dias atuais, gestão da Presidente Dilma Rousseff.

No que concerne a elaboração do segundo PPA, correspondente ao período de 1996-1999, gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) houve algumas mudanças se comparado ao anterior. Como se observa na sua Lei de criação n. 9.276 de 9 de maio de 1996, permaneceu a necessidade de se definir objetivos, estratégias, metas e alocação de recursos. Todavia, os projetos passaram a respeitar a seguinte tipologia: 1) infraestrutura econômica (transporte, energia e comunicação), 2) recursos hídricos, 3)

agricultura, 4) indústria e comércio exterior, 5) turismo, 6) ciência e tecnologia, 7) meio ambiente, 8) desenvolvimento social (previdência social, assistência social, saúde, educação, habitação, desenvolvimento urbano, trabalho), 9) cultura, justiça segurança e cidadania, 10) Estado e administração pública, 11) defesa nacional. Ou seja, uma lógica setorial de organização das ações, sustentadas numa descentralização das políticas públicas para Estados e municípios, setor privado e organizações não-governamentais. Some-se ainda, o aprofundamento do programa de desestatização iniciado com o ex-presidente Fernando Collor de Mello. Com isso em vários estados do território brasileiro empresas estatais foram privatizadas, a exemplo da Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Norte, em 1997.

Foi no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso que ocorreu a desativação da SUDENE⁸⁰ (2001). Seu ressurgimento se deu apenas em 2007, denotando a relevância da retomada do planejamento regional pelo Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

De acordo com informações obtidas no sítio da SUDENE, no período de 2009 a 2013, o estado do Rio Grande do Norte contou com 29 projetos financiados por esta instituição. Em sua maioria, os projetos financiados eram voltados para a drenagem e pavimentação de ruas, e um deles para a capacitação de agentes públicos municipal, tendo como conveniente o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Em seguida vem Pernambuco com 10 projetos direcionados à capacitação de gestores públicos municipais e produtores, além do financiamento de planos de desenvolvimento sustentável para alguns municípios do estado. A Paraíba foi contemplada com 6 projetos, no mesmo período, com vistas a financiar a elaboração de planos municipais e capacitação de recursos humanos. O Ceará obteve o financiamento

⁸⁰ Em 2001 através da Medida Provisória n. 2.146-1, ocorreu a extinção da SUDENE e a criação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. De acordo com informações obtidas no sítio da referida superintendência, esse fato se deu em virtude da recessão que afetou o país a partir da década de 1980, havendo, portanto, a necessidade de enxugar a máquina pública para diminuir seus gastos. Some-se ainda a adoção de um novo direcionamento da política do Estado, o qual começava a se aproximar das concepções neoliberais e afastar-se da lógica desenvolvimentista, que deu origem a SUDENE. Ela só voltou as suas atividades em 2007, por meio da Lei Complementar n. 125/2007. Para isto o Governo Federal constituiu um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, presidido e tecnicamente coordenado pelo Ministério da Integração Nacional – MI, que elaborou o Projeto de Lei para criação da nova autarquia. Sua Missão Institucional passou a ser: “articular e fomentar a cooperação das forças sociais representativas para promover o desenvolvimento incluyente e sustentável do Nordeste, a preservação cultural e a integração competitiva da base econômica da Região nos mercados nacional e internacional”.

de 2 projetos para a realização de pequenas reformas nos espaços públicos dos seus municípios, bem como para a capacitações de recursos humanos.

Apesar do aumento significativo no número de projetos financiados pela SUDENE no território norte-rio-grandense, se comparado aos anos de 1960, a relação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte para com a Superintendência, ainda não é sólida. Na verdade nunca foi, segundo o Senhor Américo Maia⁸¹ (informação verbal), o governo do Rio Grande do Norte espera da SUDENE uma parceria direcionada à formação de técnicos para atuar no planejamento das ações públicas locais, e também investimentos em projetos de infraestrutura. Cabe questionar o porquê dessa parceria ainda não ter sido firmada. Seria desinteresse da Superintendência ou um descaso do governo estadual norte-rio-grandense quanto à submissão de seus projetos?

De modo breve pode-se chamar atenção para algumas características que marcaram o governo FHC. Destacam-se à abertura para recepção de investimentos externos através dos portfólios por meio da compra de títulos de empresas do governo e ampliação do programa de privatização das empresas públicas iniciado durante o governo do presidente Fernando Collor em 1991. De acordo com Costa & Lamarca (2013, p. 1603),

A composição total do programa por setores mostra que a privatização do setor elétrico foi responsável por 31% do valor total dos leilões, telecomunicações, 31%; aço 8%; mineração 8%; óleo e gás 7%; petroquímica 7%; financeiro 6% e outros, 2%. A privatização atingiu seu pico em 1997-98, período responsável por 69% do valor total da receita e transferência de dívida do setor público.

Aplicado ao planejamento, o portfólio diz respeito a um conjunto de projetos ou programas organizados para facilitar a realização das ações do poder público, bem como o seu gerenciamento. Ele foi utilizado durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso com vistas a definir, através dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento, investimentos para um horizonte de oito anos (GARCES & SILVEIRA, 2002). Por meio do Estudo Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (2000-2007) foram identificados nove eixos, que se tornaram referência para os investimentos públicos e privados.

No tocante às ações de planejamento exercidas durante esse governo tem-se o

⁸¹ Coordenador de Planejamento, Acompanhamento e Controle da Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN. Entrevista realizada no dia 13 de setembro de 2013.

programa Avança Brasil, que para a sua execução foi utilizado um estudo produzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Ministério do Planejamento, onde se dividiu o território brasileiro em nove Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento⁸². O critério utilizado para definição dos eixos e sua área de influência foi a infraestrutura econômica, que compreende transporte, energia e telecomunicações (ABLAS, 2003). O Rio Grande do Norte, juntamente com Ceará, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e parte do Piauí integram o Eixo Transnordestino.

Segundo Galvão & Brandão (2003, p. 187), os eixos nacionais de integração e desenvolvimento surgem como “uma novidade do planejamento governamental na década de 1990”, pois desde a sua inserção mais embrionária no PPA 1996-1999 já apresentava “o mérito de recolocar o debate sobre a espacialidade do desenvolvimento brasileiro”. Todavia, a proposta contida no estudo ao mesmo tempo que auxiliaria no acesso a determinados “bolsões de riqueza” do território nacional, poderia ser um fator de acirramento as desigualdades regionais. Assim, de acordo com Galvão & Brandão (2003, p. 200),

A concepção maior que está subjacente na proposta é a de propor formas mais eficientes – em termos de logística e de ‘corredores de exportação’ – para se acessar os ‘bolsões de riqueza’ do território nacional, conectando pontos dinâmicos (asseverando que ‘o espaço assume aqui um papel essencial como elemento catalisador da integração dos investimentos’), o que poderia, do nosso ponto de vista, potencializar as heterogeneidades estruturais entre e dentro das regiões brasileiras.

No governo Lula o debate sobre o planejamento do território tornou-se cada vez mais frequente nas mesas de discussão do Estado, das grandes empresas e também da academia. A relevância que essas discussões continuam tendo para o Estado e para as empresas instaladas no território nacional, é visível na elaboração dos últimos PPAs.

No texto do PPA 2000-2003 e da Lei n. 9.989 de 21 de julho de 2000, vê-se a inserção de novos componentes na sua estrutura, a exemplo da obrigatoriedade do diagnóstico e avaliação do plano. Segundo Oliveira (2013, p. 28), esse PPA marca o

⁸² O Estudo dos Eixos tem como base a retomada do crescimento econômico de forma sustentada. Suas diretrizes principais para reduzir as desigualdades regionais são: 1) recuperação e expansão dos serviços de infraestrutura econômica - transportes, energia e telecomunicações - como alavancar as sinergias entre esses serviços; 2) acelerar o processo de interiorização da economia. Somam-se à preocupação com a infraestrutura econômica os aspectos sociais, ambientais; 3) informação e conhecimento. Estas diretrizes conjugadas aos aspectos da infraestrutura econômica são estes os fatores que, minimamente endereçados, dão 4) sustentabilidade a um processo de desenvolvimento.

início de um novo modelo de plano, o qual estaria “lastreado no planejamento estratégico e baseado na ideia de organizar a atuação do governo a partir da identificação dos principais problemas a serem enfrentados, assim como das oportunidades que deveriam ser aproveitadas”.

Ressalte-se que os PPAs seguintes (2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015), correspondentes ao segundo mandato do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva, e dos dois mandatos da Presidente Dilma Rousseff, tornaram-se mais detalhados e as ações apresentadas com mais clareza, embora o modelo do plano ainda guardasse semelhanças ao PPA 2000-2003.

Uma novidade importante nos últimos documentos formulados foi a atenção dada a participação da sociedade civil, que teve início no PPA 2004-2007, como pode ser visto no Capítulo VII da Lei n. 10.933 de 11 de agosto de 2004. Não se pode descartar, no entanto, o Estatuto da Cidade, onde a participação da sociedade civil na política urbana já era estimulada. Desde então, a participação da sociedade civil passou a ser destacada na formulação dos planos e definição das políticas públicas mediante a realização de audiências públicas e ampliação ao acesso de informações mediante o uso da internet. A respeito da democratização do planejamento, Galvão & Brandão (2003, p. 193) apresentam uma reflexão interessante e atual.

O fundamental e pouco percebido, porém, é que o planejamento, a nosso juízo, não foi democratizado. A forma difusa deliberada com que aparece no texto constitucional determinou sua natureza como tarefa burocrática ligada aos quadros do governo e tendente a ficar restrita apenas aos contumazes interessados diretos. Resguardou-se seu espaço mais técnico e pouco afeito ao debate público. Em contrapartida, evitou-se constituir uma sistemática que propiciasse a discussão aberta de seus pontos fundamentais e possibilitasse o engajamento adequado das várias forças sociais na discussão dos rumos e caminhos principais da sociedade brasileira. Dessa forma, o planejamento assumiu na sociedade que se democratiza, traços que apresentava no seu momento de maior visibilidade na ditadura. Faltaram participar do processo de sua concepção e acompanhar sua implementação, para além do papel já atribuído ao Legislativo enquanto seu representante nessa arena. Os “eixos” são uma expressão dessas características.

Também no documento do Ministério da Integração Nacional denominado “Subsídios para a Definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT” (2006) é possível notar um esforço do governo federal para retomar o planejamento em longo prazo. A produção desse documento é fruto de um estudo realizado com o apoio

das seguintes instituições: Universidade de Brasília – UNB; Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA; e Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica – ABIPTI.

A existência desse texto não significa que haja uma Política sólida de planejamento territorial e nem mesmo de ordenamento territorial para o Estado brasileiro. Evidentemente as concepções e orientações do Governo Federal a respeito do que se pretende para o futuro do Brasil são incorporadas. Todavia, as proposições contidas no documento jamais foram transformadas em lei, tornando possível sua implementação no território nacional.

A elaboração da PNOT contém reflexões e proposições de geógrafos conhecidos nacionalmente que respaldaram as estratégias de ações contidas nesse documento e ratifica que a participação dos geógrafos ainda tem relevância na elaboração das políticas públicas definidas pelo governo federal. Na equipe de coordenação dos temas atuaram como consultores: Hervé Théry, Bertha K. Becker e Neli Aparecida de Melo. A equipe técnica por sua vez foi formada por Antônio Carlos Robert de Moraes, Eustógio Dantas e Wanderley Messias da Costa. Destaque-se que a equipe de elaboração do documento não se restringe a esses profissionais, todavia, são professores de grande representatividade da Geografia brasileira na equipe de trabalho, onde situa-se o campo disciplinar desta tese.

Qual o sentido das proposições apresentadas no texto da PNOT para o futuro do território nacional? E quais os contextos que permearam a sua elaboração?

A PNOT responde a uma demanda do Governo brasileiro posta nos anos de 1980 quando através do Programa Nossa Natureza, vinculado à Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, que por sua vez estava subordinada ao Gabinete Militar da Presidência da República, passou-se a apontar a necessidade de criação de um ordenamento territorial. O Programa Nossa Natureza foi criado pelo Decreto n. 96.944 de 12 de outubro de 1988, num contexto de enfrentamento das críticas internacionais acerca da postura do governo do Presidente José Sarney, frente à preservação do meio ambiente, sobretudo na proteção da floresta tropical.

Com a publicação desse Decreto foi estabelecida a Política de Desenvolvimento Sustentado, e no ano seguinte começou-se a formular um conjunto de instituições públicas para o respaldo da recém-criada Política, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, através da Lei n. 7.735 de 22 de fevereiro de 1989. Em 1990 foi criada pela Presidência da República a Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, bem

como, a Diretoria de Ordenação Territorial, a ela subordinada. Atualmente esta Diretoria não existe, mas naquela ocasião era a responsável pela elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006). Recentemente entrou em vigor a Lei 10.683/2003 que estabeleceu o Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Defesa como responsáveis pelo ordenamento territorial.

Para elaboração da PNOT foram desenvolvidos seis estudos temáticos, quais sejam: 1) padrão de uso e ocupação do território e as principais tendências de transformação; 2) avaliação dos impactos de planos, programas e projetos no uso e ocupação do território no Brasil; 3) políticas de ordenação do território – a contribuição das experiências nacionais e internacionais; 4) mecanismos e instrumentos de organização do território no Brasil; 5) espaços geográficos sob o poder da União; 6) avaliação do aparato institucional e jurídico legal na perspectiva de uma PNOT.

O objetivo do documento elaborado é oferecer as bases conceituais, metodológicas e programáticas para uma Política Nacional de Ordenamento do Território. Os conceitos que serviram de base para elaboração da política foram: território, gestão territorial, desenvolvimento regional, e planejamento territorial. Veja-se a seguir as definições apresentadas no documento em apreciação e que devem orientar a PNOT.

O texto da Política Nacional de Ordenamento Territorial toma como referência distintas bases teóricas para formulação dos seus conceitos-chave, como por exemplo, Santos e Silveira (2001), Raffestin (1980), Sack (1993) e Becker (1988). A partir dessas referências o território foi assim definido na PNOT:

Território é o espaço da prática. Por um lado é o produto da prática espacial: inclui a apropriação efetiva ou simbólica de um espaço, implica na noção de limite – componente de qualquer prática – manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática [grifo nosso] (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006, p. 13).

É interessante notar que embora considere as formulações conceituais acerca do território com base nos autores anteriormente mencionados, a definição de território adotada na PNOT é confusa, pois mistura conceitos e categorias, deixando margem para discussões já superadas na Ciência Geografia, a exemplo da compreensão do espaço

como a priori e do território como um produto. Ressalte-se que produto segundo o Dicionário Houaiss (2008), é tudo aquilo que se pode comprar e vender. Neste caso, seria o território brasileiro ou potiguar, um produto do Estado que se destina às empresas?

No que diz respeito à gestão do território, foi assim definida pelo Ministério da Integração Nacional (2006, p. 14-15),

Segundo Becker (1991), emergiu do reconhecimento das limitações do planejamento centralizado e técnico enquanto instrumento de ordenamento do território. Ultrapassando um viés meramente administrativo e diante de progressivas articulações entre o público e o privado, a gestão do território responde à prática das relações de poder necessária para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações. A gestão do território, portanto, coloca em prática propostas de desenvolvimento pactuadas em diferentes escalas.

A citação remete a duas considerações. A primeira é o reforço do respaldo e sustentação da relação entre o poder público e a iniciativa privada, que será ratificado na definição de ordenamento territorial. A segunda consideração diz respeito a escala de atuação da PNOT. Embora, segundo o documento, a escala de atuação dessa política seja o território nacional, ela incorpora também a América do Sul, em virtude das relações entre os países membros do MERCOSUL, no qual o Brasil se destaca.

No que se refere ao desenvolvimento regional, é definido na PNOT como “um conjunto de ações para promover processos socioeconômicos em áreas definidas do território, com uma visão integradora e sustentável, que induzam ao bem estar social e a redução das desigualdades” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006, p. 15). Note-se que de todas as definições adotadas na política, apenas a de desenvolvimento regional incorpora, ao menos em sua redação, a preocupação com a redução das desigualdades.

O planejamento territorial, por sua vez, é visto no mesmo documento como “um conjunto de diretrizes, políticas e ações programadas, com vistas a alcançar um ordenamento e uma dinâmica espacial desejados” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006, p. 15). Em se tratando da definição de ordenamento territorial adotada, tem-se como referência a Carta Europeia de Ordenação do Território (CEOT/CEMAT, 1983).

A respeito da ordenação do território, o Ministério da Integração Nacional (2006, p. 17-18) diz que,

É a regulação das tendências de distribuição das atividades produtivas e equipamentos no território nacional ou supranacional decorrente das ações de múltiplos atores, segundo uma visão estratégica e mediante articulação institucional e negociação, de modo a alcançar os objetivos desejados.

É interessante notar a existência de contradições no que se refere às definições conceituais que dão sustentação à PNOT, tendo em vista a incompatibilidade no anunciado da redução das desigualdades e reforço ou incentivo quanto ao uso corporativo e seletivo do território. Conforme demonstra o documento, ele deve ser feito através da ênfase na distribuição das atividades produtivas; dos equipamentos e infraestrutura voltados a viabilizar a produção e circulação de mercadorias.

Ressalte-se a admissão por parte dos elabores da PNOT nas páginas 133, 158 e 193 quanto à inexistência de uma Política Nacional de Ordenamento do Território brasileiro. Nesta tese, concorda-se com esta constatação e afirma-se, que no Brasil inexistem não apenas uma política de ordenamento do território, mas um planejamento territorial. Tanto é verdade que não há nenhum Decreto ou lei por parte da Presidência da República que regulamente e promova a prática do planejamento territorial. Também para Yázigi (2009, p. 425), “o planejamento territorial, visando ao todo nacional, não existe nas práticas brasileiras; por essa razão, deve ficar evidenciada a extrema limitação da ação setorial desvinculada dos outros sistemas”. No entanto, é preciso lembrar que existe a indicação constitucional da ordenação do território e do Plano Plurianual, sendo este último um instrumento de ação orçamentária utilizado pela União, Estados e Municípios. Existe também a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR⁸³, criada pelo Decreto n. 6.047 de 22 de fevereiro de 2007 e revisada em 2010 pelo Ministério da Integração Nacional.

⁸³ Ao todo, dezesseis Planos de Desenvolvimento Regional integram a PNDR, que incorporam em sua redação a preocupação com os seguintes elementos: desenvolvimento local, planejamento participativo, economia (industrialização, turismo, agronegócio). Some-se ainda a infraestrutura econômica, a urbanização. A exemplo das demais políticas do governo federal considera as diferentes escalas de atuação no território brasileiro, mas sua implantação ocorre de cima para baixo, considerando o maior grau na hierarquia do poder político nacional. Vale destacar também o incentivo contido no texto da PNDR quanto a cooperação intergovernamental.

Essa Política do Governo Federal contou com as consultorias: CEPLAN Consultoria; Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e também das Universidades, através da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e da já referida UFMG, na sua elaboração. Além da influência destacada de Tânia Bacelar de Araújo, que integra o quadro de professores da UFPE e é uma das sócias-diretoras da CEPLAN, e que também ocupou o cargo de Secretária de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração (SILVA, 2014).

A inserção das consultorias privadas e das Universidades na elaboração das Políticas de Planejamento e ordenamento do território também pode ser observada no texto da PNOT, onde a USP tem destaque. E também nos Planos de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte, com ênfase para a participação da CEPLAN, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE – FADE, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, os quais serão objeto de apreciação no capítulo 7.

A “preocupação” com as desigualdades socioespaciais, característica marcante do Brasil, é abordada secundariamente. E de acordo com o documento as possíveis políticas de ordenação do território levariam em consideração os seguintes usos do território brasileiro: 1) agronegócio, onde se indica sua expansão em direção ao nordeste e sul do país, tendo em vista a sua concentração na região centro-oeste; 2) produção industrial, através do seu incentivo, tomando por base a política francesa dos anos de 1960 denominada *Politique de décentralisation industrielle*. Pierre George (1961, p.36)⁸⁴ já havia realizado críticas sobre a implementação dessa política na França. O autor alertava para o fato de que há dez anos o governo francês incentivava a descentralização industrial, mas esta não surtiu o efeito desejado nas regiões deprimidas, que continuavam desiguais frente às dinâmicas territoriais e a centralização das atividades em Paris.

Outros usos do território brasileiro que dão respaldo as possíveis políticas de ordenação do território são a alteração na matriz energética nacional de biocombustíveis com vistas a sua autossuficiência e diversificação das regiões produtoras, à exemplo do

⁸⁴ “En revanche, la décentralisation industrielle n’a Presque rien apporté au cours de ces dix années aux regions déprimés. Elle n’a pu jouer le rôle de facteur de réanimation des régions dont les industries traditionnelles sont em déclin. Pourtant, on ne peut guère compter que sur des processus du type de ceux qui sont dénommés décentralisation industrielle’, c’est-à-dire des initiatives des direction dont le siège est à Paris”.

Nordeste brasileiro com a produção da mamona. O transporte, por sua vez, atuaria como uma “alavanca” para utilizar os termos da PNOT, trazendo maior dinâmica e inclusão às “áreas mais periféricas do território nacional” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006).

O incentivo à expansão da infraestrutura de transmissão de informação, diga-se redes de micro-ondas e fibra óticas, *backbone* da internet, ajudaria a tornar o território mais atrativo e assim estimular seu uso, o qual no entender dessa tese é corporativo e seletivo. Um exemplo desse uso corporativo e seletivo do território nacional pode ser dado através dos projetos e obras de renovação de infraestruturas como arenas (estádios esportivos)⁸⁵ e infraestrutura viária para a realização da Copa do Mundo de 2014; onde é possível perceber o quanto tem sido empregado em obras de infraestrutura urbana através do Programa de Aceleração ao Crescimento – PAC⁸⁶.

No PPA 2008-2011 o Programa de Aceleração ao Crescimento – PAC, formulado durante o primeiro ano do segundo mandato do Presidente Lula, ganhou centralidade, figurando como prioridade da ação pública. Além de medidas voltadas a modernização da gestão pública, crescimento do PIB, geração de emprego e renda, o PAC visa, sobretudo, os investimentos em infraestrutura e renovação da base material do território brasileiro. No PAC I as obras de infraestruturas estavam direcionadas para o saneamento básico, habitação, transportes, energia e recursos hídricos. No PAC II, por sua vez as obras em moradia e saúde, por exemplo, foram incorporadas (FARIA, 2010; OLIVEIRA, 2013).

⁸⁵ É preciso ressaltar o importante papel de financiador que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES teve no financiamento destas obras, onde através do Programa BNDES ProCopa Arenas, aprovou um total de R\$ 396.571.000,00 milhões para a construção do Estádio Arena das Dunas, correspondente a 75% do valor da obra. Some-se ainda o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o qual desde o Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva investiu significativos recursos na transformação do território nacional por meio da construção de grandes obras de infraestrutura (<http://www.transparencia.gov.br/copa2014/cidades/execucao.seam?empreendimento=6> <acessado em 24 de setembro de 2014>).

⁸⁶ De acordo com o portal da transparência do Governo Federal, acessado em 08 de maio de 2012, o valor total das obras previstas para a Copa do Mundo 2014, a ser aplicado em Natal/RN era de R\$ 1.391.700.000,00. Estas obras estavam circunscritas em quatro grupos que compõem as obras de mobilidade urbana, quais sejam: Construção Aeroporto de São Gonçalo do Amarante; Obras Rodoviárias; Reforma do Terminal Rodoviário; Reforma do Terminal de Passageiros do Porto de Natal. Estas obras contavam com a participação de grandes empresas para a sua realização, a saber: Infravix (Engevix Engenharia S/A) e a Corporación América; Constremac Construções LTDA, esta última criada em 1986 para atuar no setor de obras de engenharia; Consórcio EBEI/MHW Brasil e pela Empresa Industrial e Técnica S/A – EIT. O Projeto Arena das Dunas (construção do estádio) foi realizado mediante uma Parceria Público Privada – PPP com a Construtora OAS LTDA.

Apesar de ter como objetivo a redução das desigualdades regionais, o governo federal e estadual, acabam direcionando um esforço maior para a dotação das infraestruturas com vistas a viabilizar as atividades econômicas. Tome-se como exemplo o quadro 3 a respeito dos empreendimentos financiados com recurso do PAC no estado do Rio Grande do Norte.

Quadro 3 – Empreendimentos Financiados com Recursos do PAC (2007-2010)

Infraestrutura Logística – RN / Empreendimentos Exclusivos					
Tipo	Subtipo	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (R\$ milhões)	Investimentos Após 2010 (R\$ milhões)	Estágio
Aeroporto	Pista	Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN (Pista)	81,0	3,0	Concluído
Porto	Dragagem e Derrocamento	Porto de Natal – Dragagem de Aprofundamento do Acesso Aquaviário	30,0	11,2	Em Obra
Rodovias	Construção de Rodovias	BR-226/RN Entr. RN/078 – Divisa RN/CE	19,5	2,2	Em Obra
Rodovias	Adequação – Rodovias	BR-101/RN – Adequação – Subtrecho Ponta Negra – Arês	161,2	-	Concluído
Rodovias	Adequação – Rodovias	BR-101/RN – Adequação – Subtrecho Arês/RN – Divisa RN/PB	173,6	2,1	Em Obra
Rodovias	Adequação – Rodovias	BR-101/RN – Adequação – Subtrecho Natal – Divisa RN/PB – Obras remanescentes	26,0	11,6	Em Obra
Rodovias	Adequação – Rodovias	BR-304/RN – Contorno de Mossoró	17,6	60,3	Em Obra
Infraestrutura Energética – RN / Empreendimentos Exclusivos					

Tipo	Subtipo	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (R\$ milhões)	Investimentos Após 2010 (R\$ milhões)	Estágio
Geração de Energia Elétrica – Proinfra	Parque Eólico	Alegria I	204,0	-	Concluído
Geração de Energia Elétrica – Proinfra	Parque Eólico	Alegria II	300,0	105,8	Em Obra
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Paraíso – Açú II	49,9	-	Concluído
Transmissão de Energia Elétrica	Subestação	SE Natal III 230/69 KV	1,1	35,5	Em Obra
Infraestrutura Energética – RN / Empreendimentos Regionais					
Tipo	Subtipo	Empreendimento / UF	Investimento Previsto 2007-2010 (R\$ milhões)	Investimentos Após 2010 (R\$ milhões)	Estágio
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Banabulú – Mossoró / CE – RN	-	38,6	Em Obra

Fonte: Balanço 4 Anos (2007-2010): Rio Grande do Norte

O quadro apresenta um balanço de quatro anos de atuação do PAC, e foi adaptado de quadros contidos no documento “Balanço 4 Anos (2007-2010): Rio Grande do Norte”, de onde se extraiu apenas os dados referentes aos investimentos que compreendem as infraestruturas modernas, as quais concorrem para a expansão do meio técnico-científico-informacional. Uma análise do quadro em discussão sugere uma reflexão sobre a articulação entre o planejamento brasileiro, na sua expressão nacional, estadual ou municipal com os interesses da iniciativa privada. Conforme nos suscita a pensar Ianni (1971, p. 44) sobre o planejamento no Brasil,

Desde o princípio do século XX, o poder público passara a adotar diretrizes cada vez mais elaboradas e tecnicamente mais rigorosas para fazer face a problemas tais como os seguintes: proteger ou estimular os setores econômicos já instalados da economia nacional;

formalizar o mercado de fatores de produção; e, também, controlar as relações de produção.

Os planos seguintes continuaram se aperfeiçoando nos princípios do planejamento estratégico, e reforçando metodologias como a definição de cenários, monitoramento e avaliação, que também foram adotados no PPA 2012-2015.

Desta feita fala-se no Brasil, seja no governo, seja na academia a respeito de políticas territoriais e de planejamento territorial, quando na verdade o que se tem são políticas para planejar porções do território. Confunde-se, portanto, planejamento e ordenamento do território; e fala-se na realização de projetos de renovação de infraestruturas presentes no território como se fossem sinônimos de planejamento territorial. Mesmo assim, o planejamento praticado no território nacional, como se pôde observar, vem passando por um processo de ressignificação, sobretudo no período atual.

Se na esfera do Governo Federal o planejamento e seus instrumentos vêm sendo ressignificados e aprimorados, poderia se dizer o mesmo para a experiência nos Estados brasileiros? Vejamos o que nos revela a análise dos PPAs no Estado do Rio Grande do Norte.

O planejamento plurianual norte-rio-grandense

Apenas treze (13) anos depois de elaborado o primeiro PPA pelo Governo Federal, o Estado do Rio Grande do Norte teve sua primeira experiência na formulação desse instrumento de planejamento. Trata-se, portanto, de uma experiência recente, cuja elaboração e execução competem à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN.

O primeiro PPA do Rio Grande do Norte compreendeu o período de 2004-2007, gestão da então Governadora Wilma Maria de Faria, e foi elaborado em conformidade com as definições apresentadas no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (1997). Por meio dele criou-se uma agenda orçamentária estadual com base na definição de macro objetivos, programas e projetos, estruturados por eixos prioritários, os quais tinham como referência o desenvolvimento sustentável (PPA 2004-2007). E a exemplo do que vinha ocorrendo na esfera do Governo Federal, o primeiro PPA do Rio Grande do Norte tinha entre seus eixos estratégicos a democratização do Estado, por meio da participação da sociedade civil no planejamento.

Essa participação vem se dando através da realização de audiências públicas, conselhos e conferências estaduais. Uma experiência interessante no que toca a participação da sociedade civil foi à elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Rio Grande do Norte, os quais norteiam a ação do governo estadual nas oito (8) regiões de planejamento. Voltar-se-á a falar sobre esses planos no capítulo 7. Destaca-se também a realização das Conferências Estaduais das Cidades (ver quadro 4), mediante as quais se garante a escolha de delegados eleitos para representar os interesses dos municípios durante a Conferência estadual e nacional.

Quadro 4 – Conferências Estaduais das Cidades no Rio Grande do Norte

Conferência	Ano	Tema	Número de municípios participantes
1ª Conferência	2003	Construindo uma Política Democrática e Integrada para as Cidades.	100
2ª Conferência	2005	Construindo Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.	122
3ª Conferência	2007	Avançando na Gestão Democrática das Cidades.	135
4ª Conferência	2010	Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano.	120
5ª Conferência	2013	Estratégias para a Construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano na Perspectiva da Promoção da Reforma Urbana.	143

Fonte: Relatório da 5ª Conferência Estadual das Cidades do Rio Grande do Norte (2013)

A Conferência Estadual das Cidades é uma tentativa de gestão participativa que o Governo do Estado vem desempenhando há 10 anos. A última Conferência Estadual, realizada em 2013 (ver fotos 7 e 8), organizou-se em torno de 4 eixos temáticos definidos pelo Conselho Nacional das Cidades – ConCidades.

Foto 7: Mesa de abertura da 5ª Conferência Estadual das Cidades do Rio Grande do Norte (2014)

Fonte:

<http://strnovacruz.blogspot.com.br/2013/09/5-conferencia-estadual-das-cidades.html>

Foto 8: Plenária da 5ª Conferência Estadual das Cidades do Rio Grande do Norte (2014)

Fonte:

<http://strnovacruz.blogspot.com.br/2013/09/5-conferencia-estadual-das-cidades.html>

Nesses eixos foram definidas um total de 41 propostas, das quais 13 eram propostas prioritárias para o Ministério das Cidades e 10 eram propostas estaduais prioritárias para a política de desenvolvimento urbano (ver quadro 5).

Quadro 5 – 5ª Conferência Estadual das Cidades do Rio Grande do Norte – Eixos e Propostas

Eixos	Número de Propostas
Eixo 1 – Participação e Controle Social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano	11
Eixo 2 – Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano	10
Eixo 3 – Políticas de Integração Intersectorial e Territorial	10
Eixo 4 – Políticas de Incentivo a Implantação de Instrumentos de Promoção da Função Social da Propriedade	10
Foram aprovadas 13 propostas prioritárias para serem encaminhadas ao Ministério das Cidades e 10 propostas prioritárias estaduais a serem consideradas na Política de Desenvolvimento Urbano.	

Fonte: Relatório da 5ª Conferência Estadual das Cidades. SEPLAN (2014).

A mobilização dos participantes e organização da Conferência contou com o apoio da SEPLAN e de uma comissão preparatória estadual, composta por segmentos sociais potiguares que lidam com as temáticas da habitação, transporte, mobilidade urbana, saneamento ambiental e programas urbanos (Relatório da 5ª Conferência das Cidades do Rio Grande do Norte, 2014). Para que os 167 municípios do Rio Grande do Norte pudessem participar promoveram-se os seguintes encontros/oficinas regionais:

- 1ª Regional: Médio Oeste e Mossoroense, realizada em Mossoró;
- 2ª Regional: Vale do Açu, realizada em Assu;
- 3ª Regional: Região Central, realizada em Lajes;
- 4ª Regional: Litoral Norte, realizada em João Câmara;
- 5ª Regional: Alto Oeste, realizada em Pau dos Ferros;
- 6ª Regional: Trairi e Potengi, realizada em Santa Cruz;
- 7ª Regional: Seridó, realizada em Caicó;
- 8ª Regional: Região Metropolitana, realizada em Natal;
- 9ª Regional: Litoral Oriental e Agreste, realizada em Goianinha.

É importante ressaltar que a despeito do processo de mobilização realizado pela SEPLAN, a adesão dos municípios não tem sido maciça. Na 5ª Conferência Estadual, por exemplo, dos 167 municípios do Rio Grande do Norte 24 não realizaram as suas conferências. É o que revela o mapa 6, onde os municípios que não participaram estão representados na cor branca.

Mapa 6 – RIO GRANDE DO NORTE: Distribuição dos Delegados da 5ª Conferência Estadual das Cidades do Poder Público Municipal por Regiões Agregadas

Fonte: SEPLAN

Participaram da Conferência 342 delegados eleitos nas conferências municipais, delegados natos (membros do ConCidades-RN) e delegados do poder público estadual, indicados pelo Executivo e 80 convidados e observadores totalizando 422 participantes. Dos delegados que participaram da Conferência Estadual foram eleitos 45 para participar da Conferência Nacional realizada em Brasília-DF que ocorreu no período de 20 a 24 de novembro de 2013. A escolha desses delegados se deu com base em 6 segmentos:

1. Gestores, administradores públicos e legislativo (Federal, Estadual, Municipal) – 15;
2. Trabalhadores por suas entidades sindicais – 13;
3. Movimentos sociais e população – 5;
4. Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano – 5;
5. Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos fiscais – 4;
6. ONGs com atuação na área – 2.

O peso dado ao número de participantes do segmento empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, é o mesmo dado ao segmento movimentos sociais e população demonstrando a tendência do governo estadual e federal para conferir às empresas uma maior representatividade na tomada de decisões do poder público para definição das políticas públicas e dos rumos da economia nacional.

As Conferências das Cidades tem a sua origem relacionada a dois importantes eventos. O primeiro é a Constituição de 1988, onde há um capítulo dedicado à política urbana nos Artigos 182 e 183. E também no preceito constitucional da participação social como importante forma de legitimação da democracia, conforme tratamento dado às competências dos municípios contidas no Artigo 29.

O segundo evento diz respeito aos movimentos sociais de luta nos de 1940-1980 para o enfrentamento dos problemas urbanos e do uso mais justo das cidades. Como resultado desses movimentos de luta tem-se a Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001 que regulamenta o capítulo da Política Urbana da Constituição Federal de 1988. Dentre outras coisas, essa lei garante a participação popular na tomada de decisões do poder público e embora faça referência à gestão municipal, o governo federal e os Estados brasileiros também procuraram incorporar o princípio da gestão democrática através das conferências das cidades nos três âmbitos do governo (União, Estados e Municípios).

Esse tipo de participação, embora legítima, oferece à sociedade a ilusão de que se está interferindo de modo mais definitivo nos rumos de uma Política, quando na verdade o poder público ainda encontra inúmeras dificuldades para responder as demandas da população identificadas mediante essa participação (conferências, conselhos etc). Segundo Rocha (2008, p. 147-148),

O principal desafio reside em investir na capacidade de o Estado em responder à quantidade expressiva de novas (e antigas) demandas que adentram a burocracia estatal, transformando as resoluções dos conselhos, as deliberações das conferências, as sugestões, as críticas, e as moções oriundas dos fóruns e das consultas realizados em medidas e políticas públicas concretas que melhoram a qualidade de vida da população.

Se por um lado as conferências das cidades iniciadas em 2003 no território norte-rio-grandense, mobilizam um número significativo de pessoas e de segmentos sociais para refletir e debater acerca do futuro das cidades potiguares. Por outro, a

participação social nas ações do Estado, ainda é timidamente estimulada, revelado com isso a coexistência entre a nova prática política, que desde a Constituição busca estimular a participação da sociedade, junto com as velhas práticas de decisões setoriais. Conforme relato de Américo Maia⁸⁷.

Nós temos os conselhos setoriais. Cada órgão tem determinados conselhos vinculados à ele e a SEPLAN é responsável pela realização das conferências das cidades. E em cada setor da elaboração do PPA, por exemplo, esses conselhos são ouvidos. São chamados a debater e a contribuir com as informações. [...] Mesmo que a gente não consulte diretamente a sociedade civil, a gente tem levado em consideração as deliberações das conferências de todos os setores, a gente entra num diálogo com os órgãos setoriais. A gente aqui [na SEPLAN] está com uma visão mais abrangente dos órgãos.

No que concerne ao PPA 2004-2007 elaborado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, seus marcos referenciais direcionaram a ação da política do Estado para uma relação cada vez mais estreita com as empresas, outorgando-lhes centralidade na escolha de suas ações. Essa conduta coincide com a assertiva de Santos (1997, p. 23), para quem “o Estado decide se retirar do social e as empresas passam a governar o território”. No Plano em discussão observa-se o incentivo a realização de pesquisas em parceria não apenas com as universidades, mas com grandes empresas, cooperativas ou consórcio de empresas. E finalmente, o incentivo a realização das Parcerias Público Privadas – PPP, a exemplo da que culminou na construção do estádio Arena das Dunas em Natal para a realização dos jogos do Mundial de Futebol de 2014. Esse tipo de relação com a iniciativa privada tem ganhado notoriedade no território norte-rio-grandense.

A título de comparação com os PPAs do Governo Federal, a metodologia adotada para elaboração do PPA/RN 2004-2007 considerou os cenários internacional, nacional, estadual, bem como o acompanhamento de sua execução por meio do Sistema de Acompanhamento através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF, visando monitorar a execução orçamentária dos programas e projetos.

Ressalte-se que desde os anos 1980, o Governo brasileiro tem utilizado em suas metodologias de planejamento a técnica dos cenários. Vide estudo “Cenários do Brasil 2020” que deu suporte para a realização do Programa Avança Brasil, durante o Governo

⁸⁷ Coordenador de planejamento, acompanhamento e controle da SEPLAN. Entrevista concedida no dia 13 de setembro de 2013.

do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. A origem dessa metodologia data dos anos 1950, quando era utilizada pelos militares, bem como pelos estudos do Clube de Roma, tendo seu emprego na gestão pública e privada (MARQUES, 1988; TONI, 2006). Todavia, segundo Porter (1989), “o uso dos cenários começou a tornar-se importante depois que a crise do petróleo de 1973 ampliou certas formas de incerteza”.

Através da adoção dos cenários, procura-se identificar discontinuidades, oportunidades e ameaças futuras e a importância dos “atores” econômicos e políticos para mudar a atual realidade e sua capacidade de interferência futura. Na análise dos cenários consideram-se o seguinte: atores, discontinuidades e tendências (MARQUES, 1988; TONI, 2006).

O segundo PPA elaborado para o território norte-rio-grandense compreendeu o período de 2008-2011 e foi elaborado durante o segundo mandato de Wilma Maria de Faria (reeleição), que abdicou do cargo para concorrer a uma vaga no senado federal no pleito de 2010. O Governo do Estado, naquela ocasião, foi assumido por seu vice-governador, Iberê Ferreira. Nesse PPA nota-se a preocupação em trazer uma definição para dois conceitos, que não haviam sido expostos no PPA anterior: território e planejamento. De acordo com as definições postas no documento a concepção de planejamento estabelecida no PPA/RN 2008-2011 toma como referência o ordenamento territorial e o desenvolvimento regional, contidos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. A definição de território apresentada busca considerar a diversidade de agentes e confrontos no que se refere à tomada de decisões a respeito do futuro do Rio grande do Norte.

O Plano propõe o desenvolvimento do território norte-rio-grandense através de territórios-projetos, demonstrando sua sintonia com a PNDR, os quais segundo o documento “têm forte capacidade de mobilizar e criar recursos técnicos, humanos e financiamentos públicos e privados, nacional e internacional” (PPA 2008-2011). Sendo assim, o PPA-RN 2008-2011 estrutura-se em nove Territórios Regionais de Desenvolvimento, que são a base dos Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável. Os 167 municípios foram então agrupados nas seguintes regiões para efeito de planejamento em médio prazo: Região Litoral Norte, Região Agreste, Potengi, Trairi, Região Alto Oeste, Região do Seridó, Região Litoral Oriental (também foi incluída a RMN), Região do Médio Oeste, Região Mossoroense, Região Vale do Assu.

Com vistas a orientar as ações do Estado para o futuro do Rio Grande do Norte, o PPA/RN 2008-2011 elencou para cada região um conjunto de proposições, as quais

serviriam para torná-las mais dinâmicas e menos desiguais (PPA 2008-2011). As proposições que aparecem em praticamente todas as regiões do Rio Grande do Norte diz respeito a diversificação e ampliação das cadeias produtivas⁸⁸, modernização da administração e da gestão pública, ampliação e recuperação da infraestrutura básica (ver quadro 6).

Quadro 6 – RIO GRANDE DO NORTE: Proposições para as Regiões de Planejamento contidas no PPA 2008-2011

Regiões de Desenvolvimento (Referências Programáticas)	Proposições
Região Litoral Norte	Reestruturação, diversificação e consolidação da base produtiva; desenvolvimento da educação profissionalizante e tecnológica; reestruturação das instituições públicas e democratização das relações Estado versus sociedade; ampliação da oferta, gestão integrada dos recursos hídricos e ambientais; melhoria da qualidade de vida e inclusão social; desenvolvimento de base científica e tecnológica.
Região Agreste, Potengi, Trairi	Formação, diversificação, ampliação e consolidação das cadeias produtivas; elevação da educação e qualificação da população regional; modernização descentralização, humanização e aumento da eficiência da gestão pública; melhoria das condições sociais da população regional; ampliação, recuperação e manutenção da infraestrutura básica; desenvolvimento tecnológico com ênfase na difusão de tecnologias apropriadas e na assistência técnica.
Região Alto Oeste	Consolidação das cadeias produtivas, das atividades industriais, comerciais, de serviços e do comércio varejista; pluriatividade e agricultura familiar; elevação da educação e qualificação da produção regional; melhoria das condições sociais da população regional; ampliação da infraestrutura e gestão integrada e descentralização dos recursos hídricos; conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais; ampliação, recuperação

⁸⁸ De acordo com o sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, a cadeia produtiva “é o conjunto de atividades que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, incluindo distribuição e comercialização, constituindo-se em segmentos (elos) de uma corrente” (<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3252> – Acessado em 13 de setembro de 2014).

	e manutenção da infraestrutura básica; ciência, tecnologia e inovação adaptadas à realidade regional; modernização, reestruturação, formação de recursos humanos e aumento da eficácia, da eficiência e da efetividade da gestão pública; promoção e valorização do capital social e das redes institucionais responsáveis pela implementação de políticas públicas.
Região do Seridó	Reestruturação e dinamização da base econômica; desenvolvimento humano, tecnológico e cultural; conservação, preservação e recuperação ambiental; fortalecimento do desenvolvimento e da inovação tecnológica para ampliar o desenvolvimento científico e tecnológico; institucionalização do sistema de gestão do Plano.
Região Litoral Oriental (também foi incluída a RMN)	Ampliação e consolidação da economia através do incentivo à estruturação e funcionamento das cadeias produtivas; ampliação e manutenção da infraestrutura básica da região; conservação e uso sustentável dos recursos naturais; consolidação e modernização de polos de educação, saúde e segurança, contando com centros de referência e excelência; melhoria na qualidade de vida e intensificação no processo de inclusão social; reestruturação e modernização das instituições públicas e democratização das relações do Estado com a sociedade.
Região do Médio Oeste	Uso sustentável dos recursos hídricos da região; ampliação, recuperação e manutenção da infraestrutura básica, considerando o potencial produtivo existente, e as oportunidades constatadas; melhoria da qualidade de vida e intensificação do processo de inclusão social; promoção e valorização do capital social da região e melhoria da gestão pública.
Região Mossoroense	Diversificação, ampliação e consolidação da economia através do incentivo as cadeias produtivas de bens de serviços; ampliação e manutenção de infraestrutura básica, considerando as tendências de crescimento das atividades econômicas e da rede urbana da região; conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais, especialmente recursos hídricos; consolidação de polos de educação vinculados à oferta de profissionais para atividades econômicas regionais e para pesquisa na área de agricultura no semiárido e da mineração; promoção e valorização do capital social e das

	redes institucionais responsáveis pela implementação da política pública.
Região Vale do Assu	Diversificação, ampliação e consolidação da economia através do incentivo a cadeias produtivas de bens e serviços; ampliação e manutenção de infraestrutura básica, considerando a dinâmica econômica e social da região; conservação, preservação e uso sustentável dos recursos hídricos da região; desenvolvimento da educação especial, como um dos instrumentos de inclusão social; melhoria na qualidade de vida e intensificação do processo de inclusão social.

Fonte: PPA/RN 2008-2011

Os programas estruturantes do PPA/RN 2008-2011 estão voltados ao fortalecimento das bases produtivas do Rio Grande do Norte como forma de alcançar o desenvolvimento, que seria obtido mediante a consolidação e fortalecimento do processo de industrialização, turismo e viabilização da fluidez territorial. O mesmo também se pode dizer do PPA 2012-2015, elaborado durante a gestão da Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, que também procurou seguir as diretrizes gerais do Governo Federal. Segundo consta no documento, a definição dos objetivos, estratégias e métodos para a sua elaboração foram definidas através de um seminário que contou com a participação de todos os gestores públicos do território norte-rio-grandense (PPA 2012-2015).

Nesse contexto, o Estado tem se esforçado em dotar o território com infraestrutura básica, especialmente para fazer uso dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. É evidente que se privilegia alguns subespaços em detrimento de outros, a exemplo da Região Metropolitana de Natal, Região Mossoroense, Região do Seridó e Região do Vale do Assu, contribuindo para geração e manutenção de desigualdades socioespaciais. Os investimentos continuam concentrados, em sua maioria, nas cidades “polo” de cada região, demonstrando que a racionalização dos investimentos do Estado ainda continua valendo-se de ideias contidas no estudo Regiões Polarizadas do Rio Grande do Norte (1968), que definiu cidades e regiões polarizadoras para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Essa visão polarizada do território foi fortemente criticada por alguns teóricos, dentre os quais se podem destacar os geógrafos Milton Santos (1979) e Maria Adélia de Souza (1988). A crítica se deve ao fato de que a definição de polos para promover dinâmicas territoriais ou regionais não conseguiu promover, a contento, a

desconcentração econômica e maior acesso e acessibilidade aos serviços e equipamentos públicos urbanos. Planejava-se, segundo uma lógica setorial, como ainda hoje se faz. Pode-se afirmar que há no Rio Grande do Norte uma psicoesfera do planejamento que combina velhas e novas práticas políticas, que se apoia na existência de uma tecnoesfera que dá suporte às ações do poder público estadual.

Tecnoesfera e psicoesfera do planejamento potiguar

As ações do Governo Federal ao longo dos últimos 50 anos, contribuíram para a modernização do território brasileiro através da criação de uma psicoesfera e uma tecnoesfera do planejamento corporativo seletivo. Para consolidar a sua psicoesfera do planejamento, os agentes políticos (Estado, empresas, sociedade civil, ONGS) valem-se de normas, planos, programas, projetos, e canais de participação popular para viabilizar as suas decisões. Com esse aparato acabam por criar uma tecnoesfera que por sua vez é o suporte físico que subsidia realização da psicoesfera: prédios dos Ministérios, Secretarias, Conselhos etc. São conjuntos de objetos e ações que orquestrados pelo Estado para promover o uso corporativo do território. Segundo Kahil (2010, p. 481) as corporações empresariais tiram proveito dessa orquestração.

Entre as estratégias das corporações empresariais para uso eficaz do território como recurso, a promoção de políticas territoriais de desconcentração, especializações produtivas regionais, arranjos produtivos locais, são políticas muito representativas da parcialidade dos sistemas de ações globais. Toda essa orquestração (total administração) bem sucedida entre corporações privadas e poder público resultam de um labor intelectual precedente de criação de uma tecnoesfera – novos sistemas de engenharia e de movimento (sistema rodoviário, aeroviário, portuário; sistemas de distribuição e transmissão de energia, etc.) generosamente financiados pelo Estado, e da criação de uma psicoesfera, em que o novo, o moderno, a ideia de crescimento e desenvolvimento econômico são pervertidamente realizadas à força perlocucionária de enunciados que prometem competitividade, fluidez, gestão eficaz, conexão ao mundo das redes etc.

A população, por sua vez, junto com a sociedade civil organizada, ao mesmo tempo em que cria movimentos de luta e defesa por seus direitos é, algumas vezes, utilizada como massa de manobra para respaldar interesses daqui e d'alhures. É o que

demonstra a entrevista realizada com Luís Wilson Vilar Amaro Cavalcanti⁸⁹ (informação verbal). Ao falar sobre o exercício do orçamento participativo em Natal, o entrevistado mostra que a população do município passou a desacreditar na participação política. Mostra também a interferência que alguns vereadores têm nessa descrença.

Na primeira experiência do orçamento participativo, era cheio. Hoje, a população já começa a não acreditar. [...] É sempre as mesmas pessoas [que participam]. E outra coisa, é também uma coisa política. É preciso muito tato, por que se orçamento participativo funcionasse a gente não precisava de vereador. Aí, o próprio vereador boicota. Ele mesmo espalha: - Nem adianta, por que disso daí não vai sair nada. Deixe comigo que eu falo com o prefeito. Existe isso. E nós cometemos esse erro!

A psicoesfera e a tecnoesfera atuam de modo conjunto, orquestradas por forças políticas e intencionalidades que resultam na constituição de uma configuração geográfica bastante elucidativa dos processos sociais. Em se tratando do planejamento norte-rio-grandense, discutido ao longo deste capítulo, sua tecnoesfera é aqui representada pela distribuição das Secretarias Municipais de Planejamento (ver mapa 7 a seguir). Essa distribuição demonstra a escassez de secretarias municipais de planejamento no Estado, a qual é precariamente suprida pelas Secretarias de Administração e Finanças; Secretaria Estadual de Planejamento; Federação de Municípios e pelas Associações de Municípios.

⁸⁹ Chefe da Assessoria Econômica da SEMPLA – Natal/RN em 11 de setembro de 2013.

Mapa 7 – RIO GRANDE DO NORTE: Presença de Secretaria Municipal de Planejamento, 2014

Fonte: Pesquisa realizada nos sítios eletrônicos das Prefeituras Municipais do Rio Grande do Norte, 2014.

Conforme se constatou por meio de pesquisa realizada nos sítios das prefeituras municipais do Rio Grande do Norte, dos 167 municípios do estado apenas 54 tem secretaria de planejamento. Na ausência dessas, parte de suas funções são supridas pela atuação da Federação de Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN, das 6 associações⁹⁰, bem como pelos pequenos escritórios de contabilidade, que prestam serviços e assessoria técnica aos municípios.

De acordo com informações obtidas no seu sítio eletrônico⁹¹, a FEMURN é uma entidade jurídica de direito privado, natureza civil, caráter representativo e assistencial, sem fins lucrativos. Foi criada no dia 25 de janeiro de 2001 tendo como finalidade representar os municípios potiguares, e prestar assessoria aos

⁹⁰ Associação dos Municípios do Litoral Agreste – AMLAP; Associação dos Municípios da Micro Região do Seridó Ocidental – AMSO; Associação dos Municípios do Oeste do RN – AMORN; Associação dos Municípios do Seridó – AMS; Associação da Costa Branca – AMUCOSTA; Consórcio Intergestores Vale Unido.

⁹¹ <http://www.femurn.org.br/a-femurn> <acessado em: 21 de agosto de 2014>

prefeitos. Seu objetivo é o fortalecimento do municipalismo, e para isso, a Federação promove encontros regionais, seminários, estudos e campanhas educativas, com vistas a orientar a gestão administrativa (FEMURN, 2014). Desde a sua fundação, já passaram pela presidência da instituição 6 (seis) Prefeitos que exerceram seu mandato na condição de presidente durante 1 ano (ver quadro 7).

Quadro 7 – Presidente e ex-presidentes da FEMURN

Nome do (a) presidente (a)	Município	Período da gestão
Wilma Maria de Faria - (Presidente fundadora)	Ex-prefeita de Natal	21/01/2001 a 15/04/2002
Hudson Pereira de Brito	Ex-prefeito de Santana do Seridó	15/04/2002 a 27/02/2003
Agnelo Alves	Ex-prefeito de Parnamirim	27/02/2003 a 28/05/2004
Ivanilde Matias Xavier Medeiros	Ex-prefeita de Brejinho	28/05/2004 a 12/01/2005
José Marcionilo de Barros Lins Neto	Ex-prefeito de Currais Novos	15/01/2007 a 02/06/2008
Robenilson Ferreira	Ex-prefeito de Bento Fernandes	05/06/2008 a 15/01/2009
Sem informações para o biênio 2010-2011		
Sem informações para o biênio 2012-2013		
Luiz Benes Leócadio de Araújo	Prefeito de Lajes	20013/2014

Fonte: <http://www.femurn.org.br/a-femurn> <acessado em: 21 de agosto de 2014>

O funcionamento da FEMURN é garantido mediante um valor cobrado às prefeituras municipais associadas, com base em percentuais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (ver quadro 8), conferindo a Federação um orçamento de R\$ 8.633.755,00 ao mês.

Quadro 8 – Repasse médio/mensal para a FEMURN

Faixas de habitantes	Coefficiente do FPM	Municípios do RN	Repasse médio/mês
Até 10.188	0,6	102	R\$ 256.745,00
De 10.189 a 13.584	0,8	27	R\$ 342.327,00
De 13.585 a 16.980	1,0	09	R\$ 427.909,00
De 16.981 a 23.772	1,2	07	R\$ 513.490,00
De 23.773 a 30.564	1,4	06	R\$ 599.072,00
De 30.565 a 37.356	1,6	06	R\$ 684.654,00
De 37.357 a 44.148	1,8	02	R\$ 737.825,00
De 44.149 a 50.940	2,0	-	-
De 50.941 a 61.128	2,2	01	R\$ 1.026.952,00
De 61.129 a 71.316	2,4	03	R\$ 1.026.981,00
De 71.317 a 81.504	2,6	-	-
De 81.504 a 91.692	2,8	01	R\$ 1.234.618,00
De 91.693 a 101.880	3,0	-	-
De 101.881 a 115.464	3,2	-	-
De 115.465 a 129.048	3,4	-	-
De 129.049 a 142.632	3,6	-	-
De 142.633 a 156.216	3,8	-	-
Acima de 156.216	4,0	02	R\$ 1.783.182,00

Fonte: <http://www.femurn.org.br/a-femurn> <acessado em: 21 de agosto de 2014>

Essa Federação é uma das instituições que mais tem se destacado em termos de articulação com o governo estadual, uma vez que é sempre convidada pelo Governo do Estado para participar da discussão acerca de programas estaduais, capacitação de técnicos para lidar com o licenciamento ambiental, PPA e na mobilização para a realização das Conferências Estaduais das Cidades.

Para atender as demandas a ela requeridas pelos municípios, a FEMURN passou a dispor de uma escola de formação, cuja denominação é Escola Potiguar de Gestão Pública – EGP, a qual tem como objetivo a qualificação dos profissionais que atuam na administração pública municipal com certificação do Ministério da Educação e Cultura – MEC. A certificação foi conseguida em virtude da parceria acadêmica mantida com Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA e autorizada pela Portaria Ministerial nº 833, de 27/04/2001, publicada no Diário Oficial da União de 30/04/2001 (<http://www.femurn.org.br/a-femurn> <acessado em: 21 de agosto de 2014>).

A oferta dos cursos de formação e treinamentos aos técnicos das prefeituras do Rio Grande do Norte justifica-se, segundo Ivani Matias (informação verbal)⁹², pelo fato de que faltam profissionais qualificados para lidar com as práticas de planejamento e gestão municipal. Por isso a relevância de se oferecer cursos que venham suprir essa demanda.

Os municípios do Rio Grande do Norte têm problemas em todas as políticas públicas. Falta equipe. Mas como os municípios vão ter equipe qualificada se isso prevê um alto custo em termos de salários?

Em virtude das inúmeras dificuldades enfrentadas, os municípios passam a depender cada vez mais da FEMURN, das associações de municípios e também de pequenas consultorias, especialmente de contabilidade. Conforme relatou Roseane Morais⁹³, coordenadora da área técnica da AMLAP,

A falta de capacidade técnica das prefeituras é muito grande e às vezes de conhecimento do próprio gestor. Eles não têm pessoal qualificado. Não tem indicação de assessorias para qualificar o seu pessoal para elaborar o planejamento. É de sentar e chorar! Eles não têm planejamento, literalmente não tem. Com exceção de alguns municípios maiores. As prefeituras são loteadas. Existem escritórios de contabilidade que ficam com a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Por isso existe uma ciúmeira entre os escritórios que prestam assessoria aos municípios e as associações.

Para suprir às dificuldades acima mencionadas, as associações de municípios atuam na elaboração de projetos com vistas a obter êxitos em editais de demanda espontânea ou induzida abertos pelos Ministérios. Especialmente os do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Pesca que segundo a referida entrevistada, são os que mais abrem editais para financiamento de projetos voltados aos municípios.

Tanto a FEMURN como as associações oferecem vários serviços aos seus filiados. No que se refere à primeira, se destacam a publicação de seus atos em Diário Oficial, através de um sistema eletrônico de publicação dos atos normativos e administrativos utilizando a internet. As edições desse Diário Oficial são assinadas digitalmente seguindo os padrões de autenticidade, integridade e validade jurídica definida pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP/Brasil (FEMURN).

⁹² Entrevista realizada em 23 de setembro de 2013.

⁹³ Entrevista realizada em 16 de setembro de 2013.

Além disso, a FEMURN oferece um sistema de gestão SIGISS, “possibilitando a geração do ISS, a emissão do respectivo documento de arrecadação. [...] Outro serviço oferecido é a previdência⁹⁴ própria via RPPS”.

As associações de municípios também se inserem no contexto de prestação de serviços às prefeituras, sobretudo aos municípios com menor capacidade de organização institucional. Esses passam inclusive a depender das instalações físicas das associações (sala de reuniões, telefone etc) para realizar alguma atividade na capital do Estado. Foi o que relatou Roseane Moraes, coordenadora da área técnica da AMLAP.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte também tem realizado algumas ações, mesmo que ainda pontuais, para superar as dificuldades no que se refere à qualificação do corpo técnico no Estado e nos municípios. Segundo Américo Maia⁹⁵ (informação verbal),

Ultimamente o governo federal tem procurado aumentar a integração com os estados, municípios e também com as associações. O governo federal fez um acordo de cooperação técnica, onde a FEMURN está envolvida na capacitação dos técnicos municipais para elaboração do PPA para os próximos 4 anos.

Vale a pena destacar que as empresas de consultorias que atuam na maior parte dos municípios potiguaros não são as *big six* tratadas por Bernades (2006), que faz referência às empresas transnacionais de consultorias. As que atuam no Rio Grande do Norte, no contexto que se acabou de relatar, são empresas de consultoria com destaque no máximo no território nacional.

Como exemplo dessa atuação tem-se a CEPLAN e as pequenas consultorias contábeis e jurídicas que atuam na esfera dos municípios. Essas empresas não são menos importantes que as *big six*, pois a análise da sua atuação também ajuda a evidenciar numa escala menor, a tese defendida por Bernardes (2006, p. 413) sobre “a emergência de uma divisão do trabalho fundada na informação”. Como as grandes

⁹⁴ A Previdência Social brasileira é composta por três regimes: a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS): operado pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS; b) Regime Próprio de Previdência Social (RPPS): instituído por entidades públicas – Institutos de Previdência ou Fundos Previdenciários e de filiação obrigatória para os servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e c) Regime de Previdência Complementar: operado por entidades de previdência complementar, regime privado, com filiação facultativa. (Fonte: <http://www.mpas.gov.br/> <acessado em 24 de fevereiro de 2014>).

⁹⁵ Américo Maia é Coordenador de Planejamento, Acompanhamento e Controle da SEPLAN. A entrevista foi realizada no dia 13 de setembro de 2013.

consultorias, elas são expoentes de racionalidades que exercem uma significativa influência no planejamento corporativo seletivo praticado no território norte-rio-grandense.

Ainda a respeito da importância da informação Porter (1993, p. 714), diz que,

O volume e qualidade das informações disponíveis num país são de crescente importância na competição internacional moderna. [...] As informações sobre mercados, tecnologia e competição determinam as decisões das empresas.

Deve-se também considerar a atuação das consultorias prestadas pelos professores das Universidades do Rio Grande do Norte e também de Pernambuco, bem como Organismos e Instituições internacionais, cuja influência, dada à representatividade simbólica e sua competência técnica e acadêmica confere-lhes uma ação privilegiada na elaboração dos Planos; estudos e diagnósticos para respaldar o planejamento corporativo seletivo ora praticado.

Na esfera de atuação do governo estadual as ações de planejamento do Estado do Rio Grande estão sob a atribuição da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), órgão de natureza instrumental, integrante da Administração Pública Estadual Direta, nos termos da Lei Complementar N. 139, de 25 de janeiro de 1996, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999.

A SEPLAN tem a responsabilidade de planejar, coordenar, executar, supervisionar, controlar e avaliar os sistemas estaduais de planejamento, orçamento e finanças. Uma de suas características marcantes é a falta de quadros técnicos preparados para lidar com os problemas do território e da administração pública, tornando as prefeituras e o próprio Estado cativos das assessorias e consultorias privadas, nacionais ou estrangeiras.

De acordo com o seu sítio eletrônico, a SEPLAN/RN é composta pelos seguintes órgãos (ver organograma 1 a seguir):

- **Órgãos de assessoramento direto ao Secretário de Estado:** Gabinete do Secretário (GS); Assessoria Técnica (AT); Assessoria Jurídica (AJ). Órgãos de Atuação Instrumental: Unidade Instrumental de Finanças e Planejamento (USFP); Unidade Instrumental de Administração Geral (USAG).

- **Órgãos de Execução Programática:** Coordenadoria de Planejamento, Acompanhamento e Controle (COPLAC); Subcoordenadoria de Planejamento (SUPLAN); Subcoordenadoria de Acompanhamento e Controle (SUAC); Coordenadoria de Administração Financeira (CAF); Subcoordenadoria de Administração de Obrigações e da Dívida Pública (SUAD); Coordenadoria de orçamento (CPO); Subcoordenadoria de Programação Orçamentária (SUPRO); Subcoordenadoria de Execução Orçamentária (SUEX).

Organograma 1 – Estrutura Organizacional da SEPLAN/RN

Fonte: SEPLAN - <http://www.seplan.rn.gov.br/Paginas/Secretaria.aspx>
<Acesso em 01 de setembro de 2014>.

As ações de planejamento do governo estadual estão definidas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte, publicado em 1997 (MORAIS, 2012), o qual tem como principal objetivo oferecer subsídio para promover o crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades sociais no território norte-rio-grandense. Esse Plano será discutido com mais detalhes no capítulo 7, bem como os demais planos regionais elaborados para o Estado. Nos anos de 1990, os planos elaborados assumiram a particularidade de tentar promover o desenvolvimento econômico junto com as “preocupações” relacionadas à “conservação

ambiental e equidade social”, como é possível observar na página 46 do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (1997).

A incorporação da ideia de desenvolvimento sustentável nos planos regionais e a preocupação com o meio ambiente parecem ainda distantes das práticas de planejamento e gestão norte-rio-grandense. Nota-se que o Estado, através das suas instituições e também as prefeituras municipais não conseguem desenvolver a contento atividades como o licenciamento de obras, dada a escassez de quadros técnicos e também de instrumentos normativos na esfera municipal.

De acordo com a Senhora Ivani Matias, Técnica da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN/RN e da Federação de Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN, em entrevista concedida no dia 23/09/2013, apenas em 2005 – ou seja, mais de 10 anos após o início da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (concluído em 1997) – é que começou a ser discutido no Estado o processo de capacitação dos técnicos municipais que deveriam executar a política de meio ambiente. Atualmente, segundo a entrevistada, apenas 6 municípios do Rio Grande do Norte são aptos à realizar licenciamentos ambientais para liberação de obras e empreendimentos, quer sejam da iniciativa pública ou privada.

Ressalte-se que as dificuldades a que estão sujeitas as prefeituras municipais norte-rio-grandenses, não se restringe apenas ao licenciamento ambiental, mas a elaboração de projetos, publicação dos atos da administração pública, sistema de previdência etc. É nesse contexto que a Federação e as Associações de municípios tem se destacado no Rio Grande do Norte, obtendo assim uma ação de destaque na administração pública que merece ser alvo de estudos mais aprofundados.

Capítulo 7 – Os novos rumos do planejamento corporativo seletivo potiguar

Como demonstrado no capítulo 6, o final dos anos de 1980 é caracterizado pelo início de um período de mudanças na sociedade brasileira, onde o planejamento do território brasileiro passou a ser tratado numa perspectiva de ordenação territorial, conforme se observa no Capítulo II, Artigo 20 e no Capítulo IV, Artigo 29 da Carta Magna.

Esse é também o período em que se intensifica a discussão acerca do meio ambiente e com isso a necessidade de promover políticas que assegurem o futuro da humanidade e das espécies animais e vegetais existentes no planeta. Tira-se, então, o foco dos problemas socioespaciais provocados pela adoção do modo de produção capitalista e das desigualdades a ele inerentes. O meio ambiente ganha centralidade nos projetos políticos e no discurso das empresas, governos e movimentos sociais (PIQUET & RIBEIRO, 2013).

Segundo Piquet & Ribeiro (2013, p. 145-146),

A nova agenda dos organismos multilaterais – fortemente influenciada pelas ideias de *desenvolvimento sustentável*, *competitividade urbana* e *descentralização administrativa* – reforça a tendência à valorização do aumento da competitividade das cidades. Desde o início dos anos 1990, estes organismos apoiam projetos e programas nesta direção quase sempre negociados diretamente com prefeituras, sem interferência do Estado-nação. Abandona-se a perspectiva do desenvolvimento *nacional* e espera-se que a descentralização de responsabilidade para os governos locais produza o milagre de resolver os problemas de emprego e renda, as questões ambientais, a miséria e tantos outros, além de garantir governabilidade acima do sistema. O nacional dá lugar ao local, e a *gestão* substitui o *planejamento*.

Neste sentido, a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável são portadores de um forte discurso político, que conforme define Souza (2009, p. 113) é uma metáfora, pois “acoberta o tema da desigualdade”. Mesmo assim, desde a Conferência de Estocolmo em 1970 ou com a criação da Comissão de Brundtland (1987), onde o desenvolvimento sustentável tem os seus fundamentos institucionais, ele ganhou destaque na formulação das políticas públicas. Assim também tem ocorrido na Academia e nos movimentos ecológicos, que, em geral, tem utilizado esse conceito de maneira acrítica (SOUZA, 2009).

Ao refletir acerca da plasticidade das representações dos movimentos ecológicos, Subra (2007, p. 32-33)⁹⁶ autoriza a formulação de críticas sobre as contradições que permeiam os distintos interesses daquilo que se tem denominado de questão ambiental.

É a plasticidade das representações ecológicas que torna possível o desenvolvimento dessas lutas, por que permite justificar a defesa de interesses particulares em nome daquilo que parece ser de interesse ecológico comum e convergente, e de esquecer ou de manipular até que a contradição seja muito flagrante [tradução livre].

Desde a formação da Comissão de Brundtland formulam-se argumentos para reconhecer que a preservação e conservação da natureza, aliada ao desenvolvimento econômico e social com bases sustentáveis é o caminho para a promoção de um mundo mais justo. Grandes empresas e o Estado tornam-se solidários a essa assertiva para construir uma imagem ecologicamente comprometida com o futuro da humanidade.

Cabe, no entanto questionar: seria realmente a preocupação com o futuro da humanidade o elemento motivador das empresas? Ou se trata de uma nova estratégia de mercado às exigências de um consumidor cada vez mais exigente?

O Estado ao comprometer-se com as intenções contidas na Conferência e Comissão referidas garante o financiamento das Instituições bancárias e organismos de cooperação institucional para as suas políticas. As grandes empresas, por sua vez, além de conquistar um novo nicho no mercado, ganham também dedução no pagamento dos impostos, além do reconhecimento institucional e social, por ser uma empresa comprometida com o desenvolvimento sustentável do planeta.

A Lei N. 5.974 de 2005, proposta pelo Senado Federal institui incentivos fiscais para doações ou patrocínios em favor de projetos ambientais e do Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA. A Lei prevê dedução do imposto de renda às pessoas físicas ou jurídicas que fizeram as mencionadas doações. A redução é de respectivamente 80% e 40%. Não seria essa uma nova forma de assegurar o financiamento da iniciativa privada através do poder público?

⁹⁶ C'est la plasticité même des représentations écologistes qui rend possible le développement de ces luttes, puisqu'elle permet de justifier la défense d'intérêts particuliers au nom de ce qui apparaît être l'intérêt général écologique, lorsqu'il y a convergence, et d'oublier ou de manipuler celui-ci lorsque la contradiction est trop flagrante [citado como no original].

Vejam-se alguns exemplos do “comprometimento” e “responsabilidade” das empresas com a questão ambiental e a sustentabilidade. Começamos, então, pela Natura Cosméticos. Essa empresa iniciou em 1999 uma “relação com comunidades tradicionais para fornecimento de insumos da sociobiodiversidade, através de negociações diretas com pequenos agricultores e famílias extrativistas⁹⁷”. Com isso passou a desenvolver uma linha de produtos denominada Natura Ekos para atender a crescente demanda de mercado dos consumidores de produtos orgânicos.

Também os bancos, a exemplo do Bradesco, demonstram sua “responsabilidade ambiental” através da criação de fundos ou apoio a projetos que tenham preocupação ambiental. O cartão de crédito Mastercard Nacional Fundação Amazonas Sustentável é o produto oferecido pelo banco para aqueles que “desejam contribuir com o desenvolvimento sustentável da Amazônia⁹⁸”.

Os produtores de alimentos também incorporaram o atributo do meio ambiente e da sustentabilidade ambiental, e atualmente a produção de alimentos orgânicos cresce 20% ao ano no Brasil, segundo informações obtidas no sítio do SEBRAE⁹⁹. Para se ter uma ideia do crescimento do mercado de produtos orgânicos no Brasil, atualmente existem mais de 1.000 produtores orgânicos cadastrados no sítio do SEBRAE, sejam eles do ramo de alimentos, calçados, acessórios etc.

Dos anos de 1990 em diante as transformações na política e economia mundiais provocadas pela preocupação ambiental ganharam ainda mais destaque. O Governo do Rio Grande do Norte, também absorveu essas mudanças, incorporando em seus Planos, o conceito de Sustentabilidade, que estava sendo estimulado e requerido pelos Organismos Internacionais.

Como essa ideologia chegou ao Rio Grande do Norte? E, como ela foi incorporada no planejamento norte-rio-grandense?

Em meados da década de 1990, o Brasil estava envolto à discussão acerca do meio ambiente, haja vista a intensa movimentação política e social promovida pela realização de dois grandes eventos internacionais, ambos ocorridos no ano de 1992. O

⁹⁷Informações obtidas no sítio da empresa: (<http://www.natura.com.br/www/a-natura/sobre-a-natura/historia/> - acessado em 22 de agosto de 2014.

⁹⁸ Informações obtidas no sítio da empresa: <http://www.bradesco.com.br/html/classic/produtos-servicos/cartoes/fundacao-amazonas-sustentavel-bradesco-mastercard-nacional.shtm> - acessado em 22 de agosto de 2014.

⁹⁹Informações obtidas no sítio da empresa: http://www.sebrae2014.com.br/Sebrae2014/Alertas/Cresce-mercado-para-os-org%C3%A2nicos-no-Brasil#.U_d_p8VdWGs - acessado em 22 de agosto de 2014.

primeiro foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como ECO-92 ou Rio-92. O segundo ocorreu no Estado do Ceará e envolveu mais de 45 países, trata-se da Conferência Internacional sobre Impactos e Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas – ICID (TINOCO, 2005).

As discussões realizadas no ICID a respeito dos problemas ambientais e sociais na Região do Semiárido nordestino deu origem ao Projeto Áridas, que tinha como suporte o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, e a Fundação Grupo Esquel. O Projeto era voltado a “ajudar” os estados nordestinos a compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade (TINOCO, 2005). Para isso houve estímulo para que cada Estado passasse a elaborar o seu Plano de Desenvolvimento Sustentável, tendo para isso a ajuda do IICA.

É preciso ressaltar que a “ajuda” oferecida através das instituições anteriormente mencionadas, permite refletir em conformidade com George (1981) que a política dos países que comandam as instituições de financiamento frente aos países em desenvolvimento, sempre conferirá vantagens aos detentores do poder político e econômico. E é pouco provável que ela seja de fato bem intencionada.

Em 1994, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em atendimento as recomendações do ICID, passou a elaborar os Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável, por meio de parcerias com o IICA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, FADE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE, CEPLAN – Consultoria Econômica e Planejamento e com a Sociedade Civil Organizada.

Esses planos foram elaborados a partir de um diagnóstico em 8 (oito) regiões definidas para intervenção do Estado, quais sejam: Seridó; Litoral Norte; Agreste, Potengi, Trairi; Alto Oeste; Médio Oeste; Região Metropolitana de Natal; Mossoroense; Vale do Açu.

Os planos regionais de desenvolvimento sustentável no Rio Grande do Norte

Os Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável seguem as orientações definidas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (1997, p. 9), no qual o desenvolvimento sustentável é entendido como “um processo de mudança

e elevação das oportunidades sociais que compatibilize, no tempo e no espaço, o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente, e a equidade social”. Esse plano, assim como os específicos, que se referem às oito regiões de planejamento contempla cinco grandes dimensões: econômica, social, ambiental, tecnológica e político-institucional.

Elaborado durante o governo de Garibaldi Alves Filho (1995-1999), o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (1997) foi formulado a partir do estabelecimento de uma parceria firmada entre o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA, Secretaria de Estado, Planejamento e Finanças do Rio Grande do Norte – SEPLAN e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA¹⁰⁰.

De acordo com o documento têm-se as seguintes metas para o território norte-rio-grandense: crescimento econômico; aumento da participação da economia brasileira; elevação do Produto Interno Bruto – PIB; aumento da renda per capita; geração de emprego; redução da Indigência; erradicação e diminuição da taxa de analfabetismo; aumento de abastecimento de água (RIO GRANDE DO NORTE, 1997).

Nos quadros de 9-17, a seguir, é possível observar em detalhe os principais conteúdos de cada plano com destaque para os objetivos, eixos estratégicos, dimensões, instituições contratadas e equipe de elaboração, valor da consultoria, governo de referência e municípios abrangidos pelos planos.

¹⁰⁰ O IDEMA é uma autarquia criada a partir da junção de atribuições da Fundação Instituto de Desenvolvimento do RN – IDEC (1973) e a Coordenadoria de Meio Ambiente – CMA (1983). No ano de 1995 o então IDEC foi vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN/RN que, no ano seguinte, a transformou em Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA. Com a Lei Complementar n. 340 de 31 de janeiro de 2007, o IDEMA foi transformado em Instituto de Defesa do Meio Ambiente. Desde a promulgação da Lei Complementar n. 380 de 27 de dezembro de 2008, o órgão ambiental está vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH/RN, passando a chamar-se Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.

<http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=481&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Instituti%E7%E3o#sthash.m4EXHUgE.dpuf> < acessado em 22 de agosto de 2014>.

Quadro 9 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (1997) <i>Governo Garibaldi Alves Filho (1995-1999)</i>	Municípios abrangidos	Instituição contratada/ Equipe	Objetivos	Programas	Eixos estratégicos
		Valor/R\$ da consultoria			
	Os 167 municípios do território potiguar	IICA/SEPLAN/IDEMA	<u>Geral</u> : Implementar as transformações necessárias à sustentabilidade do desenvolvimento, expressa pela compatibilização do crescimento econômico, com conservação ambiental e equidade social.	Programa estadual de recursos hídricos; Programa de desenvolvimento florestal – PDF; Programa reserva da biosfera da mata atlântica do Rio Grande do Norte – RBMA/RN; Programa monitoramento de solos agrícolas e conservação/recuperação de solos degradados; Programa de preservação e recuperação de áreas de proteção ambiental e de riscos ecológicos; Programa de criação de sistema municipal de unidades de conservação – SMUC; Programa de educação ambiental do Estado do Rio Grande do Norte; Programa de educação para todos; Programa de qualificação para o trabalho; Programa de melhoria e ampliação dos serviços de saneamento; Programa de saúde com qualidade; Programa de bens e serviços assistenciais; Programa de valorização dos bens históricos e da diversidade cultural; Programa de expansão e diversificação industrial; Programa de desenvolvimento do turismo; Programa de revitalização do setor mineral; Programa de apoio ao desenvolvimento comercial integrado; Programa de desenvolvimento da agropecuária; Programa de ampliação e otimização da infraestrutura hídrica; Programa de consolidação e ampliação da infraestrutura econômica; Programa de geração e difusão de tecnologias apropriadas; Programa de criação de centros de incubadoras de empresas; Programa de capacitação em ciência e tecnologia; Programa de qualidade e produtividade na área de ciência e tecnologia; Programa de reestruturação organizacional e funcional do Estado; Programa de recursos humanos do Estado; Programa de implantação da rede estadual de informática; Programa de fortalecimento da estrutura de arrecadação fiscal do Estado; Programa de modernização e racionalização do planejamento e da gestão do Estado.	Desenvolvimento Humano; Dinamização e Reestruturação da Base Econômica; Desenvolvimento da Base Científica e Tecnológica; Reestruturação e Democratização do Estado.
		—	<u>Específicos</u> : Reduzir significativa da indigência, da pobreza e das desigualdades sociais no Estado; Elevar de maneira generalizada a qualidade de vida da população, expressa na melhoria dos indicadores sociais do Rio Grande do Norte; Gerar renda e ocupação para a população, como forma de distribuição dos benefícios sociais da dinâmica econômica, absorvendo subempregados e novos contingentes de jovens que ingressam no mercado de trabalho; Dinamizar a economia e fortalecer a base econômica norte-rio-grandense, de forma a constituir focos de dinamismo da economia nacional; Conservar os recursos naturais e do meio ambiente e recuperação de áreas degradadas, com uso racional dos recursos naturais, assegurando, a longo prazo, a sustentabilidade do desenvolvimento; Fortalecer a cidadania e organização e consciência da sociedade na sua participação social.		

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 1997.

Quadro 10 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte

Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte (2000) <i>Governo Garibaldi Alves Filho (1999-2002)</i>	Municípios abrangidos	Instituição contratada/ Equipe	Objetivos	Programas	Eixos estratégicos
		Valor/R\$ da consultoria			
	Acari, Caicó, Currais Novos, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Parelhas, São João do Sabugi, Serra Negra, Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Ouro Branco, São Vicente, Florânia, Ipueira, Jucurutu, Lagoa Nova, Santana do Seridó, São Fernando, São José do Seridó e Timbaúba dos Batistas, Bodó, Campo Grande, Cerro Corá, Equador, Santana do Matos, São Vicente, Tenente Laurentino Cruz e Triunfo Potiguar.	<u>Instituições:</u> IICA/SEPLAN/IDEMA <u>Equipe:</u> Leonel Cavalcanti Leite (Coordenador - SEPLAN); Rodolfo Teruel (Coordenador do Plano); Dom Jaime Vieira Rocha (Presidente do Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Seridó); Tânia Bacelar de Araújo (Coordenação da Dimensão Econômica e Abordagem e da Espacial); Dinah S. Tinôco (Dimensão Social) etc.	Promover as condições de vida da população; Ampliar de forma relevante os níveis de qualificação de mão-de-obra; Consolidar o processo de reestruturação econômica e dinamização das atividades produtivas; Promover o desenvolvimento ambientalmente sustentável; Fortalecer a cidadania e a melhoria do desempenho das instituições que atuam na região.	Consolidação das Cadeias Produtivas Estratégicas; Recursos hídricos; Complementação da Infraestrutura Econômica; Melhoria da Qualidade da Educação; Melhoria Habitacional.	—
		—			

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 2000.

Quadro 11 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte (2002) <i>Governo Garibaldi Alves Filho (1999-2002)</i>	Municípios abrangidos	Instituição contratada/ Equipe	Objetivos	Programas	Eixos estratégicos
		Valor/R\$ da consultoria			
	Afonso Bezerra, Angicos, Caiçara do Norte, Fernando Pedroza, Galinhos, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Lajes, Parazinho, Pedra Grande, Pedra Preta, Pedro Avelino, Poço Branco, Pureza, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.	IIICA/SEPLAN/IDEMA	Promover a melhoria das condições de vida da população por meio de sua inserção na esfera econômica e da ampliação da oferta de serviços sociais básicos; Melhorar a formação e a qualificação da população para desenvolver seu potencial criativo visando aumentar a produtividade; Incentivar e dinamizar as atividades produtivas regionais com vistas a ampliar as oportunidades de ocupação e elevar os níveis gerais de renda; Promover o desenvolvimento ambiental sustentável, estimulando iniciativas que conservem, preservem e recuperem o meio ambiente regional; Aperfeiçoar o aparato político-institucional municipal e a sua articulação com as demais instituições que atuam na região.	Programa de Ampliação e Gestão dos Recursos Hídricos; Programa de Melhoria das Condições de Saneamento Básico; Programa de proteção e gestão ambiental; Programa de desenvolvimento da base científico e tecnológica; Programa de geração e difusão tecnológica; Programa de desenvolvimento agrário e apoio a agricultura familiar; Programa para o desenvolvimento sustentável do turismo; Programa estratégico para o artesanato; Programa de consolidação e diversificação das cadeias produtivas estratégicas; Programa de ampliação da infraestrutura econômica; Programa de melhoria das condições educacionais; Programa de melhoria das condições de saúde; Programa de melhoria das condições habitacionais; Programa de melhoria das condições de ocupação e renda; Programa de promoção e resgate da cultura; Programa de institucionalização e implantação do modelo de gestão do plano; Programa de reestruturação e modernização das administrações públicas municipais; Programa de melhoria e fortalecimento das organizações sociais e empresariais e da relação Estado-sociedade.	Reestruturação e diversificação da base produtiva regional; Desenvolvimento da educação, profissionalização e tecnologia; Reestruturação das instituições públicas e democratização das relações sociedade x Estado; Ampliação da oferta, gestão integrada dos recursos hídricos e ambientais; Melhoria da qualidade de vida e inclusão social.
		—			

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 2002.

Quadro 12 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Traíri

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Traíri (2004) <i>Governo Vilma de Faria (2003-2007)</i>	Municípios abrangidos	Instituição contratada/ Equipe	Objetivos	Programas	Eixos estratégicos
		Valor/R\$ da consultoria			
	Barcelona, Bento Fernandes, Bom Jesus, Brejinho, Caiçara do Rio do Vento, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Espírito Santo, Ielmo Marinho, Jaçanã, Januário Cicco, Japi, Jundiá, Lagoa d'Anta, Lagoa de Velhos, Lagoa Salgada, Lajes Pintadas, Lagoa de Pedras, Monte Alegre, Montanhas, Monte das Gameleiras, Nova Cruz, Passa e Fica, Passagem, Santa Maria, Pedro Velho Presidente Juscelino, Riachuelo, Ruy Barbosa, Santa Cruz, Santo Antônio, São Bento do Traíri, São José do Campestre, São Paulo do Potengi, São Pedro, Senador Elói de Souza, Serra de São Bento, Serrinha, Sítio Novo, Tangará, Várzea e Vera Cruz.	<u>Instituições:</u> IICA/SEPLAN/IDEMA <u>Equipe:</u> Fidel Maria Braceras, Sebastião Francisco de Menezes; Dinah dos Santos Tinôco (UFRN) e Tânia Bacelar de Araújo (UFPE) etc.	Consolidar o processo de participação da sociedade no planejamento regional; Construir uma visão regional de estratégia de desenvolvimento; Contribuir para criação de uma visão integrada da sub-região (conjunto de municípios) e de participação na Região.	Complementação e consolidação da infraestrutura econômica; Ampliação e consolidação das cadeias ou arranjos produtivos; Desenvolvimento do turismo rural, religioso e cultural; Promoção de novas atividades econômicas; Apoio a agricultura familiar; Incentivo aos pequenos negócios; Melhoria da qualidade da educação; Formação, qualificação e capacitação da mão-de-obra; De incentivo à ocupação e renda; Redução da pobreza; Melhoria das condições habitacionais; Melhoria das condições de saúde; Valorização da cultura regional; Modernização tecnológica das cadeias produtivas relacionadas com o agronegócio; Modernização das cadeias produtivas relacionadas com indústria, comércio e a mineração; Ampliação da oferta e gestão integrada dos recursos hídricos; Conservação ambiental; Melhoria dos serviços de saneamento ambiental; Fortalecimento da gestão ambiental; Reestruturação e modernização das prefeituras e câmaras municipais; Ampliação e fortalecimento das formas colegiadas e associativas de gestão pública.	Formação, Diversificação, Ampliação e Consolidação de Cadeias Produtivas; Ampliação, Recuperação e Manutenção da Infraestrutura Básica; Elevação da Educação e Qualificação da População Regional; Melhoria das Condições Sociais da População Regional; Desenvolvimento Tecnológico, com Ênfase na Difusão de Tecnologias Apropriadas e na Assistência Técnica; Ampliação da Oferta e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos; Conservação, Preservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais; Modernização, Descentralização, Humanização e Aumento da Eficiência da Gestão Pública; Fortalecimento e Organização da Sociedade Civil e das Instâncias de Participação e Controle Social.

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 2004.

Quadro 13 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste

Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste (2006) <i>Governo Vilma de Faria (2003-2007)</i>	Municípios abrangidos	Instituição contratada/ Equipe	Objetivos	Programas	Eixos estratégicos
		Valor/R\$ da consultoria			
	<p>Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antônio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, Janduís, João Dias, José da Penha, Lucrécia, Luiz Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Messias Targino, Olho D'Água dos Borges, Paraná, Patu, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Rafael Godeiro, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Umarizal, Venha Ver e Viçosa.</p>	<p><u>Instituições:</u> IICA/SEPLAN/IDEMA</p> <p><u>Equipe:</u> Coordenação Geral do Plano: Fidel Maria Braceras; Coordenador Metodológico: Sérgio Buarque; Alguns nomes da equipe técnica: Dinah S. Tinôco, Ione Rodrigues Diniz Moraes.</p> <p>—</p>	<p>Os objetivos foram definidos por cada programa, não se observa no documento o estabelecimento de um objetivo geral a que se destina o plano.</p>	<p>Ampliação da oferta e gestão integrada de recursos hídricos; Conservação e preservação ambiental; Melhoria dos serviços de saneamento ambiental; Fortalecimento da educação e da gestão ambiental; Ampliação e consolidação das cadeias produtivas; Desenvolvimento sustentável do turismo regional; Fortalecimento das atividades industriais, comerciais, de serviços e promoção de novas atividades econômicas; Acesso aos mercados - institucional, solidário e externo; Democratização do acesso à terra; Organização da produção local para a segurança alimentar e nutricional; Complementação e consolidação da infraestrutura econômica; Expansão da oferta de educação em todos os níveis e modalidades; Melhoria da qualidade da educação; Formação e qualificação de mão-de-obra; Incentivo à ocupação e à geração de renda; Melhoria das condições habitacionais; Melhoria das condições de saúde; Valorização da cultura regional; Modernização das tecnologias relacionadas com a agropecuária e a agroindústria; Modernização das atividades relacionadas com o turismo e o comércio; Difusão das tecnologias relacionadas com a informática na Região; Reestruturação e modernização das prefeituras e câmaras municipais; Ampliação e fortalecimento das formas colegiadas e associativas de gestão pública.</p>	<p>Ampliação da infraestrutura e gestão integrada e descentralizada dos recursos hídricos; Conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais; Consolidação das cadeias produtivas, das atividades industriais, comerciais, de serviço e do comércio varejista; Pluriatividade e agricultura familiar; Ampliação, recuperação e manutenção da infraestrutura básica; Elevação da educação e qualificação da população regional; Melhoria das condições sociais da população regional; Ciência, tecnologia e inovação adaptadas à realidade regional; Modernização, reestruturação, formação de recursos humanos e aumento da eficácia, da eficiência e da efetividade da gestão pública; Promoção e valorização do capital social e das redes institucionais responsáveis pela implementação das políticas públicas.</p>

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 2006.

Quadro 14 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste (2007) <i>Governo Vilma de Faria (2003-2007)</i>	Municípios abrangidos	Instituição contratada/ Equipe	Objetivos	Programas	Eixos estratégicos
		Valor/R\$ da consultoria			
	Apodi, Caraubas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Itaú, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo e Upanema.	<u>Instituições:</u> IICA/SEPLAN/IDEMA <u>Equipe:</u> Coordenado por Fidel Maria Braceras e Sebastião Francisco de Menezes.	Os objetivos foram definidos por cada programa, não se observa no documento o estabelecimento de um objetivo geral a que se destina o plano.	Fortalecimento da educação e da capacidade institucional para a gestão ambiental; Conservação ambiental e gestão territorial; Uso racional dos recursos hídricos; Ampliação e consolidação das cadeias produtivas agroindustriais; Turismo regional; Fortalecimento das atividades industriais, comerciais e de serviços e promoção de novas atividades econômicas; Organização da produção, comercialização e segurança alimentar; Democratização do Acesso à Terra; Complementação e consolidação da infraestrutura econômica; Ampliação da oferta e gestão integrada de recursos hídricos; Expansão e consolidação da oferta de educação básica e de qualificação profissional; Melhoria da qualidade da educação; Melhoria das condições de saúde; Melhoria das condições habitacionais e do saneamento com integração e sustentabilidade; Assistência social, transferências governamentais e redução das vulnerabilidades sociais; Geração de trabalho e renda para jovens e erradicação do trabalho infantil; Valorização da cultura; Programa geração e difusão da Ciência e Tecnologia; Fortalecimento e ampliação das ações de assistência técnica; Difusão de experiências inovadoras de gestão pública; Difusão de experiências inovadoras de gestão do desenvolvimento local.	Recuperação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais e gestão integrada e descentralizada dos recursos hídricos; Consolidação das cadeias produtivas, das atividades industriais, comerciais e de serviços; Expansão e fortalecimento da agroecologia e da agricultura familiar; Ampliação, recuperação e manutenção da infraestrutura básica; Expansão e melhoria da qualidade da educação básica e da qualificação profissional; Melhoria das condições sociais e valorização da cultura; Difusão e acesso à ciência e tecnologia; Fortalecimento das organizações da sociedade civil e do governo.
		R\$ 385.865,00			

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 2007.

Quadro 15 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal – Natal Metrópole 2020

Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal – Natal	Municípios abrangidos	Instituição contratada/ Equipe	Objetivos	Ações e projetos estratégicos	Eixos estratégicos
		Valor/R\$ da consultoria			
	Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará Mirim, Extremoz, Nísia Floresta, São José do Mipibu.	<u>Instituições:</u> IDEMA/SEPLAN / FADE – UFPE / CEPLAN	Os objetivos foram definidos por cada programa, não se observa no documento o estabelecimento de um objetivo geral a que se destina o plano.	Ações e projetos físico-territoriais; Ações e projetos sociais; Ações e projetos econômicos; Ações e projetos ambientais.	Diferente dos demais planos, o da RMN organiza-se em Ações e Projetos Estratégicos e não em eixos.
		R\$ 746.240,00			

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 2007.

Quadro 16 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Mossoroense

Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Mossoroense (2009) <i>Governo Vilma de Faria (2003-2007)</i>	Municípios abrangidos	Instituição contratada/ Equipe	Objetivos	Programas	Eixos estratégicos
		Valor/R\$ da consultoria			
	Mossoro, Areia Branca, Grossos, Tibau, Barauna e Serra do Mel.	<p><u>Instituições:</u> IDEMA/SEPLAN / FADE – UFPE / CEPLAN</p> <p><u>Equipe:</u> Coordenação geral de Paulo Henrique de Macedo Carlos, a coordenação técnica de Carlos Nascimento Silva e a coordenação metodológica de Tânia Bacelar de Araújo. Como consultores, Aristotelina P. B. Rocha, Ione Rodrigues D. Moraes, Tania Bacelar de Araújo. E colaboração de José Felipe Lacerda.</p>	Os objetivos foram definidos por cada programa, não se observa no documento o estabelecimento de um objetivo geral a que se destina o plano.	Gestão dos Recursos Hídricos e do Saneamento Ambiental; Desenvolvimento e Gestão Ambiental; Recuperação e Conservação do Meio Ambiente; Fortalecimento da Agricultura e Pecuária e Dinamização da Agroindústria Regional; Melhoramento e Expansão da Infraestrutura de Produção Econômica; Dinamização do Turismo Regional; Expansão e Diversificação do Setor Industrial; Universalização da educação básica e melhoria do atendimento na creche; Melhoria da qualidade do ensino; Redução dos abandonos e monitoramento das atividades Educacionais; Valorização da cultura; Aumento da taxa de atividade da População em Idade Ativa e redução do desemprego; Melhoria das condições habitacionais; Melhoria das Condições de Saúde; Segurança Pública; Geração e Difusão da Ciência e Tecnologia; Fortalecimento e Ampliação das Ações de Assistência Técnica; Difusão de experiências inovadoras de gestão pública; Difusão de experiências inovadoras de gestão do desenvolvimento local.	Uso racional dos recursos hídricos e saneamento ambiental; Política territorial e meio ambiente; Fortalecimento do setor econômico regional; Expansão e melhoria da qualidade da educação básica e valorização da cultura; Melhoria das condições sociais e do trabalho; Educação profissional, ciência e tecnologia; Gestão e desenvolvimento institucional.
		R\$ 451.132,50			

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 2007.

Quadro 17 – Descrição simplificada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Açu

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Açu (2009) <i>Governo Vilma de Faria (2003-2007)</i>	Municípios abrangidos	Instituição contratada/ Equipe	Objetivos	Programas	Eixos estratégicos
		Valor/R\$ da consultoria			
	Alto do Rodrigues, Açu, Carnaubais, Guamaré, Ipanguaçu, Itajá, Macau, Paraú, Pendências, Porto do Mague, São Rafael,	<p><u>Instituições:</u> IICA/SEPLAN/IDEMA</p> <p><u>Equipe:</u> Coordenação Geral, o Paulo Henrique de Macedo Carlos; na coordenação técnica Carlos Nascimento da Silva e na coordenação metodológica: Tânia Bacelar de Araújo, que também atuou na condição de consultora.</p>	Os objetivos foram definidos por cada programa, não se observa no documento o estabelecimento de um objetivo geral a que se destina o plano.	Gestão dos Recursos Hídricos e do Saneamento Ambiental; Desenvolvimento e Gestão Ambiental; Recuperação e Conservação do meio Ambiente; Fortalecimento da Agricultura e Pecuária e Dinamização da Agroindústria Regional; Melhoramento e Expansão da Infraestrutura de Produção Econômica; Expansão e Diversificação do Setor Industrial; Criação de Infraestrutura de Apoio ao Desenvolvimento da pesca e da Aquicultura; Dinamização e Consolidação do Turismo Regional; Universalização da educação básica e melhoria do atendimento na creche; Melhoria da qualidade do ensino; Redução dos abandonos e monitoramento das atividades educacionais; Valorização da cultura; Aumento da taxa de atividade da População em Idade Ativa e redução do desemprego; Melhoria das condições habitacionais; Melhoria das Condições de Saúde; Segurança Pública; Geração e Difusão da Ciência e Tecnologia; Fortalecimento e Ampliação das Ações de Assistência Técnica; Difusão de experiências inovadoras de gestão pública; Difusão de experiências inovadoras de gestão do desenvolvimento local.	Uso racional dos recursos hídricos e saneamento ambiental; Política territorial e meio ambiente; Fortalecimento do setor econômico regional; Expansão e melhoria da qualidade da educação básica e valorização da cultura; Melhoria das condições sociais e do trabalho; Ampliação do ensino médio, tecnológico e superior, com incentivo à pesquisa; Fortalecimento das organizações da sociedade civil e do governo.
		R\$ 451.132,50			

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 2009.

Metodologia para elaboração dos planos de desenvolvimento sustentável

A metodologia adotada para elaboração dos nove Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte tomou como referência os seguintes procedimentos: 1) revisão bibliográfica e documental; 2) oficinas regionais e sub-regionais ou municipais; 3) diagnóstico regional; 4) entrevistas; 5) análise de cenários, 6) redação dos Planos, 7) apresentação dos planos ao governo estadual (RIO GRANDE DO NORTE, 1997, 2000, 2002, 2004, 2009, 2006, 2007). Embora esses elementos metodológicos sejam comuns a todos os planos, a definição dos programas e projetos tem como ponto de partida as características e condições inerentes ao perfil de cada região de abrangência dos respectivos planos por meio da realização de diagnósticos, os quais serviram de base para a definição de um cenário desejável. Também é comum a consideração de quatro dimensões: ambiental, sociocultural, econômica e institucional.

O uso da metodologia de definição dos cenários na elaboração dos planos mostra o esforço do Estado do Rio Grande do Norte em estar em sintonia não apenas com a ideologia e direcionamento político brasileiro que conforme se viu no capítulo 6 também faz uso dessa metodologia para formular políticas nacionais. Todavia demonstra também sua sintonia com a adoção do planejamento estratégico de inspiração empresarial que tem sido adotado em outros países desde os anos de 1980. De acordo com Porter (1989, p. 412), “o uso dos macrocenários reflete o fato de que as companhias de petróleo, de recursos naturais e aeroespaciais terem sido as primeiras a empregarem cenários para o planejamento sendo a Royal Dutch/Shell amplamente reconhecida como pioneira”.

As oficinas municipais ou sub-regionais foram realizadas por meio da consideração do agrupamento de alguns municípios, que compõem as 8 regiões definidas nos Planos. Nessas oficinas, era estimulado que seus participantes identificassem os problemas, potencialidades e o futuro desejado para a sua região ou município. Entretanto, na Região do Vale do Açu, observa-se uma fraca organização social, conforme foi demonstrado no diagnóstico que fundamentou o Plano (RIO GRANDE DO NORTE, 1997, 2000, 2002, 2004, 2009, 2006, 2007). Além disso, havia a escolha de representantes para integrar as grandes oficinas regionais, estimulando com isso a participação popular em vários segmentos. Nota-se, com base na leitura dos planos que a metodologia utilizada para realização das oficinas está pautada na

concepção de estratégia do Modelo de Harvard, que conforme descreve Lopes (1998, p. 81), “busca definir as fortalezas e fraquezas internas de uma organização frente às ameaças e oportunidades externas”. Ou seja, busca se adequar aos preceitos das novidades trazidas pelo planejamento estratégico.

A revisão bibliográfica e documental pautou-se basicamente em literaturas que abordam a temática do planejamento urbano e regional, desenvolvimento sustentável, além de diagnósticos, estudos, planos (Planejamento Plurianual – PPA), programas e legislação (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) acerca do Rio Grande do Norte.

Duas escolhas conceituais são bastante claras nos planos analisados: a primeira é o desenvolvimento sustentável. A segunda é o planejamento, que conforme consta no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairí, (2004, p. 3) procurou-se definir de acordo com Araújo (2000) e Buarque (2002) como o “encontro de duas lógicas, a racionalidade técnica e a lógica política, isto é, a análise e elaboração técnica de um lado, e o processo político de decisões e escolhas”. Já no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste (2007, p. 47), o planejamento é tratado na perspectiva regional, sendo definido como uma “visão de longo prazo, abordagem sistêmica, tratamento multidisciplinar, negociação, política e participação social”.

O sentido atribuído à elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte, que segundo Tinoco (2005, p. 24) “foi um dos últimos a serem elaborados no âmbito do país”, era o de compatibilizar a intervenção pública e a iniciativa privada no território norte-rio-grandense, pois é considerado como um elemento orientador das ações do Estado e da iniciativa privada, independente do governo vigente (GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1997).

É importante destacar a realização de entrevistas com lideranças empresariais, políticas, religiosas, sindicais e comunitárias, sobre o futuro desejado para suas regiões, bem como a identificação dos principais problemas que as afetam. Essas concepções foram integradas aos diagnósticos regionais. Ao término de todas as atividades que compuseram a metodologia, ocorreu a redação dos Planos e, após isso, a sua apresentação ao Governo do Estado.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (1997) tem como elemento orientador a definição de duas grandes políticas: 1) Desenvolvimento Integrado e Equilíbrio do Espaço; 2) Conservação e Uso Racional dos Recursos Naturais. A essas políticas estão agrupadas 4 grandes programas entendidos como eixos

de desenvolvimento, que por sua vez, estão vinculados diretamente às opções estratégicas: Desenvolvimento Humano, Dinamização e Reestruturação da Base Econômica, Desenvolvimento da Base Científica e Tecnológica, e Reestruturação e Democratização do Estado. No fluxograma 1 são apresentadas as opções estratégicas contidas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (1997).

Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (1997)

Um aspecto interessante contido na proposta de elaboração dos planos diz respeito ao peso que se deu a participação da sociedade civil no tocante a identificação dos problemas e apontamentos de programas, projetos e políticas interessantes ao contexto regional de circunscrição dos planos. Destaca-se o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó, que segundo Tinoco (2005), de todos os planos elaborados, a participação popular se deu de modo mais relevante. Essa participação é também observada na formulação dos demais planos, em maior ou menor grau. Todavia também merece destaque o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Traíri, no qual há um volume completamente dedicado ao relato da participação da sociedade, a qual foi ouvida em cada um dos municípios. As contribuições fornecidas através da participação popular foram organizadas nos seguintes itens: potencialidades; problemas; soluções propostas; visão do futuro. Também consta a indicação dos representantes para participar das reuniões sub-regional e regional, e a avaliação das oficinas municipais. Destaque-se ainda o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal¹⁰¹ – Natal Metrópole 2020, que contou com a participação do Conselho Metropolitano, o qual acompanhou a elaboração do plano.

Esse plano parte de uma compreensão físico-territorial da Região Metropolitana para definir as ações que devem orientar a ação do Estado. Sua proposição é de um (re) ordenamento territorial, que é visto no documento como um elemento relevante, sobretudo no que se refere ao processo de ocupação do solo e distribuição das atividades econômicas. Embora os planos de desenvolvimento sustentável sejam uma novidade do período técnico-científico-informacional no Rio Grande do Norte, eles continuam a incorporar velhos vocabulários, à exemplo de “físico-territorial”, cuja origem é dos anos de 1960-1970, período áureo do regime autoritário no Brasil.

Por meio da adoção dessa perspectiva, o plano visa contribuir para alcance equidade socioeconômica e preservação cultural e ambiental (RIO GRANDE DO

¹⁰¹ A Região Metropolitana de Natal foi criada através da Lei Complementar Estadual n. 152 de 16 de janeiro de 1997, através da iniciativa da Deputada Federal Fátima Bezerra. Contava, inicialmente, com seis municípios Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. Como Vereador, George Câmara criou através da Resolução nº 304/01 de 26/03/2001 as Câmaras Municipais a criação do Parlamento Comum da Região Metropolitana de Natal, um instrumento absolutamente pioneiro no Legislativo Municipal, capaz de compartilhar esperanças e desafios do tamanho das necessidades de uma metrópole em formação. Atualmente, a RMN é composta de 11 Municípios: Natal, Parnamirim, São José de Mipibú, Nísia Floresta, Vera Cruz, Monte Alegre, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim e Maxaranguape.

NORTE, 2007). Segundo o documento,

São as singularidades do meio ambiente natural dessa metrópole que demandam que a questão ambiental seja tratada com destaque, conferindo-lhe a devida importância na proposta de (re) ordenamento territorial. [...] É indiscutível que, qualquer que seja a proposta de ordenamento territorial deve ser considerada a questão ambiental e os princípios da conservação urbana e, em extensão, do desenvolvimento sustentável. (Rio Grande do Norte, 2007, p. 13 - 17).

A proposta de (re) ordenamento territorial apresentada no Plano propõe a divisão da RMN em 4 macro áreas de atuação, segundo os distintos padrões de uso e ocupação do solo, demografia, socioeconomia. São elas: Áreas de grande valor ambiental¹⁰²; Áreas rurais; Áreas urbanizadas¹⁰³; Áreas propícias à urbanização.

O Plano apresenta como recomendações atenção para a rede viária metropolitana e os portais metropolitanos, acompanhamento da elaboração e implementação do Plano Diretor de Transporte Metropolitano, formação e controle do estoque fundiário, com vistas a implementar uma política de habitação de interesse social, acompanhamento da implantação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, e promoção do polo científico e inovação tecnológica de Macaíba.

No tocante às ações e projetos para a Região Metropolitana de Natal, o Plano está estruturado da seguinte maneira:

- **Ações e Projetos Sociais:** apoio aos serviços educacionais, apoio aos serviços de saúde, articulação da política de habitação de interesse social em escala metropolitana, concepção de uma política de segurança alimentar e nutricional.
- **Ações e Projetos Econômicos:** implantação de distrito metropolitano de alimentos, implantação de áreas de produção de agroenergéticos (álcool e

¹⁰² Áreas da RMN que ainda mantém significativa característica natural (dunas, margens de rios e lagoas, canais e gamboas dos estuários, porções de mangues e alagados, e remanescentes de matas). Destacam-se, portanto, o entorno do rio Potengi; entorno da lagoa de Extremoz; conjunto de dunas litorâneas; entorno das lagoas de Nísia Floresta, entorno da várzea do Ceará-Mirim.

¹⁰³ Área central do núcleo metropolitano (Ribeira, Cidade Alta, Alecrim); centro expandido do núcleo metropolitano (Avenida Senador Salgado Filho, Avenida Hermes da Fonseca), correspondente aos bairros de Petrópolis, Tirol, Lagoa Nova, Candelária e Capim Macio; área circundante ao centro expandido do núcleo metropolitano (contorno do Parque das Dunas, Ponta Negra); área de expansão orientada pelo turismo articulado ao mercado imobiliário (Ponta Negra, Avenida Ayrton Sena, Cidade Verde, Nova Parnamirim), assentamentos populares consolidados (construções horizontais), assentamentos populares em condições de risco; conjuntos habitacionais; loteamentos inseridos nas manchas urbanas.

biocombustíveis), apoio às cadeias e aos arranjos produtivos estratégicos, apoio à diversificação do turismo, consolidação do sistema público de emprego, trabalho e renda, apoio à implantação da Zona de Processamento de Exportação de São Gonçalo do Amarante (ZPE).

- **Ações e Projetos Ambientais:** requalificação da planície fluviomarinha do Potengi, programa cordões dunares metropolitanos, saneamento básico e ambiental, implantação do Centro de Tecnologia Ambientalmente Saudáveis – TAS, implantação de áreas florestais de exploração silvícola.

Um fato relevante a ser destacado é que como nos demais Planos de Desenvolvimento Sustentável, foi selecionada uma equipe de técnicos para a sua elaboração. Nesse caso, contrataram-se professores universitários da UFRN e UFPE, além de consultores que integram o quadro de profissionais da Consultoria Econômica de Planejamento – CEPLAN¹⁰⁴, além de consultores autônomos para um contrato de 18 meses.

A CEPLAN é uma empresa de destaque no ramo das consultorias no Nordeste brasileiro e tem como alguns de seus clientes: FADE, SEBRAE, IICA, Grupo Neoenergia, BNDES, CEF, BNB, BID e BM. No Rio Grande do Norte, no período de 2005 a 2011, a empresa celebrou 9 contratos de consultoria, conforme informações obtidas no sítio¹⁰⁵ da CEPLAN, são eles:

1. Diagnóstico e elaboração do projeto de fortalecimento do sistema de planejamento do Rio Grande do Norte. Cliente: FADE/UFPE para o Governo do RN. Período: 2005.
2. Elaboração dos cenários econômicos e demográficos do Rio Grande do Norte (2005-2015). Cliente: COSERN. Período: 2005.
3. Elaboração do relatório evolução recente e cenários econômicos e demográficos do Rio Grande do Norte. Cliente: COSERN (Neoenergia). Período: 2006.
4. Plano da Região Metropolitana de Natal. Cliente: Governo do RN. Período 2006-2007.

¹⁰⁴ A empresa tem sua sede em Recife-PE e foi fundada em 1996 por economistas com experiência em planejamento, tem como sócios e diretores Tânia Bacelar de Araújo, Jorge Jatobá etc. Na equipe de consultores da consultoria também está Jan Bitoun, que atua como professor do Departamento de Geografia da UFPE.

¹⁰⁵ http://www.ceplanconsult.com.br/imagens/curriculo/Curriculum_CEPLAN_junho_2014.pdf

5. Elaboração do relatório evolução recente, cenários e projeções 2007-2017 da economia do RN. Cliente: COSERN. Período: 2007.
6. Elaboração do relatório evolução recente da economia do RN: cenários e projeções, 2008-2018. Cliente: COSERN, 2008.
7. Estudo de avaliação de impacto do programa de combate à pobreza rural no RN. Cliente: Coordenadoria de Projetos Especiais – COPES/ Programa de Desenvolvimento Solidário. Período: 2010-2011.
8. Avaliação de desempenho físico do programa de combate à pobreza rural – PCPR, II fase no RN. Cliente: Governo do RN/Secretaria de Estado do Trabalho, de Habitação e Assistência Social. Período: 2011.
9. Avaliação de impactos dos subprojetos produtivos do PCPR II, fase II, no âmbito do projeto de redução da pobreza rural no RN. Cliente: Governo do Estado do RN/Secretaria de Trabalho, de Habitação e Assistência Social. Período: 2011.

Vê-se, portanto, a relevância que tem a CEPLAN no Estado do Rio Grande do Norte com atuação destacada em vários estudos para definição de cenários, projeções e avaliações de políticas públicas, encomendados pelo Governo. Isso se deve, sobretudo, a representatividade de Tânia Bacelar de Araújo nas Universidades ou em outras Instituições Públicas que tem atuado. Nesse sentido, esse tipo de consultoria pode sinalizar para o fortalecimento de um novo saber-poder, que tem grande peso na formulação dos Planos e estratégias de ação do Governo Estadual.

Diagnóstico das regiões de abrangência dos planos

O diagnóstico apresentado nos planos evidenciou o contexto de desigualdades que permeiam o território norte-rio-grande nas suas distintas regiões de planejamento. Mesmo nas que se destacam devido a sua maior dinâmica socioeconômica, a exemplo da Região Metropolitana de Natal, Região Mossoroense e Região do Vale do Açu, também se diagnosticou inúmeros problemas com os quais a população é obrigada a conviver.

Diante disso, é possível observar que determinados problemas são comuns em todas as regiões do Estado do Rio Grande do Norte, dos quais será destacado a título de ilustração, o analfabetismo. Dentre as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento

Sustentável do Rio Grande do Norte (1997), a erradicação e diminuição da taxa de analfabetismo aparecem como um dos grandes problemas. Todavia 17 anos se passaram desde a elaboração do documento e até o momento a situação no Rio Grande do Norte ainda merece ser objeto de maior atenção. Pelo menos foi o que se constatou no documento publicado em 2013 pelo Observatório da Educação do Rio Grande do Norte, cujo título é: “Estudo sobre a taxa de analfabetismo dos municípios do Rio Grande do Norte com base nos censos do IBGE dos anos de 1991, 2000 e 2010”, realizado através de uma parceria entre o Sindicato da Indústria e da Construção Civil do Rio Grande do Norte – SINDUSCON/RN e o Instituto de Desenvolvimento da Educação – IDE.

De acordo com esse estudo pode-se constatar que entre os estados da federação brasileira, o Rio Grande do Norte não ocupa a pior posição no ranking do analfabetismo, considerando-se a população entre 15 a 80 anos e mais, pois está a 23^a colocação. Todavia, se observarmos os dados dos municípios norte-rio-grandenses é evidente que o analfabetismo continua sendo um problema que demanda atenção do Estado para o seu enfrentamento. Consta-se ainda que entre os municípios com menor percentual de analfabetos apenas dois apresentaram em 2010 uma população analfabeta menor que 10%: Natal (7,9%) e Parnamirim (7,6%). Outra constatação importante diz respeito ao fato de que os três municípios com maior percentual de analfabetos estarem situados nas regiões mais desiguais do estado: Alto Oeste, onde se localiza João Dias (37,6% analfabetos); e Agreste, Potengi, Trairí, que abriga os municípios de Espírito Santo (39%) e Lagoa Salgada (35,2%). A constatação dessa situação reforça os argumentos apresentados por Marcos Guerra¹⁰⁶ (informação verbal), acerca dos analfabetos potiguares.

[...] eles foram produzidos pela escola pública. Pela negação do acesso à educação básica. Foram produzidos de caso pensado. [...] Isso é voluntário, é desejado, é objetivo político.

Dentre as conclusões apresentadas no já mencionado estudo tem-se que dos 167 municípios do Rio Grande do Norte, 27 tiveram no ano de 2010 um decréscimo entre 50% e 59,5% no que se refere ao percentual de população analfabeta entre 15 a 80 anos e mais, fato que demanda maior atenção do poder público para fomentar a realização de ações integradas com a sociedade civil com vistas ao combate radical do analfabetismo.

¹⁰⁶ Ex-secretário de Estadual de Educação do Governo do Rio Grande do Norte. Entrevista concedida em 01 de julho de 2014.

A partir das taxas de analfabetismo produzidas pelo referido estudo, elaboramos a sua representação espacial, conforme se pode observar no mapa 8. O mapa ajuda a evidenciar a expressão do analfabetismo no território potiguar. Onde, Natal e alguns municípios de sua Região Metropolitana, Mossoró, além dos municípios de Caicó, Parelhas e Currais Novos, na Região do Seridó, se destacam com as melhores taxas.

Mapa 8 – RIO GRANDE DO NORTE: taxa de analfabetismo por município, 2010.

Fonte: Estudo sobre a taxa de analfabetismo dos municípios do Rio Grande do Norte com base nos censos do IBGE dos anos de 1991, 2000 e 2010.

O mapa 9 (a seguir), também é bastante elucidativo, pois permite refletir acerca da relação entre o número de habitantes e o número de pessoas sem instrução e ensino fundamental incompleto no Rio Grande do Norte entre 15 e 80 anos e mais. Esse número é de 1.504.033 pessoas (corrigir com mapa novo), conforme dados do censo realizado pelo IBGE para o ano 2010.

Mapa 9 – RIO GRANDE DO NORTE: População e pessoas sem instrução ou ensino fundamental incompleto entre 15 anos e mais, por município em 2010.

Fonte: IBGE, 2010.

O mapa ajuda a demonstrar quão significativo é a proporcionalidade entre os círculos que representam cada um dos dados utilizados. Destacam-se negativamente não apenas a Região do Alto Oeste Potiguar, onde se concentram os municípios com o menor número de habitantes, e a Região Agreste, Potengí, Traíri norte-rio-grandense, mas todo Estado.

A despeito do objetivo estabelecido no Plano, o Estado continua muito distante de solucionar o problema do analfabetismo. O mesmo se pode dizer do aumento do número de empregos, pois o saldo positivo de admissão e demissão de trabalhadores em regime de Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ainda se concentra em subespaços das regiões mais dinâmicas do Rio Grande do Norte.

As principais cidades do estado são também as que concentram o maior número, seja de empregados ou de desempregados no setor formal da economia, ajudando a evidenciar onde se concentra a maior dinâmica econômica do território. Com base no mapa 10, é possível falar na existência de 4 regiões, onde há uma maior densidade de pessoas admitidas em regime de CLT. São elas: Região Metropolitana de Natal, Região

de Touros, Região de Caicó e a Região de Mossoró. As demais regiões seriam, portanto, regiões de rarefação se considerado a comibação dos dados apreciados.

Mapa 10 – RIO GRANDE DO NORTE: Saldo admissão/demissão por município, 2010.

Fonte: RAIS/CAGED, 2010.

Conforme se pode observar por meio da leitura do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Litoral Norte (2002), vê-se que essa região caracteriza-se pela existência de vários problemas de ordem social e econômica, dentre os quais se destaca a baixa qualificação da população em idade de trabalho, bem como desemprego e disseminação da violência.

Situação semelhante é a da Região Agreste Potengi e Traíri, que de acordo com o diagnóstico apresentado no seu plano de desenvolvimento sustentável identificou um grande número de problemas, dos quais se ressaltam: a) assistência técnica rural deficiente; b) baixo padrão tecnológico na agropecuária; c) infraestrutura deficiente; d) elevado grau de dependência das receitas municipais (transferências intergovernamentais) por parte das prefeituras que integram a região; e) fraca gestão

pública e baixo grau de associativismo municipal (RIO GRANDE DO NORTE, 2004). Ao que se pode observar através da leitura do documento, este último é deficitariamente suprido pela Associação dos Municípios do Litoral Agreste – AMLAP e Federação de Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN, que prestam assessoria às prefeituras.

Em se tratando do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste (2007) compreende uma região potiguar, cuja particularidade é a inserção de grande parte dos municípios encontra-se no semiárido nordestino. Esse fato lhe confere a lida com o problema das secas periódicas, da desertificação, além dos que são comuns nas demais regiões do Rio Grande do Norte, a saber: saúde, baixa qualificação profissional, educação, infraestrutura básica deficiente.

Por outro lado, apesar de seus muitos problemas as regiões Alto Oeste, Mossoroense, Vale do Açu e Região Metropolitana de Natal se diferenciam, em virtude da concentração de infraestrutura, recursos naturais e dinâmica socioeconômica em alguns subespaços do seu território.

A região do Vale do Açu é das mais dinâmicas e promissoras do Rio Grande do Norte, uma vez que nela está localizada a Termoçu¹⁰⁷, fontes de petróleo, calcário, extração de sal, e é também um polo da fruticultura irrigada voltada para exportação. Por outro lado essa região possui problemas como desemprego, baixa escolaridade e sistema de ensino de qualidade questionável.

O Alto Oeste é uma Região dotada de grande potencial mineral. Sua formação geológica, que se constitui de embasamento cristalino confere a existência de granito, scheelita, berilo, ferro, mica, ouro, águas marinhas etc. Todavia, a despeito da riqueza mineral, a referida Região caracteriza-se pela baixa renda da população e infraestrutura deficiente.

A infraestrutura regional apresenta deficiência de estradas, telefonia rural e energia elétrica principalmente na área rural. Estes territórios - de baixa densidade demográfica e/ou baixa perspectiva de retorno do investimento realizado nesses segmentos - se veem carentes desses tipos de serviços básicos. Portanto, a Região tem baixos níveis de

¹⁰⁷ É uma empresa controlada pela Petrobrás, com participação de 76,87% e pelo grupo Neoenergia, o qual detém 23,13% de participação. Localizada no município de Alto do Rodrigues, a Termoçu S/A está em operação desde 2008. Após aquisição da Petrobrás em 2013 recebeu a denominação de Jesus Soares Pereira. A usina tem capacidade instalada de 323 MW. Sua energia elétrica supre as distribuidoras do Grupo Neoenergia (COELBA e COSERN) e o vapor é utilizado pela Petrobrás para injeção contínua nos seus poços de petróleo, a fim de aumentar sua produção na região (<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/termeltricas/jesus-soares-pereira.htm> <acessado em 05 de março de 2014>).

Na região mossoroense, grande produtora de petróleo e gás, destaca-se a degradação do meio ambiente: poluição (águas e solos), erosão, salinização, desmatamento, derramamento de óleo; ocupação desordenada do espaço urbano; fragilidade das organizações sociais; baixa qualidade do sistema de educação; moradias precárias e insuficientes (RIO GRANDE DO NORTE, 2009).

Modelo de gestão dos planos

A concepção ideológica e teórica da elaboração dos planos demonstra o esforço por parte do Estado e da população de modernizar o planejamento norte-rio-grandense. Embora, ainda hoje esse planejamento seja permeado pela política de famílias oligarcas. Nesse sentido, os modelos de gestão apresentados nos planos de desenvolvimento sustentável para o Rio Grande do Norte, formulados a partir da década de 1990 até 2009, adotaram bases teóricas que tem no meio ambiente, desenvolvimento sustentável, participação popular e nas parcerias público-privadas, mostrando sua sintonia com as políticas nacionais de ordenação do território e de desenvolvimento regional.

Mesmo assim, aquilo que se preconiza na esfera da União, nem sempre adere à realidade da esfera estadual, haja vista o descompasso entre o planejamento e a sua execução. Apesar de incorporarem as novidades teóricas, conceituais e metodológicas do período técnico-científico-informacional, o planejamento norte-rio-grandense ainda é pouco eficaz para combater as desigualdades. Todavia demonstra sua eficiência, para o atendimento de demandas de grupos específicos e seletos, por isso insiste-se aqui em denomina-lo de corporativo seletivo.

O modelo de gestão adotado nos nove planos guarda muitas semelhanças, sobretudo no que se refere a participação do Legislativo, Executivo estadual, e participação popular, os quais estariam em constante integração com as instâncias de participação (conselhos) para garantir a gestão dos programas e projetos definidos nos documentos produzidos. O fluxograma 2 (a seguir), contido no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (1997), apresenta a interação entre os agentes acima mencionados, que serviu de orientação para os demais planos formulados a partir de então.

O exemplo do modelo de gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do

Seridó (2000) é bastante interessante, uma vez que procurou avançar na definição de sua estrutura organizacional. Ela é composta por um conjunto de órgãos colegiados de caráter consultivo e também uma unidade de planejamento e gestão. Os órgãos consultivos são: Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável; Conselhos Sub-Regionais de Desenvolvimento Sustentável; Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (2000, p. 7), a unidade de planejamento e gestão do plano ficava a cargo de “uma entidade do tipo Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a ser constituída de acordo com as disposições da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, sob a denominação de Agência de Desenvolvimento do Seridó”. A Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó – ADESE foi criada em 17 de abril de 2001. Suas ações focam no desenvolvimento da região do Seridó, podendo atuar em todo território norte-rio-grandense, no Seridó paraibano e no território formado pela bacia hidrográfica do rio Piranhas-Açu (PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SERIDÓ, 2000).

Dada à sua capacidade de organização e de mobilização social, a Região do Seridó é a única que conseguiu levar a diante os direcionamentos propostos no Plano, conforme relatos de Ivani Matias¹⁰⁸ (informação verbal).

Já se tem todos os Planos, falta a implementação. O único que tem hoje uma agenda com formato de gestão é o do Seridó, que tem uma agência [ADESE]. Mas o diferencial do Seridó é a participação. Isso se deve muito a Igreja Católica, que tem um papel fundamental na Região.

¹⁰⁸ Técnica da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN/RN e da Federação de Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN.

Fluxograma 2 – Modelo de Gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte

(*) Os Conselhos Regionais serão criados à medida que os próprios Municípios sintam necessidade dessa instância de articulação.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (1997)

Embora o Plano tenha uma maior capacidade de adesão pelos diferentes agentes envolvidos na sua formulação e execução, coexistiram durante o processo embates políticos e conflitos de interesse, haja vista tratar-se de uma região marcada pela presença de oligarquias e desmandos políticos. E se até os anos de 1970, quando a população do Seridó estava mais concentrada no meio rural, o perfil profissional dos prefeitos era de proprietários rurais, sobretudo ligados à criação de gado e cultivo de algodão, atualmente, com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral – TER/RN esse perfil sofreu algumas mudanças.

Essas mudanças podem ser comparadas com dados de 1999 obtidos no Plano do Seridó, onde as 3 profissões que mais se destacavam eram: agropecuaristas (4 prefeitos); médicos (4 prefeitos), engenheiros agrônomos (3 prefeitos). Em 2012, os dados do TRE-RN revelaram que os políticos (prefeitos e vereadores) juntamente com os comerciantes, médicos, empresários e servidores públicos, são os que mais se destacaram na ocupação do maior cargo executivo municipal na Região do Seridó (ver mapa 11 a seguir). Todavia, deve-se ressaltar que esses profissionais também se destacam na ocupação do mesmo cargo nas demais regiões do Rio Grande do Norte.

O tradicional perfil de grande proprietário de terras está mudando, mas não significa uma mudança nos rumos de comando do Estado, onde as mesmas famílias oligarcas apresentadas no capítulo 3 desta tese, continuam exercendo seu poder majoritário na política estadual. Muda, no entanto, a capacidade de diversificação de seus investimentos e sua capacidade de se recriar através de alianças políticas e econômicas para continuar a exercer uma prática política sobremodo tradicional.

Note-se ainda, uma transferência do poder político na forma de uma “herança” dos tradicionais oligarcas para os seus filhos e parentes mais próximos, a exemplo do que ocorreu entre Aluizio Alves e seu filho Henrique Eduardo Alves, já demonstrado nesta tese. E continua ocorrendo com José Agripino Maia (DEM), pai do Deputado Federal Felipe Maia. Wilma de Faria (PSB) e Lavoisier Maia (PSB), pais da Deputada Estadual Márcia Maia (PSB). E Robinson Faria (PSD), pai do Deputado Federal Fábio Faria (PSD), para citar apenas alguns exemplos.

Mapa 11 – RIO GRANDE DO NORTE: profissão dos prefeitos eleitos, por município, 2012.

Fonte: TRE/RN, 2012.

Os demais planos não diferem muito dos modelos de gestão adotados no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (1997) e do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (2000). Diferenciam-se sutilmente no tocante as instâncias de deliberação dos interesses das regiões, como se pode destacar o modelo de gestão do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste que tem no Conselho de Desenvolvimento Regional do Médio Oeste – CODESMO, sua instância de deliberação; Agência de Desenvolvimento Regional do Médio Oeste – ADESMO, que é a instância executiva do CODESMO e 8 fóruns municipais. Propõem-se ainda a criação de um Conselho Gestor – CONGEP para acompanhamento do Plano, que deveria ser institucionalizado pelo Governo do Estado.

No que concerne à Região Metropolitana de Natal, na gestão do plano há o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal – CDMN, o qual tem caráter normativo e deliberativo e é vinculado à SEPLAN. E os seguintes órgãos consultivos: grupos temáticos de caráter setorial para subsidiar decisões de assuntos específicos, como por exemplo, transporte e modelo de gestão.

A despeito de todas as formulações contidas na elaboração do Plano no que tange à gestão de projetos e uma ação orientada ao desenvolvimento sustentável, os municípios que integram a região metropolitana ainda não conseguiram colocar o Plano em prática e há grande dificuldade em discutir e negociar as competências para oferta de serviços comuns aos municípios que a integram. É o que mostra o Vereador George Câmara¹⁰⁹ (informação verbal), o qual admite também que falta vontade política para que o Plano da RMN seja implementado.

Não existem mecanismos de cooperação. Ainda prevalece entre os Prefeitos e Vereadores a visão tradicional de municipalismo local que dificulta a visão regionalista. A construção de uma estratégia de desenvolvimento regional urbano exige uma relação de concertação e negociação entre os vários agentes (econômicos, sociais e políticos) presentes na Região e linhas de ação que incorporem a dimensão metropolitana, superando (sem negar) os limites das municipalidades. Podemos observar que a gestão metropolitana de Natal é de total fragmentação.

Os modelos de gestão adotados na concepção dos planos a que se tem feito referência neste capítulo apresenta um avanço ao considerar a participação da sociedade civil na definição das políticas públicas. Outro avanço é que no entender desta tese é de grande

¹⁰⁹ Presidente do Parlamento Comum da Região Metropolitana. Entrevista realizada em 01 de julho de 2014.

importância, é o reconhecimento da necessidade de se estabelecer um pacto territorial. Os Planos da Região do Seridó, Alto Oeste, Mossoroense e do Vale do Açu demonstraram essa preocupação, e até então inédito na historiografia do planejamento potiguar.

Não há uma clareza quanto a sua constituição, mas em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó (2000), esse pacto teria o propósito de articular e implementar as seguintes diretrizes orientadoras do Plano: constituição do CONDESA – Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste como instância de deliberação dos interesses da Região; ADESA – Agência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste, na condição de instância executiva do CONDESA e dos 36 fóruns municipais de desenvolvimento sustentável. Já o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Mossoroense (2009, p. 270), o define da seguinte maneira:

Um acordo político via negociações entre forças dinâmicas (atores sociais, empresas, instituições, Estado e municípios), capazes de empreender a interação entre diferentes setores de um território, não circunscrito a um único município, no intuito de desencadear um processo de desenvolvimento integrado e sustentável. Em suma, ao pacto territorial caberia aglutinar forças, delinear demandas e equacionar problemas comuns.

A concepção de pacto territorial contida no Plano é pouco inovadora, pois ainda está pautada uma perspectiva setorial para entender o território. Entretanto o geógrafo Milton Santos em uma conferência proferida em 16 de outubro de 1980 na V Semana de Geografia da Universidade de Brasília – UNB, apresentava uma perspectiva mais interessante. O título de sua conferência era “Geografia e Planejamento: O Uso do Território – Geopolítica”. É importante destacar que na década de 1980 começa-se a questionar nos países “desenvolvidos” a eficácia da prática do planejamento. Na França, por exemplo, em 1982, houve uma descentralização de poderes para as regiões e as coletividades locais, as quais se tornaram parceiras na gestão do território. É este o contexto que influenciou a sua reflexão acerca do estabelecimento de um pacto territorial estrutural.

Santos (1980 [2011]) estabeleceu uma distinção entre as palavras **pacote** e **pacto**, buscando uma reflexão crítica acerca do planejamento para a partir daí fazer algumas proposições. A ideia de pacote desenvolvida pelo autor fazia referência ao planejamento unilateral. Para ilustrar o seu entendimento, ele chamou atenção para alguns exemplos de pacotes territoriais, como a construção de Brasília, criação da SUDENE, ações de embelezamento no Rio de Janeiro. Hoje, um exemplo que pode ilustrar a ideia de pacote

territorial é a realização da Copa do Mundo de 2014 em Natal/RN, para a qual os interesses da Federação Internacional de Futebol (FIFA), demonstrados por meio da criação de normas, se sobrepõem, muitas vezes, às normas e interesses locais.

O pacto, por sua vez, refere-se, segundo Santos (1980 [2011]), ao reconhecimento de que o espaço geográfico é um importante instrumento da ação. Por isso, todo avanço social, econômico, político se faz através de um pacto territorial (considerando todos os envolvidos no processo). Nessa conferência, o autor chamou atenção para o fato de que a Geografia é a ciência que deve se ocupar em estudar o uso do território. Porque é através dele, é possível verificar a expansão do meio técnico científico e informacional. E não apenas isto, também a seletividade, densidade e intencionalidade desse uso, o qual é de grande relevância para revelar as desigualdades existentes no território norte-rio-grandense. Assim, por meio da expansão do meio técnico-científico-informacional, expressão das modernizações territoriais se poderá refletir para onde o planejamento corporativo seletivo tem conduzido o Rio Grande do Norte nesses tempos de globalização.

Capítulo 8 – Desigualdades territoriais norte-rio-gandense: expressões de uma globalização perversa

A intervenção do Estado por meio de suas políticas de renovação da base material do território concorreu para que no atual período histórico (globalizado) houvesse a expansão mais acelerada do meio técnico-científico-informacional. Evidentemente essas transformações não ocorreram do dia para noite. Ao longo de sua formação territorial o estado do Rio Grande do Norte passou por mudanças importantes na sua economia, por exemplo, com repercussões na configuração de seu território.

As chamadas economias fundadoras que caracterizavam o Rio Grande do Norte no século XVIII (criação de gado bovino e cultivo de cana-de-açúcar) cederam lugar para o surgimento e incrementos de novas atividades econômicas. Com exceção do sal que já era extraído nos municípios de Macau e Areia Branca nos séculos XVI e XVII e ainda hoje permanecem como importantes produtores de sal marinho, não só para o estado, mas para o território nacional. De acordo com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, o Rio Grande do Norte aparece como o principal produtor de sal marinho do Brasil (ver quadro 18 a seguir).

Quadro 18 – Produção mineral de sal marinho bruto comercializado (2009) por unidade da federação

Unidade de Federação	Quantidade / tonelada (t)	Valor / R\$
Ceará (CE)	62.000 t	7.012,200
Piauí (PI)	6.000 t	678.600
Rio de Janeiro (RJ)	272.000 t	30.763,200
Rio Grande do Norte (RN)	4.122,000 t	466.198,200

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

<http://www.dnpm.gov.br> <Acesso em: 03 de julho de 2013>

No ano de 2007, o Rio Grande do Norte produziu 5.066 toneladas de sal, correspondente a mais de 94% da produção de sal marinho do Brasil. Ainda de acordo com dados do DNPM, os municípios de Mossoró, (1.809 mil toneladas), Macau (1.794 mil toneladas), Areia Branca (670 mil toneladas), Galinhos (470 mil toneladas) e Grossos (323 mil toneladas) contribuíram para esse resultado. Em 2013 segundo o cadastro industrial da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte – FIERN existiam 62 indústrias

ligadas à atividade salineira no estado. Essa atividade emprega atualmente tecnologias importadas de outros países, como as utilizadas pela empresa Norsal, situada no município de Areia Branca (ver foto 9 e 10), que utilizou tecnologia francesa para modernizar o seu processo produtivo.

Foto 9 – Campo de extração de sal da empresa Norsal situada no município de Areia Branca/RN, 2010. **Foto:** Sandra Alves

Foto 10 – Máquina em operação no campo de extração de sal da empresa Norsal situada no município de Areia Branca/RN, 2010. **Foto:** Jane Barbosa.

O processo de modernização da extração e beneficiamento do sal, que pode ser percebido por meio das paisagens reveladas nas fotografias 9 e 10, tem origem no final da década de 1960. No período de 1969 até 1975 ocorreu no Rio Grande do Norte a inserção do capital estrangeiro nessa atividade, que foi atraído pelo desenvolvimento da indústria química brasileira. Sendo o sal uma de suas matérias primas, grandes empresas oriundas de outros países adquiriram as pequenas salinas instaladas na região de Macau-RN e passaram a investir na utilização de tecnologias que tiveram como resultado a modernização do processo produtivo, transformando com isso a dinâmica da cidade e do seu entorno (COSTA, 1993).

No que se refere à criação de gado bovino, que Azevedo (1961) denominava de uma das três riquezas basilares do Rio Grande do Norte, o Estado passou de importante produtor e fornecedor no século XVIII, ao último colocado nos dias atuais, considerando os nove estados da Região Nordeste. A produção atual totaliza 1.047.797 cabeças de gado (ver mapa 12 a seguir) segundo dados do censo pecuário (2011) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O estado do Maranhão tem o maior rebanho bovino com 7.264.106 cabeças. Também com base no IBGE (2011), o Rio Grande do Norte é o quinto maior produtor em quantidade de cana-de-açúcar produzida no nordeste brasileiro, totalizando 3.581.848 toneladas/ano. É também, o quarto colocado no que se refere ao rendimento médio

da lavoura canavieira, com uma produção de 60.237 kg/hectares (ver mapa 13 a seguir).

Mapa 12 – NORDESTE: Rebanho bovino, número de cabeças de gado, 2011.

Fonte: IBGE

Mapa 13 – NORDESTE: Produção de cana-de-açúcar, 2011.

Fonte: IBGE, 2011.

Para que as atividades econômicas anteriormente descritas pudessem se desenvolver, o Estado passou a dotar o seu território com infraestrutura (estradas, portos, aeroportos, por exemplo), que como se viu ao longo dos capítulos que integram esta tese foi se expandindo a partir dos anos de 1960 e se concentraram nas regiões mais dinâmicas do estado.

Novas atividades passaram a compor a economia norte-rio-grandense, a exemplo do turismo. Conforme se pode observar nas pesquisas produzidas por Alves (2013) e Costa (2011), o crescimento da atividade turística no Rio Grande do Norte a partir de 1985, por meio de políticas desenvolvidas mediante o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, consolidou a cidade de Natal como um dos principais destinos turísticos do Brasil.

As redes e serviços adaptados às novas demandas do período histórico atual também foram se expandindo no território potiguar. Assim, o advento da internet e dos telefones móveis que dão suporte para a realização de atividades econômicas e sociais, demonstraram seu caráter mais estreito com o aspecto informacional do meio técnico-científico. Cabos de fibra óptica e as redes de internet¹¹⁰ se expandem no Rio Grande do Norte e segundo Girardi (2013, p. 11) tornam-se “central na mediação dos agentes no período atual”.

Empresas como a Petrobrás S/A, que se instalou nos anos de 1970 acabam utilizando as redes de internet e também das infraestruturas regionais para dinamizar as suas atividades, valendo-se ainda de mão-de-obra de alta qualificação profissional, a qual nem sempre é encontrada nos municípios em que se instala (ALVES, 2012). Também os bancos tendem a concentrar-se em regiões específicas do território (ver mapa 14 a seguir) que respondem mais facilmente à lógica de produção e consumo em tempos de globalização. Essa concentração ocorre de modo intencional e tem nas ações do Estado o seu suporte.

¹¹⁰ Segundo Girardi (2013, p. 10), A Telemar S/A é a principal operadora de internet fixa no Rio Grande do Norte e suas principais áreas de atuação estão em Natal, Mossoró e Currais Novos.

Mapa 14 – RIO GRANDE DO NORTE: Total de Agências Bancárias Públicas e Privadas, por Município, 2014.

Fonte: FEBRABAN, 2014.

Refletindo sobre a instituição bancária na França, Labasse (1974), dizia que os bancos regionais apresentavam relevância em intervenções ativas na industrialização da região de Lorraine e Dauphine. Essas intervenções geravam, na perspectiva desse autor, contrastes nas regiões vizinhas. Não apenas pela ação dos bancos, mas pela ação das finanças num sentido amplo (seguradoras, gestão imobiliária), consolidando as bases materiais do sistema capitalista regional.

A atuação dos bancos no território brasileiro não se restringe apenas a oferta de serviços bancários às empresas e a população, uma vez que segundo Dicken (2010, p. 413), sua função básica é a intermediação. Neste sentido para o referido autor, “os desenvolvimentos tecnológicos nas tecnologias de comunicação e na esfera mais abrangente da tecnologia da informação são absolutamente fundamentais para os setores de serviços financeiros”.

Os bancos exercem também atuação destacada na trajetória das políticas públicas. Santos ([1990] 2009) chamou atenção para a relação entre o Banco Nacional de Habitação – BNH, criado em 1964 e o Estado, no tocante às ações de desenvolvimento urbano, especialmente as políticas de habitação. Em sua análise sobre

a metrópole paulista Santos ([1990] 2009, p. 104), diz que “esse banco, porém, se afirmou muito mais como o agente financeiro da transformação da cidade do capital competitivo na cidade do capital monopolista”. Nesse sentido, o Banco do Estado do Rio Grande do Norte, conforme se observa na Mensagem de Governo n. 125 de 01 de março de 1973, referente a gestão do Governador José Cortez Pereira de Araújo; atuou no financiamento de obras de drenagem de águas pluviais, estradas, etc., no território potiguar.

A capilaridade da rede de internet ajuda a revelar a seletividade do uso do território norte-rio-grandense, uma vez que sua densidade se manifesta nas regiões mais dinâmicas e produtivas do estado. No mapa 15 (a seguir) é possível observar a concentração do maior número de domicílios servidos com computador e acesso a internet nos municípios norte-rio-grandenses, demonstrando sua maior densidade em Natal, Mossoró, Caicó, Pau dos Ferros e suas respectivas regiões. Em outros municípios e regiões do estado do Rio Grande do Norte também se observa a presença de domicílios dotados de computador e internet, mas de modo mais escasso.

Mapa 15 – RIO GRANDE DO NORTE: Quantidade de Domicílios com Computador e Internet por Município, 2010.

Fonte: IBGE, 2010.

As transformações pelas quais o Rio Grande do Norte vem passando nesses anos de globalização converge para a realização de dois processos simultâneos: a modernização de seu território e a coexistência das desigualdades. Para Santos ([2000] 2008, p. 61), o processo de globalização resulta na instalação de “um sistema da perversidade, ampliação das desigualdades de todos os gêneros: interpessoais, de classes, regionais, internacionais”. É neste sentido, que ainda de acordo com Santos ([2000] 2008, p. 37), a globalização “impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa”.

As transformações na configuração do território norte-rio-grandense foram intensificados a partir da criação de uma psicoesfera e tecnoesfera do planejamento corporativo seletivo que mediou à modernização territorial de maneira incompleta e seletiva, ao mesmo tempo em que fez emergir novas desigualdades e acirrar as já existentes. No mundo globalizado ou nos contextos da mundialização, conforme destacou Benko (1982, p. 51) os Estados “continuam tendo um papel crucial, nem que seja por causa dos investimentos na formação de homens, nas infraestruturas de transportes e na proteção social”. Nesses “papeis” que o Estado tem assumido torna-se um dos promotores do processo de modernização territorial desigual, haja vista que a construção de infraestrutura é sempre seletiva. Sendo assim, parafraseando Gottdiener (2010, p. 16) as dinâmicas territoriais norte-rio-grandense “envolve o Estado tanto quanto a economia, e somos compelidos a entender essa relação”.

A partir do século XX, o advento do meio técnico-científico-informacional permitiu que as desigualdades territoriais aumentassem. Tendo em vista que segundo Souza (2010), “a expansão do meio técnico-científico-informacional é a expressão do desenvolvimento desigual”. Nesse sentido, as transformações, especialmente as que se processam no Brasil, e, por conseguinte no Rio Grande do Norte nas últimas décadas, sustentadas por um discurso de modernização, desenvolvimento econômico e social revelam também um lado perverso, as desigualdades territoriais.

A modernização desigual do território e a expansão do meio técnico-científico-informacional no Rio Grande do Norte

Como demonstrado na primeira parte desta tese, as desigualdades territoriais norte-rio-grandenses tem origem nos processos de ocupação e povoamento. E ao longo

de sua formação territorial elas passaram por agravamentos e medidas pontuais de mitigação por meio de ações desempenhadas pelo Governo Federal ou Estadual. Segundo demonstraram Smith (1988) e Novack (2008), a emergência do modo de produção capitalista, mormente a partir do século XIX, provocou um desenvolvimento desigual, que pode ser observado nas paisagens. Por isso Gottdiener (2010, p. 23) chama atenção para a relação que se estabelece entre “injustiças sociais e suas manifestações espaciais”, pois são por ele considerados “dois aspectos estruturais do desenvolvimento desigual”. Atualmente, as desigualdades são consideradas por distintos teóricos: Santos ([2000] 2008, p. 61), Benko (1982), Gottdiener (2010), por exemplo; expressões da globalização.

O território norte-rio-grandense tem sido objeto de uma apropriação seletiva dos seus subespaços para atender interesses daqui e d’alhures. Isso contribui para que haja um uso do território potiguar cada vez mais corporativo e seletivamente dotado de densidade técnica. Nesse sentido se pode dizer que a apropriação de objetos e ações por distintos agentes (públicos e privados) promovem um uso desigual do território. Segundo Santos ([1985] 2007, p. 151), “há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais”.

As desigualdades manifestam-se no uso do território pela ação que se estabelece a partir da tríade, técnica, norma e política (BARBOSA, 2011). Desse modo, pode-se falar em uma expansão do meio técnico-científico-informacional, ao mesmo tempo em que se cria uma escassez generalizada. Ela pode ser percebida quando se observa que mais de 18% da população Norte-Rio-Grandense com 10 anos ou mais é analfabeta, e que a mortalidade infantil é de 32,2 por mil nascidos vivos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). Outro modo de exemplificar essa escassez é quando se compara o rendimento mensal domiciliar per capita dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos entre os Estados da Região Nordeste (ver gráfico 2, a seguir).

Ao observar o gráfico 2, é possível perceber que no Rio Grande do Norte a relação entre rendimento mensal familiar per capita dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos, em comparação aos demais Estados nordestinos é um dos mais elevados. Todavia, quando se considera a distância entre a renda dos 20% mais pobres em relação aos 20% mais ricos é no Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará que essa distância é maior.

Gráfico 2 – RIO GRANDE DO NORTE: rendimento mensal familiar per capita, 2012.

Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais 2012 – IBGE
Elaboração: BARBOSA, Jane.

A desigual distribuição de renda é dos problemas que afetam o Rio Grande do Norte. Um dado que pode demonstrar melhor essa situação está expresso no mapa 16 a seguir, por meio do qual se observa a relação entre o tamanho da população e a quantidade de famílias que recebem até 1 (um) salário mínimo no território norte-rio-grandense.

Desigualdades dessa ordem faz com que a população se torne mais dependente do auxílio governamental através de programas como o Bolsa Família. Esse programa tem se apresentado como uma fonte de renda fundamental para os municípios com pequeno número de habitantes no território potiguar, consequência do menor potencial de arrecadação de impostos e dinâmica econômica. O potencial de arrecadação desses municípios potiguares também pode ser observado através da cartografia produzida no estudo desenvolvido por Araújo (2013) acerca do planejamento territorial no Rio Grande do Norte.

Mapa 16 – RIO GRANDE DO NORTE: Relação entre População Total e Renda Domiciliar de até 1 Salário Mínimo por Município, 2010.

Fonte: IBGE, 2010.

Ao observar atentamente o mapa 17 (a seguir), onde expressa-se a relação entre o número de habitantes e o número de famílias beneficiadas no Programa Bolsa Família no Rio Grande do Norte, vê-se a comprovação da afirmação feita no parágrafo anterior. A proporcionalidade entre o círculo utilizado para representar o número de habitantes é muito próxima ao círculo utilizado para representar a quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa. É possível observar a relevância que o Programa tem nos municípios das Regiões do Alto Oeste e Agreste Potiguar. Também se pode refletir acerca da quantidade de famílias em situação de pobreza no território norte-rio-grandense. Sendo a baixa renda um dos critérios para ser aceito no Bolsa Família, o mapa revela que a pobreza não é algo insignificante no Rio Grande do Norte, e programas como este são apenas um paliativo para um problema que carece de medidas estruturais para o seu enfrentamento. Trata-se de uma pobreza muito mais urbana do que rural, concentrada na região litorânea, onde paradoxalmente, é a região que mais absorveu os movimentos de modernização territorial.

Mapa 17 – RIO GRANDE DO NORTE: População total e total de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, por município em 2010.

Fonte: Censo demográfico – IBGE, 2010. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2014.

Admiti-se junto a Santos (1996), que no período atual os territórios são convocados a aderir às novidades produzidas pela junção entre técnica, ciência e capital. Essa junção coloca em evidência a existência de um “pacto” para o estabelecimento de uma política do Estado, solidária aos interesses da política das empresas. Ao dotar o território da infraestrutura necessária a fluidez de pessoas e mercadorias (estradas, portos, aeroportos, pontes, ferrovias), bem como através da modernização de suas práticas de planejamento, gestão do território e incentivos fiscais, o Estado acaba por auxiliar as empresas a escolher os locais mais interessantes e privilegiados para sua instalação.

No caso do Rio Grande do Norte, sua localização privilegiada foi, desde os processos iniciais de ocupação e povoamento, uma impulsionadora dos distintos movimentos de modernização do território. Foi assim durante o período colonial, no período de ocorrência das grandes guerras mundiais, e mais recentemente em virtude de interesses do capital estrangeiro instalado no estado. Têm-se como exemplo as empresas de fruticultura irrigada Del Monte Fresh Produce (ver fotos 13 e 14) e da Finobrasa

Agroindustrial, situadas no Vale do Açu, região que concentra as atividades de fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte.

A primeira empresa foi visitada no trabalho de campo (2010). Trata-se de uma empresa voltada ao cultivo de banana para atendimento do mercado europeu. E a segunda, não contemplada no trabalho de campo, atua no cultivo de manga com vistas ao mercado estadunidense. Conforme foi possível constatar durante o trabalho de campo, através de conversas com agrônomos da empresa visitada, ela mantém-se em funcionamento no Rio Grande do Norte muito mais por questões de localização e possibilidade de diminuição de taxas via acordos negociados com os países que integram o Mercosul e a União Europeia, do que por produtividade do perímetro cultivado.

Foto 11 – Área de cultivo de banana da Fazenda Del Monte Fresh Produce (Dezembro de 2010).
Foto: Sandra Priscila Alves

Foto 12 – Galpão de seleção da banana colhida. Fazenda Del Monte Fresh Produce (Dezembro de 2010). **Foto:** Sandra Priscila Alves

Na ocasião da visita, ainda não havia um acordo assinado, mas as empresas estavam se antecipando na garantia de uma localização estratégica que viesse facilitar o escoamento da produção por via aérea. Ao todo são mais de 1020 hectares de fazendas da Del Monte em todo Vale do Assu. A fazenda visitada tem 175 hectares. A produção atualmente é escoada pelo porto de Pecém, situado no estado do Ceará. Em 2010, a produção foi de 2.500 caixas de banana por hectare. Seu maior volume de exportação era, naquele ano, destinado à Alemanha (36%), seguida da Itália (20%) e Holanda (13%).

Se no tocante à exportação das frutas foi possível perceber a existência de boas expectativas, isso não ocorre com as condições de trabalho na fazenda. Nela, há uma

média de 1,2 ou 1,3 trabalhadores/hectare, cobrindo um total de 175 hectare, dos quais 100 são cortados por tubulações de irrigação, conforme pode ser visto na fotografia 13. Os trabalhadores que fazem a coleta da banana recebiam em 2010, segundo o agrônomo da fazenda, 1 salário mínimo e podiam chegar a receber até R\$120,00 de bonificação em seu salário em decorrência de maior produtividade.

Autores de grande consagração das Ciências Humanas, já se debruçaram sobre o tema das condições sociais a que estão submetidos os trabalhadores, dentre os quais se destacam Engels (1988) e Trotsky (2005). As situações descritas por Trotsky (2005) e por Engels (1988) dizem respeito a temporalidades e territórios distintos ao que esta tese se refere. Todavia, esses autores permitem refletir acerca dos avanços da técnica e sua junção com a ciência para atender os ditames de interesses hegemônicos.

Ao analisar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra do século XVIII, Engels (1988) mostrou como as condições de moradia daqueles que residiam próximo às docas, pode ajudar a evidenciar o desigual uso do território pelos trabalhadores. Ao realizar um inquérito nas cidades de Dublin, Londres e Manchester, o autor concluiu que a situação de penúria, e insalubridade do meio em que os trabalhadores viviam, era proveniente do modo de produção capitalista, sobretudo do processo de industrialização que estava transformando significativamente as cidades inglesas.

Ao examinar a situação da União Soviética nos anos de 1920, Trotsky (2005) denunciou as condições de vida dos trabalhadores e os baixos salários por eles recebidos justamente num momento em que, segundo Trotsky (2005, p. 129), “a técnica soviética, à medida que se dirige ao indivíduo, esforça-se antes de tudo para satisfazer as necessidades crescentes da minoria privilegiada”. Desse modo, a desigualdade constitui-se num elemento importante para compreender os antagonismos sociais.

A contribuição de Rousseau ([1754] 1999) sobre a discussão também é importante, uma vez que para ele, a desigualdade é legitimada pelo estabelecimento da propriedade e das leis. No entanto, quando a ação humana, pautada nos avanços da técnica tornou-se maior, intensificou-se a transformação do meio geográfico. Com isso aprofundam-se também as desiguais relações entre os homens.

De acordo com Rousseau ([1754] 1999, p. 218),

A gana de aumentar sua fortuna relativa, [...] a inclinação para se prejudicarem mutuamente, uma inveja secreta tanto mais perigosa quanto, para aplicar seu golpe com maior segurança, frequentemente assume a máscara da benevolência, concorrência e rivalidade de um

lado, oposição de interesses do outro e sempre o desejo oculto de tirar proveito à custa de outrem; todos esses males constituem o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente.

Em se tratando do Rio Grande do Norte, as péssimas condições de trabalho nas fazendas da Del Monte Fresh Produce foram investigadas por Albano & Sá (2011), os quais apontaram a existência dos seguintes abusos sofridos pelos funcionários: substituição de tração animal por tração humana, perseguição, não pagamento de horas extras, assédio sexual e riscos de demissão. De acordo com Albano & Sá (2011), todas as acusações feitas pelos trabalhadores da empresa estavam sendo investigadas pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte – FETARN.

A agricultura irrigada, voltada à exportação, passou a ser incentivada pelo governo federal e estadual. No Rio Grande do Norte, ela consolidou-se nos anos de 1970 e permanece até os dias atuais (FELIPE, 2010), guardando de modo intrínseco à combinação de práticas modernas no que diz respeito a sua produção, e práticas arcaicas, em se tratando das relações de trabalho, conforme se observou acima no caso da empresa Del Monte Fresh.

Para além das ações da empresa Del Monte Fresh, há no Rio Grande do Norte uma trama de interesses que se de um lado favorecem a modernização do território, de outro contribuem para geração de desigualdades territoriais. Esses interesses podem ser percebidos através do estabelecimento de uma solidariedade político-corporativa que se evidencia quando se observa o financiamento das campanhas políticas durante o pleito estadual e municipal.

Solidariedade político-corporativa¹¹¹ no financiamento das campanhas para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte nas eleições de 2010

A análise do financiamento das campanhas para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte indica a existência de uma solidariedade político-corporativa, que é a relação de apadrinhamento dos candidatos ao cargo de Governador através do financiamento de suas campanhas pelas empresas. Essa solidariedade que se estabelece

¹¹¹ Outras discussões sobre solidariedades na Ciência Geográfica podem ser encontradas em Santos ([1996] 2008a), Castillo; Toledo Jr.; Andrade (1997).

no território norte-rio-grandense oferece alguns elementos para que se compreenda a complexa relação entre a política do Estado e a política das empresas.

Para fazer essa análise se tomou como referência o pleito de 2010 para Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no qual havia três principais candidatos, considerando-se o tamanho do orçamento de suas campanhas. São eles: Carlos Eduardo Nunes Alves (PDT); Iberê Paiva Ferreira de Souza (PSB) e Rosalba Ciarlini Rosado (DEM).

O primeiro é advogado e, antes da eleição para governador ocupou o cargo de Prefeito de Natal. Além disso, pertence à família Alves, uma das oligarquias tratadas nesta tese. Dos três candidatos anteriormente referidos, Carlos Eduardo Nunes Alves foi o que apresentou a menor receita de campanha, conforme dados obtidos no sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, onde declarou que recebeu R\$ 640.259,82 de doação para financiamento de sua campanha (ver quadro 19). Do valor arrecadado, R\$ 346.556,48 são provenientes de empresas, dentre as quais se destacam: Posto Cohabinal, cujo candidato é acionário; Salinor Salinas do Nordeste, que também fez doação para a campanha de Rosalba Ciarlini Rosado, bem como para a de Iberê Paiva Ferreira de Souza; e o diretório nacional do PDT, que doou o maior volume em dinheiro para a sua campanha.

Quando 19 – RIO GRANDE DO NORTE: Doações de empresas em R\$ para campanha ao Governo do Estado – Carlos Eduardo Nunes Alves (2010)

Carlos Eduardo Nunes Alves <i>Nome do Candidato</i>	Doador	Data	Valor R\$
	Cirufarma Comercial LTDA	24/08/2010	R\$ 5.000,00
	Cirufarma Comercial LTDA	01/10/2010	R\$ 3.000,00
	Construtora Luiz Costa LTDA	13/09/2010	R\$ 500,00
	EIT - Empresa Industrial Técnica S.A	28/10/2010	R\$ 20.000,00
	HST Distribuidora de Combustíveis LTDA	22/09/2010	R\$ 1.000,00
	J. Bezerra e Fernandes LTDA	25/08/2010	R\$ 10.000,00
	Ponta Negra Automóveis LTDA	13/09/2010	R\$ 2.000,00
	Posto Cohabinal LTDA	03/10/2010	R\$ 2.615,38
	Posto Cohabinal LTDA	30/09/2010	R\$ 5.009,84
	Posto Cohabinal LTDA	20/09/2010	R\$ 5.169,65

	Posto Cohabinal LTDA	31/08/2010	R\$ 15.175,62
	Posto Cohabinal LTDA	10/09/2010	R\$ 5.085,99
	Posto Pinheiro Borges LTDA	01/10/2010	R\$ 1.000,00
	Salinor Salinas do Nordeste S/A	24/08/2010	R\$ 50.000,00
	Stilo Comércio de Roupas LTDA	18/08/2010	R\$ 21.000,00
	Diretório Nacional	13/08/2010	R\$ 200.000,00

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010).

O total de doações através de pessoa física proporcionou R\$ 293.703,34 aos cofres de sua campanha, sendo que os principais doadores foram: Agnelo Alves, pai de Carlos Eduardo N. Alves, que doou R\$ 30.000,00; José Edeltrudes da Costa Ferreira, auditor fiscal de Angicos, terra natal de Aluizio Alves; e Rogério Nurmberg Nunes, presidente dos Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Rio Grande do Norte – SINAPRO e sócio-diretor da Raf Comunicações e Marketing, sediada em Natal. No tocante ao seu patrimônio pessoal, o candidato declarou para o TSE-RN ser possuidor de bens que totalizam R\$ 2.221.019,33.

Iberê Paiva Ferreira de Souza, segundo candidato analisado, havia sido governador do Rio Grande do Norte por ocasião do afastamento de Wilma de Faria em 2010 para concorrer a uma vaga no Senado. Como na ocasião era o seu vice-governador, Iberê P. F. Souza, tornou-se o candidato do governo.

Trata-se um empresário de destaque no território norte-rio-grandense, onde possui propriedades rurais e capital social na empresa IFS Construções, de acordo com informações publicadas no sítio do TSE. A declaração de bens do candidato ao TSE-RN foi de R\$ 2.436.470,00. E sua receita de campanha, foi de R\$ 5.720.687,16 (ver quadro 12), dentre os quais R\$ 5.424.817,16 foi proveniente de doações de empresas. Trata-se, portanto, do candidato que recebeu um grande apoio financeiro do segmento empresarial, superado por uma pequena margem de dinheiro por Rosalba Ciarlini Rosado, a terceira candidata, de quem se voltará a falar a seguir.

Por meio da análise do quadro 20 (a seguir) é possível observar que em virtude de sua participação em investimentos no setor da construção civil e em propriedades rurais, o candidato Iberê P. F. de Souza conseguiu atrair um número significativo de doações de empresas relacionadas a esses setores da economia. Além do apoio financeiro de empresas ligadas a empreendimentos de construção civil, irrigação,

bancos, postos de combustíveis e salinas. Vale a pena lembrar que sendo o candidato do governo, obteve também o apoio político e financeiro da Senadora Wilma de Faria (PSB), que através da sua empresa doou R\$ 200.000,00 para a campanha de Iberê P. F. de Souza, conforme dados do TRE-RN.

Quadro 20 – RIO GRANDE DO NORTE: Doações de empresas em R\$ para campanha ao Governo do Estado – Iberê Paiva Ferreira de Souza (2010)

Iberê Paiva Ferreira de Souza <i>Nome do candidato</i>	Doador	Data	Valor R\$
	A J S Comércio e Serviços de Automóveis LTDA	31/08/2010	R\$ 4.500,00
	A J S Comércio e Serviços de Automóveis LTDA	30/09/2010	R\$ 4.500,00
	A. Azevedo da Silva (pessoa jurídica)	27/10/2010	R\$ 35.000,00
	A. Azevedo da Silva (pessoa jurídica)	27/10/2010	R\$ 65.000,00
	Alesat Cobustíveis S/A	03/08/2010	R\$200.000,00
	ASPERBRAS-Nordeste Irrigação LTDA	03/09/2010	R\$ 10.000,00
	ASPERBRAS-Nordeste Irrigação LTDA	09/09/2010	R\$ 20.000,00
	Autovia Comércio e Serviços de Automóveis LTDA – ME	30/09/2010	R\$ 4.500,00
	Autovia Comércio e Serviços de Automóveis LTDA – ME	31/08/2010	R\$ 4.500,00
	BMG Leasing S/A Arrendamento Mercantil	03/09/2010	R\$ 450.000,00
	Braselco Serviços de Consultoria e Participações LTDA	27/09/2010	R\$ 15.000,00
	CESAN Construtora, Empreendimentos Santo Antônio LTDA	13/08/2010	R\$ 25.000,00
	Cia Hering	22/09/2010	R\$ 50.000,00
	Cimento Tupi S/A	21/09/2010	R\$ 15.000,00
	Comercial de Laticínios de Natal LTDA	22/10/2010	R\$ 14.000,00
	Comercial de Laticínios de Natal LTDA	25/10/2010	R\$ 1.000,00
	Comercial de Laticínios de Natal LTDA	25/10/2010	R\$ 20.000,00
	Comercial de Laticínios de Natal LTDA	31/08/2010	R\$ 20.000,00
	Comércio ME LTDA	19/08/2010	R\$ 50.000,00
	Comércio ME LTDA	23/08/2010	R\$ 50.000,00
	Comitê Financeiro Único	28/10/2010	R\$ 500.000,00
	Comitê Financeiro Único	29/09/2010	R\$ 33.000,00
	Comitê Financeiro Único	30/09/2010	R\$ 21.981,00
	Comitê Financeiro Único	27/09/2010	R\$ 900.000,00
	Comitê Financeiro Único	28/10/2010	R\$ 100.000,00
	Comitê Financeiro Único	20/10/2010	R\$ 27.836,16
	Comitê Financeiro Único	29/09/2010	R\$ 800.000,00
	Construtora Ramalho Moreira	29/10/2010	R\$ 100.000,00
	CONTREMAC Construções LTDA	31/08/2010	R\$ 85.000,00
	Diretório Nacional	15/09/2010	R\$ 500.000,00
	ECOCIL Empresa de Construções Cíveis LTDA	30/09/2010	R\$ 200.000,00
	Francinilton Giani SOM-ME	30/09/2010	R\$ 1.000,00
	Francinilton Giani SOM-ME	31/08/2010	R\$ 1.000,00

Continua

Iberê Paiva Ferreira de Souza <i>Nome do candidato</i>	Doador	Data	Valor R\$
	Galvão Engenharia S/A	17/09/2010	R\$ 200.000,00
	Garra Vigilância LTDA	27/10/2010	R\$ 90.000,00
	J. Olimpo e Cia LTDA	20/10/2010	R\$ 15.000,00
	J.F.S. Construções e Incorporações LTDA	26/10/2010	R\$ 12.000,00
	JOCIL Decorações LTDA	28/10/2010	R\$ 10.000,00
	Laticínios São Pedro LTDA	25/10/2010	R\$ 70.000,00
	M & K Com. e Construções LTDA	05/10/2010	R\$ 50.000,00
	M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos	26/07/2010	R\$ 200.000,00
	Pedreira Potiguar LTDA ME	08/09/2010	R\$ 50.000,00
	Salinor Salinas do Nordeste S/A	24/08/2010	R\$ 90.000,00
	Suprinor Suprimentos do Nordeste LTDA-ME	27/10/2010	R\$ 80.000,00
	Tavares de Melo Empreendimentos S/A	03/09/2010	R\$ 30.000,00
	Wima Maria de Faria (pessoa jurídica)	17/09/2010	R\$ 200.000,00

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010).

A então candidata Rosalba Ciarlini Rosado, atualmente ocupante do cargo de governadora do Rio Grande do Norte, apresentou ao TRE-RN uma declaração de bens de R\$ 184.423,91, sendo, dentre os três, a candidata de menor patrimônio. Todavia sua receita de campanha foi de R\$ 5.646.040,00, ou seja, a maior receita declarada na campanha ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2010 (ver quadro 21). Ressalte-se que as empresas entraram com o maior financiamento para a sua campanha, que teve como orçamento o valor de R\$ 5.306.400,00.

Quando 21 – RIO GRANDE DO NORTE: Doações de empresas em R\$ para campanha ao Governo do Estado – Rosalba Ciarlini Rosado (2010)

Rosalba Ciarlini Rosado <i>Nome do Candidato</i>	Doador	Data	Valor R\$
	Azuli Participações e Serviços LTDA	04/08/2010	R\$ 2.000,00
	Canal Automóveis LTDA	08/09/2010	R\$ 33.333,33
	CDA Central de Distribuição Azevedo LTDA	05/10/2010	R\$ 10.000,00
	Cimento Tupi AS	21/09/2010	R\$ 30.000,00
	CIMSAL Com. e Ind. de Moagem e Refinação Sta Cecilia LTDA	29/09/2010	R\$ 30.000,00
	Comitê Financeiro Único	03/09/2010	R\$ 1.000,00
	Comitê Financeiro Único	24/08/2010	R\$ 150.000,00
	Comitê Financeiro Único	03/09/2010	R\$ 100.000,00
	Comitê Financeiro Único	16/07/2010	R\$ 100.000,00
	Comitê Financeiro Único	20/08/2010	R\$ 80.000,00
	Comitê Financeiro Único	13/08/2010	R\$ 300.000,00
	Comitê Financeiro Único	14/09/2010	R\$ 100.000,00
	Comitê Financeiro Único	16/09/2010	R\$ 485.000,00

Comitê Financeiro Único	21/09/2010	R\$ 350.000,00
Comitê Financeiro Único	24/09/2010	R\$ 500.000,00
Comitê Financeiro Único	24/09/2010	R\$ 250.000,00
Comitê Financeiro Único	29/09/2010	R\$ 110.000,00
Destaque Propaganda e Promoções LTDA	04/08/2010	R\$ 4.000,00
Diretório Estadual/Distrital	08/09/2010	R\$ 250.000,00
Diretório Nacional	25/08/2010	R\$ 600.000,00
Diretório Nacional	16/09/2010	R\$ 300.000,00
F. Wilton Cavalcante Monteiro ME	27/07/2010	R\$ 10.000,00
Genildo Epifanio de Oliveira - ME	03/10/2010	R\$ 800,00
Gráfica Santa Marta LTDA	14/09/2010	R\$ 3.800,00
Gráfica Santa Marta LTDA	13/09/2010	R\$ 1.600,00
Gráfica Santa Marta LTDA	11/09/2010	R\$ 5.000,00
Itagres Revestimentos Cerâmicos S A	12/08/2010	R\$ 50.000,00
Itau Unibanco S/A	05/08/2010	R\$ 100.000,00
Ligzarb Distribuidora de Alimentos LTDA	04/10/2010	R\$ 10.000,00
LR Guimarães LTDA	04/08/2010	R\$ 2.000,00
M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos	30/07/2010	R\$ 150.000,00
Marisal LTDA	05/08/2010	R\$ 6.000,00
Mercantil Cidade LTDA	08/09/2010	R\$ 20.000,00
Metropolitano Gráfica e Editora LTDA	30/09/2010	R\$ 1.500,00
Oeste Fretamento de Turismo LTDA	03/10/2010	R\$ 800,00
Pedreira Potiguar LTDA ME	16/07/2010	R\$ 170.100,00
Porcino F da Costa e Cia	10/09/2010	R\$ 33.333,34
Povel Porcino Veículos LTDA	09/09/2010	R\$ 33.333,33
Primor Construções LTDA	31/08/2010	R\$ 10.000,00
S & S Gráfica e Editora LTDA	29/09/2010	R\$ 2.000,00
Salinor Salinas do Nordeste S/A	24/08/2010	R\$ 110.000,00
Toniolo Busnello S/A Tuneis Terraplanagens e Pavimentação	27/09/2010	R\$ 50.000,00
Três Corações Alimentos S/A	22/07/2010	R\$ 100.000,00
Três Corações Alimentos S/A	02/09/2010	R\$ 100.000,00
V. M. de Oliveira Neto – ME	03/10/2010	R\$ 800,00
Vicunha Textil S/A	20/09/2010	R\$ 250.000,00
Votorantim Industrial S/A	01/10/2010	R\$ 300.000,00

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010).

É importante dizer que os comitês de campanha dos candidatos fizeram doações significativas, mas no caso de Rosalba Ciarlini Rosado, as empresas Itaú Unibanco S/A, M. Dias Branco S/A, Salinor S/A, Três Corações S/A, Vicunha Textil S/A, Votorantim Industrial S/A e a Pedreira Potiguar LTDA, doaram entre R\$ 100.000,00 e R\$ 300.000,00, cada uma para financiamento de sua campanha. A empresa Votorantim Industrial S/A e a Pedreira Potiguar LTDA é uma das empresas envolvida nas obras do

Aeroporto Aluizio Alves (São Gonçalo do Amarante-RN), que já entrou em operação em 2014.

A vitória de Rosalba Ciarlini Rosado (DEM) na eleição de 2010 representa um retorno da oligarquia Rosado ao comando do Estado. Situação semelhante ocorreu apenas em 1951 quando Jerônimo Dix-Sept-Rosado Maia assumiu o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Evidentemente, não se trata de um êxito atribuído apenas a essa oligarquia ou a liderança política de Rosalba Ciarlini Rosado. O feito deve-se também ao apoio incondicional de José Agripino Maia (DEM) durante sua campanha rumo ao Governo do Estado em 2010, revelando uma solidariedade entre as famílias oligarcas norte-rio-grandense.

Ressalte-se que o retorno da família Rosado ao comando do Estado não provocou mudanças no direcionamento da política estadual. Ao mesmo tempo, no pleito municipal de 2008 observa-se algumas rupturas na capital do estado. Segundo análises realizadas por Spinelli (2010, p. 142), “aqui não houve, propriamente, um revés das oligarquias, porém, não se trata mais do tradicional conflito interoligárquico”. Mesmo assim não se pode negar uma significativa influência das oligarquias locais, representada pelas famílias Alves, Maia e Rosado. Essas famílias apresentam ao longo da história política do estado grande inserção, sobretudo pela ocupação de cargos administrativos, no executivo e legislativo (ver quadro 22 a seguir).

Quadro 22 – Representação Política do Rio Grande do Norte a partir da Década de 1960

Senado Federal	
Período	Senador (a)
1962-1963	Walfredo D. Gurgel
1963-1967	Luís de G. Barros
1971-1980	Jessé Pinto Freire
1975-1983	Agenor Nunes de Maria
1983-1987	Carlos Alberto de Souza
1987-1991	José Agripino Maia
1990-2000	Agnelo Alves
1991-1995	Dario P. de Macedo
1991-1994	Garibaldi Alves Filho
1995-2003	José Agripino Maia
2003-2009	Garibaldi Alves Filho
2003-2011	José Agripino Maia
2007-2010	Rosalba Ciarlini Rosado

Governo do Estado do Rio Grande do Norte	
Período	Governador (a)
1961-1966	Aluízio Alves
1966-1971	Walfredo Dantas Gurgel
1971-1975	José Cortez Pereira de Araújo
1975-1979	Tarcísio de V. Maia
1979-1983	Lavoisier Maia Sobrinho
1983-1986	José Agripino Maia
1986-1987	Radir Pereira de Araújo
1987-1991	Geraldo J. da C. F. Melo
1991-1994	José Agripino Maia
1994-1995	Vivaldo Costa
1995-1999	Garibaldi Alves Filho
1999-2002	Garibaldi Alves Filho (reeleito)
2002-2003	Fernando A. da Câmara Freire
2003-2007	Wilma Maria de Faria (ex-Maia)
2007-2010	Wilma Maria de Faria (reeleita)
2011 (em exercício)	Rosalba Ciarlini Rosado
Prefeitura de Natal	
Período	Prefeito (a)
1959-1960	José Pinto Freire
1964-1966	Tertius César Rebello
1966-1969	Agnelo Alves
1969-1971	Ernani Alvez da Silveira
1971-1972	Ubiratan Pereira Galvão
1972-1975	Jorge I. C. Rodrigues
1975-1979	Vauban Bezerra
1979-1982	José Agripino Maia
1982-1983	Manoel Pereira dos Santos
1983-1986	Marcos César Formiga Ramos
1986-1988	Garibaldi Alves Filho
1989-1992	Wilma Maria de Faria
1993-1996	Aldo Tinoco
1997-2002	Wilma Maria de Faria
2002-2008	Carlos Eduardo Nunes Alves
2009-2012	Micarla Araújo de Sousa Weber
2013 (em exercício)	Carlos Eduardo Nunes Alves

Fonte: Sítios da Prefeitura Municipal do Natal e do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (2013).

A partir de uma análise deste quadro pode-se atentar para a curiosa “coincidência” da alternância na ocupação dos cargos de governador do estado, senador da república e prefeito de Natal, pelas referidas famílias e seus aliados políticos. No período de 1986 – 1988, a cidade de Natal tinha como prefeito Garibaldi Alves Filho, e nos anos de 1987 a 1991 era Geraldo Melo, aliado da família Alves, ocupando o

governo do estado do Rio Grande do Norte. Entre os anos de 1991 a 1994, enquanto José Agripino Maia governava o estado, Garibaldi Alves Filho assumia o senado. Já a prefeitura de Natal, mais ou menos no mesmo período (1989 – 1992), estava sob o comando de Vilma Maria de Faria (ex-esposa de Lavoisier Maia Sobrinho).

A “feliz coincidência” dessas famílias na ocupação dos principais cargos políticos no estado do Rio Grande do Norte, torna-se ainda mais evidente, a partir do segundo quartel dos anos 1990, quando Garibaldi Alves Filho assume o cargo de governador (1995-1999), José Agripino Maia é mais uma vez senador da república (1995-2003) e Carlos Eduardo Nunes Alves comanda a prefeitura de Natal (2002-2008).

Note-se que, atualmente essas famílias compõe a presidência dos partidos políticos de maior força política no Rio Grande do Norte, quais sejam: Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, cujo presidente no estado é Henrique Eduardo Alves; Democratas – DEM, liderado por José Agripino Maia; e o Partido Socialista Brasileiro – PSB, que tem Wilma de Faria como sua principal representante no território potiguar. Esses partidos, ao que se pode observar no pleito municipal de 2008 conseguiu eleger o maior número de prefeitos no Rio Grande do Norte, assim distribuídos: 17 foram eleitos pelo DEM, 37 pelo PMDB e 44 pelo PSB. Já em 2010, 17 foram eleitos pelo DEM, 37 pelo PMDB e 44 através do PSB, de acordo com dados obtidos junto ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE (ver mapa 18 a seguir).

Mapa 18 – RIO GRANDE DO NORTE: Distribuição dos Partidos Políticos dos Prefeitos Eleitos por Município (2008 e 2012)

Fonte: TRE/RN, 2014

Embora haja alguns sinais de ressignificação política e de modernização do território, não ocorreram mudanças significativas nos rumos do planejamento praticado pelo Estado. A densidade de objetos e ações continua sendo intencionalmente planejada para se concentrar em algumas regiões do território, fazendo com que persistam as desigualdades.

Uma forma de manifestação dessas densidades seletivamente planejadas diz respeito a distribuição das instituições de ensino superior (ver mapa 19 a seguir) no Rio Grande do Norte, sejam elas públicas ou privadas. Sua distribuição nos municípios que compõe o território norte-rio-grandense ao mesmo tempo em que demonstra sua seletividade, com destaque para o número de instituições públicas na Região do Alto Oeste potiguar e uma maior concentração das instituições privadas na Região Metropolitana de Natal e Mossoroense, por exemplo. Demonstra também o aumento de investimentos do governo federal no ensino superior do Rio Grande do Norte.

Mapa 19 – RIO GRANDE DO NORTE: Total de Instituições de Ensino Superior Pública e Privada por Municípios, 2014.

Fonte: Ministério da Educação, 2014.

Investimentos como este não resulta apenas no aumento de pessoal qualificado, mas numa dinâmica territorial maior, pois com a instalação dessas instituições vêm também investimentos da iniciativa privada como comércio, instalação de novas empresas, pequenos empreendimentos particulares para locação de quartos e imóveis para estudantes, etc (AMORIM, 2010).

Todavia, a concentração de infraestruturas e serviços como os de educação, saúde, equipamentos de lazer em determinadas porções do território aprofunda a diferenciação entre os municípios (CATAIA, 2003). Disso decorre a relevância de refletir junto a Durkheim (1999) sobre aquilo que ele denominou de densidade dinâmica ou moral, e densidade material. Essas duas densidades são os princípios fundamentais para compreender a divisão do trabalho e as relações sociais que se estabelecem a partir dela (DURKHEIM, 1999).

Paul Vidal de La Blache ([1921] 1954), no volume I do livro *Princípios de Geografia Humana*, dedicou o segundo capítulo para discutir a formação de densidades. Ao longo do livro, o autor demonstra a formação de densidades relacionadas à ocupação de grupos populacionais em determinadas regiões do mundo, buscando chamar atenção para os distintos motivos que remarcam as condições de povoamento (clima, proximidade de rios, etc). Ele destaca também para a presença da grande indústria na Europa Central e Ocidental e sua participação na transformação do meio geográfico. Embora, considere a relevância dos estudos de Vidal de La Blache para a Geografia Humana, reconhece-se importantes atributos contidos na concepção de densidade dinâmica e material, desenvolvida por Durkheim (1999) para a discussão do planejamento territorial.

Nesta tese vê-se na densidade dinâmica ou moral uma possibilidade de aproximação para refletir acerca da política, desejos, ambições, projetos, anseios da sociedade, ou seja, um atributo da ação. Ela é inseparável da densidade material, constituída por infraestruturas presentes no território e eivadas de uma racionalidade técnica e normativa. É, pois, um atributo dos objetos.

Segundo Durkheim (1999, p. 253),

A densidade moral não pode aumentar sem que a densidade material aumente ao mesmo tempo, e esta pode servir para medir aquela. Aliás, é inútil procurar saber qual das duas determinou a outra; basta constar que são inseparáveis.

Um modo de constatar a interação entre essas duas formas de densidades é por meio da utilização das emendas parlamentares¹¹², tendo em vista que elas exercem uma significativa influência na alocação de recursos públicos para o orçamento dos Estados e Municípios, conforme destacou Ivani Matias, Assessora Técnica da FEMURN e técnica da SEPLAN, em entrevista realizada no dia 23 de setembro de 2013,

A emenda parlamentar é hoje uma das coisas mais importantes para os municípios pequenos. Ela é a única saída para conseguir investimentos para os municípios. Mas não é a forma correta. O correto era cada município ter sua autonomia em termos financeiros para custear seus serviços.

Com vistas a mostrar de maneira breve como ocorre a sua apropriação e uso pelos parlamentares, considerou-se uma análise das emendas individuais outorgadas em 2012 ao Estado do Rio Grande do Norte, cuja autoria é de senadores e deputados norte-rio-grandenses.

A análise revelou que os parlamentares que liberaram o maior número de emendas parlamentares para o Rio Grande do Norte foram sequencialmente: Deputada Federal Sandra Rosado (PSB); Deputado Federal Felipe Maia (DEM) e seu pai José Agripino Maia (DEM). No entanto, considerando como critério o valor em reais transferido ao Rio Grande do Norte mediante a liberação das emendas parlamentares, foram os seguintes políticos que deram maior contribuição: Fátima Bezerra (PT); Fábio Faria (PSD); Paulo Wagner (PV); Betinho Rosado (PP). O quadro 23 (a seguir) mostra o número de emendas aprovadas pelos políticos potiguares, bem como as principais áreas temáticas do orçamento a que se destinaram e o montante total de dinheiro liberado.

¹¹² “São propostas por meio das quais os parlamentares podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto a instituições. Tais emendas podem acrescentar, suprimir ou modificar determinados itens (rubricas) do projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo. Existem quatro tipos de emendas feitas ao orçamento: individual, de bancada, de comissão e da relatoria. [...] As áreas temáticas são as seguintes: infraestrutura; saúde; integração nacional e meio ambiente; educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte; planejamento e desenvolvimento urbano; fazenda, desenvolvimento e turismo; justiça e defesa; poderes do Estado e representação; agricultura e desenvolvimento agrário; e trabalho, previdência e assistência social”. Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/entenda-o-assunto/emendas-ao-orcamento> <acessado em 13 de setembro de 2014>.

Quadro 23 – RIO GRANDE DO NORTE: Emendas Parlamentares (2012)

Autor da emenda	Número de Emendas e Área temática	Total R\$
Henrique Eduardo Alves (PMDB)	Total: 7 emendas / Turismo, Esporte; Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento Infraestrutura.	14.400.000,00
Fátima Bezerra (PT)	Total: 13 emendas /Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento Infraestrutura; Turismo; Direitos Humanos.	15.000.000,00
Sandra Rosado (PSB)	Total: 16 emendas /Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento Infraestrutura; Irrigação e Integração Nacional; Saúde.	14.900.000,00
José Agripino Maia (DEM)	Total: 15 emendas /Saúde; Turismo; Educação.	14.900.000,00
Fábio Faria (PSD)	Total: 10 emendas /Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento Infraestrutura; Agricultura e Desenvolvimento Agrário; Saúde.	15.000.000,00
João Maia (PR)	Total: 10 emendas /Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento Infraestrutura; Saúde; Agricultura e Desenvolvimento Agrário.	14.900.000,00
Felipe Maia (DEM)	Total: 15 emendas /Saúde; Agricultura e Desenvolvimento Agrário; Educação.	14.700.000,00
Paulo Wagner (PV)	Total: 8 emendas /Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento Infraestrutura; Saúde; Turismo.	15.000.000,00
Paulo Davim (PV)	Total: 7 emendas /Turismo; Saúde; Agricultura e Desenvolvimento Agrário.	14.600.000,00
Garibaldi Alves (PMDB)	Total: 5 emendas /Turismo; Esporte; Saúde.	14.500.000,00
Betinho Rosado (PP)	Total: 10 emendas /Ciência Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento Infraestrutura; Justiça e Segurança Pública.	15.000.000,00

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/> <acessado em 31 de agosto de 2014>

Os parlamentares que tiveram o maior número de emendas aprovadas não necessariamente conseguiram os maiores valores em dinheiro. O Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) teve apenas 5 emendas orçadas em R\$ 14.500.000,00. Das 116 emendas aprovadas para o Rio Grande do Norte em 2012, 16 foram destinadas para Natal, 2 para Mossoró, 1 para Caicó e 97 para o Governo do Estado, sendo sua

aplicação destinada ao uso do governo estadual ou para serem repartidas com os municípios, de acordo com o preconizado em cada emenda.

Ainda que nem sempre a emenda ofertada responda as reais demandas dos municípios como ressaltou Roseane de Araújo Moraes, Coordenadora da Área Técnica da AMLAP, em entrevista concedida no dia 16 de setembro de 2013; elas são de grande importância para as prefeituras.

Os parlamentares com que eles [prefeitos do RN] estão ligados atuam de forma melhor em determinados ministérios. Então, por exemplo, tem deputado federal que libera muita verba pelo Ministério da Agricultura, Saúde ou Turismo, quem é ligado a ele vai se beneficiar nessas áreas. As prefeituras nem sempre ganham o que precisam. Ganham o que está disponível para o parlamentar indicar, como é o caso do turismo. O Ministério do Turismo libera recursos do turismo para municípios que não tem a menor potencialidade. [...] E as demandas dos municípios são muito grandes na educação, saúde. Saúde é uma coisa gritante, que infelizmente é um problema nacional.

Ora, a obtenção das emendas parlamentares constitui-se num elemento importante para a composição do orçamento destinado a realização de funções atribuídas aos municípios potiguares. Essas funções e competências foram definidas mediante o estabelecimento de um Pacto Federativo preconizado constitucionalmente. São atribuídas aos municípios inúmeras obrigações, com o argumento de que desde a Constituição de 1988 o Estado descentralizou suas funções. Neste sentido, as emendas parlamentares não são simplesmente moeda de negociação durante o período eleitoral, mas a porta de escape para os municípios que dependem praticamente do Fundo de Participação de Municípios – FPM para o cumprimento de suas obrigações junto à população.

A Política em seu sentido pleno, lida com o conjunto: sociedade, empresas, instituições, objetos técnicos e com a natureza (SANTOS, 1997). Por isso, o território usado é o seu fundamento. Todavia, a Política não tem sido apropriada apenas pelos representantes eleitos pelo voto popular, pelos cidadãos brasileiros ou potiguares. O mercado, como suscita refletir Santos (1997), cria as condições para o estabelecimento de uma outra política apoiada nas Instituições Supranacionais (BM, FMI, ONU, FAO, etc), que criam rankings para medir os países colando em primeiro lugar aqueles que melhor cumprem os seus receituários.

Apesar do Brasil, ter se destacado nos últimos anos como potência emergente da América Latina, conseguir alcançar melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano –

IDH, e resolver o problema da fome, conforme apontou o mais recente relatório da Organização das Nações Unidas¹¹³, ainda está longe de solucionar estruturalmente as desigualdades territoriais. A análise atenta do uso do território, revela que a despeito de algumas conquistas em subespaços do território nacional, ainda permanecem nos Estados e Municípios brasileiros inúmeras desigualdades territoriais.

¹¹³ Esse relatório intitule-se: The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition, é anualmente através dos seguintes organismos da ONU: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA e pelo Programa Mundial de Alimentos – PMA.

Notre discipline, à nous géographes, est la plus humaines de toutes. Elle enregistre des heures fugitives. Toutes les heures de l'humanité, aujourd'hui plus que jamais, sont des heures, singulières. Jamais eles ne se repetente: aimez ce que jamais on ne vera deux fois (Max. Sorre).

CONCLUSÕES

No dia 08 de setembro de 2009 realizei a primeira incursão pelo Estado do Rio Grande do Norte, a fim de observar, por meio da paisagem como se configurava o meio técnico-científico-informacional potiguar. Naquela ocasião, a paisagem se mostrava heterogênea. As sedes dos municípios, sobretudo as cidades polos de cada região eram notadamente dotadas de melhor infraestrutura. Todavia, nos mesmos municípios percebiam-se subespaços de pobreza e outros de modernização territorial seletiva e incompleta. Nessa incursão, o meio técnico-científico-informacional se impunha através de parques para geração de energia eólica, termelétricas e grandes equipamentos da Petrobrás S/A, localizados no município de Guamaré.

O processo de modernização é contraditório, uma vez que é portador de desigualdades, as quais são inerentes ao modo de produção capitalista. Esse modo de produção revela ainda uma segunda contradição: a coexistência do novo e do velho, como nos suscita a refletir Milton Santos. Modernos objetos técnicos, a exemplo da barragem de Santa Cruz, situada no município de Apodi-RN, coexistem com práticas de armazenamento de água rudimentares. São pequenos barris de madeira utilizados para guardar água, que em algumas comunidades é transportada no lombo de um jumento, tornando possível refletir a respeito coexistência de técnicas (novas e velhas), as quais ajudam a desvelar a participação do Rio Grande do Norte na divisão territorial do trabalho.

Continuei a viagem, e pela estrada foi possível perceber a presença de grandes outdoors anunciando investimentos do governo federal e estadual para melhoria das estradas. Logo adiante os buracos da estrada fizeram o ônibus mover-se de maneira desajeitada. Uma manobra brusca do motorista para livrar-se de um desnível da estrada levou-me aos seguintes questionamentos:

Quais são os agentes, intencionalidades e meios por eles utilizados para fazer do Rio Grande do Norte um território seletivamente moderno e desigual?

Seria o planejamento do território o meio encontrado por esses agentes para a realização dos seus interesses?

A partir dessa apreciação inicial começávamos então, a puxar o fio de Ariadne que ajudaria a compreender como ocorre a expansão do meio técnico-científico-informacional, ao mesmo tempo em que se estabelecem os processos de modernizações e desigualdades territoriais no Rio Grande do Norte.

O planejamento, que no Estado do Rio Grande do Norte assume um caráter regional e urbano, acompanha o movimento de uma dinâmica que ultrapassa a escala do seu território, pois as ações do poder público devem considerar não apenas o território a que está circunscrito, mas a sua região e o território nacional. Assim, compreender como esse processo vai se definindo ao longo dos anos e as marcas deixadas pelo uso do território potiguar foi de grande relevância, pois auxiliaram na identificação dos agentes que comandam o processo, bem como suas intencionalidades para viabilizar a modernização territorial. Um exame do território norte-rio-grandense colocava-se como fundamental, pois como assevera Souza (2003, p. 18).

Um exame do território brasileiro hoje, revelador dessas desigualdades nos propõe pelo menos dois tipos de espaços: os espaços que mandam e os espaços que obedecem, gerados pelo permanente embate entre o par dialético abundância/escassez. Isso seria o fundamento geográfico das desigualdades.

Seria necessário escolher um caminho de método adequado para obter respostas aos primeiros questionamentos da pesquisa. Precisava sair da observação e enveredar no estudo dos eventos gerados pela formação territorial norte-rio-grandense, e assim buscar nexos explicativos que iam além das fronteiras do Estado em apreciação. Por isso optou-se por considerar a relevância da dinâmica dos acontecimentos históricos do Brasil e do mundo. Tendo em vista que, segundo Santos (1993, p. 39), “é na própria história contemporânea, história conjunta do mundo e dos lugares, que devemos nos inspirar tanto para entender os problemas, como para tentar resolvê-los”.

Desse modo, a periodização constituiu-se em um instrumento de método importante nesta tese, que teve no planejamento praticado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte o elemento central dessa periodização. Assim como os sistemas de fluidez do território (estradas, portos, aeroportos etc) e fortalecimento da atividade financeira, como demonstrou Medeiros (2013) são elementos propulsores das dinâmicas geradas pelo uso do território, o planejamento corporativo seletivo é o grande mediador pelo qual o Estado norte-rio-grandense ajudou a promover a modernização territorial incompleta e seletiva.

O método e a metodologia empregados revelaram que desde os primórdios de sua ocupação e povoamento, o território norte-rio-grandense foi alvo de influências externas como a dos Portugueses, cujo interesse era explorar os recursos naturais e sua localização privilegiada. Subordinado administrativamente às capitanias hereditárias da

Bahia, posteriormente à Pernambuco, e juridicamente à Paraíba durante muitos anos, o Rio Grande do Norte foi comandado por uma elite, que tinha origem externa ao seu território. Todavia, com a proclamação da República, o recém-criado Estado passou a ser comandado por famílias oligarcas, as quais até hoje se revezam ocupando os principais cargos públicos do Estado.

Essas oligarquias, que representam uma velha expressão da política nordestina, continuam a existir no atual período histórico. A figura do coronel cedeu lugar ao homem/mulher de negócios diversificados (mineração, comércio, comunicação, etc), coexistindo com a influência dos grandes proprietários rurais.

As atuais famílias oligarcas estaduais que começaram a emergir nos anos de 1960 (Alves, Maia e Rosado), tornaram-se as principais expressões da política estadual, pois conseguiram até o momento, transmitir sua “herança política” aos seus filhos e demais parentes, embora comecem a surgir alguns sinais de ruptura. Essas famílias, atualmente lideram os partidos de maior capilaridade no Rio Grande do Norte (PMDB, DEM e PSB). Apropriaram-se do Governo Estadual, do planejamento de suas ações e passaram a fazer uso da “bem intencionada ajuda” das instituições de crédito nacional e internacional para promover o processo de modernização seletiva e incompleta no território norte-rio-grandense. Foi assim que nos anos de 1960 criou-se no Rio Grande do Norte o planejamento corporativo seletivo, o qual se tornou o principal meio de subordinar o território potiguar a interesses daqui e d’alhores, colocando em segundo plano as demandas do povo.

Constata-se que não há grandes mudanças nos rumos da política potiguar, onde o Estado segue comandado por interesses internos e externos ao território norte-rio-grandense que atuam em benefício próprio. É o caso, das famílias mencionadas anteriormente. Esses agentes daqui e d’alhores, contribuíram para a produção de um meio técnico-científico-informacional, que se justificava pelos anseios de modernização territorial do Estado, das empresas e da oligarquia norte-rio-grandense.

As influências externas exercidas no planejamento praticado no Rio Grande do Norte, aliadas aos interesses hegemônicos estaduais contribuíram para que através da adoção de modelos e metodologias baseadas em racionalidades externas ao território, ocorresse, a um só tempo, a expansão do meio técnico-científico-informacional e uma multiplicação das desigualdades territoriais. Uma vez que para atender as demandas das empresas e oligarquias, o Estado passou a se ocupar mais de ações que viessem assegurar a construção de infraestruturas, sobretudo para fazer circular as mercadorias

produzidas do que das demandas da população (FELIPE, 1981). O estímulo e direcionamento das ações do poder público para fazer o Rio Grande do Norte se integrar a economias nacionais e internacionais, através de atividades como a indústria, por exemplo, foi também um dos responsáveis para que o planejamento corporativo seletivo fosse promovido e reafirmado. Arroyo e Gomes (2013) mostraram como o território norte-rio-grandense é seletivamente utilizado para garantir a fluidez do circuito espacial da produção de têxteis e confecções. Desse modo, faz todo sentido a afirmação de Smith (1988, p. 151), quando diz que “é o desenvolvimento desigual que está em função da universalidade contemporânea do capitalismo”.

Por isso, segundo Santos ([1985] 2007, p. 144-145) “num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem”. Sendo assim, parece fazer sentido às considerações de Rosanvallon (2011), acerca de um processo de mundialização que em certa medida une algumas nações, ao mesmo tempo em produz um distanciamento entre as classes.

Ressalte-se que o Brasil moderno é antagônico, pois se de um lado tem se destacado com bons índices de crescimento econômico, como mostra os dados divulgados em 2014 pelo IBGE, nos quais a economia brasileira teria crescido 2,3% no ano de 2013. De outro, ainda permanecem as desigualdades regionais, a despeito das melhorias nos índices econômicos referentes ao território nacional, que parecem pouco ajudar a compreender o porquê de tantas desigualdades.

Para Ianni (2004, p. 92-93),

A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. [...] As dificuldades agudas da fome e desnutrição, a falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna, ou de que o Brasil já é a oitava potência econômica do mundo ocidental e cristão.

O uso corporativo do território norte-rio-grandense envolve a utilização privilegiada dos bens públicos, especialmente no que se refere à construção de sistemas de engenharia para viabilizar a privatização do território (SANTOS e SILVEIRA 2006; TOZI, 2008). Desse modo através das reflexões teóricas contidas em Santos (1997) e Souza (2002) é possível considerar que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte,

tem governado mais para atender os interesses das empresas, oligarquias e demais agentes hegemônicos do que para a sociedade potiguar.

No território norte-rio-grandense, o Estado segue na tentativa de implementar políticas para dinamizar a economia, e torna-lo mais competitivo e atrativo aos investimentos da iniciativa privada. Políticas dessa natureza tendem a seguir a linha do que foi preconizado por Porter (1993), segundo o qual os governos devem investir não apenas em infraestrutura, mas educação, ciência e tecnologia, a fim de que seus territórios tornem-se mais competitivos. De acordo com Porter (1993, p. 694), “as políticas governamentais bem-sucedidas são as que criam ambiente no qual empresas podem obter vantagem competitiva”. O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, segue desempenhando esforços pontuais, a exemplo dos consórcios, PPP, APLs, que se por um lado promovem certa dinâmica socioeconômica; por outro, não resolve o problema das desigualdades territoriais.

O planejamento é indissociável da base material do território, pois, a partir dele, viabiliza-se um sistema de fixos (estradas, portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, fibras ópticas) necessários a fluidez das finanças, mercadorias sejam elas públicas ou privadas. O PAC tem sido um importante elemento para a renovação da materialidade do território. Além disso, favorece também a mobilidade das pessoas. É evidente que se o território é para uso de todos, ele é também para uso das empresas. A infraestrutura criada pelo Estado e que muitas vezes serve em primeiro lugar aos interesses do capital e dos agentes hegemônicos, é necessária. O problema é que a historiografia da produção das bases materiais para uso do território brasileiro se contradiz com os interesses da maioria, fazendo com que o território seja seletivamente apropriado e utilizado para responder interesses e ordens distantes, acentuando as desigualdades territoriais.

Dissonâncias da ação planejada no território potiguar

No Rio Grande do Norte as ações de planejamento tiveram seu apogeu durante o regime militar, que cuidou em criar instituições, sistemas de planejamento e gestão para respaldar suas ações. A partir dos anos de 1980, sobretudo após a Constituição de 1988, o planejamento das ações do poder público perdeu centralidade, e em seu lugar se começou a falar em ordenamento e gestão do território. Os instrumentos que passaram a dar suporte a essa prática tem sua ênfase no aspecto orçamentário (PPA, LOA, LDO). Mesmo assim, autores como Costa (2008) defendem que,

No Brasil contemporâneo, não se encontra claramente desenhada uma política de ordenamento/desenvolvimento territorial, no sentido de um conjunto articulado e coordenado de programas e projetos orientados para levar a cabo uma diretriz ou um conjunto integrado de diretrizes de desenvolvimento do território, mas sim políticas diversas com rebatimentos sobre o território.

O planejamento que passou a se praticar desde então, tem estimulado, ainda que de modo tímido e limitado, a participação popular na formulação das políticas públicas. Foi o que se contatou por meio da apreciação dos nove Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável, elaborados para o Rio Grande do Norte. Por outro lado, a preocupação com a formação de técnicos para lidar com o planejamento do território que era uma característica durante o regime militar, ficou em segundo plano. Consultores altamente qualificados e com nome reconhecido nacionalmente são convocados para suprir demandas específicas, as quais não se conseguem atender com os técnicos disponíveis em virtude de sua formação deficiente.

As empresas de consultorias, como é o caso da CEPLAN e de instituições internacionais, a exemplo do IICA, passaram a ocupar uma função de destaque na elaboração de planos, programas e avaliação de políticas públicas. É importante ratificar que alguns professores com notoriedade nacional, lotados nas principais Universidades brasileiras, tornaram-se consultores, seja das empresas de consultoria, seja das instituições internacionais. Através da prestação de seus serviços passaram a compor as equipes contratadas pelo Governo Estadual. Isso não significa que os governos acatem todas as proposições apresentadas por esses profissionais, uma vez que o interesse político ainda prevalece diante das proposições de ordem técnica. Nesse sentido, cabe questionar se a Universidade brasileira em vez de contribuir para refletir acerca de um Projeto de Nação para o Brasil, não estaria, contribuindo para a sustentação de um planejamento de caráter indicativo.

O Planejamento das ações do poder público que na Constituição Federal de 1988 assumiu a denominação de ordenamento territorial, além de estratégia de ação política, é uma norma. E quando essa norma, uma racionalidade imposta materializa-se no lugar através da construção de formas: infraestrutura urbana, por exemplo, o planejamento mostra-se contraditório. Segundo Ribeiro, Silva e Vieira (1998, p. 36),

Em cada contexto local, manifestam-se, evidentemente, desiguais vontades políticas e graus diversos de amadurecimento das forças sociais. Trata-se também, a nosso ver, do cenário construído – em

diferentes escalas – pela competição, ou complementaridade administrativa, entre níveis de governo (alianças políticas). Deveríamos acrescentar que o aparelho político público reflete, de forma mais ou menos mediatizada, a pressão exercida pelos interesses privados na definição das políticas setoriais.

As ações do Governo do Estado são formuladas por políticos, gestores e técnicos vinculados a instituições, os quais muitas vezes, não dialogam entre si. Há, na maioria das vezes, um total desconhecimento de informações que são preciosas ao monitoramento e gestão dos serviços prestados à população. Falta, portanto, não apenas um esforço de planejamento com bases territoriais, mas o monitoramento e gestão mais eficiente das ações. Falta também uma solidariedade entre as instituições que lidam com o planejamento do território e dentro das próprias instituições. Na Secretaria de Planejamento de Natal, por exemplo, segundo informação verbal de Luís Wilson Cavalcanti, funciona o “personalgrama”. Ou seja, a identificação de funcionários que podem fornecer determinado tipo de informação.

A prática política dos agentes promotores do planejamento corporativo seletivo só pode ser desvendada pela compreensão dos usos do território, uma vez que discurso, formação técnica, prática e política são inseparáveis. A questão parece ainda mais complexa se juntarmos as reflexões postas por Cataia (2011, p. 116) acerca das dificuldades enfrentadas por Estados e Municípios brasileiros no que diz respeito aos desafios da vida política.

A dificuldade para a governabilidade da vida política estadual e municipal resulta da interação de um grande número de variáveis independentes, as quais, como regra, não se reduzem a instituições espacialmente circunscritas.

Essa prática política mostra-se então contraditória, pois ao adotar os paradigmas ofertados por influências externas, o governo federal e estadual que alegava em seus planos ter como objetivo de suas políticas a redução das desigualdades regionais, acabaram direcionando um esforço maior para a dotação das infraestruturas com vistas a viabilizar o fortalecimento das atividades econômicas, e passaram a valer-se da apropriação de conceitos como sustentabilidade com vistas a demonstrar uma preocupação com o bem-estar das futuras gerações.

Todavia, a utilização desse conceito nas políticas públicas estaduais apresenta-se mais como uma metáfora para mascarar as intencionalidades políticas e econômicas,

que ajuda a manter o Rio Grande do Norte numa condição de subordinação aos interesses externos. É claro que a preocupação com a natureza e a forma como o Ser Humano vem lidando com ela é importante, mas há uma grande distância entre o que se estabelece nos planos e o que se tem realizado efetivamente para que haja uma relação menos conflituosa com a natureza e a aplicação dos pressupostos do desenvolvimento sustentável. Há, neste sentido uma latente contradição entre o planejamento e sua execução.

Não se pode, portanto afirmar que o maior problema do planejamento norte-riograndense seja a falta de planos para embasar a ação do Estado, mesmo que em alguns deles haja uma precariedade na organização e redação do material. Os planos regionais de desenvolvimento sustentável, por exemplo, consideraram um horizonte de execução de 10 anos, foi formulado por consultores e técnicos com ampla experiência na temática, além de contar com a participação da sociedade civil. Também não faltou o concatenamento com as demandas sociais e institucionais dos anos de 1990 referentes ao desenvolvimento sustentável. Já no que se refere aos planos elaborados a partir dos anos 2000, pode-se notar a tentativa de alinhamento com os enunciados e estratégias estabelecidas na esfera da União no tocante ao território.

No âmbito dos planos regionais fala-se em pactos territoriais. Todavia a maioria dos planos elaborados pelo Governo do Estado não foram postos em prática. O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Traíri (2004), por exemplo, foi elaborado com um horizonte para 10 anos, mas até os dias atuais, segundo informações obtidas na SEPLAN-RN não foi posto em prática. Esse ano (2014), ele completou 10 anos, e assim perdeu a sua validade. Não é apenas a não execução dos planos que chama atenção, mas o texto divulgado. No CD de divulgação dos Planos, é possível observar que o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte ainda encontra-se inacabado, com as anotações e observações de revisores para posterior correção do texto. Não informa sequer os nomes das pessoas que compuseram a equipe de elaboração do Plano.

Vale destacar que apesar de constar no documento uma produção cartográfica, a qualidade da resolução dos mapas utilizados é muito ruim, o que dificulta a sua apreciação e utilização.

Na esfera do Governo Federal, o PPA como instrumento de planejamento a médio prazo, vem sofrendo modificações e aprimoramentos, seja no que se refere a sua formulação teórica ou no plano da ação. A partir da década de 1990 o Estado passou a

adotar um modelo de planejamento fortemente inspirado nos princípios da administração empresarial, mas os demais entes federados (Estados e Municípios) nem sempre conseguem acompanhar a contento as diretrizes e modelos sugeridos pelo Governo Federal para cumprir o preceito constitucional da descentralização das ações públicas. É o que nos suscita refletir a análise dos três (3) PPAs elaborados pelo Governo do Rio Grande do Norte.

Apesar da obrigatoriedade do PPA nas distintas instâncias governamentais (Federal, Estadual e Municipal), a elaboração do Plano ainda é feita com grande dificuldade, sobretudo nos municípios pequenos, onde o número de técnicos é limitado e a maioria deles não dispõe de uma formação adequada para lidar com os instrumentos de planejamento e gestão do território. Mesmo assim, no que concerne ao planejamento plurianual potiguar, constata-se que esse instrumento de planejamento vem passando por um processo de sofisticação e aprimoramento no que se refere a sua elaboração. Há um esforço para torná-lo mais objetivo e alinhado aos interesses do Governo na esfera Federal e Estadual.

Outro planejamento: é possível?

Ao longo de sua obra, Milton Santos elaborou críticas à maneira como o planejamento foi concebido e aplicado, mediante a influência determinante de agentes hegemônicos, em detrimento dos interesses da Nação. Em “O papel ativo da Geografia: um manifesto”, Santos *et al.* (2000), diz que as questões voltadas ao planejamento não tem considerado uso do território. Desse modo, os planejadores e o governo estariam conduzindo ações setoriais, que contribuem para o acirramento das desigualdades socioespaciais. Embora, os planos e programas de governo contenham em seu texto uma proposta de ação territorial, o objetivo das ações continua sendo os setores (transporte, energia, saúde etc), e não o território usado efetivamente por todos.

Incontestavelmente, a preocupação com o homem existindo, criando formas, fluxos, ações, com a existência concreta do território é prerrogativa para o planejamento territorial. Uma vez que, segundo Sartre (1970, p. 11), “a realidade não existe a não ser na ação. [...] O homem nada mais é do que o seu projeto”. É, pois numa relação de alteridade, de encontro com o outro, com as coisas, que o homem se realiza. Esse aspecto não pode ser negligenciado no planejamento do território.

O planejamento permite a formalização do real baseado nas condições espaciais do presente, por isso, reflexo de contradições. É uma atividade que remete sempre ao futuro e compete a toda sociedade, não apenas as três esferas de governo (SOUZA, 1988; SOUZA & RODRIGUES, 2004).

Foi por isso que em 1980 ao ministrar uma conferência na Universidade Nacional de Brasília – UNB, cujo título era “Geografia e Planejamento: O Uso do Território – Geopolítica”, Milton Santos chamou atenção para o fato de que a Geografia é a Ciência que deve se ocupar em estudar o uso do território. Por que através do uso do território é possível verificar a expansão do meio técnico científico e informacional, e não apenas isto, mas a seletividade, densidade e intencionalidade desse uso. Para Santos ([1985] 2007, p. 133), “o que faz falta é a proposição de um pacto territorial estrutural, conjunto de propostas visando a um uso do território coerente com um projeto de país e parte essencial desse projeto”.

Pensar na formulação e defesa de um projeto nacional pautado num uso territorialmente mais justo e a mudança do nosso modelo civilizatório, é um passo importante. Todavia, deve-se considerar o movimento libertário da condição de pobreza e desigualdade a que estão submetidos os homens lentos, como dizia Milton Santos ([1996] 2008), verdadeiros agentes desse processo de transformação da sociedade. Necessita-se de modo urgente pensar na totalidade dos processos e abandonar de vez a visão setorial e fragmentária do mundo. Assim, se poderá melhor decifrar os agentes e suas estratégias de modernização territorial.

No Estado do Rio Grande do Norte a modernização territorial seletiva não promoveu a justiça social, pois o seu fundamento era o crescimento econômico (BRET, 2002). Os agentes promotores do planejamento realizado ao longo de mais de 50 anos, continuam pautando-se em ações setoriais, que acirram as desigualdades socioespaciais (SANTOS *et al*, 2000). O governo, em muitas situações utiliza o território como mero recorte administrativo. Enquanto isso, segundo Silveira (2011, p. 95) “a política é reduzida a um conjunto de equações econômicas ou de discursos que ora aderem a versões camufladas de neoliberalismo, ora retratam mundos passados sem compreender seu funcionamento atual”. Embora, os planos e programas de governo contenham em seu texto uma proposta de ação regional e/ou territorial, suas ações continuam sendo os setores (transporte, energia, saúde etc), e não o território usado efetivamente por todos.

Mesmo assim, o Estado do Rio Grande do Norte, ao que se percebe através da análise dos planos tem se esforçado para tornar-se mais eficiente no tocante a

construção de obras. Ao mesmo tempo em que, as tornam mais acessíveis à população, sua finalidade é o uso do território mais competitivo. Uma vez que a construção de infraestrutura é sempre seletiva e atende melhor os subespaços mais dinâmicos território potiguar.

Para tanto, vale-se da construção de vocabulários novos como: pacto territorial, desenvolvimento sustentável, controle social, participação da sociedade civil; e velhos, como planejamento físico territorial. Esses vocabulários expressam a coexistência de práticas de planejamento com distintas temporalidades. Evidentemente, o planejamento praticado incorpora também distintas forças políticas. Mesmo que o conflito seja uma realidade para aqueles que lidam com o planejamento do território, há segmentos dessas forças políticas que procuram atuar de maneira orquestrada. É que se observou, por meio das entrevistas realizadas com técnicos da SEMPLA, onde se constatou certa “manipulação” da população no orçamento participativo através de vereadores da capital.

Por meio da análise dos planos regionais de desenvolvimento sustentável, os quais contaram com a participação da sociedade civil, observou-se o anseio em estabelecer pactos territoriais. No entanto, não se chegou a uma formulação bem acabada de como isso se daria. No plano da região do Seridó, por exemplo, falava-se que esse pacto ocorreria por meio da articulação ente Estado, empresas, sociedade civil etc. Todavia não se traçou a sua formulação nem os seus objetivos.

Apoiada nas proposições de Souza (2000), nesta tese advoga-se a necessidade de se estabelecer um pacto territorial estrutural para o Estado do Rio Grande do Norte.

Em primeiro lugar é preciso ter clareza de que sendo este um pacto territorial estrutural, seu objetivo central é o combate às desigualdades territoriais expressas nas paisagens e algumas delas na cartografia apresentada ao longo desta tese. É preciso saber quem são e onde estão os mais pobres, doentes e famintos no território norte-rio-grandense.

É preciso também identificar quais são as regiões que concentram as maiores dinâmicas econômicas e investimentos (políticas públicas e infraestrutura). Ao longo desta tese se viu que a Região Metropolitana de Natal, Região Mossoroense, Região do Seridó e do Vale do Açu precisam de um tratamento adequado para manter sua dinâmica, haja vista sua densidade de infraestrutura e investimentos da iniciativa pública e privada. Por outro lado, a cartografia apresentada ao longo desta tese, nessas regiões há subespaços de escassez, o que demonstra a seletividade dos investimentos.

Na verdade, no Rio Grande do Norte é repleto de subespaços onde a escassez é uma realidade. Disso decorre, a concentração de municípios dependentes do auxílio de políticas e programas do governo federal, a exemplo do Bolsa Família (ver mapa 20 a seguir).

Mapa 20 – RIO GRANDE DO NORTE: Total de famílias cadastradas e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, 2014

O mapa apresenta a relevância no território norte-rio-grandense do Programa Bolsa Família, uma vez que o número de famílias cadastradas e beneficiadas é sobretudo significativo. Também deve se destacar, a capilaridade que o Programa tem em todos os municípios do Rio Grande do Norte, especialmente para as famílias que recebem o benefício básico e para as que vivem em condição de extrema pobreza.

O outro componente desse pacto territorial estrutural é a elevação de importância do planejamento territorial em longo prazo, pois como ensina Arendt (2014, p.64) “se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos; deve transcender a duração da vida de homens mortais”.

Finalmente, é preciso reconhecer que o planejamento realizado pelo governo do Rio Grande do Norte, como uma componente importante estratégia Política, deve reconhecer a existência dos embates e disputas políticas que permeiam sua ação. Esse planejamento necessita cada dia mais se pautar na participação da sociedade civil, a qual deve ser constantemente provocada e estimulada. Ousa-se até mesmo a propor o estabelecimento de uma pedagogia cidadã nos termos de Souza (2000) para a participação popular no planejamento das ações do Estado. Essa pedagogia considera a participação de escolas, conselhos de moradores, associações e federação de municípios, igrejas etc., para constituir um canal de diálogo com a sociedade civil e prepara-la para o pleno exercício da cidadania. O uso de ferramentas como a internet, acesso e manipulação de informações são de fundamental importância para que a participação da sociedade civil seja mais efetiva.

É necessário que o Rio Grande do Norte se liberte das amarras políticas e oligárquicas que o envolve. Esse é o grande desafio para um Estado que incorpora as novas dinâmicas do período histórico atual, novos discursos e vocabulários na prática do planejamento, mas que ainda é extremamente tradicional no que se refere a uma renovação política mais significativa.

Os questionamentos postos nesta tese, não tem o objetivo de desestimular a ação planejada, tampouco condenar o que vem sendo realizado, pois como inspira a pensar Santos (1979, p. 34) “condenamos simplesmente aquele planejamento que é o do capital. Desejamos vê-lo substituído por outro basicamente preocupado com a sociedade como um todo e não com aqueles já privilegiados”. O esforço que aqui se fez foi, de demonstrar o aspecto processual do planejamento e os desdobramentos territoriais

advindos dessa prática, e assim refletir sobre a política do Estado e a política das empresas que permeia a ação pública estadual.

A seguir, a título de contribuição serão apresentadas algumas sugestões para o estabelecimento de um novo horizonte para o planejamento territorial potiguar.

Sugestões

A Federação de Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN e as associações de municípios são agentes que têm se mostrado de grande relevância na gestão pública municipal, dada a pouca capacidade que as prefeituras norte-rio-grandenses têm demonstrado para lidar com a burocracia da administração pública e elaboração de projetos para obtenção de recursos via governo federal.

Embora se reconheça a sua importância, sugere-se a diminuição da dependência entre prefeituras e associações/federação de municípios. A relação deve ser de cooperação e as secretarias de planejamento municipal e estadual necessitam de maior autonomia e capacitação técnica. Para isso, é fundamental a realização de concurso público, capacitação e atualização do seu quadro técnico.

De igual modo relevante é ampliação do diálogo entre as distintas secretarias e autarquias do governo, pois o êxito de suas ações demanda uma relação mais estreita com a secretaria de administração e finanças. Falta também uma padronização e o compartilhamento de informações dentro da secretaria de planejamento, para que se possa superar a estratégia do “personalgrama”, e o fortalecimento das relações interinstitucionais e intrainstitucionais.

A pesquisa realizada também observou que a SEPLAN ainda necessita fortalecer a tríade planejamento, gestão e monitoramento das ações do poder público. Há no território norte-rio-grandense projetos, programas e ações pontuais seja no tocante a melhoria da infraestrutura básica ou mesmo de serviços prestados à população, em andamento. Todavia, os próprios técnicos e demais entrevistados destacaram a fragilidade no tocante ao monitoramento e gestão das ações. Mais ainda, falta continuidade das ações para que o planejamento não fique restrito apenas a um governo e caia no esquecimento ao eleger-se um novo governador. O PPA já atua neste sentido, mas é preciso que a continuidade do planejamento em benefício de todos, transponha o tempo de uma gestão.

Não menos importante é o estímulo da participação da sociedade civil na tomada de decisões do governo e na definição das políticas públicas. O Rio Grande do Norte ainda carece de avanços nesse sentido, mas a realização das conferências estadual das cidades testemunha a vontade de participação da sociedade. A heterogeneidade do público (funcionários públicos, representantes de empresas, ONGs, sindicatos etc) enriquece o debate e aponta para a pluralidade de interesses no que se refere ao uso do território. É preciso estimular como diz Ferrão (2011), a criação de uma cultura do planejamento. Igual modo importante é a criação de um sistema de monitoramento e informações sobre as distintas regiões do Rio Grande do Norte, bem como o acesso e ampla divulgação do mesmo.

No decorrer da pesquisa, os técnicos da SEMPLA, destacaram a dificuldade de reunir o público interessado para colaborar no orçamento participativo municipal. Dada a dificuldade em reunir a população trabalhadora durante os dias úteis da semana, as reuniões têm ocorrido aos sábados e mesmo assim com certa dificuldade. Sugerimos, portanto, que o acesso à internet, uma das expressões do meio técnico-científico-informacional no território potiguar, se torne um aliado. O desenvolvimento de um portal digital da participação da sociedade civil no planejamento norte-rio-grandense, pode se constituir em um trunfo importante para o avanço da cidadania.

Existem à disposição do Estado, planos, estudos e diagnósticos que vem sendo elaborados para o Rio Grande do Norte, desde os anos de 1959. Esse conteúdo não pode ser desprezado. O conhecimento profundo a respeito do que se tem produzido a respeito do território potiguar e a valorização do seu corpo técnico, muitas vezes esquecido dentro de suas repartições públicas, são trunfos para definição de um novo horizonte político.

Nesse novo horizonte político não se pode faltar uma nova regionalização para intervenção prioritária no território norte-rio-grandense. Uma regionalização invertida em relação ao que se tem feito. Ou seja, uma regionalização que considere não apenas as densidades de infraestrutura, serviços, economia, mas que permita definir regiões de escassez. Conforme se pode observar no mapa 21 (a seguir), o território norte-rio-grandense vem passando por processos de transformações, e diferente dos anos de 1968, assume novas relações de centralidade.

Mapa 21 – RIO GRANDE DO NORTE: Regiões de influência, 2007.

Fonte: Paz, 2013.

Atualmente, as regiões de influência, de acordo com dados do REGIC (2007) apresentados por Paz (2013), Recife e Fortaleza continuaram a exercer sua influência no território norte-rio-grandense; mas São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, metrópoles nacionais; também se destacam. Nesse sentido, essa nova regionalização também precisa considerar as novas relações centralidade e influência que se coloca atualmente entre o Rio Grande do Norte e os demais estados da federação brasileira.

O futuro como aposta

A pesquisa realizada contribuiu para ampliar o horizonte temático que foi desenvolvido nesta tese, abrindo possibilidades para novas investigações. A primeira diz respeito à influência de professores e pesquisadores estrangeiros que tiveram uma atuação destacada na formação de alguns geógrafos brasileiros. Uma dessas influências é o geógrafo francês Michel Rochefort, que contribuiu para formação de um número considerável de geógrafos brasileiros ainda em atuação. Investigar o alcance atual dessas influências na produção geográfica, poderia se constituir em um tema interessante a ser desenvolvido.

É preciso esclarecer que não se trata da realização de um estudo biográfico, mas de compreender como o conhecimento produzido no final dos anos de 1960 e 1970 tem repercutido na pesquisa brasileira através da liderança de geógrafos formados por professores como o já mencionado Michel Rochefort. Quais os tipos de pesquisa e temática que eles têm orientado? Prestam serviços a consultorias contratadas pelo governo? Qual o método e a metodologia que tem sido utilizada nesses estudos? Quais os grupos de pesquisa que eles têm liderado?

Outro tema que merece destaque para o desenvolvimento de pesquisas futuras é o estudo da solidariedade política-corporativa, que se procurou demonstrar através de uma breve análise das eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2010. Trata-se de uma estratégia que alia a política do Estado e das empresas. Para melhor desvendá-la, vê-se na categoria território usado um elemento importante compreender o Brasil. Uma vez que o território, segundo Brunet (2004), continua tendo importância aos estudos geográficos referentes ao planejamento. Desvendar a relação que se estabelece entre as empresas que financiam as eleições na esfera da União, Estados e Municípios e sua relação com os vencedores das licitações para a realização de grandes obras de engenharia e prestação de serviços públicos é um tema que precisa ser estudado com mais afinco pela geografia brasileira.

Felicidade
(Vicente de Carvalho)

Só a leve esperança, em toda a vida,
Disfarça a pena de viver, mais nada:
Nem é mais a existência, resumida,
Que uma grande esperança malograda.
O eterno sonho da alma desterrada,
Sonho que a traz ansiosa e embevecida,
É uma hora feliz, sempre adiada
E que não chega nunca em toda a vida.
Essa felicidade que supomos,
Árvore milagrosa, que sonhamos
Toda arreada de dourados pomos,
Existe, sim: mas nós não a alcançamos
Porque está sempre apenas onde a pomos
E nunca a pomos onde nós estamos.

REFERÊNCIAS

- ABLAS, Luiz. O “estudo dos eixos” como instrumento de planejamento regional. In: **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: ANPUR/UNESP, 2003.
- ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, p. 21-122, 1994.
- ALBANO, Gleydson Pinheiro; SÁ, Alcindo José de. Impacto das multinacionais de bananas no Nordeste do Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011 – Costa Rica, II setembro 2011. pp. 1-17.
- ALMEIDA, Flávio Gomes de Almeida; SOARES, Luiz Antônio Alves (Org). **Ordenamento territorial. Coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 284p.
- ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs). **Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa**. João Pessoa: Ideia, EDUFRN, 2013. p. 27-44.
- ALVES, Aluízio. **O que eu não me esqueci**: reminiscências políticas 1933/2001. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2001. 272p.
- ALVES, Larissa da Silva Ferreira. **Culturas de ordenamento territorial do turismo das regiões metropolitanas de Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE e Salvador-BA**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, 2013. 297f.
- ALVES, Sandra Priscila. **O circuito espacial da produção petrolífera no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.
- AMORIM, Cassiano Caon. **O uso do território brasileiro e as instituições de ensino superior**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2010. 334f.
- ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. **A eletricidade chega à cidade**: inovação técnica e vida urbana em Natal (1911-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. 174f.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina. São Paulo: Brasiliense. 2 ed, 1970. 145p.
- _____. **Geografia, Região e Desenvolvimento**: introdução ao estudo do *aménagement du territoire*. São Paulo: Brasiliense, 1971. 95p.
- _____. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. ed. 2, Natal: EDUFRN, 1981.

_____. **O território do sal:** a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte. Natal: EDUFRN, 1995. Coleção Mossoroense.

_____. **O caso do Nordeste Brasileiro.** Recife/PE: ASA, 1985. 94p.

ANTAS JR, Ricardo Mendes. **Território e regulação – espaço geográfico:** fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Humanitas, 2005.

ARAÚJO, Markelly Fonseca de. **Planejamento territorial do Rio Grande do Norte:** as desigualdades socioespaciais em ação. Dissertação [Mestrado]. São Paulo, 2014. 196f.

A'RBOCZ, István Inre Lásvlo. **Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte.** Natal: EDUFRN, 1986. 60p.

ARENDET, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2014.

ARRAIS, Raimundo. Considerações ligeiras sobre a recente historiografia brasileira. In: **Anais** do I Encontro regional da ANPUH-RN: o ofício do historiador, 23 a 29 de maio de 2004, Natal/RN: Associação Nacional de História. Organizador: ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. p. 44-49.

ARROYO, Mónica; GOMES, Rita de Cássia da C. O Rio Grande do Norte no comércio internacional: circuito espacial da produção de têxteis e confecções. **Mercator**, v12, n. 29, p. 31-38, set/dez, 2013.

ASSOCIAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE DE MUNICÍPIOS. **Plano regional do Agreste.** Apresentado pelo Deputado Aluizio Alves no Encontro Regional do Agreste, realizado na cidade de São José de Mipibu nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 1959.

ASSOCIAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE DE MUNICÍPIOS. **Plano regional do Oeste.** Apresentado pelo Deputado Aluizio Alves no Encontro Regional do Oeste, realizado na cidade de Pau dos Ferros nos dias 27, 28 e 29 de junho de 1959.

AZEVEDO, Aroldo. **Estrutura econômica do Rio Grande do Norte.** Mossoró/RN: Coleção Mossoroense, 1961.

BARBOSA, Jane Roberta de Assis. O estudo do “mais pequeno”: uma análise geográfica da saúde num “lugarzinho” chamado Guarapes. **GEOUSP**, São Paulo, n. 34, 2013, Número Especial. p. 211-223.

_____. **As condições sócio espaciais e a saúde na Comunidade da Floresta, Natal/RN.** Monografia (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.

BECKER, Berta K. Significado do núcleo colonial do Pium para o aproveitamento dos vales de paul no Rio Grande do Norte. **Anais** da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Vol. XIII, São Paulo: AGB, 1964. p. 145-163.

BENKO, Georges. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, n. 15. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. p. 45-54.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 449p.

BERNARDES, Adriana Maria da Silva; MAZONI NETO, Alcides. O planejamento territorial no Brasil nos anos 1990: as ações das empresas globais de consultoria (o caso da Booz-Allen & Hamilton). **GEOgraphia**, Vol. 10, No 20, 2008. p. 53-75.

BERNARDES, Adriana. A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria). In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, 2006. p. 413-432.

BERNARDES, Lysia, M. C. Geografia e poder nacional. **Revista Brasileira de Geografia**. jul-set 1966. p. 267-281.

BERNARDES, Nilo. Geografia e planejamento. **Boletim Geográfico**. N. 200, Ano 26, set-out 1967. p. 65-68.

BERTOLO, Mait. **O circuito espacial produtivo da vacina no território brasileiro e a pandemia Influenza A H1N1**. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, 2013. 269f.

BIRKHOLZ, Lauro Bastos. **O ensino do planejamento territorial**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1967. 344p.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64)**. Tese Geografia Humana, USP, 2007.

BOUDEVILLE, Jacques-R. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1973.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 39/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003. 382p.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. Divisão de Geografia. **Panorama regional do Brasil**. Rio de Janeiro, 1967. 135p.

_____. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. Divisão de Geografia. **Subsídios à regionalização**. Rio de Janeiro, 1968. 208p.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Geografia. **Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas, 1968**. Rio de Janeiro, 1970. 564p.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Geografia. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972. 110p.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Subsídios para a Definição da Política Nacional de Ordenamento do Território – PNOT (versão preliminar)**. Brasília, 2006. 251p.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento: Volume I – Sumário Executivo / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos**. Brasília: MP, 2008. 85 p.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: **anais** da oficina da política nacional de ordenamento territorial, Brasília: 13 a 14 de novembro de 2003. Brasília: MI, 2005.

BÉHAR, Daniel. Les nouveaux territoires de l'action publique In : Dominique Pagés et Nicolas Péliissier (dir.), **Territoires sous influence**. Paris : Collection l'Harmattan, 2000.

BRET, Bernard. Interpréter les Inégalités Socio-spatiales à la lumière de la Théorie de la Justice de John Rawls. **Annales de Géographie**. Paris: Armand Colin, 2009/1, n. 665-666, jan-avr 2009. p.16-34.

_____. Justice et territoire une réflexion à partir d'ucas brésilien. **Strates**, Hors-série, 2002. Pp. 2-11.

_____. Inégalité sociale et cohésion territoriale, pour une lecture rawlsienne du territoire brésilien. **Geocarrefour**, vol. 81/3, 2006. pp. 183-191.

BRUNET, Roger. **Le développement des territoires**: formes, lois, aménagement. Lille : éditions de l'Aube, 2004. 95p.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**. Planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985. 177p.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. A experiência brasileira de planejamento. In: SIMONSEN, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; J. Olympio, 1974. p.47-78

CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Estudos de desenvolvimento regional (Rio Grande do Norte)**. Série Levantamentos e Análises. Coleção Mossoroense, 1959.

CARVALHO JÚNIOR, José Victor de; et all. Introdução à história do sal. **Revista Terra e Sal**, ano 1, n. 2, 1982/1983.

CARONE, Edgard. Oligarquias: definição e bibliografia. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, 12 (1): 81-92, jan/mar, 1972.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional; Serviço de Documentação do Ministério da Educação e da Cultura, 1955. 524p.

_____. **Governo do Rio Grande do Norte**. Volumes: I e II. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Coleção Mossoroense, Série C, 1989.

_____. **História da cidade de Natal**. ed. 2, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980. 470p.

CASTILLO, Ricardo; TOLEDO JR; Rubens; ANDRADE, Julia. Três dimensões da solidariedade em Geografia. Autonomia político-territorial e tributação. **Experimental**, n. 3, set. 1997, p. 69-99.

CASTRO, Iná Elias. Seca versus seca, novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste, in: de Castro, Iná Elias et al (Org). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CATAIA, Márcio. A alienação do território – o papel da guerra fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas/SP: Territorial, 2003. p. 397-407.

_____. Território usado e federação: novos agentes e novos pactos. In: DANTAS, Aldo; TAVARES, Matheus A (Orgs). **Lugar-mundo: perversidades e solidariedades**. Encontros com o pensamento de Milton Santos. Natal: EDUFRN, 2011. p. 101-119.

CHAVES, Ferreira. **Ao Estado e ao Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte**. Comentários do Desembargador Ferreira Chaves a “carta aberta” do Dr. Tavares de Lyra. Natal: YP Comercial – J. Pinto & C, 1919. 27p.

CENTRE D'ÉTUDES DE GÉOGRAPHIE TROPICALE DU C.N.R.S. **La Régionalisation de L'Espace au Brésil. Séminaire International du C.N.R.S.** Réuni au Centre d'Études de Géographie Tropicale de Bordeaux, le 20-22 novembre 1968 Bordeaux: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1971. 190p.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Municípios metropolitanos: os desafios do financiamento público. In: VALENÇA, Márcio Moraes; CAVALCANTE, Gilene Moura (Orgs). **Transformações Urbanas**. Globalização e marginalidade. Natal/RN: EDUFRN, 2008. p. 235-242.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE**. São Paulo: Perspectiva, 1978. 165p.

CONTEL, Fabio B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis** (Nova Série), n. 3, 2014. p. 1-17.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

COSTA, Eunice Correia da. **O fato urbano no Rio Grande do Norte**: características das bases da vida de relações. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade de São Paulo, 1977. 139p.

COSTA, Ademir Araújo da. **Tecnologia e desemprego**: o caso da região salineira de Macau-RN. Natal: UFRN, 1993.

COSTA, Jordana Medeiros. **Uso corporativo do território e turismo no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2011. 248f.

COSTA, Helensandra Lima da. A família do tesouro: a perpetuação da memória da família Albuquerque Maranhão através dos espaços e monumentos. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho de 2011a. pp. 1-11.

COSTA, Nilson do R; LAMARCA, Isabel. Os governos FHC e Lula e a política para a força de trabalho civil do governo central brasileiro. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 18, n. 6, 2013. p. 1601-1611.

COSTA, Marco Aurélio. **Cultura política e Estado moderno**: as práticas político-sociais de planejamento urbano e regional no Brasil pós-1988. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. Série Estudos e Debates, n. 56.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania mulher e morte no Brasil. 5^a ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Mutações no Nordeste brasileiro: reflexão sobre a produção de alimentos e a fome na contemporaneidade. **Confins** [Online], 2010, posto online em 17 Novembro 2010, Consultado o 09 Abril 2014. URL: <http://confins.revues.org/6686> ; DOI : 10.4000/confins.6686

DEBRIE, Jean. **Contribution à une géographie de l'action publique**: le transport entre réseaux et territoires. Dossier de candidature Pour soutenir une Habilitation à Diriger des Recherches (HDR). Déposé au Conseil Scientifique de l'Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne le 6 avril 2010.

DREIER, John. Introdução. In: EISENHOWER, Milton, et all. In: **Aliança para o progresso**: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura, 1962. p. 19-25.

DE GAULLE, Charles. Discours du 12 septembre 1944, au Palais de Chaillot à Paris. In: LAVERGNE, Christel, MUSSO, Pierre. **Les grands textes de l'aménagement du territoire et la décentralisation**. Paris: La Documentation Française, 2003. p. 103-107.

DICKEN, Peter. Mudança global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial. In: _____. **Fazendo o mundo girar**: serviços financeiros. Rio Grande do Sul: Bookman, 2010. p. 408-439p.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, n.19 (2), mai-ago, 2009. p. 227-249.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Org). **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 301p.

DRUCKER, Peter F. **The concept of the corporation**. New York: Mentor Executive Library Book, 1964. 255p.

DUARTE, Dioclécio D. **O sal na economia do Brasil**. Rio de Janeiro: Alba, 1942.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 467.

DUROUSSET, Éric. **À qui profitent les actions de développement ?** la parole confisquée des petits paysans (Nordeste, Brésil). Paris : L'Harmattan, 2001. 177p.

DERRUAU, Max. La intervencion del Estado. In: _____. **Tratado de geografia humana**. Barcelona: Vicens-vive. 1964. p. 187-203.

EISENSTADT, S. N. **A dinâmica das civilizações**: tradição e modernidade. Lisboa/Portugal: Edições Cosmos, 1991.

_____. Modernidades múltiplas. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 35, 2001, pp. 139-163.

EISENHOWER, Milton S. A aliança para o progresso: raízes históricas. In: EISENHOWER, Milton, et all. In: **Aliança para o progresso**: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura, 1962, p.27-54.

ENGELS, Friedrich. **As grandes cidades**. In: situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1988. P. 35-92.

FAO, IFAD, WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the Enabling Environment for Food Security and Nutrition. Roma, 2014.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político. Porto Alegre: Globo, 1958.

FARIA, Glauco. O governo Lula e o novo papel do Estado brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. ed. 2, São Paulo: EDUSP, 2012. 324p.

FELIPE, José Lacerda; ROCHA, Aristotelina P. B.; RÊGO, Giovanni Sérgio. **História da industrialização do Rio Grande do Norte**. Uma indústria de resistência. Natal/RN: FIERN, 2010.

FELIPE, José Lacerda Alves. **O urbano no Rio Grande do Norte**: notas para estudo. Coleção Mossoroense. Natal: UFRN, 1981. 61p.

_____. **Imaginário político e território**. O imaginário nacional-desenvolvimentista no Rio Grande do Norte. Natal: EDUFERN, 1997. 38p.

_____. **A (re) invenção do lugar**: os Rosados e o “país de Mossoró”. João Pessoa: Grafset, 2001.

FERMENICK, Tomislav R. O sal nosso de cada dia: o produto do suor do homem. **Tribuna do Norte**. Natal, 23 de setembro de 2007.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47m dez. 2002.

FERRÃO, João. **O ordenamento do território como política pública**. Lisboa: Fundo Calouste Gulbenkian, 2011.

FONSECA, Alberico Santos. **Licitações Públicas Realizadas com Recursos oriundos de Organismos de Cooperação Internacional**. Dissertação de Mestrado – Direito. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2006. 181f.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. ed. 25. 295p.

FRANCISCONI, Jorge Guilherme; SOUZA, Maria Adélia A. de. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**: estudos e proposições alternativas. Brasília: Instituto de Planejamento Econômico e Social. Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana. 1976, 232p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. ed. 34, São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007. 351p.

_____. **O Nordeste e a saga da SUDENE, 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, [1960] 2009. 283p.

_____. **Em busca de um novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Introdução do desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GALVÃO, Antônio Carlos F.; BRANDÃO, Carlos Antônio. Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. In: **Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões**. O desafio urbano-regional. São Paulo: ANPUR/UNESP, 2003.

GARCES, Ariel; SILVEIRA, José Paulo. Gestão pública orientada para resultados no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Fundação Escola Nacional de Administração Pública — v.1, n.1 (nov. 1937) — Ano 53, n.4 (Out-Dez/2002). Brasília: ENAP. p. 53-77.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão. Natal: Cortez, 1981.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e geografia**. Rio de Janeiro – São Paulo: Forense, 1969. 202p.

_____. Nécessités et difficultés d’une décentralisation industrielle en France. **Annales de Géographie**, 1961, t. 70, n 377, pp. 25-33.

GEORGE, Pierre; VERGER, Fernand. **Dictionnaire de la géographie**. Paris: Puf, 1970. 478p.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. 177p.

GIRARDI, Ludmila. **A capilaridade da internet no Rio Grande do Norte**. Geotemas, v. 3, n. 1, p. 89-109, jul/dez 2013.

GOMES, Rita de Cássia da C. O Estado e sua intervenção no urbano no Rio Grande do Norte. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, nº 1, jan./jun. 2012 p. 59 – 76.

GONÇALVES, R. G; PAIVA, R.V.C; BARBOSA, F. D. Planejamento estratégico: quando o discurso da guerra e da empresa invade a administração pública. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 14, 2009. p. 29-43.

GOTTDIENNER, Mark. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, [1993] 2010.

GOTTMAN, Jean. Avant-Propos. In: GOTTMANN, J.; SESTINI, A.; TULIPPE, O.; WILLATTS, E. C.; VILA, M. A. **L’aménagement de l’espace. Planification regionale et géographie**. Paris: Armand Colin, 1952. p. 9-13.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Planejamento. Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. **Plano de Ação Regional – 1983/1987**. Região: Zona homogênea do Alto Apodi. Natal, 1984.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Planejamento. Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. **Programas Especiais do Governo**. Natal, 1984.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Planejamento. Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. **Plano de Ação do Governo (1976-1979)**. Natal, 1976.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Planejamento. Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. **Diagnóstico Estrutural do Estado**. Natal, 1975.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Assessoria de Planejamento e Controle. Departamento de Serviço Social do Estado. **Regiões Polarizadas do Rio Grande do Norte**. Natal, 1968.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Seridó. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte**. Caicó, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte**. Natal, 1997.

GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. 94p.

GUGLIELMO, Raymond. Les ratés de l'aménagement. In: **Penser la Terre**. Stratèges et citoyens: le réveil des géographes. Paris: Éditions Autrement, 1995. p. 80-107.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Subsídios para a formulação de uma estratégia agrária. **Boletim Reforma Agrária**. Ano VII, n. 6, nov./dez., 1977. pp. 3-10.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2006.

HEGEL, G. W. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEIDEGGER, Martin. A Questão da Técnica. In: _____. **Ensaio e Conferências**. ed. 4. Petrópolis/RJ: Vozes. 2007. P. 11-38.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles. **Minidicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971. 316p.

_____. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, [1988] 2004. 180p.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi, Trairi**. Natal, 2004.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste**. Natal, 2006.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Mossoroense**. Natal, 2009.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Açu**. Natal, 2009.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22(3): 475-485p, dez. 2010.

KAYSER, Bernanrd. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, Pierre et all. **A geografia ativa**. São Paulo: Difusão Européia do Livro; EDUSP, 1966. p. 279-324.

LABASSE, Jean. **Capitaux et la région**: étude géographique. Essai sur le commerce et la circulation des capitaux dans la région lyonnaise. Paris : Aramnd Colin, 1955.

_____. L'aménagement de l'espace par les réseaux bancaires. In: _____. **L'espace financier**: analyse géographique. Paris: Armand Colin. 5 ed. 1974. p. 65-94.

LA BLACHE, Paul Vidal. Princípios de Geografia Humana. Lisboa: Cosmos, [1921] 1954.

LACOSTE, Yves. **De la géopolitique aux paysages**: dictionnaire de la géographie. Paris: Armand Colin, 2003. 413p.

LAFER, Betty Mindlin. O conceito de planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin (Org). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva. 1970. p. 9-28.

LASCOUMES, Pierre; SIMARD, Louis. L'action publique au prisme de ses instruments. **Revue française de science politique**. 2011/1 - Vol. 61, pages 5 à 22.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 152p.

LEBRET, Louis Joseph. **Guide pratique de l'enquete sociale**. Paris: Universitaires de France, 1958.

LIMA, Miguel Alves de. Apresentação. In: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Geografia. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972. 1p.

LIMA, Pedro de. **Cidade sempre nova e outros escritos**. Natal/RN: Plena, 2008. 156p.

_____. **Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. Natal: EDUFRN, 2001.

LINDOSO, José Antonio Spinelli. **A reação oligárquica potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935**. Campinas/SP: UNICAMP. Dissertação de Mestrado. 1989. 361p.

LOPES, Rodrigo. **A cidade internacional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: 1998.

LYRA, Augusto Tavares de. **O Rio Grande do Norte**. ed. 3. Natal: EDUFRN, [1920] 2008. 440p.

MAIA, Manuel Thiago Araújo. **Circuito espacial de produção do sal: o uso do território no município de Macau pelas indústrias salineiras**. Dissertação de Mestrado – UFRN, 2011.

MARANGONI, Ana Maria Marques. **O governo planejador e as transformações do espaço brasileiro**. Tese [Doutorado], Universidade de São Paulo, 1982. 113p.

MARQUES, Eduardo. **Prospec: modelo de geração de cenários em planejamento estratégico**. 1988. In: http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_ideias/livro-11.pdf. Acesso em 04 de agosto de 2014.

MARTINS, Paulo Henrique N. **Carochas contra profetas: os economistas e a desarticulação do imaginário desenvolvimentista no Brasil**. In: GOMES, Enoque, et al. **Crise e reestruturação do Estado no Brasil**, 1993. Recife: UFPE.

MARTINS, Jean-Yves. **Identités et territorialités dans le Nordeste brésilien: le cas du Rio Grande do Norte**. Thèse de doctorat : Géographie, Université Bordeaux 3, 1998. 504p.

MARTINS, Paulo Henrique N. **Carochas contra profetas: os economistas e a desarticulação do imaginário desenvolvimentista no Brasil**. In: GOMES, Enoque et all. **Crise e reestruturação do Estado no Brasil**. Recife: UFPE, 1993.

MATUS, Carlos. **O método PES**. Entrevista realizada por Franco Huertas. São Paulo: FUNDAP, 1996. 139p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Feuebach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2006. Tradução de Frank Müller. 145p.

MEDEIROS, Bianor. **Senador Walfredo Gurgel: um símbolo**. Natal: Senado Federal, 1976.

MEDEIROS, Dhiego Antonio de. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana**: agentes de crédito, técnicas e normas. Um exemplo em Alagoas. São Paulo, 2013. 275f. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973. 276p.

_____. **Proto-História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Presença; Fundação José Augusto, 1985. 234p.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Rio Grande do Norte**: 500 anos. Natal: IHG, 2001. Coleção Cultura, edição comemorativa – V Centenário do Rio Grande do Norte, III Encontro Regional de Institutos Históricos.

MELO, Mário Lacerda de. Nordeste, planejamento e geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro/RJ. jul/set, 1963. p. 327- 342.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**. Formação social do Nordeste. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1937 [Coleção Documentos Brasileiros]. 243p.

MONTEIRO, Denise Matos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.

_____. Balanço da historiografia norte-rio-grandense. In: **Anais** do I Encontro regional da ANPUH-RN: o ofício do historiador, 23 a 29 de maio de 2004, Natal/RN: Associação Nacional de História. Organizador: ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. p. 51-54.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no longo século XVI. São Paulo: HUCITEC, 2000. 432p.

MORAIS, Lincoln; CAVIGNAC, Julie. Les élections au Rio Grande do Norte, une histoire de famille (s)? Repères en vue d'une compréhension de la politique et de l'histoire du Rio Grande do Norte. **Lusotopie**: transitions libérales en Afrique lusophone. Paris: Éditions Karthala, décembre 1995. p. 47-67.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Planejamento e desenvolvimento regional: notas sobre a experiência do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 1, p.77-96, jan/jun, 2012.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

_____. **O Estado do futuro**: o planejamento econômico nos Estados de bem-estar e suas implicações internacionais. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1962.

NASCIMENTO, Lerinsson C. Notas sobre o poder local: a família Rosado e a política em Mossoró/RN. **Cadernos de Campo**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Araraquara/SP, n. 12 (2009), p. 61-73.

NÓBREGA, Getúlio Alves. **Uma política de desenvolvimento para o Rio G. do Norte**. Natal: Publicações Faculdade de Ciências Econômicas de Natal, N. 4, 1969. 51p.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Valéria Rezende. Participação social nos planos plurianuais do governo federal: uma história recente. **RBPO**, Brasília, v. 3, n.1, 2013. p. 24-43.

ORTEGA Y GASSET, José. **Medicação da técnica, vicissitudes das ciências: cacofonia na física**. [Tradução e prólogo de Luís Washington Vita], Rio de Janeiro: Livro Iberto-Americano, 1963.

_____. **História como sistema**. Mirabeau ou o político. Brasília: UNB, 1928. 84p.

PAZ, Diego Tenório. **Rio Grande do Norte**: interações urbanas e os centros de gestão do território. Dissertação de Mestrado, CCHLA, UFRN. 2013. 195f.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: HERDER, 1964.

PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Tempos, ideias e lugares: o ensino do planejamento urbano e regional no Brasil. In: RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Vol. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p.133-156.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 40, n. 3, jul-set, 2009. p. 411-424.

POLLINI JUNIOR, Ailton Brazil. **A Aliança para o Progresso versus o Consenso de Washington**: recomendações dos organismos internacionais. Dissertação de Mestrado – Economia. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999. 111f.

POMBO, José Francisco da Rocha. **História do estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921.

POTER, Michael. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 512p.

POTER, Michael. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, [1945] 2008. 364p.

PREBISH, Raúl. Aspectos econômicos da aliança para o progresso. n: **Aliança para o progresso: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura, 1962, p. 55-102.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Ordenamento urbano de Natal: do plano Polidrelli ao plano diretor 2007**. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007. 132p.

RAMOS, Marcos César Formiga. **Um estudo de desenvolvimento industrial**. Natal: Imprensa Universitária, 1970.

RAPOSO, Patrícia. **Balanço Anual** – Rio Grande do Norte, ano 1, nov, Recife/PE: Gazeta Mercantil S/A. 1998. 52p.

REIS, Róbson Ramos dos. **O *ens realissimum* e a existência**: notas sobre o conceito de impessoalidade em *Ser e Tempo*, de Martin Heidegger. *Kriterion* [online]. 2001, vol.42, n.104, pp. 113-129.

REZENDE, Fernando. **Planejamento no Brasil**: auge, declínio e caminhos para reconstrução. CEPAL-Brasil, LC/BRS/R.205, jun. 2009. 109p.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia A (Org). **Território brasileiro: usos e abusos**, 2003. p. 29-40.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antonia; VIEIRA, Hermani de Moraes. Em defesa da reflexão na escala metropolitana: o ângulo da saúde. In: NAJAR, Alberto Lopes; MARQUES, Eduardo César (Org). **Saúde e espaço**: estudos metodológicos e técnicas de análise. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998. p. 23-42.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antonia; VIEIRA, Hermani de Moraes. Em defesa da reflexão na escala metropolitana: o ângulo da saúde. In: NAJAR, Alberto Lopes; MARQUES, Eduardo César (Org). **Saúde e espaço**: estudos metodológicos e técnicas de análise. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998. p. 23-42.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para Região Metropolitana de Natal**. Natal MetrÓpole 2020. Recife, 2007.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste**. Natal, 2007.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte**. Natal, 2002.

ROCHA, Enid. A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. 20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social, **Anfip**, Brasília, 2008.

ROCHA POMBO, José Francisco. **História do estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921.

ROCHEFORT, M. **Dynamique de l'espace français et aménagement du territoire**. Paris: L'Harmattan, 1995.

_____. **Redes e sistemas**: ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. Entrevista. **Revista Formação**, n. 15, vol. 2, p. 5-12. Especial 20 anos. Entrevistadores: ELIAS, Denise; et al. 2002.

RONCA, José Luiz Caruso. **Âmbito do planejamento territorial**: níveis e setores de ação. Notas de aula da disciplina introdução ao planejamento. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. 7p.

ROSANVALLON, Pierre. **La société des égaux**. Paris: Éditions du Seuil, 2011.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Martins Fontes, [1754] 1999. 330p.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Max Weber**: entre a paixão e a razão. Campinas: Unicamp, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. ed. 9, Rio de Janeiro: Record, 2006. 473p.

SANTOS, Milton. Da política dos Estados à política das empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Palestra proferida em 14 de outubro de 1997, na Escola do Legislativo, dentro do curso de Formação Política. Ano II – 1997. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/CadernosEscol/Caderno6/santos.pdf>. Acessado em: 04.10.2010.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2008. 174p.

_____. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, [1985] 2008d. 120p.

_____. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A natureza do espaço**: técnica, tempo, razão e emoção. ed. 4. São Paulo: EDUSP, [1996] 2008a. 384p.

_____. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, [1979 – Livraria Francisco Alves Editora S.A], 2008e, 440p.

_____. **Por uma economia política da cidade**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2009 [1994 – HUCITEC]. 144p.

_____. Globalização, território e política. In: PEREIRA, Raquel, M. F. do A.; PROVESI, José R. (Orgs). **Milton Santos**: globalização, território, política e geografia em debate. Itajaí: UNIVALI, 2008. p. 17-34.

_____. El territorio: um agregado de espacios banales. In: MOYA, M. P.; ABELLÁN, F. C. (Orgs). **América Latina**: lógicas locales, lógicas globales. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla – La Mancha, 1999. 400p.

_____. Geografia e Planejamento: o Uso do Território – Geopolítica. V Semana de Geografia, 16 de outubro de 1980. **Revista Eletrônica: Tempo – Técnica – Território**, v. 2, n. 2, 2011, 49p.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, [1985] 2007.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: EDUSP, [1990] 2009.

_____. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: EDUSP, [1979] 2007.

_____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: EDUSP, [1994], 2009.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: EDUSP [1978] 2008d.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**: precedido por questões de método. Rio de Janeiro: DP e A, 2002. 904p.

_____. **O existencialismo é um humanismo**. Paris: Éditions Nagel, 1970. 28p.

SERENI, Emilio. La categoria de formación económico-social. In : LUPORINI, Cesare et. All. **El concepto de formación económico-social**. Córdoba : Passado y Presente, 1973. p. 55-95.

SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento Estratégico**. Rio de Janeiro: Biblex, [1955] 1979.

SILVA, Janice Theodoro. **Raízes da ideologia do plalenajemento**. Nordeste (1889 – 1930). São Paulo : Ciências Humanas, 1978.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido : políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste** [Documentos técnicos-científicos]. Fortaleza, v. 38, n. 3, jul./set., 2007. pp. 466-485.

SILVA, Simone Affonso da. Os planos regionais elaborados no âmbito da PNDR. **Anais**: VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. São Paulo, de 08 a 12 de setembro de 2014. p. 2414-2434. In: <http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo3/Simone%20Affonso%20da%20Silva.pdf>.

SILVEIRA, María Laura. O lugar defronte os oligopólios. In: DANTAS, Aldo; TAVARES, Matheus A (Orgs). **Lugar-mundo**: perversidades e solidariedades. Encontros com o pensamento de Milton Santos. Natal: EDUFRN, 2011. p. 79-100.

_____. América Latina: por uma pluralidade de pactos territoriais. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Célia Nunes; CORRÊA, Aurenice de Mello (Orgs). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: ANPEGE, FAPERJ, 2008. P. 123-141.

SIMONSEN, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; J. Olympio, 1975. 257p.

SORRE, Max. **Les fondements biologiques de la géographie humaine**. Essai d' une écologie de l' homme. Paris: Armand Colin, [1943] 1971. 447p.

_____. **Les fondements de la géographie humaine**. Tome II – Les fondements techniques. Paris: Librairie Armand Colin, 1948. 608p.

SOUZA, Itamar. Jornal Diário de Natal. **Fascículos**. Natal/RN: Diário de Natal, 1999.

SOUZA, Márcia Maria Lemos de. **A política econômica salina e o Rio Grande do Norte (1964-1974)**. São Paulo: [s.n], 1988.

SOUZA, Maria Adélia A. de. **Governo urbano**. São Paulo: Nobel, 1988. 84p.

_____. Geografia da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, María Laura (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. ed. 2. São Paulo: HUCITEC – ANPUR. 1996. p. 21-28.

_____. **São Paulo**: ville mondiale et urbanisme français sous les tropiques. Paris/FR: L'Harmattan, 1998.

_____. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 113-143.

_____. Metropolização e o estudo do cotidiano. In: SZMRECSANYI, Maria Irene de Q. F. (Org.). Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano. **Anais**. São Paulo: FAU – USP. Comunicações: notas de pesquisa, 1985.

_____. Exame de qualificação. **[Nota de aula]**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia em Humana, 04 de setembro de 2012.

_____. Reflexões sobre o livro Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço (Neil Smith). **[Notas de aula]**. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em: 08 de junho de 2010.

_____. Introdução. In: SOUZA, Maria Adélia A. de; *et al.* **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 17-26.

_____. **Globalização e efeitos: perversos: relendo a geografia da fome**. Site do territorial. Acessado em outubro de 2008. São Paulo, 1995. 10 p.

_____. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Metáforas do capitalismo. **Cronos**, Natal/RN, Vol. 10, n. 2, p. 101-117, jul/dez. 2009.

_____. **A metrópole e o futuro: a dinâmica dos lugares e o período** Campinas.Campinas/SP: Edições Territorial, 2008. p. 35-53.

_____. **Política e território: a geografia das desigualdades**. Campinas, 5 de junho de 2002. Texto apresentado no Fórum Brasil em Questão – Universidade de Brasília. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/Politica_Territorio_Texto_MARIA_ADELIA.pdf <Acessado em 30 de março de 2012>.

_____. A nova geopolítica mundial no século XXI: a emergência do período popular da história. In: FONSECA, A. A. M da; PERTILE, N; CALDAS, A. dos S; BRITO, C (Orgs). **Estado, território e dinâmica das fronteiras: reflexões e novos desafios**. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013. p. 19-31.

_____. O lugar como resistência: uma dimensão da realidade do futuro. In: **Encontro com o pensamento de Milton Santos: o lugar fundamentando o período popular da história**. SILVA, Maria Auxiliadora da; TOLEDO JUNIOR, Rubens de; DIAS, Clímaco César Ciqueira (Orgs.). Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2005. p. 189-198.

_____. Pedagogia cidadã e tecnologia da informação: um projeto piloto para a periferia sul da cidade de São Paulo. In: CLACSO (org). **Repensando la experiencia urbana de América Latina: cuestiones, conceptos y valores**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. Introdução. In: _____ (Org). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 17-26.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. 136p.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Tradução: NAVARRO, Eduardo de Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

SPINELLI, José Antonio. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó**. O Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA, 1992.

SPINELLI, José Antonio. Natal: novos cenários, velhos atores. A disputa pela prefeitura em 2008. In: CORTEZ, Hugo; SPINELLI, José Antonio (Orgs). **Nordeste 2008: o voto**

das capitais II. Interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas. Natal: EDUFRN, 2010. p. 117-142

SUASSUNA, Luiz Eduardo B; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte colonial (1579/1822)**. Natal/RN: Natal, 1997. 176p.

SUBRA, Philippe. **Géopolitique de l'aménagement du territoire**. Paris: Armand Colin, 2007.

SUDENE. Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste; Diretoria de Planejamento Global. Departamento de Planejamento Sub-Regional e Urbano. **Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1988. 99p.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **(Des) Ajuste global e modernização conservadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 193p.

TEULON, Frédéric. **Dictionnaire d'histoire économie, finance, géographie**. Paris : Presses Universitaires de France, 1997. 711p.

TINOCO, D. S. (1993). Formação, evolução e crise do planejamento estadual no Rio Grande do Norte (1961 – 1990). **Revista Vivência**, Natal/RN, v. 7, n. 1, jul-dez.

_____. Trajetória do planejamento estadual no Rio Grande do Norte: 1961 – 2004. TINOCO, D. dos S. ; BORGES, D. F. ; ALLOUFA, J. M. de L. ; ARAÚJO, M. A. D. de. **Políticas e gestão públicas. Recortes da realidade do Rio Grande do Norte**. Natal/RN : CCSA / PPGA / EDUFRN, 2005.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2007.

_____. **Aluizio Alves**: populismo e modernização no Rio Grande do Norte. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2004. 295p.

TONI, Jackson de. **Cenários e análise estratégica**: questões metodológicas. Revista Espaço Acadêmico, n. 59, 2006.

TOZI, Fábio. Usos corporativos e a impertinência do espaço de todos: a região metropolitana de Campinas e a privatização do território brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia A. (Org). **A metrópole do futuro**: refletindo sobre Campinas. Campinas/SP: Edições Territorial, 2008. p. 99-115.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. O que é e para onde vai a URSS. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

VALVERDE, Orlando; MESQUITA, Myriam G. C.; SCHEINVAR, Léa. Geografia Econômica do Nordeste Potiguar. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XXIV, N 1, jan/mar. 1962, p. 3-42.

XIMENES, J. A.. **A Corporação como instância sociopolítica antecipadora do Estado na Filosofia do Direito de Hegel**. Dissertação de Mestrado em Filosofia.

Programa de Pós- Graduação em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS. Porto Alegre – RS, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586p.

YÁZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro**: por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009. 573p.

ANEXOS

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DA MANHÃ 2 HORAS

ANO XXXVI Assuntos Diversos - I São Paulo - Domingo, 8 de Janeiro de 1961 N.º 11.267

Endereços deste jornal

Redação: Avenida Paulista, 1.500 - 1.º andar - Caixa Postal 1.500 - São Paulo - Tel. 31.11.11

Assinaturas: Rua da Consolação, 1.500 - 1.º andar - Caixa Postal 1.500 - São Paulo - Tel. 31.11.11

Deposário: J. B. de Azevedo - Rua da Consolação, 1.500 - 1.º andar - Caixa Postal 1.500 - São Paulo - Tel. 31.11.11

SOLICITA O BUTANTÃ SERPENTES VIVAS PARA O PREPARO DE SORO

Alameda da Imprensa e por meio de cartazes espalhados em todas as escolas de ensino de 1.º grau do município de Butantã, o Instituto Butantã está solicitando a todos os habitantes e habitantes de Butantã a doação de serpentes vivas, necessárias à elaboração de soro antiofídico. Trata-se de um soro antiofídico de uso comum, para manter o fôlego e a vida de quem for picado por uma cobra. O Instituto Butantã, situado na Av. Paulista, 1.500, solicita a doação de serpentes vivas, de qualquer espécie, para o preparo de soro antiofídico. O Instituto Butantã, situado na Av. Paulista, 1.500, solicita a doação de serpentes vivas, de qualquer espécie, para o preparo de soro antiofídico.

Produção

O Instituto Butantã não produz apenas soro antiofídico. Além disso, produz também soro antiofídico de uso comum, para manter o fôlego e a vida de quem for picado por uma cobra. O Instituto Butantã, situado na Av. Paulista, 1.500, solicita a doação de serpentes vivas, de qualquer espécie, para o preparo de soro antiofídico.

O Sr. José Nogueira, chefe da seção de soro antiofídico, está a frente de uma demonstração para a criança de Butantã.

Nacional

O Instituto Butantã de Butantã, São Paulo, está solicitando a todos os habitantes e habitantes de Butantã a doação de serpentes vivas, necessárias à elaboração de soro antiofídico. Trata-se de um soro antiofídico de uso comum, para manter o fôlego e a vida de quem for picado por uma cobra. O Instituto Butantã, situado na Av. Paulista, 1.500, solicita a doação de serpentes vivas, de qualquer espécie, para o preparo de soro antiofídico.

Chuvras prejudicam municípios do interior

O chefe do Serviço de Cooperações do Estado, Sr. João de Deus, informou que as chuvas têm prejudicado a produção de café em vários municípios do interior. Ele solicitou que os produtores tomem medidas para evitar danos às colheitas.

Vila Maria faz 40 anos

Hoje, no aniversário de 40 anos da Vila Maria, o prefeito de São Paulo, Sr. João de Deus, enviou uma mensagem de felicitações aos moradores da vila. Ele destacou a importância da Vila Maria para a cidade de São Paulo.

O prefeito vetou a lei que cria o Dia da Glaucoma

O prefeito de São Paulo, Sr. João de Deus, vetou a lei que cria o Dia da Glaucoma. Ele alegou que a lei não estava bem redigida e que precisava de mais esclarecimentos.

A partir de hoje a linha telefônica 9 passará a 93

A partir de hoje, a linha telefônica 9 passará a 93. Isso significa que os chamados para o número 9 serão encaminhados para o número 93.

Políticos apoiam a Eletronics

Políticos de São Paulo estão apoiando a Eletronics, uma empresa que produz equipamentos eletrônicos. Eles acreditam que a Eletronics pode contribuir para o desenvolvimento da indústria local.

O Sr. José Nogueira, chefe da seção de soro antiofídico, está a frente de uma demonstração para a criança de Butantã.

300 caixas de uísque apreendidas no 2.º grande contrabando em 2 dias

RANTON, 7 (FAP) - A bordo do vapor belga Leve-H, o Contrabando apreendido, hoje, mais um grande contrabando de uísque, constante de 300 caixas, vindas de Alemanha. O vapor, que estava ancorado no porto de Santos, foi abordado por autoridades brasileiras, que apreenderam o contrabando.

A baleia ficou presa 6 horas na proa do navio

RIO, 7 (FAP) - O casca de baleia, que estava presa na proa do navio, foi removida após 6 horas. A baleia estava presa na proa do navio, o que causou danos ao navio e ao meio ambiente.

REPORTER AMADOR 52-7902

Continuando sua lista de reportagens, o jornalista Amador, telefone 52-7902, está trabalhando em uma reportagem sobre a situação política no Brasil. Ele está entrevistando autoridades e especialistas.

Visitara o Rio ortopedista argentino

O ortopedista argentino, Sr. João de Deus, visitou o Rio de Janeiro para uma conferência. Ele vai apresentar seus trabalhos e discutir a situação da ortopedia no Brasil.

A partir de hoje a linha telefônica 9 passará a 93

A partir de hoje, a linha telefônica 9 passará a 93. Isso significa que os chamados para o número 9 serão encaminhados para o número 93.

Tarde de autógrafos

Realizar-se-á, a partir de hoje, uma tarde de autógrafos. Os autores de livros e jornais estarão disponíveis para assinar seus trabalhos e conversar com os leitores.

Os apelos do mal são numerosos... é preciso que de muitas formas se chame os jovens para o caminho do bem! Encorajemo-nos com atividades variadas e frequência dos maiores à Igreja! (CAMPANHA PELA FOLHA DA MANHÃ DA JUVENTUDE)

CAPELA DE 200 ANOS REUNE 4 GERAÇÕES DA FAMÍLIA JUNQUEIRA

CAXAMBU, 7 (Dois enviados especiais) - Para comemorar o aniversário de 200 anos da Capela de São João, construída na Fazenda Junqueira, em Caxambu, a família Junqueira reuniu-se para uma celebração religiosa. A capela, que foi construída há 200 anos, é um dos pontos turísticos da região.

A Capela de São João, na Fazenda Junqueira.

Destacada no Encontro Regional de Educadores a importância das Faculdades de Filosofia

RIO, 7 (FAP) - Três temas foram destacados no Encontro Regional de Educadores: a importância das Faculdades de Filosofia, a importância da pesquisa científica e a importância da formação do professor.

Situação dos transportes marítimos da Guanabara

RIO, 7 (FAP) - O Sr. Paulo Mendes, representante dos transportes marítimos da Guanabara, informou que a situação dos transportes marítimos está melhorando. Ele espera que a situação se normalize em breve.

Nacionalização do material bélico da FAB

RIO, 7 (FAP) - O Sr. João de Deus, representante da FAB, informou que a nacionalização do material bélico está avançando. Ele espera que a nacionalização seja concluída em breve.

Voluntariado para Cuba em Pernambuco

RIO, 7 (FAP) - O Sr. João de Deus, representante do voluntariado para Cuba, informou que há muitos voluntários interessados em ir para Cuba. Ele está organizando a viagem e a estadia dos voluntários.

Da. Josefa: 80 anos

Da. Josefa, de 80 anos, está comemorando seu aniversário. Ela é uma mulher muito querida e tem muitos amigos e familiares.

Melhor o assessor

O melhor assessor é aquele que sabe ouvir e entender o cliente. Ele deve ser capaz de resolver problemas e oferecer soluções criativas.

Ciências sociais

As ciências sociais são importantes para entender a sociedade e o comportamento humano. Elas ajudam a explicar as causas e consequências das ações humanas.

ANEXO - B
MENSAGEM DE GOVERNO N. 37/GE de 03/061963

Mensagem nº 37/GE

Em 03 de junho de 1.963

Senhor Presidente,

Sendo o Rio Grande do Norte um Estado de economia tipicamente subdesenvolvida, os baixos níveis de renda refletem - se sobretudo nos setores de maior necessidade: alimentação e habitação.

No setor habitacional, por exemplo existe uma deficiência não só qualitativa como também quantitativa de proporções das mais elevadas em todo o país. Sómente em Natal, o deficit chega a 31%, sem computar o número de construções de alvenaria destituídas das mais elementares condições de habitabilidade, o que, por sua vez, representam um deficit adicional de 20%

O intensivo processo de urbanização, associado à constante majoração dos preços dos materiais de construção, contribui de forma decisiva para o agravamento do problema, tornando manifestamente inviável qualquer tipo de solução espontânea.

Exmº Sr. Vice - Governador THEODORICO BEZERRA

M.D. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N E S T A

Encontrando-se as classes populares em situação de absoluto marginalismo no setor de construções civis, é óbvio que as inversões, neste setor, só se tornam vantajosas e atraí-
tivas quando orientadas para as classes economicamente mais -
favorecidas. Como consequência, a habitação popular além dos
aluguéis progressivamente aumentados, tende a apresentar um
nível qualitativo cada vez mais baixo.

Por outro lado, há que se pesar o fato de que, as despesas com habitação, vêm-se constituindo um encargo cada
vêz maior na estrutura dos gastos domésticos das popula-
ções com renda ao nível do salário mínimo. Em recente pesquisa,
realizada pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento, ficou
evidenciado que até as mais precárias residências são alugadas
por uma quantia correspondente a mais de 30% do salário
mínimo regional.

Está executando, o Governo do Estado, um plano
global de desenvolvimento sócio-econômico, que tem como objetivo
fundamental o desencadeamento rápido de um processo de
industrialização. O primeiro passo já foi vitorioso, com a
chegada, ao Estado, dos fios de transmissão da energia elétrica
de Paulo Afonso. Mas, ao lado disso, o esforço do Governo
tem-se orientado para os vários setores da atividade econômica,
procurando criar uma infra-estrutura racional e assegurar
um processo de desenvolvimento socialmente harmônico e justo.

Dentro do planejamento administrativo global é
que foi elaborado, pelo Governo, um Plano de Habitação Popular.
Para a execução deste Plano - que contará com o financiamento
de organismos internacionais, em convênio com o Governo
do Estado - necessita ser criada uma entidade que se responsabilize
pela aplicação do capital e que possua, nos seus quadros,
todo o pessoal indispensável às tarefas de natureza técnica
que irá realizar.

Para atender a essa necessidade, o projeto incluso
visa a criação de uma entidade (FUNDAÇÃO DE HABITAÇÃO -
POPULAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE) - com personalidade
jurídica de direito privado. Para a escolha desse tipo de entidade,
levou-se em conta possuir a fundação, no seu contexto legal,
grande flexibilidade, ficando, assim praticamente eliminados os
riscos de burocratização.

O órgão máximo de direção da entidade será o
Conselho Central. Os membros deste Conselho, juntamente com
os membros da Junta de Contrôlo, serão nomeados pelo Governador
do Estado. O presidente do Conselho Central nomeará os membros

APÊNDICES

APÊNICE - A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DR. PORPINO, EX-ASSESSOR DE ALUÍZIO ALVES

1. Data da entrevista : ____/____/____ Horário:____:____ Local:_____
2. Nome : _____ Contato : _____
3. Exerce atualmente alguma função/cargo no Governo do Estado : _____ É um cargo de confiança ? _____
4. Quanto tempo você trabalha nesta função / cargo? _____
5. O senhor foi assessor de Aluízio Alves durante o seu governo no Rio Grande do Norte. Poderia comentar um pouco sobre esta sua experiência ao lado do político e homem de visão Aluízio Alves?
6. Ainda quando era deputado federal, Aluízio Alves, à frente da Associação de Municípios do Rio Grande do Norte (1959) organizou alguns encontros regionais, a exemplo do encontro regional do Oeste Potiguar e do Leste Potiguar. O senhor acha que neste momento ele já estava preparando as bases para sua campanha ao governo ou eram outras as suas intenções?
7. Ao assumir o governo do estado, Aluízio Alves instituiu a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado – CED, para ficar em consonância com a recém-criada SUDENE. Quem assumiu a pasta naquele momento foi Geraldo Melo, não é isso? Já vi em alguns artigos publicados, os pesquisadores fazerem menção ao primeiro plano de desenvolvimento econômico e social do RN (1961-1964), mas não localizei esse documento em lugar algum no RN (Arquivo Público do Estado, Biblioteca do IDEMA, SEPLAN, Memorial Aluísio Alves, etc). Este plano realmente existiu? O senhor teve ou tem acesso a ele? Poderia comentar um pouco a respeito do documento? O que ele apresentava em termos de novidades para aquele período?
8. O senhor considera Aluízio Alves como um visionário da Política potiguar? E Cortez Pereira, dizem que ele foi o governante que pensou e elaborou de modo mais organizado o planejamento no RN. O que o senhor pensa a este respeito?
9. Aluízio Alves, durante o seu governo, demonstrou grande coragem e ousadia na obtenção de recursos financeiros para o RN através da Aliança para o Progresso, mas acabou sendo cassado. O que ocorreu com os seus projetos e com o que foi feito dos recursos obtidos?
10. Pela sua experiência, o senhor acha que existe de fato um planejamento regional no Rio Grande do Norte? Poderia dar alguns exemplos que demonstrem a sua afirmação?
11. E sobre o povo potiguar? Em algum momento, ele teve vez e voz na Política norte-rio-grandense?
12. Por que, mesmo tendo apoiado os militares em 1964, Aluízio Alves foi caçado em 1969?

Muito obrigada!

APÊNICE - B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MARCOS CÉSAR FORMIGA RAMOS, EX-SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO DO GOVERNO CORTEZ PEREIRA

1. Data da entrevista : ____/____/____ Horário:____:____ Local:_____
2. Nome : _____ Contato : _____
3. Exerce atualmente alguma função/cargo no Governo do Estado : _____ É um cargo de confiança ? _____
4. Quanto tempo você trabalha nesta função / cargo? _____
5. Cortez Pereira foi Governador do RN no período de 1971-1974, e o senhor integrava sua equipe como Secretário de Planejamento. O senhor poderia comentar um pouco a respeito desta sua experiência? Vocês tiveram alguma “vantagem” ou alguma dificuldade com o fato dele ser um Governador Biônico?
6. Este governo é apontado em várias publicações como o que promoveu o maior processo de modernização da economia e do planejamento potiguar. Quais seriam os maiores destaques deste governo no que se refere ao caráter modernizador de sua Política? Poderia destacar alguns exemplos na economia do estado e no planejamento?
7. O que o senhor considera como sendo a maior inovação trazida no plano de governo Cortez Pereira para o RN? Poderia nos falar sobre a experiência de dirigir junto a Secretaria de Planejamento do RN, esse Plano? Quais as lições obtidas com essa experiência?
8. Na década de 1980, o senhor viveu a experiência de ser Prefeito de Natal (1983-1986). Como foi comandar a capital do estado? Quais as maiores dificuldades que enfrentou nesse período?
9. Como era a relação do governo Cortez Pereira com as empresas, instituições de financiamento nacional e internacional no tocante a realização de projetos estruturantes para a modernização do território norte-rio-grandense?
10. Pela sua experiência, o senhor acha que existe de fato um planejamento regional no Rio Grande do Norte? Poderia dar alguns exemplos que demonstrem a sua afirmação?
11. E sobre o povo potiguar? Em algum momento, ele teve vez e voz na Política norte-rio-grandense?
12. Se o senhor fosse convocado para integrar uma equipe para planejar o futuro do RN, o que apontaria como mais relevante, e por quê?

Muito obrigada!

APÊNICE – C

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GERALDO MELO, EX-GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO NORTE

1. Data da entrevista : ____/____/____ Horário:____:____ Local:_____

2. Nome : _____ Contato : _____

3. O senhor foi um dos principais nomes do Governo Aluísio Alves. Poderia comentar um pouco sobre esta experiência? Em que medida ela foi importante na sua trajetória como técnico e político?

4. Ao assumir o governo do estado, Aluísio Alves instituiu a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado – CED, para ficar em consonância com a recém-criada SUDENE. Quem assumiu a pasta naquele momento foi o senhor, não é isso? Já vi em alguns artigos publicados, os pesquisadores fazerem menção ao primeiro plano de desenvolvimento do RN (1961-1964), mas não localizei esse documento em lugar algum no RN (Arquivo Público do Estado, Biblioteca do IDEMA, SEPLAN, Memorial Aluísio Alves, etc). Este plano realmente existiu? O senhor teve ou tem acesso a ele? Poderia comentar um pouco a respeito do documento já que estava a frente da CED? O que ele apresentava em termos de novidades para aquele período?

5. O senhor acha que com a criação da CED, dentre outras realizações para organização administrativa do Estado, para atuar em consonância com a recém criada SUDENE, o Governo Aluísio Alves instituiu as bases do planejamento no RN? Ou o senhor acha que isso se deu de fato no Governo de Cortez Pereira?

6. Gostaria que comentasse um pouco sobre as parcerias realizadas para a formação de técnicos para lidar com planejamento. A CEPAL foi uma das instituições que ofereceu vários cursos nos anos 60 e 70. Quais eram as influências externas (ao Brasil e ao RN) nesse período e quais na sua opinião foram os pontos positivos e negativos que essa influência trouxe para o RN?

7. Sobre a sua atuação no RN, na condição de governador (1987-1991): o senhor assumiu o cargo num período bastante conturbado na economia e sociedade brasileira e norte-rio-grandense (greves na educação, discussão e promulgação da nova Constituição – 1988 etc). Poderia comentar sobre esta experiência?

8. O seu jingle de campanha “Sopra um vento forte/no rio grande do norte/ vento diferente/que traz alegria/ vento diferente que faz o meu povo sonhar de novo como há muito não se via/ agora encontra com Geraldo Melo/ Nova esperança pra a gente viver”, anunciava o novo e a esperança (Novos tempos, novos ventos) com o objetivo trazer o desenvolvimento econômico e social para o RN. Quais foram as novidades do seu governo? Qual o legado de Aluísio Alves para a sua formação política e em que medida ele influenciou na sua campanha e no seu governo?

9. O planejamento foi importante no seu governo? Pela sua experiência, o senhor acha que existe de fato um planejamento regional no Rio Grande do Norte? Poderia dar alguns exemplos que demonstrem a sua afirmação?

10. E sobre o povo potiguar? Em algum momento, teve vez e voz na Política norte-riograndense?

11. Se o senhor fosse convocado para integrar uma equipe para planejar o futuro do RN, o que apontaria como mais relevante, e por quê?

Muito obrigada!

APÊNICE – D

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GEORGE CÂMARA, VEREADOR DE NATAL E PRESIDENTE DO PARLAMENTO COMUM DA REGIÃO METROPOLITANA

1. Data da entrevista : ____/____/____ Horário:____:____ Local:_____
2. Nome : _____ Contato : _____

3. O senhor emergiu na Política potiguar através do movimento estudantil, depois como sindicalista, vereador. É atualmente um dos principais nomes do PCdoB no Rio Grande do Norte, e uma das referências mais importantes da política estadual sobre os assuntos da Região Metropolitana de Natal. Poderia comentar um pouco da sua trajetória dando ênfase no seu interesse na RMN?

4. Quando foi criada a RMN em 1997, por meio da Lei Complementar Estadual N. 152 o senhor ainda não era vereador. Gostaria de saber se chegou a participar ou acompanhar o processo de criação da RMN? Em caso afirmativo, quais as maiores dificuldades enfrentadas naquele momento? Qual a relevância da Câmara Municipal de Natal?

5. Atualmente, como presidente do Parlamento Comum da RMN, quais são as maiores dificuldades (políticas e administrativas) do Parlamento, e quais as maiores conquistas obtidas ao longo dos anos?

6. O senhor acredita que os representantes políticos (prefeitos e vereadores) que integram a RMN, possuem uma compreensão regional para a formulação das políticas municipais?

7. Há um Plano de Desenvolvimento para a RMN, elaborado pelo Governo do Estado. Mas de acordo com informações que tive da SEPLAN ele não tem sido posto em prática. Na sua opinião isto é verdade? Quais são as maiores dificuldades para o seu funcionamento?

8. Como o senhor ver a inserção da ideia de sustentabilidade e planejamento físico-territorial incorporado no Plano da RMN? Em que medida isso acarreta mudanças na execução das políticas municipais?

9. Pela sua experiência, o senhor acha que existe de fato um planejamento regional no Rio Grande do Norte? Poderia dar alguns exemplos que demonstrem a sua afirmação?

10. E sobre o povo potiguar? Em algum momento, ele teve vez e voz na Política norte-rio-grandense?

11. Se o senhor fosse convocado para integrar uma equipe para planejar o futuro do RN, o que apontaria como mais relevante, e por quê?

Muito obrigada!

APÊNICE – E

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SECRETARIA DE ESTADO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS (SEPLAN) – RIO GRANDE DO NORTE

1. Data da entrevista : ____/____/____ Horário:____:____ Local:_____
2. Nome : _____ Contato : _____
3. Função /cargo que exerce na SEPLAN : _____
4. Quanto tempo você trabalha nesta função / cargo?_____
5. A trajetória do planejamento brasileiro não é recente. Vemos que houve períodos bem marcantes (Governo militar, JK, Pós-Constituição), para o senhor (a) qual a mudança mais significativa no Planejamento que se faz no estado do Rio Grande do Norte?
6. Depois de muitos anos, a SUDENE voltou a atuar (vi uma matéria sobre uma provável parceria com o Governo do RN – mostrar matéria). O senhor considera realmente promissor, tendo em vista que teses (Eunice Costa; Sérgio Trindade) destacam a pouca atenção dessa superintendência com o RN? O que mudou no contexto atual?
7. Tradicionalmente, o RN tem como municípios mais dinâmicos Natal, Mossoró, Pau dos Ferros, Parnamirim, Caicó, ou seja, os municípios polos de cada região do PPA. O que tem sido feito para tornar mais equilibrado o desenvolvimento dos demais municípios do RN, sem que se concentre todas as atenções nos municípios polos?
8. Dos 167 municípios do RN apenas 24, segundo informações dos sites das prefeituras possuem secretarias de planejamento, ou algo equivalente? Por que isso ocorre? A SEPLAN fornece algum incentivo para que os municípios do RN tenham uma infraestrutura de planejamento e gestão?
9. O RN tem um histórico de parcerias com organismos internacionais (bancos, governo norte-americano etc). Foi assim com a Aliança para o Progresso, as parcerias firmadas com o Banco Mundial. Como essas parcerias vêm se configurando hoje? São feitas com os mesmos agentes? Quais as novidades?
10. E com os bancos nacionais (BNDES, B.N, CEF, BB), quais as prioridades de financiamentos e parcerias que a SEPLAN tem buscado firmar ao longo dos últimos anos?
11. Gostaria que o senhor (a) falasse um pouco a respeito dos canais de participação popular no planejamento das políticas públicas no Rio Grande do Norte (conferências, conselhos etc).
12. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela SEPLAN para lidar com o planejamento e gestão do estado do Rio Grande do Norte?

Obrigada!

APÊNICE – F

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FAZENDA e TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SEMPLA) – NATAL

1. Data da entrevista : ____/____/____ Horário:____:____ Local:_____
2. Nome : _____ Contato : _____
3. Função /cargo que exerce na SEMPLA : _____
4. Quanto tempo você trabalha nesta função / cargo?_____
5. A trajetória do planejamento brasileiro não é recente. Vemos que houveram períodos bem marcantes (Governo militar, JK, Pós-Constituição), para o senhor (a) qual a mudança mais significativa no Planejamento que se faz no município de Natal?
6. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela SEMPLA para lidar com o planejamento e gestão do município de Natal?
7. Sempre que se fala em gestão pública um dos grandes dificuldades apontadas na lida e execução de programas é a dificuldade de relação inter e intra-institucional. O que tem sido feito na SEMPLA com relação isso? Mais ainda, como tem sido o trato com o governo do estado do RN e com o governo federal?
8. Quais os avanços e realizações mais significativas realizadas pela prefeitura do Natal no que se refere ao Plano Estadual da Região Metropolitana do Natal (2007-2020)?
9. O RN tem um histórico de parcerias com organismos internacionais (bancos, governo norte-americano etc). Foi assim com a Aliança para o Progresso, as parcerias firmadas com o Banco Mundial (Projeto Passo da Pátria). Quais as parcerias ainda vigentes? Como essas parcerias vem se configurando hoje? São feitas com os mesmos agentes? Quais as novidades?
10. E com os bancos nacionais (BNDES, B.N, CEF, BB), quais as prioridades de financiamentos e parcerias que a SEMPLA tem buscado firmar ao longo dos últimos anos?
11. Gostaria que o senhor (a) falasse um pouco a respeito dos canais de participação popular no planejamento das políticas públicas no Rio Grande do Norte (conferências, conselhos etc).

Obrigada!

APÊNICE – G

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A FEDERAÇÃO E ASSOCIAÇÕES DE
MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE**

1. Data da entrevista : ____/____/____ Horário:____:____ Local:_____
2. Nome : _____ Contato : _____
3. Função / cargo que exerce na Federação ou Associação: _____
4. Quanto tempo você trabalha nesta função / cargo?
5. Qual o suporte dado pelos senhores aos municípios associados? E em que medida esse suporte pode ter reflexos na melhoria da prática do planejamento municipal?
6. A contribuição financeira dos municípios à FEMUR se dá através de um percentual do FPM. Todos os municípios estão em dia com esses pagamentos? Os municípios menores tem mais dificuldade de realizar essa contribuição?
7. Na sua opinião, qual a maior dificuldade dos municípios do RN no que se refere à lida do planejamento local?
8. Você acha que as políticas do governo estadual e governo federal relacionadas ao desenvolvimento do estado do Rio Grande do Norte privilegia alguns municípios em detrimento de outros?

Obrigada!

APÊNDICE – H

Matriz de Periodização de Eventos

Sucessão de Eventos	Tempo	Técnica	Norma	Forma	Economia/Finanças	Política
	Coexistência de Eventos					
	1502			Fixação do marco de Touros, demarcando a presença dos Portugueses no território potiguar.		
	1599			Fundação da Cidade de Natal		
	1818			Criação da comarca do Rio Grande do Norte		
	1820			Instituição da alfândega de Natal		
	1863					Governador Olinto José Meira (1863-1867)
	1875			Construção de estradas de ferro	O algodão passou a incrementar a economia norte-rio-grandense. O algodão Seridoense, baseado na pequena produção era exportado para a Inglaterra e Paris	
	1880			Início da construção da primeira ferrovia ligando Natal à Nova Cruz; Construção das estradas de ferro: Mossoró/Porto Franco e Natal/Nova Cruz		

Sucessão de Eventos	1883			Finalização das obras da primeira ferrovia do RN		
	1889		<p>O Governador Adolfo Gordo através do Decreto n. 10 de 22 de janeiro de 1889, oferecia 3 contos de réis para quem utilizasse os processos mais aperfeiçoados na produção do sal.</p> <p>Em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República no Brasil.</p> <p>Em 17 de novembro de 1889 foi transmitida a proclamação da República do Brasil no Rio Grande do Norte, e instalado o primeiro governo provisório.</p>			<p>Em 19 de novembro Pedro Velho assume governo do estado, em virtude da proclamação da república;</p> <p>Nomeação de Adolfo Afonso da Silva Gordo para governar o RN em 6 de dezembro</p>
	1890					Governo de Adolfo Afonso da Silva Gordo e passa governo para Jerônimo Américo Raposo da Câmara. 10 de março Pedro Velho traz o novo governador do estado: Joaquim
	1892		Constituição Estadual			Pedro Velho
	1893					Jerônimo Câmara
	1894					Pedro Velho
	1895					Jerônimo Câmara;
						Primeira eleição direta, eleito Joaquim Ferreira Chaves (1895-1900)

Sucessão de Eventos

1904		Criação da primeira comissão para lidar com os problemas da seca no Rio Grande do Norte e Ceará			
1905	Iniciada prestação de serviços de iluminação pública em Natal (a gás acetileno).				
1906				Criação do Banco do RN em 17 de janeiro	
1907				A Rio de Janeiro Telephone Company encampa a <i>Brasilianische Elektrizität Gesellschaft</i> (1907) e expande-se pelo país até 1966, ano em que é nacionalizada	
1909		Criada a Inspetoria de Obras Contra a Seca – IOCS.			
1910		Através da Lei n. 289 de 23 de novembro de 2010, o Governador Alberto Maranhão outorgou a prestação dos serviços urbanos.			
1914					Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920)
1916			Instalação da ponte de ferro de Natal em 20 de abril		A Inspetoria de Obras contra as Secas abria estradas, construía barragens, açudes e perfurava poços, estimulando a fixação do sertanejo à terra
1917				Instalada a primeira agência do Banco do Brasil em 14 de março	
1919		O Instituto de Obras			

Sucessão de Eventos			Contra as Secas foi transformado em Instituto Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, através do Decreto n. 13.687/1919.			
	1920	Parnamirim começou a ser campo de pouso para aviões comerciais vindo da Europa				
	1924	Pouso do primeiro avião no campo de Parnamirim em 14 de outubro				Governo de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1927)
	1925			Construção da estrada de ferro do Porto de Areia Branca até Souza na PB; Construção do terminal salineiro do estado		
	1928	<p>Instalou-se em Natal a empresa Força e Luz do Nordeste, subsidiária de capital inglês, que era a concessionária dos serviços de bonde, telefonia e energia elétrica;</p> <p>Em agosto de 1928, a Aéropostale inaugurou a estação telegráfica no Campo de Pouso de Parnamirim;</p> <p>Em setembro passou a ser feito o transporte aéreo de cartas do Brasil para a Europa</p>			<p>Chegada em Natal da empresa Força e Luz do Nordeste.</p>	Governo de Juvenal Lamartine
					Crise afeta o Sal por falta	

Sucessão de Eventos	1929				de transportes. A ferrovia Mossoró-Souza estava em construção	
	1930	<p>Processo de mecanização da mineração do sal;</p> <p>Natal e Parnamirim começam a fazer parte das rotas aéreas de empresas: Alemã (CONDOR); Italiana (ALA LITTORIA), Francesa (Air France); Americana (PAN-AMERICAN)</p>				
	1933		Criação da empresa estadunidense Tennessee Valley Authority – TVA			
	1935					Primeiro governo popular socialista no RN. Resultado do levante da Aliança Nacional Libertadora em Natal. Assumiram o poder, mas perderam em poucas horas. Eleito a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Sal
	1939				<p>Inauguração do edifício-sede do Banco do Rio Grande do Norte;</p> <p>Instalou-se em Natal a Western Telegraph, empresa inglesa que atuava no setor de telegramas, em 25/02/1939.</p>	
	1940				Fundação do Banco	

Sucessão de Eventos					Comércio e Indústria	
	1941				Instalação da Base Naval de Natal em 07 de julho	Criação da delagation Général pour l'Equipement National (DEGEN) - França
	1942				Em março de 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.142, o Presidente Getúlio Vargas criou a Base aérea de Natal, chamada popularmente de “Base Brasileira”; Instalação da Base aérea de Natal e do CATRE em 02 de março.	
	1943	Começam a funcionar os primeiros telefones em Natal através da empresa Rádio Internacional do Brasil – Radional.		Em Agosto começa a funcionar em Natal os telefones internacionais da Rádio Internacional do Brasil (Radional); Houve a instalação dos primeiros telefones automáticos em Natal;		Lei de 15/061943 institui os serviços de planejamento regional, vinculado à administração central (França).
	1944					Regorganização do DGEN (França), o qual passou a depender do Ministério de Reconstrução e Planejamento (Ministère de la reconstruction et du Plan)
	1945		Criação do Estado do Rio Grande do Norte pelo Decreto Federal de nº 7586, pelo TRT, em 28 de maio; Criação do Departamento Nacional			

Sucessão de Eventos			de Estradas e Rodagens (DNER) Através do Decreto 8.846 de 28 de dezembro de 1945 o IFOCS assumiu a denominação de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.			
	1950				Final dessa década indícios da existência de petróleo no RN	Período de grande radicalismo político no RN (inicia disputa da família Alves com a família Mariz)
	1952		Plano de Expansão da Energia Elétrica de Paulo Afonso para o Rio Grande do Norte (apresentado a Câmara Federal pelo Deputado Aluízio Alves em 01 de setembro de 1952)		Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE	
	1953		O DNOCS foi transformado em autarquia federal através da Lei n. 4.229 de 01 de janeiro de 1963.	Foi inaugurado 325 km de estradas pelo Rio Grande do Norte, ligando: Mossoró – Luiz Gomes; Caicó-Jucurutu; Currais Novos – Florânia; Santana do Matos – Residência; Mossoró – Areia Branca	Criação da Petrobrás	
	1954		Construção do sistema hidrelétrico Paulo Afonso I no vale do São Francisco.		Instalação do BNB em 31 de Agosto	
	1958		O Governo Federal criou o Grupo de			

Sucessão de Eventos			Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN.			
	1959		Criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (Lei nº 3952, de 15/11/1959)			<p>Publicado o primeiro estudo sobre o desenvolvimento regional do RN, cujo título é: Estudos de Desenvolvimento Regional (Rio Grande do Norte)</p> <p>Elaboração dos seguintes Planos: 1) Plano Regional do Agreste; 2) Plano Regional do Oeste Potiguar pelo Deputado Aluízio Alves.</p>
	1960				<p>Grupos multinacionais que controlaram a produção salineira Potiguar: Grupo italiano Nora Lage, que adquiriu a Henrique Lage, Grupo Holandês AKZO, Grupo norte-americano Morton Norwich Products que controlava a SOSAL</p>	<p>Por influência da SUDENE – implantação de projetos industriais em Natal, Mossoró, Parnamirim, Macau e São Gonçalo do Amarante;</p> <p>A partir de estudos da SUDENE o governo federal começa a implementar uma política de açudagem no Nordeste.</p>
	1961					<p>Através da Lei, Nº 2.721, de 14/12/1961, criou-se a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN);</p> <p>Para adequar-se à dinâmica operacional da</p>

Sucessão de Eventos						SUDENE, o Governador Aluízio Alves, criou a Comissão Estadual de Desenvolvimento, através do Decreto Nº 3.804, de 01/02/1961.
	1962	O Brasil integra-se ao sistema Intelsat e é criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), que expande a rede de microondas e completa as ligações de todos os estados com o exterior (1965).	Em 25 de janeiro de 1962 o governo brasileiro promulgou a Lei N. 01 criando o Ministério Extraordinário do Planejamento. Criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento – CED através da Lei n. 2.796 de 01 de maio de 1962. Lei n. 2.795 de 11 de maio de 1962 criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Norte – FDES.			Através da Lei Nº 2.796, de 11/05/1962, o Governador instituiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED)
	1963					Criação da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte (TELERN), através da Lei Nº 2.918, de 03/09/1963; Através da Lei Nº 2.891, de 06/07/1963, foi instituída a Fundação de Habitação Popular

Sucessão de Eventos						(FUNDAP).
	1964				Criação do Banco Central do Brasil: Entre suas funções estavam o controle do Sistema Financeiro Nacional, o monopólio da emissão do dinheiro e a gerência do meio circulante brasileiro.	
	1965	Em 1965, os municípios de Natal, Angicos, Currais Novos, Santana do Matos, Mossoró, Areia Branca, Caicó, Jardim do Seridó, Assu e Santa Cruz passam a integrar o sistema de telefonia através de microondas	Publicação do III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, 1966-1968.			
	1966			É inaugurada o edifício-sede do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (DER).		Em 25 de março inicia-se o projeto de eletrificação rural no RN; Governador Walfredo Gurgel
	1967		Decreto-lei n. 200 de 25 de fevereiro de 1967 estabeleceu o planejamento como princípio fundamental da administração pública	Em Janeiro, andamento e conclusão das instalações de energia elétrica no interior, vinda de Paulo Afonso. Inauguração da TELERN nos municípios de Macau, Várzea, Baía Formosa, Poço Branco, Ceará-Mirim, Tibau e Mossoró.		
	1968			Projeto eletrificação do		Publicação do estudo

			interior já atingiu os municípios de: são José do Seridó, equador, montanhas, Macau, Areia Branca e Ares; Construção da estrada do algodão que liga Jardim do Seridó a Caicó- BR 227; Inauguração no dia 28 de abril da colônia penal João Chaves (Zona Norte de Natal)		Regiões Polarizadas do Rio Grande do Norte Realização do Seminaire International La Régionalisation de L'Espace au Brésil em Bordeaux-FR, promovido pelo C.N.R.S.
1970		Criação do primeiro curso no Brasil de Planejamento Urbano e Regional (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS).	Obras de infraestrutura para a produção do sal; Inauguração do trecho norte da rodovia BR-101, totalmente pavimentado conectando as cidades de Natal, João Pessoa, Recife, Aracaju, Maceió e Salvador.	O Banco de Desenvolvimento era criado pelo governo estadual para desenvolver uma política de incentivos a indústria e ao comércio norte-rio-grandenses.	No Governo Cortez Pereira foi implantado o projeto Vilas Rurais. Projetos (Mossoró Agroindustrial S.A. – MAISA e Serra do Mel, dinamizaram a produção do caju no RN); Política de construção de açude e barragens pelo DNOCS; Surgimento de uma nova oligarquia política (Alves e Maia /esta última tendo como líder Tarcísio Maia).
1971		Lei n. 3.957/1971 criou a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, e também a Secretaria de Administração.		Dá-se início a criação de polos agro-industriais em várias regiões do RN	Cortez Pereira (1971 – 1975) primeiro governador biônico do RN
1972		Decreto 71.353/1972			Entra em vigor o I PND

			criou o Sistema de Planejamento.			(Plano nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); Ministério dos Transportes cria o programa “Vias Expressas” que resultou na construção de grandes avenidas em capitais brasileiras; O Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) aceita o projeto de duplicação da chamada pista de Parnamirim, elaborado pelo Governo do Estado.
	1973		Lei 5.917, de 10 de setembro de 1973, institui o Plano Nacional de Viação	O RN passa a contar com oito rodovias federais cortando o Estado, são elas: BR-101, BR-104; BR-110; BR-226; BR-304; BR-405; BR-406; BR-427	Descoberta do primeiro poço de petróleo no RN; Primeiros indícios de Petróleo no RN no município de Ubarana próximo a Macau	
	1974		Lei n. 6.036 de 01 de maio de 1974 criou a Secretaria Nacional de Planejamento. Lei n. 4.414 de 04 de novembro de 1974 criou o Sistema Estadual de Planejamento – SISPLAN, que foi regulamentado pelo Decreto n. 7.304 de 01 de março de 1978.	Elaboração total ou parcial dos seguintes projetos do sistema viário: Avenida Prudente de Moraes; Av. Bernardo Vieira, Av. Café Filho e Sylvio Pedrosa; Rua Coronel Estevam; Rua Ceará-Mirim	Construção do Porto-Ilha de Areira Branca; Término da construção do terminal salineiro (TERMISA) um Porto-Ilha	Elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND); Decreto-Lei Nº 1.376, de dezembro de 1974, criando a FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste) operado pelo Banco do Nordeste e supervisionado pela SUDENE;

Sucessão de Eventos						Elaboração do Plano Rodoviário Municipal (Natal/RN), obedecidas as diretrizes do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens para aplicação de recursos do Fundo Rodoviário Nacional.
	1975				Construção da Via Costeira	Publicação do Diagnóstico Estrutural do Rio Grande do Norte. Governo de Dinarte Mariz (1975-1979). Entra em vigor o II PND; Criação da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo (Lei Complementar Nº 10, 30/03/1975).
	1976					Em novembro de 1976, o Governo do Estado contratou o arquiteto Luís Forte Neto, de Curitiba para elaborar três projetos: o Plano Diretor da Grande Natal, o Plano Diretor de Macau e o do Parque das Dunas/Via Costeira
	1977					Projetos industriais em Natal, Mossoró e Parnamirim
	1979			Foram instalados Postos de Serviço da TELERN em 117 municípios,	Descoberta de petróleo com bom potencial extrativo em Mossoró	Política de desenvolvimento urbano foi executada pelo

Sucessão de Eventos				antes apenas 27 municípios dispunham de telefones.		Programa de Investimento Urbano para Capitais e Cidades de Porte Médio através de convênios entre a União, Estado e Prefeituras;
	1980					No dia 31 de março de 1980, o Ministério da Aeronáutica transferiu à Infraero a missão de administrar o aeroporto de Natal. Nesta mesma data foram inauguradas as reformas realizadas nas instalações do terminal de passageiros.
	1981			Inaugurado novo terminal rodoviário de Natal		
	1982					Disputa entre Aluizio Alves e José Agripino (sucessor de seu pai Tarcísio Maia). Agripino venceu a eleição para Governo do Estado.
	1984				Criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - PROADI	
	1986			Criação da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo (Natal), pelo prefeito Garibaldi Alves Filho, mediante a Lei Nº 3.394, de 21/01/1986 (Essa Secretaria foi criada pela primeira vez em 1969, mas foi extinta pelos		

Sucessão de Eventos				seus sucessores e recriada pelo Prefeito Garibaldi)		
	1988		Decreto n. 96.944 de 12 de outubro de 1988 criou o Programa Nossa Natureza.			
	1989		Lei n. 7.735 de 22 de fevereiro de 1989 que criou a Política de Desenvolvimento Sustentado do Brasil			
	1990	Começam a ser vendidas as primeiras linhas de telefonia móvel celular			Parque industrial têxtil do RN fase de expansão, devido as instalações da Vicunha e Coteminas e recrudescimento da Guararapes Têxtil	É instituído o PND – Programa Nacional de Desestatização pela Lei nº 8.031, de 1990.
	1993	Começava a se consolidar os condomínios fechados em Natal				
	1994					Governo do Estado do Rio Grande do Norte dá início a uma parceria com o IICA para elaboração dos Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte.
	1996	A crescente digitalização das redes, novas redes de telefonia e a chegada da internet no Brasil; Os cabos analógicos são substituídos pelos de fibra óptica, com essa mudança de padrão,	O Decreto Nº 1.819 de 16/02/1996, disciplina as transferências de recursos da União por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais federais e dá outras providências.			

Sucessão de Eventos		foram possível ligar o Brasil ao mundo, com a nova rede de telecomunicações.	Lei Complementar n. 139 de 25 de janeiro de 1996 define as atribuições da Secretaria de Planejamento e das Finanças do Estado do Rio Grande do Norte (SEPLAN).			
	1997	É instalada rede de alta velocidade no país e oitos centros de roteamento pela Embratel		Construção e asfaltamento da BR-101 no trecho Extremoz-Touros		Privatização da COSERN, a companhia elétrica é vendida para o Grupo de espanhóis IBERDROLA, ao preço de 676,4 milhões de reais. Publicação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte.
	1998					A TELEBRAS é privatizada
	1999			Foi inaugurado o Complexo Viário do 4º Centenário de Natal, na BR-101.		
	2000			Em 24 de março de 2000 foi inaugurado o novo terminal de passageiros pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, com capacidade para 1,5 milhão de viajantes ao ano		Publicação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte.
	2001		Extinção da SUDENE através da Medida			Criação da Federação de Municípios do Rio

Sucessão de Eventos			Provisória n. 2.146-1/2001 e a criação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.			Grande do Norte – FEMURN.
	2002					Publicação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte.
	2003		Lei n. 10.683 de 2003, estabeleceu o Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Defesa como responsáveis pelo ordenamento territorial brasileiro.			
	2004					Publicação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi. Elaboração do primeiro PPA do Rio Grande do Norte para o triênio 2004-2007.
	2006					A Embratel é vendida para a empresa mexicana Telmex, que passa a deter 96,4% do capital social. Publicação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste.
	2007		Decreto n. 6.047 de 22 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento			Publicação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste.

Sucessão de Eventos			Regional – PNDR. A SUDENE voltou a atual através de autorização concedida pela Lei Complementar n 125/2007.			Publicação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal..
	2008					Segundo PPA do Rio Grande do Norte (2008-2011)
	2009	É lançada a portabilidade numérica entre as operadoras de telefonia fixas				Publicação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Mossoroense. Publicação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Açu.
	2010					Eleição para Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Realização do último censo do Brasil.

ⁱ Ella quien? La tesis o La técnica de planeamiento

Mundo

Brasil

Rio Grande do Norte